

**24**

**N1**

2024

**Revista  
de História  
da Sociedade  
e da  
Cultura**

CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA





**CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE  
E DA CULTURA**

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
UIDB/00311/2020



Governo da República  
Portuguesa

**Estatuto editorial / Editorial guidelines**

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, fundada em 2001, tem periodicidade semestral (a partir de 2022) e publica artigos de investigação na área da História, sujeitos a avaliação prévia por especialistas externos. Inclui uma secção de artigos originais e outra de resenhas críticas de livros. Aceita artigos submetidos por qualquer investigadora/or e propostas de cadernos temáticos, as quais serão sempre apreciadas pelo Conselho Editorial.

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura* visa estimular o diálogo científico entre a comunidade historiográfica internacional. A Revista está referenciada e indexada nos seguintes catálogos internacionais: Web of Science, Scopus, Dialnet, DOAJ (Directory of Open Access Journals), ERIHPlus (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences) e Latindex (México).

The *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, founded in 2001, publishes two issues per year since 2022, including research articles in the area of History, subject to prior evaluation by external experts. It also has a section for book reviews. It accepts articles submitted by any researcher and proposals for thematic issues, which will always be assessed by the Editorial Board.

The *Revista de História da Sociedade e da Cultura* aims to stimulate the scientific debate among the international historiographic community.

The Journal is indexed in the following international catalogues: Web of Science, Scopus, Dialnet, DOAJ (Directory of Open Access Journals), ERIHPlus (European Reference Index for the Humanities and Social Sciences) and Latindex (Mexico).

**Director / Director**

José Pedro Paiva / Universidade de Coimbra - CHSC / coordchsc@fl.uc.pt

**Editor / Editor Chief**

Jaime Ricardo Gouveia / Universidade de Coimbra - CHSC / jaime.gouveia@uc.pt

**Assistente Editorial / Editor Assistant**

Carla Rosa / gapci@fl.uc.pt

**Conselho Editorial / Editorial Board**

Antoine Destemberg, Université D' Artois, Arras, França; Bernardo Vasconcelos e Sousa, Instituto de Estudos Medievais - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal; Eric Morier-Genoud, Universidade de Belfast, Irlanda; Gabriel Rocha, Brown University, Providence, EUA; Giulia Albanese, Universidade de Padova, Itália; Inês Amorim, Universidade do Porto, Portugal; John-Paul Ghobrial, Oxford University, Inglaterra; José Eloy Hortal Muñoz, Universidade Rei Juan Carlos, Madrid, Espanha; José Luís Cardoso, Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade de Lisboa, Portugal; Luís Nuno Rodrigues, Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Portugal; Maria Filomena Coelho, Universidade de Brasília, Brasil; Maria João Vaz, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-Iscte), Portugal; Martial Staub, University of Sheffield, Inglaterra; Miki Sugiura, Hosei University, Tokyo, Japão; Serena Ferente, Universidade de Amsterdão; Silvia Liebel, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; Vincenzo Lavenia, Universidade de Bolonha, Itália; Violet Soen, Universidade de Lovaina, Bélgica.

**Propriedade / Ownership**

Centro de História da Sociedade e da Cultura / <https://chsc.uc.pt/>

**Endereços / Address**

Arquivo da Universidade de Coimbra, Rua São Pedro, nº 2, 3000-370 Coimbra, Portugal

**Normas para a submissão de artigos:** <https://impactum-journals.uc.pt/rhsc/about/submissions> • **Telefone/Phone:** (351) 239859900

**Edição:** Imprensa da Universidade de Coimbra – IUC

**Design e paginação:** Fig - Indústrias Gráficas, S.A.

**Depósito legal:** 168142/01 • ISSN 1645-2259

**Direitos de autor / Copyright ©**

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

[https://doi.org/10.14195/1645-2259\\_24-1](https://doi.org/10.14195/1645-2259_24-1)

24

N1

2 0 2 4

Revista  
de História  
da Sociedade  
e da  
Cultura

CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



# Índice

## Caderno Temático

Introdução: Construindo e Cruzando Fronteiras nos Impérios Ibéricos, séculos XVI-XVIII.

Shaping Frontiers and Crossing Borders in the Iberian Empires, 16<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> centuries ..... 11

GRAÇA ALMEIDA BORGES E BENITA HERREROS CLERET DE LANGAVANT

The dynamics of a shared periphery. Southeast Asia and the institutional relations between the Inquisitions of Mexico and Goa in the 17<sup>th</sup> century..... 17

MIGUEL RODRIGUES LOURENÇO

Definir las fronteras de la América meridional en el periodo colonial tardío: cartografía, informantes indígenas y conocimiento geográfico

Defining the frontiers of South America in the late colonial period: cartography, indigenous informants and geographical knowledge ..... 47

BENITA HERREROS CLERET DE LANGAVANT

A Gold Ounce for Every Throat Cut: The Development of Hispano-Portuguese Peace in the Contested Banda Oriental, 1750-1801..... 73

R. GRANT KLEISER

Baqueanos y lenguaraces en las fronteras tardocoloniales de la Pampa y la Patagonia.

Baqueanos and lenguaraces in late colonial Pampa and Patagonia frontiers ... 103

ANDRÉS SEVERO ANTÓN RIVAS

Comércio, contrabando e demarcação de fronteiras na Amazônia ibérica (c. 1780-c.1790)

Trade, smuggling, and demarcation of boundaries in the Iberian Amazon (c.1780-c.1790)..... 123

CARLOS AUGUSTO BASTOS

## Artigos

Entre imagem e veículo simbólico: revisitação aos álbuns fotográficos da ferrovia portuguesa de finais de Oitocentos e inícios de Novecentos  
Between image and symbolic vehicle: revisiting the photographic albums of Portuguese railways of late 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> centuries ..... 149  
HUGO SILVEIRA PEREIRA

Trabalhadores Rurais e Sindicalismo: análise da luta de classes no primeiro movimento sindicalista rural em Évora (1910-1912)  
Rural Workers and Unionism: class struggle on Evora's first rural unionist movement (1910-1912) ..... 175  
JOÃO GABRIEL CAIA

Ideologia e Posicionamento Político do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso  
Ideology and Political Posicionament of the Movimento Federalista Português – Partido do Progresso ..... 201  
RAFAEL OLIVEIRA DIAS

## Entrevista

“For a global history of the ends of empires”. Interview with Professor Martin Thomas ..... 227  
MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO E JOSÉ PEDRO MONTEIRO

## Recensões

MEJÍA, Pilar; DANWERTH, Otto; ALBANI, Benedetta (eds.) (2020). *Normatividades e instituciones eclesiásticas en el Nuevo Reino de Granada, siglos XVI–XIX (Global Perspectives on Legal History 13)*. Frankfurt am Main: Max Planck Institute for European Legal History, 278 pp. .... 269  
RAFAELA ZANOTTO CASAGRANDE

FRIEDRICH, Markus (2022). *The Jesuits: a history*. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 854 pp. .... 273  
GUILHERME MIGUEL MENDES DE SOUSA

SANTOS, Matilde Mendonça dos (2022). *Zelar pela Fé: Inquisição e episcopado na diocese de Cabo Verde (1646-1821)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 278 pp. ....279

MARIANA PEREIRA

SANTOS, Matilde Mendonça dos (2022). *Zelar pela Fé: Inquisição e Episcopado na Diocese de Cabo Verde (1646-1821)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR), 280 pp. ....283

V. ALEJANDRO MORALES

SOUZA, Laura de Mello e (2022). *O jardim das hespérides: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII*. S. Paulo: Companhia das Letras, 172 pp. ....287

VICTOR JOSÉ DO NASCIMENTO CUSTÓDIO

ADI, Hakim (2022). *African and Caribbean People in Britain: A History*. London: Allen Lane, 688 pp. ....293

ANTONY HOYTE-WEST

RODRIGUES, Aldair; MAIA, Moacir (orgs.) (2023). *Sacerdotisas voduns e Rainhas do Rosário: mulheres africanas e Inquisição em Minas Gerais (século XVIII)*. São Paulo: Chão Editora, 192 pp. ....297

BRUNO MARTINS DE CASTRO

ROSENTHAL, Olimpia E. (2023). *Race, Sex, and Segregation in Colonial Latin America*. Nova Iorque, Londres: Routledge, 203 pp. ....301

LEONOR SALGUINHO FERREIRA

SÁ, Isabel dos Guimarães; RODRIGUES, Lisbeth (eds.) (2023). *The Confraternities of Misericórdia and the Portuguese Diasporas in the Early Modern Period*. Leiden; Boston: Brill, 310 pp. ....305

ANA ISABEL COELHO PIRES DA SILVA





**CADERNO  
TEMÁTICO**



## Introdução

### Construindo e Cruzando Fronteiras nos Impérios Ibéricos, séculos XVII-XVIII<sup>1</sup>

*Shaping Frontiers and Crossing Borders in the Iberian Empires, 17<sup>th</sup>-18<sup>th</sup> centuries*

No início da Idade Moderna, o sentido do termo fronteira estava fortemente ligado ao âmbito da guerra; a fronteira era concebida como uma frente, a primeira linha onde se desenrolava o conflito armado (BERTRAND e PLANAS 2011). Por essa razão, não é de estranhar que o Tesoro de la Lengua Castellana de Sebastián de Covarrubias (1611: 414) tenha integrado a definição de “fronteira” dentro da do termo “frente”, ainda que a tenha definido sem aludir diretamente à guerra: é a “raia e termo que divide dois reinos por estar um fronteiro ao outro”, uma definição muito semelhante àquela que nos é dada pelo Dicionario de Autoridades (1732), que introduziu uma apreciação (“raia e termo que parte e divide...”) que incidia na sua função segregadora. As definições de fronteira do Tesoro de la Lengua Castellana e do Dicionario de Autoridades a que se fez referência aludem ao carácter linear da fronteira mediante o uso do termo “raia”, cujo significado se projeta sobre o âmbito espacial: “termo, confim ou limite de uma Província ou Região com outra, ou a divisão da sua jurisdição”<sup>2</sup>. Este significado é, aliás, reproduzido no Vocabulario Portuguez & Latino de Raphael Bluteau (1728: 219), que associa fronteira às fronteiras do Reino e aos seus confins. Na semântica fronteiriça em castelhano torna-se, assim, fundamental o termo “limite”: “O termo, confim ou lindeiro das possessões, terras ou estados”, que amplia o marco desde âmbito estatal ao privado. O mesmo parece sugerir

<sup>1</sup> Este caderno temático resulta, em parte, de discussões levadas a cabo na conferência “Encounters, Rights and Sovereignty in the Iberian empires (15<sup>th</sup>-19<sup>th</sup> centuries)”, que teve lugar na Universidade de Évora, em maio de 2018, e que foi organizada no contexto do projeto “Empire and Human Rights: Colonization and Sovereignty in a global Iberian empire” (IF, GA 659425), financiado pelas Acções Marie Skłodowska-Curie, da Comissão Europeia. A publicação e coordenação deste caderno enquadra-se também no projeto de pesquisa “La ciudad en acción: resistencias, (re)significaciones del orden y cultura política en la Monarquía Hispánica” (PID2021-124823NB-C22) financiado por MCIN/ AEI /10.13039/501100011033/ and FEDER Una manera de hacer Europa. Esta publicação recebeu também apoio do programa de investigação e inovação Horizonte 2020 da União Europeia, sob o Grant Agreement N° 778076 das Acções Marie Skłodowska-Curie Grant Agreement.

<sup>2</sup> A etimologia destes vocábulos é latina: *finis, limes, confinia, terminus*.

Raphael Bluteau: “termo, ou extremidade de algum campo, terra, e com que separa, e divide uma coisa da outra”. O carácter territorial de esta forma de conceber a fronteira é evidente, como evidente é o propósito separador e até mesmo a índole periférica que, conseqüentemente, se atribui aos entornos fronteiriços.

Estes significados não deixaram de influenciar a historiografia das fronteiras, que tradicionalmente as conceberam como espaços de tensão e confronto de natureza linear. Contudo, depois do processo de renovação historiográfica que se desenvolveu nas últimas décadas, as fronteiras são hoje definidas desde perspectivas mais abrangentes, não se considerando apenas as suas dimensões políticas, mas privilegiando-se também as suas dimensões sociais e interculturais, bem como a sua permeabilidade e o seu carácter construtivo. Cada vez mais, tende-se a sublinhar a importância das interações interculturais e das atividades transfronteiriças como uma característica fundamental dos espaços de fronteira. Os impérios ibéricos não ficaram arredados destas discussões (v.g. HERZOG 2015; FAVARÒ, MERLUZZI & SABATINI 2017; TRUCHUELO & REITANO 2017; LEVIN ROJO & RADDING 2019), mas continuam a faltar trabalhos que ofereçam uma abordagem mais integrada no tempo e no espaço. O objetivo deste caderno temático é, precisamente, contribuir para esta análise de conjunto, assim aprofundando o carácter socialmente construído das fronteiras.

Ainda que, durante muito tempo, as fronteiras tenham sido concebidas como uma imposição desde o topo, ao considerarmos a multiplicidade de atores que contribuíram gradualmente para o seu processo de conformação e definição, passamos a ter uma compreensão mais cabal do carácter poliédrico das fronteiras e da sua natureza mutável e, inevitavelmente, porosa. Assim, os artigos aqui reunidos procuram olhar para os processos de construção das fronteiras em diferentes escalas, a partir da análise da capacidade de participação (*agency*) de uma grande variedade de atores, tanto dominantes como subalternos, tanto internos como externos. Além disso, os textos que aqui se apresentam procuram reinterpretar os impactos da condição de fronteira nos próprios territórios e nos indivíduos que neles se movimentam, considerando os cruzamentos e conexões entre diferentes espaços dos impérios ibéricos. Pretende-se, assim, contribuir para o conhecimento sobre fronteiras coloniais na Ásia e na América através do estudo das relações transfronteiriças e interétnicas.

O conjunto de artigos reunidos aborda, pois, esta problemática a partir de uma multiplicidade de perspectivas. A partir da análise do funcionamento de uma instituição central às duas monarquias ibéricas – a Inquisição –, Miguel Rodrigues Lourenço examina a cooperação entre os agentes portugueses e os castelhanos no Sueste Asiático, um espaço periférico aos dois impérios. Observa estas dinâmicas de cooperação num momento particularmente fraturante entre

as duas monarquias: a *Restauração* de 1640. O autor demonstra como as Inquisições do México e de Goa mantiveram abertos canais de comunicação informais que permitiram a troca de informação e correspondência inquisitoriais, bem como a livre circulação dos seus agentes, uma troca e uma circulação alheias à guerra travada pelas duas coroas na Península Ibérica. Considerando estas regiões como uma “periferia partilhada”, Rodrigues Lourenço olha para estes espaços de fronteira a partir do seu carácter de conexão, ao invés da natureza conflituosa e divisora tradicionalmente considerada.

Também Carlos Augusto Bastos e Benita Herreros Cleret de Langavant põem a tónica nas dinâmicas de conexão e aproximação facilitadas pelos espaços de fronteira, aprofundando os esforços de demarcação fronteiriça desenvolvidos depois da assinatura do Tratado Preliminar de Limites de Santo Ildefonso (1777). Bastos demonstra que, durante a demarcação, se desenrolaram amplas redes comerciais trans-imperiais que ultrapassaram o espaço fronteiriço e que se estendiam até às regiões andinas, alcançando inclusivamente a cidade de Quito. O intercâmbio – lícito e ilícito – esteve intimamente relacionado com a presença da Quarta Partida Demarcadora de Limites no território, uma vez que serviu para atender às necessidades de abastecimento da partida e dos seus membros, que se envolveram diretamente nele, a começar por Francisco Requena, comandante da partida espanhola e governador de Maynas. Herreros, por sua vez, destaca a relevância adquirida pela cartografia nas tentativas de definir um limite fronteiriço sobre o terreno por parte dos representantes dos poderes ibéricos no Paraguai e em Mato Grosso. A autora observou como a execução dos trabalhos de exploração e cartografia realizados pela Terceira Partida espanhola na área do curso superior do rio Paraguai dependeu, em boa medida, da colaboração prestada por indígenas. Sublinha também a importância dos saberes indígenas para a construção do conhecimento geográfico “oficial”, um conhecimento que tinha o objetivo de definir uma fronteira linear ajustada aos termos do Tratado de Limites e que era adquirido a partir da atuação dos indígenas como guias, intérpretes e informantes sobre assuntos estratégicos. Além disso, este estudo constata também as intenções que a partida de demarcação tinha de construir uma soberania sobre o terreno, bem como a relevância que as populações indígenas não sujeitas à autoridade colonial adquiriram neste contexto de rivalidade entre as potências ibéricas. Os dois artigos contribuem para demonstrar que a demarcação de limites que, em teoria, deveria estabelecer a separação entre os impérios ibéricos, legitimar uma determinada soberania sobre o terreno e, conseqüentemente, consolidar um marco normativo específico, dependeu largamente da circulação transfronteiriça e trans-imperial de pessoas, mercadorias e informações, e também da colaboração de indivíduos e sociedades indígenas autónomas. Paradoxalmente, ainda que o

Tratado pretendesse limitar essa circulação e aspirasse a impor o domínio sobre essas comunidades, a sua implementação dependeu de ambas.

As figuras dos guias (*baqueanos*) e intérpretes (*lenguaraces*) ganham também destaque no artigo de Andrés Severo Antón Rivas, que, ao analisá-los, realça o papel por estes agentes desempenhado na intermediação cultural nas fronteiras meridionais do Rio da Prata, no período entre 1740 e 1810. O autor leva a cabo uma caracterização destes indivíduos tendo em conta critérios demográficos e sociais, identificando uma grande diversidade étnica, etária, de género e de extração social. A análise das funções que exerceram na Pampa e Patagônia permitiu-lhes observar que, além de guiar e traduzir, estes indivíduos desenvolveram tarefas que foram desde a participação no estabelecimento e desenvolvimento de negociações de paz entre hispano-crioulos e indígenas até, no extremo oposto, à espionagem e ao roubo, um aspeto ilustrativo da pluralidade de relações que se estabeleceram nestes ambientes fronteiriços.

O vice-reinado do Rio da Prata é também explorado no texto de Randall Grant Kleiser, que analisa a construção da paz entre portugueses e castelhanos na chamada “Banda Oriental”, correspondente às fronteiras entre os impérios português e espanhol a leste do rio Uruguai. A sua análise situa-se na cronologia entre 1777 e 1801, um período que se segue a quase um século de conflitos recorrentes na Banda Oriental. Kleiser explica como a paz resultou de uma multiplicidade de fatores. Quando se assinou o tratado, já se havia concretizado a expulsão da Companhia de Jesus dos domínios de Portugal (1759) e de Espanha (1767), a quem se tinha responsabilizado por instigar a resistência guarani à execução do Tratado de Madrid, de 1750. A estes fatores acrescentaram-se outros como a diminuição das disputas em torno do gado entre os colonos ou do contrabando, uma atividade que, durante muito tempo, tinha sido crucial para a região e cuja importância decresceu devido à aprovação do Decreto de Livre Comércio de 1778. Desta forma, a simultaneidade de diversos fatores a uma escala local, regional e global terá criado as condições necessárias para o fim das hostilidades que, até 1777, tinham caracterizado as relações entre os impérios ibéricos na Banda Oriental, ao mesmo tempo que contribuiu para a consolidação da autoridade colonial das duas monarquias.

Assim, através de diferentes abordagens – política, religiosa, militar, institucional, científica, cultural e económica –, o conjunto de artigos reunidos neste caderno temático coloca em diálogo diferentes tradições historiográficas, oferecendo uma imagem panorâmica das fronteiras das monarquias pluricontinentais ibéricas, da sua (in)definição e das relações interétnicas e transfronteiriças que se desenvolveram no seu entorno e a partir delas, visando assim contribuir para uma compreensão mais cabal dos espaços de fronteira e do seu papel na construção dos impérios ibéricos.

## Fontes Impressas

- BLUTEAU, Rafael (1728). *Vocabulario portuguez, e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico: autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos*, vol 4. Lisboa: Oficina de Pascoal da Sylva.
- COVARRUBIAS OROZCO, Sebastián de (1611). *Tesoro de la lengua castellana, o española*. Madrid: Luis Sánchez.
- Diccionario de Autoridades* (1726-1739), versão digital: <https://apps2.rae.es/DA.html>

## Bibliografia

- BERTRAND, Michel e PLANAS, Natividad (eds.) (2011). *Les Sociétés de frontière de la Méditerranée à l'Atlantique (XVI e-XVIII e siècle)*. Madrid: Casa de Velazquez.
- FAVARÒ, Valentina; MERLUZZI, Manfredi; e SABATINI Gaetano (coords.) (2017). *Fronteras. Representaciones, Integraciones y Conflictos entre Europa y América, S. XVI-XX*. Madrid: Fondo de Cultura Económica.
- HERZOG, Tamar (2015). *Frontiers of possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge: Harvard University Press.
- LEVIN ROJO, Dana A. e RADDING, Cinthya (2019). *The Oxford Handbook of Borderlands of the Iberian World*. Oxford University Press.
- TRUCHUELO, Susana e REITANO, Emir (eds.) (2017). *Las fronteras en el Mundo Atlántico (siglos XVI-XIX)*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata.

GRAÇA ALMEIDA BORGES

Universidade Autónoma de Lisboa, Polo CIDEHUS.UAL

[mgborges@autonoma.pt](mailto:mgborges@autonoma.pt)

<https://orcid.org/0000-0002-4789-908X>

BENITA HERREROS CLERET DE LANGAVANT

Universidad de Cantabria

[herrerob@unican.es](mailto:herrerob@unican.es)

<https://orcid.org/0000-0002-4789-908>





# The dynamics of a shared periphery. Southeast Asia and the institutional relations between the Inquisitions of Mexico and Goa in the 17<sup>th</sup> century

**MIGUEL RODRIGUES LOURENÇO**

Universidade NOVA de Lisboa, CHAM, FCSH | Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste  
mjlourenco@fcs.unl.pt  
<https://orcid.org/0000-0002-0432-3240>

Texto recebido em / Text submitted on: 07/06/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 29/09/2023



**Abstract.** In 1640, the secession of the Portuguese Crown from the Habsburg Monarchy put a halt to cooperation between the tribunals of the Iberian inquisitions, which, to varying degrees, had existed since the founding of the Portuguese Holy Office. Southeast Asia and East Asia never saw open warfare between Portugal and Spain, unlike what happened in the Iberian Peninsula. The caution shown by the Spanish Governors of the Philippines with regard to Portuguese outposts such as Macau and Borobos (Makassar)—informal establishments with different degrees of institutionalization—and the expectation that their inhabitants would declare allegiance for Philip IV allowed for the maintenance of informal communications between vassals of both Crowns. This situation created a favorable environment for the exchange of information and correspondence between the Inquisitions of Mexico and Goa when, in the Iberian Peninsula, such practices were interrupted. This paper intends to demonstrate how the configuration of the Iberian empires in Asia created conditions for the continuation of inquisitorial cooperation despite the Restoration wars between the two Crowns and the trade restrictions imposed after the end of the conflict.

**Keywords.** Cooperation, Goa Inquisition, Mexico Inquisition, Navigation.

**Resumo.** Em 1640, a secessão da Coroa de Portugal da Monarquia dos Habsburgo colocou em suspenso a prática de cooperação entre os tribunais das inquisições ibéricas que, a diferentes níveis, vinha ocorrendo desde a fundação do Santo Ofício português. No Sueste Asiático e na Ásia Oriental, não se verificou nunca uma situação de guerra aberta como na Península Ibérica entre Portugal e Espanha. A cautela evidenciada pelos governadores das Filipinas em relação a localidades como Macau e Borobos (Macáçar) – estabelecimentos informais e com graus de institucionalização diferenciados – e a expectativa de que os seus moradores se viessem a declarar por Filipe IV possibilitou uma comunicação informal entre vassalos declarados por Coroas distintas. Ao mesmo tempo, criou um ambiente favorável ao intercâmbio de informação e correspondência inquisitorial entre as Inquisições do México e de Goa quando, na Península Ibérica, tais práticas se encontravam interrompidas. Este artigo pretende demonstrar como a configuração dos impérios ibéricos na Ásia criou condições para a continuidade de uma cooperação inquisitorial apesar das guerras da Restauração entre as duas Coroas ou das proibições comerciais estabelecidas após o final do conflito.

**Palavras-chave.** Cooperação, Inquisição de Goa, Inquisição do México, Navegação.

When the Holy Office was established in Spain and Portugal in the last decades of the 15<sup>th</sup> century and the first half of the 16<sup>th</sup> century, the Iberian monarchies that promoted this institution did not envisage its potential trans-continental transfer to the American or Asian continents. At the time of the foundation of the Inquisition in Castile and Aragon, between 1478 and 1480, Ferdinand and Isabella were yet to overcome the Nasrid Kingdom of Granada, while at the founding of the Portuguese institution, in 1536, the Portuguese presence in Asia was limited to a few scattered fortresses with no solid territorial base. Therefore, when the Inquisition of Goa was created some decades later, in 1560, followed by the Inquisitions of Mexico and Lima, in 1569 and 1571, neither Portuguese nor Spanish general inquisitors had foreseen the logistic challenges of conveying directives and maintaining communications between locations thousands of kilometres apart. To cover the oceanic distances that separated the tribunals from their farthest peripheries, the inquisitors often depended on mercantile routes linking distant territories<sup>1</sup>. In the case of Asia, that meant coordinating institutional procedures that would take into account the specific meteorological conditions that regulated transoceanic navigation.

In this paper, we will discuss the specificities of the practices of inquisitorial communication and cooperation in Southeast and East Asia in light of the institutional framework regarding prisoner transfers and the exchange of correspondence between the Inquisitions of Spain and Portugal in the Iberian Peninsula. We will then proceed to analyse how Southeast Asia came to constitute a sort of “shared periphery” of the Goa and Mexico Inquisitions. We will contend that the disparities of institutionalization in the Portuguese and Spanish empires in Asia and the extended duration of institutional communications between the commissaries and their respective tribunals favoured the perception of Southeast and East Asian territories as rotating platforms in which inquisitorial justice could be upheld. As we shall see, the particularities of Iberian presence in the region facilitated the broadening of this pre-existing institutional culture of cooperation between Inquisitions even in times of war.

Since before the creation of the Portuguese Inquisition, the question of heretics fleeing from the Spanish inquisitorial tribunals was a subject for discussion for Charles V’s ambassador to Portugal (SOYER 2008: 204-205). After the introduction of the Holy Office in Portugal in 1536, both Inquisitions engaged in bidirectional communication at the highest level (MARCOCCI 2004: 105-106), and in the 1540s, the general inquisitors discussed the level to which cooperation between the tribunals should extend. Reluctance on the

---

<sup>1</sup> A reflexion on inquisitorial control over Portuguese territory from the theoretical framework of centre and periphery is presented in Bethencourt (1987).

Portuguese side to accept the transfer of prisoners to those Spanish tribunals in whose districts the criminal offences had originally been committed left the Inquisitions room to agree only on the exchange of legally binding information regarding the charges (*culpas*) against the defendants so that they could be admitted in court (LÓPEZ-SALAZAR CODES 2012: 230-231; MONTEIRO 2019: 94-96). The general inquisitor of Portugal, D. Henrique, generally opposed the transfer of prisoners, being open to that possibility only in those cases when the suspect had been previously detained by a non-Portuguese tribunal and escaped incarceration (LÓPEZ-SALAZAR CODES 2012: 227; MONTEIRO 2019: 96). Recent research on the matter by Ana Isabel López-Salazar (2012: 225-230) points to no formal agreement ever being signed, likely owing to this difficulty. In general terms, however, the convoluted beginnings of the Inquisition in Portugal and the need to consolidate the prestige of the new tribunal in Portuguese society likely led D. Henrique to prefer this cooperative framework<sup>2</sup>. Thus began a practice of cooperation that was directed at facilitating the identification and apprehension of culprits without compromising the operative autonomy and authority of the tribunals themselves.

In the following years, questions regarding the transfer of prisoners allowed for a change in the nature of cooperation between the Inquisitions to take place (MONTEIRO 2019: 96). Towards the last quarter of the 16<sup>th</sup> century, the general inquisitors of Spain and Portugal agreed on an exceptional exchange of prisoners (LÓPEZ-SALAZAR CODES 2012: 231-232). In turn, this led the different tribunals on both sides of the border to directly manage such new occurrences, especially after the political union of Spain and Portugal (LÓPEZ-SALAZAR CODES 2012: 232). Even if prisoner transfers remained residual in the practices of inquisitorial cooperation, it was not an uncommon occurrence in the first half of the 17<sup>th</sup> century, until D. Antonio de Sotomayor, general inquisitor of Spain, decided in 1635 that all tribunals should consult the *Consejo de la Suprema Inquisición* and the general inquisitor on all extradition requests from the Portuguese Inquisition (LÓPEZ-SALAZAR CODES 2012: 240-242). Nevertheless, even on the eve of the Portuguese revolt of 1640 against the Habsburgs, and notwithstanding the context of the recent restrictions imposed by Sotomayor in Spain, relations between Inquisitions had were experiencing what López-Salazar referred to as “the golden age of

---

<sup>2</sup> The beginnings of the Inquisition's activity in Portugal were troubled by several years of tension and difficult negotiations with Rome on the tribunal's procedure and the definition of its jurisdiction. In particular, D. Henrique sought to ensure the preeminence of the Holy Office within the Portuguese ecclesiastical framework and to affirm the authority of the new institution (MARCOCCI 2004: 59-86; MARCOCCI and PAIVA 2013: 23-48).

cooperation [...] regarding prisoner transfers”, although the author considers this more a question of practical management than a policy coordinated at the highest level (LÓPEZ-SALAZAR CODES 2012: 238-239). In practice, the exchange of inquisitorial charges and genealogical enquiries at the request of inquisitors from the two kingdoms became so routine that the Iberian tribunals seemed to act as one judicial body (MONTEIRO 2019: 143, 193).

## The cooperation of peripheries

These practices were, of course, facilitated by the relative proximity of the Iberian tribunals. In Asia, the sheer size of the districts and the distance between inquisitorial centres affected the process of communication in ways that were not comparable with the Iberian Peninsula<sup>3</sup>. Monsoon-regulated trade imposed a rhythm on institutional communications between the centre (the headquarters of the tribunal) and its peripheries, whichever they were. In Macau and Manila, the establishment of commissaries led to an annual, monsoon-regulated practice of correspondence with Goa and Mexico respectively (LOURENÇO 2020). Despite occasional obstacles to navigation (naval blockages, shipwrecks, forced arrivals), the process of communication was nevertheless very straightforward, as it involved a continuous, bi-directional communication between centre and periphery<sup>4</sup>. This was, of course, dependent on the availability of vessels and trustworthy couriers of both correspondence and prisoners. Should any of these situations be lacking, disruptions in communications were likely to ensue.

This occurred, for instance, in the communications between Goa and the island of Ternate (Maluku archipelago) in the early 1630s. The commissary Andrés Simi reported in 1630 that he was unable to send prisoners to Goa because there were no ships bound to the fortress of Melaka. He was left with the option of

---

<sup>3</sup> For a broader analysis of inquisitorial communications on a global scale see SOYER 2015: 331-353.

<sup>4</sup> The topic of the Inquisition in the Philippines has experienced a resurgence in recent years, with many researchers focusing on individual cases and types of religious offences. This new tendency put an end to more than a century of effective indifference on the subject ever since the classic and century-encompassing work of José Toribio Medina (1899) and the short-lived attempts by F. Delor Angeles (1980) to renew interest in the field. Recently, Fernando Palanco Aguado (2022) authored a thematically and geographically more diversified general history of inquisitorial activity in the Philippines, providing a much-needed renovation to Medina's work which, unlike Palanco's, did not rely on the documents sent by the commissaries of the Philippines. As for Macau, this periphery of the Goa Inquisition has not attracted as much attention as the Philippines, likely owing to the scarcity of sources. At present, there is no monograph covering the entirety of inquisitorial activity in the city. Macau's location vis-a-vis the city of Goa, in connection with the need to provide a functional institutional framework to regulate offences to the faith by neophytes, led the Inquisition to broaden the abilities of local commissaries (LOURENÇO 2022: 72-81).

either sending them to Makassar—the main port of the Gowa-Tallo sultanate in Sulawesi, where a small Portuguese colony was based—, aboard infidel-manned vessels on which it was impossible to ensure the incarceration and delivery of the detainee, or to Manila, where a ship to Melaka might or might not be available to travel onwards to Goa<sup>5</sup>. The unavailability of official convoys between Goa and Ternate at this time played a part in delays in inquisitorial communication. In 1631, Simi reported that his fellow Jesuit, Father Manuel Ribeiro—who was the bearer of inquisitorial correspondence—had failed to arrive, a failure he posited as having to do with the lack of transportation from Makassar to Ternate<sup>6</sup>. His supposition indicates that such difficulties were common and might very well be the reason that for three years he received no letters from the Goa Inquisition<sup>7</sup>.

As mentioned, the tribunals were ill-equipped to oversee vast territories or to manage the challenges of communication from afar. While in the Iberian Peninsula, tribunals from Spain and Portugal managed to exchange correspondence directly between themselves, institutional relations between the Inquisition of Goa and Mexico likely never reached the same level of normalcy even after the dynastic transition following the death of King Henrique, the former inquisitor general, in 1580. It is not straightforward to retrace these practices of communication due to the loss of the archive of the Goa Inquisition following the tribunal's suppression<sup>8</sup>. We rely heavily on only one side of this institutional relation, owing to the preservation of much of the inquisitorial correspondence sent from Manila to Mexico. In these letters, there is evidence for the existence of different forms of cooperation between both tribunals over the century. Due to the large distances involved, inquisitorial agents of the peripheries of both districts played an essential role in managing and transferring inquisitorial papers across regions not fully controlled by either Portuguese or Castilian Crowns. This correspondence also points to some matters being decided locally, as a result of a direct correspondence between the peripheries of inquisitorial districts, indicative of operations that involved a greater degree of adaptation in the way matters of faith were handled in Southeast and East Asia.

---

<sup>5</sup> See the letter of Andrés Simi, SJ, commissary of the Holy Office in Ternate, to the inquisitors of Goa, 06.04.1630, copied in the trial of Fr. João de Matos in the Inquisition of Goa, of 1634 in LOURENÇO 2012: vol. I, 171.

<sup>6</sup> Letter of Andrés Simi, SJ, commissary of the Holy Office in Ternate, to the inquisitors of Goa, 20.04.1631, copied in the trial of Fr. João de Matos in the Inquisition of Goa, of 1634 in LOURENÇO 2012: vol. I, 173.

<sup>7</sup> Letter of Andrés Simi, SJ, commissary of the Holy Office in Ternate, to the inquisitors of Goa, 02.06.1630 and 20.04.1631, copied in the trial of Fr. João de Matos in the Inquisition of Goa, 1634 in LOURENÇO 2012: vol. I, 172-173.

<sup>8</sup> Miguel Vicente d'Abreu (1827-1883) published the letters exchanged between the viceroy of India and the Prince Regent (future John VI) discussing the criteria for the destruction of the Goa Inquisition's archive. See D'ABREU 1866: 288-293. More recently, a new article discussed the transfer of inquisitorial papers to Rio de Janeiro following the suppression of the Goa branch of the Holy Office (FEITLER 2018).

In 1604, Luís Fernandes, a Jesuit commissary of the Holy Office residing in Tidore, one of the Maluku islands, entrusted the apprehension and all further procedures in the case of one Álvaro Miguel to his homologue in Manila, Fr. Bernardo de Santa Catalina. The Jesuit would have been obliged to report the case to the Inquisition in Goa. However, seeing as Miguel was on his way to Manila, he informed Santa Catalina that, regrettably, he was unable to place him under arrest as he was already outside the fortress of Tidore (Archivo General de la Nación [henceforth, AGN], *Indiferente Virreinal*, caja 3436, exp. 19). He did not request that Miguel be sent back to Tidore. Instead, he seemed content with knowing that the suspect, who was accused of facilitating the Islamization of Christians, was to be tried regardless of the tribunal. The commissary of Manila forwarded the information to the Inquisition in Mexico, who nevertheless chose not to follow through on the accusation (University of Texas [henceforth, UT], *Benson Latin American Collection* [henceforth, BLAC], *W. B. Stephen Collection* [henceforth, WBSC], ms. 917: 466).

It should be noted that in the commissary of Tidore's decision, no consideration seems to have been paid to the general framework of institutional cooperation between the Inquisitions of Spain and Portugal, nor was the tribunal of Goa consulted on the matter beforehand. Since no answer from Goa would reach Tidore until the following year, the Portuguese commissary made an impromptu decision to inform his homologue at Manila of the case, hoping that he could succeed where he himself did not.

The fact that, at the time, both the Spanish and the Portuguese were ruled by the same dynastic house likely encouraged commissaries from the two inquisitorial districts to coordinate their actions. Despite prohibitions of trade between the two Iberian empires, the reality of the Iberian Union favoured the circulation of people and goods, effectively contributing to deeper, albeit complex, relations. It is clear, that commissaries recognized the possibility of carrying out their functions in a more coordinated manner. For instance, the commissary of Cebu, Fr. Martín de Zamudio, reported to the Inquisition of Mexico that his predecessor would issue an authorization to captains or masters of vessels travelling to Melaka or the Maluku Islands from Cebu to place any Portuguese subject under arrest if they displayed any actions contrary to the Catholic faith, delivering them to the commissary of the port of destination. The Inquisition of Mexico ultimately decided that such initiatives should not rest on the decisions of lay people such as captains and masters of vessels. Rather, they should produce their denunciations to the commissaries immediately upon arrival and let them decide on the proper course of action.

Suspect individuals were only to be placed under arrest in case of flight risk and as a last resort (UT, *BLAC*, *WBSC*, ms. 917: 450).

Regardless of these examples, local, non-agreed upon initiatives from the commissaries seem to have been the exception rather than the general rule. From what we could gather from extant documents, commissaries and other figures of ecclesiastical authority in Southeast and East Asia more often functioned as distributors of correspondence from one inquisitorial district to the other. One such example occurred at the beginning of the 17<sup>th</sup> century. In 1601, the Bishop of Japan, D. Luís Cerqueira, conducted an enquiry in Nagasaki at the behest of the Inquisition of Mexico. The tribunal was acting upon an accusation made by Tomé, a Japanese Catholic, against a family of Portuguese New Christians, the sons of one Rui Pires (Pérez, in Spanish documents), whom he accused of being Jews (SOUSA 2015). In 1599, the Inquisition had asked its commissary in Manila to request that his counterpart in Nagasaki conduct an enquiry into the lives of these men by interrogating witnesses. The tribunal specifically instructed the commissary to inform his Nagasaki homologue that it would respond willingly regarding any matter concerning the Inquisition of Portugal in its district (UT, *BLAC*, *WBSC*, ms. 917: 8-9). The untimely demise of the commissary left the instruction unattended, so it was not until Fr. Bernardo de Santa Catalina was nominated commissary in 1600 that the tribunal's orders were carried out. As there was no commissary in Nagasaki, the request was forwarded directly to D. Luís Cerqueira, who promptly conducted the enquiry. Even though Japan fell under the jurisdiction of the Inquisition of Goa, the Bishop sent the enquiries to Manila in October 1601 without consulting the inquisitors of his own district (SOUSA 2015: 226-228).

As was the case of the commissary of Tidore, no mention was made in this correspondence to the standing practices of collaboration between Inquisitions. Communication occurred on the premise that whichever commissary, prelate or ecclesiastical person received the requests would carry them out. Such cooperation was to be expected, on the one hand, because both Inquisitions existed under the tutelage of one king, and on the other hand, because of the shared understanding on the purpose and function of the ministry (*oficio*) of the inquisitors in Catholic societies, in that it demanded that those who were detrimental to collective redemption should be tried, regardless of the presiding tribunal<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> It is relevant to recall that the reality of Modern Inquisitions was the result of the increasing codification of a judiciary practice (the *inquisitio*) evolving into formal, organized tribunals under the auspices of Iberian kings. The Iberian Inquisitions—as well as its Roman counterpart—drew on a series of “bulls and papal dispositions, conciliar rulings and every canon and temporal laws issued to fight off heresy”, which surely favored the notion of shared ministry amongst the inquisitors belonging to different inquisitorial systems. See TORRES PUGA 2019: 33-54 (35).

A decade later, the aforementioned bishop of Japan functioned as the intermediary in the first recorded act of communication involving the inquisitors of Mexico and Goa, although this never led to a direct correspondence between tribunals, as all requests were managed by Cerqueira himself. The situation arose when the prelate received information that a New Christian called Francisco Vaz, presumably burned in effigy in Mexico and on the run from that tribunal, had been roaming through the Philippines, Nagasaki, Macau and Goa<sup>10</sup>. The inquisitors at Goa could not form a case based on the vague accusation that they received from Cerqueira, so they instructed the prelate to ask the Inquisition of Mexico for further information. Cerqueira's letter, written in March 1613, only reached the intended destination in January 1615 (AGN, *Inquisición*, vol. 293, fols. 153-154v). The Inquisition responded hastily the following month asking for more information on Vaz (UT, *BLAC*, *WBSC*, ms. 917: 331-332). However, it was unaware that Cerqueira had died the year before and that the Tokugawa shogunate had ordered all missionaries to leave the archipelago. Those that remained did so in hiding, and the situation in Japan made it difficult for an ecclesiastical person to freely carry out any requests placed by the Inquisition. As far as we can tell, these acts of communication ended abruptly, and no more information was provided on Francisco Vaz.

Another example of cooperation involved the commissary of Manila, Fr. Francisco de Herrera, OP, and the governor of the bishopric of China, who was based in Macau. After receiving information from Manila on the possible double marriage of one Ginés Barroso, the Inquisition of Mexico instructed Herrera to request from the ecclesiastical authorities in Macau a copy of the certificate of Barroso's marriage there (AGN, *Inquisición*, vol. 484, fol. 600). As reported by Herrera, the couriers he entrusted his letters to in 1624 failed in their task. He explained this failure to the Inquisition of Mexico as due to the couriers' fear that they had not taken the right letters (AGN, *Inquisición*, vol. 341, fol. 310v)<sup>11</sup>. Therefore, no reply came in 1625, and Herrera had to renew the request. The real explanation, however, was probably different. By 1624, the diocese of China had divided into two groups, each obeying a different governor of the bishopric. Fr. António do Rosário, a Dominican who had occupied the post until 1623, had been deposed and a Jesuit elected in his stead (PENALVA 2005: 539-568). Rosário had been the usual correspondent in Macau for the Inquisition of Goa since 1617—although not formally a commissary, as the

---

<sup>10</sup> On Francisco Vaz see SOUSA 2018: 206-207.

<sup>11</sup> The original reads: "quias por temer no lleuasen las cartas devidas" (perhaps fearing that they were not carrying the right letters).

tribunal decided to suspend nominations for this city for a period—, so it was to him that Herrera wrote (LOURENÇO 2016: 190-194). As the situation was not resolved by the time Herrera—also a Dominican—wrote, we can posit that either the Portuguese to whom the commissary of Manila entrusted the letters were not of Rosário's faction and did not recognise him as the competent ecclesiastical authority in Macau, and therefore chose not to deliver the letters, or that they felt unsure as to how to proceed. While commissaries and inquisitors expected and fostered cooperation between both inquisitorial districts, it is clear that social contingencies could make cooperation inefficient or unreliable.

## The communication of centres

This straightforward and direct communication between peripheries came to an end after the secession of the Crown of Portugal from the Habsburg Monarchy. However, unlike the Iberian Peninsula—where communications between the two Inquisitions came to a halt—the tribunals of Mexico and Goa did not suspend contact in the wake of the Portuguese revolt of 1640<sup>12</sup>. On the contrary, the ensuing state of war led to what seems to have been the first recorded direct communications between the Inquisitions of Mexico and Goa. Up until then, commissaries and other ecclesiastical authorities complied to requests from the tribunals and wrote on their behalf to the inquisitors of another district. One case changed this framework of cooperation.

In 1643, one short year after Macau formally declared its allegiance to the new Portuguese dynasty, thus formally extending to East Asia the state of rebellion against the Habsburg monarchy, the Inquisition of Mexico issued an arrest warrant against a New Christian believed to be residing in the Philippines (AGN, *Inquisición*, vol. 416-2, fols. 415-416; LOURENÇO 2016: 278, 280n88; MONTEIRO 2019: 227). The suspect was one Jorge de Montoya, who was born in Castelo Branco and lived in Andalusia (Cartagena and Seville) before leaving for New Spain around 1618 or 1619<sup>13</sup>. After staying in Mexico City and San Luis Potosí for more than a decade,

---

<sup>12</sup> Interruption of inquisitorial communications in the Iberian Peninsula was not, it would seem, decreed by the inquisitor generals themselves; rather, it was a consequence of the war of the *Restauração*. After the conflict began, some tribunals unsuccessfully attempted to forward correspondence from Spain to Portugal (MONTEIRO 2019: 213-220).

<sup>13</sup> Record of the trial of Francisco Díaz de Montoya in the Inquisition of Mexico, session of 24.04.1645 (The Huntington Library [henceforth] HL, HM35119-Series 1, vol. 25, fol. 165. I'd like to express my gratitude to Jessica J. Fowler for bringing this document to my attention.

Montoya crossed the Pacific Ocean to settle in the Philippines in 1635 or 1636<sup>14</sup>. However, he was not to stay there. At some point, he relocated to Macau to act as a broker for his brother Francisco Díaz de Montoya and other Manila-based merchants. The Inquisition of Mexico issued an arrest warrant for both brothers, but only Francisco was living in Manila, where he was detained in July 1643 (AGN, *Inquisición*, vol. 416-1, fols. 282-282v). Jorge remained safely in Macau, if only for a short time.

In 1645, Manuel Fernandes, commissary of the Holy Office in Macau, received word from the vicar of Makassar and other Portuguese subjects residing there that a *familiar* from the Holy Office had travelled to the island bent on securing Jorge de Montoya and another New Christian named Pedro de Guevara on behalf of the Inquisition of Mexico (LOURENÇO 2012: vol. II, 303; SOYER 2015: 337)<sup>15</sup>. In the Iberian Peninsula, inquisitorial agents would penetrate the border for distances of up to 4 leagues without consulting the tribunal of the bordering district in order to conduct enquiries regarding blood purity (MONTEIRO 2019: 115). Frequently, *familiares* of the tribunals from different kingdoms would also cross the border to receive and transport correspondence (MONTEIRO 2019: 55). Such practices, however, came to a stop when the war between Portugal and Spain broke out.

The fact that a *familiar* of the Holy Office from Manila was able to travel to the Portuguese settlement in Makassar to imprison a suspect reveals the extent to which the Asian setting differed from that of the Peninsula. The Portuguese settlement of Makassar had grown under the protection of its sultan over the course of the 17<sup>th</sup> century. Its population increased after the fall of Melaka to the United East India Company (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie*, VOC) in 1641, when several refugees relocated there. As a result of this, Makassar became the centre of the bishopric of Melaka's government, and an *ouvidor* (special jurisdiction magistrate) with jurisdiction over Portuguese subjects was nominated by the viceroy in 1641 (BORGES 2005: 178-179). But the Spanish in the Philippines also enjoyed steady relations with the Sultanate, coming to

---

<sup>14</sup> See the record of the trial of D. Margarita de Rivera in the Inquisition of Mexico, session of 13.10.1643. HL, HM35119-Series 1, vol. 25, fol. 161. D. Margarita de Rivera stated that "she knows, heard and saw that seven or eight years ago one Jorge de Montoya travelled to the Philippines" ("saeu vio y oyo que abra siete v ocho años que passo a las Yslas Filipinas vn Jorge de Montoya").

<sup>15</sup> The vicar of Makassar was António Fernandes. By 1642 he was already acting as receiver of the Macau commissaries' correspondence destined to the Inquisition of Goa. See the testimony of Jerónimo da Silva before Fr. Gaspar de Carvalho, OP, vicar general of the bishopric of China, 08.09.1642 (Arquivo Nacional/Torre do Tombo [henceforth ANTT], *Tribunal do Santo Ofício* [henceforth TSO], *Conselho Geral do Santo Ofício* [henceforth CGSO], maço 35, no. 3.

dispute VOC hegemony as providers of clove, which they had access to due to their presence in the Maluku archipelago, and in turn securing food supplies from Makassar (VILLIERS 1990: 170; SÁNCHEZ-PONS 2020: 305, 309). Therefore, both Portuguese and Spanish vessels continued to dock at Makassar, despite the Habsburg crisis.

Jorge de Montoya was married in Macau to a *mestiza* woman named Maria de Azeredo, and Pedro Henriques de Guevara had recently travelled to the city in September 1644 from Cambodia<sup>16</sup>. Manuel Fernandes informed the inquisitors at Goa of the impending departure of Guevara to Kochi, and that Montoya, who owed money to the Spanish in Manila, had surreptitiously boarded a galleon leaving for Goa<sup>17</sup>. Although he couldn't detain Montoya in the name of the Holy Office, as he had no specific accusation to lay against him, Fernandes nevertheless, and to keep him in Macau, ordered his incarceration on the grounds of the unresolved debts<sup>18</sup>. In this letter, Fernandes asked the inquisitors for advice on what to do with Montoya, for he had been advised by his ecclesiastical advisors in Macau (two of them notaries of the Holy Office there) not to imprison this New Christian on the sole authority of the arrest warrant of the Inquisition of Mexico. He obviously changed his mind, because we know that Montoya entered the Inquisition's prison at Goa in April 1646, and that the arrest warrant was expressly mentioned as Fernandes' cause for sending him (ANTI, TSO, *Inquisição de Lisboa*, proc. no. 16700, fol. 7).

Manuel Fernandes probably made use of the prerogative to place a suspect under arrest in cases where there was flight risk, which since 1632 was the only prerequisite whereby a commissary of the Holy Office was authorised to take such initiatives (FEITLER 2008: 142; LOURENÇO 2016: 276, 282). We will never know if Jorge de Montoya would have been sent to Manila were the political situation in the Iberian Peninsula different. The relations between Macau and Manila had grown tense since 1642, when a party of Spanish representatives that had gone to Macau to secure the obedience of the city to Philip IV had been detained by local authorities (PENALVA 2005: 859-866). The situation only escalated after the Portuguese confiscated Spanish assets and expelled all "Castilians" living in Macau in 1644. In this context, there seems to have been little room for Fernandes to coordinate with Manila's inquisitorial

---

<sup>16</sup> See the record of the trial of Jorge de Montoya in the Inquisition of Goa, session of 14.05.1646 (AGN, *Inquisición*, vol. 366, exp. 4, fol. 89v) and the letter of Fr. Manuel Fernandes, commissary of the Holy Office in Macau, to the Inquisition of Goa, 03.12.1645 (LOURENÇO 2012: vol. II, 303).

<sup>17</sup> See the letter of Manuel Fernandes, commissary of the Holy Office in Macau, to the Inquisition of Goa, 17.12.1645 (LOURENÇO 2012: vol. II, 304).

<sup>18</sup> *Ibidem*: 304.

authorities even if he so desired. As it happened, Montoya was sent to Goa, and to our knowledge no request was made by the commissary of Manila or the Inquisition of Mexico for his person. The inquisitors in New Spain, having been informed by his commissary in Manila that Montoya was out of his reach in Macau, continued his trial *in absentia* and condemned him to burn in effigy in 1649 (AGN, *Inquisición*, vol. 416-1, fol. 27v; HL, HM35119-Series 1, vol. 25, fols. 147-179v).

Meanwhile, in Goa, Montoya's trial lasted 5 years, a lengthy period that should be attributed to the peculiar circumstances of his arrest and incarceration. Having sent only the Mexico Inquisition's arrest warrant with the culprit, the commissary of Macau left the Inquisition with no evidence to undertake a trial, and no accusation on which to base its procedure. Therefore, the inquisitors of Goa requested that the commissary of the Holy Office of Manila and the inquisitors of Mexico send further information on the suspect. Montoya arrived at Goa on April 2, 1646. The inquisitors issued a request on the 24<sup>th</sup> of the same month (HL, HM35119-Series 1, vol. 25, fols. 178). With that, a direct act of communication from tribunal to tribunal took place.

The request was sent alongside a letter dated two days later to the inquisitors of Mexico, as well as another one sent to the commissary of Manila that had instructed the *familiar* to arrest Montoya in Makassar<sup>19</sup>. However, this correspondence took an unusually long time to reach Mexico City. It was only on March 9, 1650, four years after the letters were dispatched, that they were delivered to the tribunal<sup>20</sup>. Inquisitorial correspondence suffered from the interruption of Manila-Acapulco navigations between 1646 and 1648 due to naval pressure from the VOC and to the grounding of ships in the Philippines (BERTHE 1994: 301-302; ISORENA 2015: 72). It is uncertain when the Goa inquisitors' correspondence reached Manila. The commissary did not send it in the *Encarnación*, the galleon which managed to resume communications with Acapulco in 1648; in that case, the inquisitors would have received the letter in 1649. It was most likely the *Nuestra Señora de Guía*, dispatched in the same year, that carried the news on Montoya's trial in Goa (Archivo General de Indias [henceforth, AGI], *Filipinas*, 31, N. 23).

Upon receiving the letter, the inquisitors of Mexico replied promptly, sending

---

<sup>19</sup> The letters of the inquisitors of Goa to Fr. Domingo González, OP, commissary of the Holy Office in Manila, and to the inquisitors of Mexico, dated 24.06.1646 and 26.04.1646, respectively, are enclosed in the trial of Jorge de Montoya (HL, HM35119-Series 1, vol. 25, fols. 175-176).

<sup>20</sup> The date of reception was inscribed at the top of the letter of April 26, 1646.

a summary of the accusations against Montoya they had in their archive<sup>21</sup>. The information was sent to Manila in 1650, where the local commissary dispatched it to Goa along two routes in the securest way possible. As we have already seen, commissaries did not take security lightly when it came to the transfer of inquisitorial papers. In 1630s Maluku, Andrés Simi had preferred delaying the dispatch of letters or detainees rather than sending them on non-Catholic owned vessels. In the 1650s, forwarding inquisitorial documents beyond the Philippines to the Goa Inquisition meant transferring sensitive papers to rebels against the Habsburg Monarchy, across heretic-dominated seas, in a region where both parties might meet without the question of fidelity to Philip IV being addressed until once again they entered the more reliable channels of inquisitorial communication: if, owing to VOC pressure in Southeast Asian waters, such channels were still in existence.

In Manila, the commissary Fr. Francisco de Paula laid out a scrupulous plan to ensure a transfer of papers that guaranteed safe delivery to a trusted party in a way that would avoid military confrontations between Portuguese and Spanish forces. Two routes were chosen to carry out this operation. One copy of the documents was entrusted to João Gomes de Paiva, described as “persona de toda satisfação” (a trustworthy person), a Portuguese merchant settled in Manila who remained loyal to Philip IV after 1642 and who conducted regular journeys to Makassar<sup>22</sup>. As Paiva was preparing for yet another voyage to the Portuguese settlement, Paula requested a sworn statement from Paiva committing himself to deliver the documents to Fr. Sebastião de São José, a Dominican who acted as commissary of the Holy Office of the Goa Inquisition in Makassar (AGN, *Inquisición*, vol. 458, fol. 205)<sup>23</sup>. In his absence, or in that of his eventual successor, the papers were to be given to Francisco Vieira de

---

<sup>21</sup> See the letter of the Inquisition of Mexico to the Inquisition of Goa, 21.03.1650 (HL, HM35119-Series 1, vol. 25, fol. 178).

<sup>22</sup> His presence in the Philippines is recorded since at least 1641, when the officials of Manila’s *Contaduría* recorded a deposit made on his behalf by Captain Francisco Fernández. Towards the end of the decade, the *Contaduría* officials recorded the payment of taxes associated with his voyages to Makassar, also indicating him as captain and/or owner of his own vessel. The trust placed in him by the government of the Philippines was such that he was entrusted with the supply of the Ternate fortress in Maluku in 1654 (AGI, *Contaduría*, 1221, fol. 552v; AGI, *Contaduría*, 1229, fol. 154v, 157v; AGI, *Filipinas*, 22, R. 7, N. 25). On João Gomes de Paiva see SÁNCHEZ-PONS 2020: 314. Some of this data was collected in the context of the project *Prosopografía das Comunidades Lusófonas residentes e de passagem nas Filipinas* (Prosopography of resident and temporary Lusophone Communities in the Philippines) (1582-1654) at CHAM – Centre for the Humanities, of the Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa and of the Universidade dos Açores, funded by the Portuguese Fundação para a Ciência e a Tecnologia, coordinated by Elsa Penalva.

<sup>23</sup> See the sworn statements by João Gomes de Paiva and Diego Enríquez de Losada before Fr. Francisco de Paula, OP, commissary of the Holy Office in Manila, dated 14.01.1651 and 08.02.1651, published in the appendix (AGN, *Inquisición*, vol. 458, fols. 205-205v).

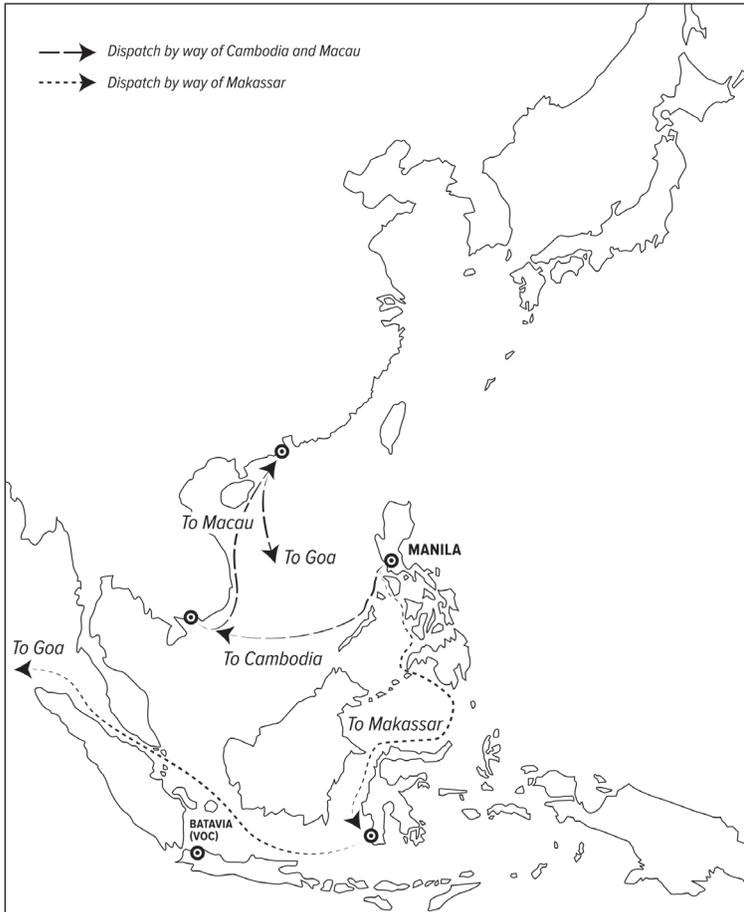
Figueiredo, a Portuguese merchant with connections to Macau and Goa who had made Makassar the centre of his commercial enterprises<sup>24</sup>. Another route went the way of Cambodia, where the Spanish had established a shipyard as part of their strategy to counter the VOC's naval power in Southeast Asia<sup>25</sup>. This second copy was entrusted to Diego Enríquez de Losada, who was serving as the *cabo* in the Spanish enterprise to build a shipyard in Cambodia. Enríquez de Losada arrived in the Philippines in 1617 and later lived in Macau for two decades, before being expelled with his family after refusing to pledge his loyalty to John IV of Portugal (AGI, *Filipinas*, 118, N. 2). Diego, who had risen to commercial prominence in the years prior to his expulsion, certainly knew who to entrust the papers to in Cambodia. And while we don't know who that person was, we do know that the intended destination was to be the commissary of the Holy Office in Macau, who was supposed to forward the documents to the Inquisition of Goa (AGN, *Inquisición*, vol. 458, fols. 205-205v)<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Since March 15, 1650, Francisco Vieira de Figueiredo had obtained a patent of *familiar* of the Holy Office of Goa. By January 1651, news of this achievement had reached Asia, as Figueiredo was mentioned in that capacity in João Gomes de Paiva's sworn statement before Fr. Francisco de Paula, as well as a Knight of Order of Christ. This in itself represented an added guarantee of his reliability for the commissary, who could choose him as a courier for inquisitorial documents. For Francisco Vieira de Figueiredo, a Portuguese, to be chosen, however, it means that he was already known in Manila as someone trustworthy. In fact, he is already mentioned in *Contaduría* records as captain and owner of a ship arriving from Makassar since at least 1636. As Charles Boxer demonstrated, Figueiredo did not sever ties with Manila after the events of 1640, as he functioned as the Sultan's agent in his commercial relations with the Philippines. On Francisco Vieira de Figueiredo see BOXER 1967; BAPTISTA 2013; PENALVA 2020. See also the habilitation of Francisco Vieira de Figueiredo in the Holy Office, 1650. ANTT, *TSO*, *CGSO*, *Habilitações*, mç. 6, doc. 260; AGI, *Contaduría*, 1218, fol. 130v.

<sup>25</sup> At least since 1649, the Governor of the Philippines considered the convenience of having a shipyard in Cambodia because of the abundance of wood, iron and especially of people to work there, since the natives of the Philippines were strained to the limits. Diego Fajardo, Governor of the Philippines, to Philip IV, 31.07.1649 (AGI, *Filipinas*, 9, R. 1, N. 6). For more details see VALDEZ-BUBNOV (2019: 96-97).

<sup>26</sup> See appendix.



**Map 1.** Dispatches of inquisitorial correspondence from Manila to the Goa Inquisition (mid-17<sup>th</sup> century).

Only one of these routes was successful in ensuring the transfer of the documents from the Inquisition of Mexico, much to Montoya’s chagrin<sup>27</sup>. The Inquisition of Goa, which had decided to conclude his trial in 1651 after half a decade had passed since it had tried to contact the Mexico tribunal, reopened the case after receiving accusations against him<sup>28</sup>. After the new trial ended in

<sup>27</sup> We don’t know which was the successful route. In the letter they sent to their counterparts in Mexico, the inquisitors of Goa only mentioned that they “received the letter of Your Lordship of March 22, 1650, along with the accusations against Jorge Dias de Montoya by only one dispatch (*via*)”. See the letter of the inquisitors of Goa to the inquisitors of Mexico, 09.01.1654 (AGN, *Inquisición*, vol. 366, exp. 4, fol. 88).

<sup>28</sup> See the summary of the trial of Jorge de Montoya in the Inquisition of Goa. AGN, *Inquisición*, vol. 366, exp. 4, fol. 89; MONTEIRO 2019: 228.

1653, the inquisitors of Goa returned the favour to their counterparts in Mexico by sending a summary of Montoya's confessions implicating suspects living in Mexico City. They wrote a new letter in 1654 containing the summary of Montoya's trial, very likely the same one that the commissary of Manila mentioned he was sending to the inquisitors in Mexico in 1655 (AGN, *Inquisición*, vol. 366, exp. 4, fol. 88; AGN, *Inquisición*, vol. 603, fol. 387v). However, both the galleon *Nuestra Señora de la Victoria* and the *patache* that sailed in the same year were forced to return and the information only reached the tribunal in March 1657 (A.G.I., *Filipinas*, 31, N.40)<sup>29</sup>. The gesture merited yet another reply from the inquisitors of Mexico, presumably expressing their gratitude to their counterparts in Goa (AGN, *Inquisición*, vol. 1548, fol. 40)<sup>30</sup>.

The Montoya affair did not put an end to Mexico-Goa communication. As the war between Portugal and Spain progressed in Europe, another case of cooperation between the inquisitions of Goa and Mexico took place, one on which documentary evidence is scarcer. It pertains to a Flemish man called Jorge de Luna y Sersanders turned *Capucho* friar in Goa and later Propaganda Fide missionary in 1654. In 1658, Luna y Sersanders, now called Fr. Jorge de Santa María, reached the Philippines via Makassar aboard a *champan* of the aforementioned João Gomes de Paiva<sup>31</sup>. A victim of rumours and suspicions that he was an English spy in Manila, Santa María was to face a trial at the *Audiencia* of Manila. The commissary reported to the Inquisition of Mexico that the *Capucho* was on his way to China to conduct an enquiry on the missions of the Society of Jesus in the Middle Kingdom and that the speculations against him had been diffused through Jesuit circles<sup>32</sup>. However, upon seeing the accusations against Santa María sent by the commissary in 1659, suggesting fraudulent priesthood, communication with heretics, possession of heretical books and an unwillingness to live in religious houses, the Inquisition of Mexico

---

<sup>29</sup> See also the translation of the summary of the trial of Jorge Dias de Montoya in the Inquisition of Goa (A.G.N., *Inquisición*, vol. 366, exp. 4, fol. 102). In 1657, the *Nuestra Señora de la Victoria* would have yet another trying journey that forced it to arrive at Guatemalan coasts and to remain there for two months until being able to travel to Acapulco (PINZÓN RÍOS 2022).

<sup>30</sup> The book where this letter was copied is much too damaged and little can be discerned from its content other than the topic and addressee. There are several irregularities in the folio numbers. Folio 40 is marked as such, despite being, actually, fol. 44.

<sup>31</sup> See the enquiry to Fr. Jorge de Santa María, OFM, by Fr. Francisco de Paula, OP, commissary of the Holy Office in Manila, 16.05.1659 (AGN, *Inquisición*, vol. 446, fol. 355); also, the enquiry to João Gomes de Paiva, by Fr. Francisco de Paula, OP, commissary of the Holy Office in Manila, 11.05.1661 (AGN, *Inquisición*, vol. 446, fols. 389-389v).

<sup>32</sup> See the letter of Fr. Francisco de Paula, OP, commissary of the Holy Office in Manila, to the Inquisition of Mexico, 24.05.1659 (AGN, *Inquisición*, vol. 446, fols. 351-351v).

decided to arrest him on March 16, 1660<sup>33</sup>. On that same day, a decision was made to, once again, contact the Inquisition of Goa. In this letter, the inquisitors mentioned the previous act of communication that had taken place on February 28, 1658, whereby they thanked their colleagues at Goa for having sent the information on Montoya (AGN, *Inquisición*, vol. 598, exp. 25, fols. 338 and 348-348v). They also sent a report (*relación*) on Santa María that should be used in Goa to interrogate the witnesses on his life<sup>34</sup>.

We know nothing of how the transfer of papers was managed in Manila at this time. João Gomes de Paiva was in Manila in May 1661, when he testified before Fr. Francisco de Paula on Santa María's case, so he may have been one of the couriers, possibly even, once again, through Makassar. The Sultanate had suffered a defeat against the VOC the previous year, with one of the conditions imposed by the ensuing treaty being the total expulsion of the Portuguese from Borobos. However, Francisco Vieira de Figueiredo, by then a *familiar* of the Holy Office for a decade, was still active in Southeast Asia, even remaining in Makassar for some years, flouting the terms of the treaty<sup>35</sup>. The *Nossa Senhora da Conceição e São Domingos Suriano*, a ship partially owned by Figueiredo and the Society of Jesus, which reached Goa in March 1662 (BOXER 1967: 33), may well have been the vessel that transported the inquisitorial correspondence of Fr. Francisco de Paula. The inquisitors of Goa began their inquiries in April 1662, a year after the commissary of Manila received the order to send the letter from the Inquisition of Mexico over to the Portuguese tribunal<sup>36</sup>.

<sup>33</sup> Accusation of Fr. Pedro de Aguirre before Fr. Francisco de Paula, OP, commissary of the Holy Office in Manila, 03.03.1659 (AGN, *Inquisición*, vol. 446, fols. 352-352v); Enquiry to captain Martín Gutiérrez de Figueroa by Fr. Francisco de Paula, OP, commissary of the Holy Office in Manila, 04.03.1659 (AGN, *Inquisición*, vol. 446, fols. 353-354); Order of Don Miguel de Poblete, archbishop of Manila, to request the ecclesiastical papers of Fr. Jorge de Santa María, OFM, 03.03.1659 (AGN, *Inquisición*, vol. 446, fols. 358-357); Ruling of the Inquisition of Mexico on the case of Fr. Jorge de Santa María, OFM, 16.03.1660 (AGN, *Inquisición*, vol. 446, fols. 356-357); Arrest warrant of Fr. Jorge de Santa María, OFM, 18.03.1660 (AGN, *Inquisición*, vol. 446, fols. 373-373v).

<sup>34</sup> See the *Relación* on Fr. Jorge de Santa María, OFM, sent by the inquisitors of Mexico to the inquisitors of Goa, 1660 (A.G.N., *Inquisición*, vol. 598, exp. 25, fols. 339v-339v).

<sup>35</sup> João Gomes de Paiva was still engaged in trading activities between Manila and Makassar, as evinced by his testimony before Fr. Francisco de Paula (see, above, fn 31). After the VOC defeat of the Makassar Sultanate in 1660, however, connections between Manila and Borobos suffered from the new *statu quo*. And while the Sultan resisted to carrying out the order, leading many Portuguese to remain in the settlement for some years, Iberian trade in Makassar declined and eventually came to a halt after the destruction of the Portuguese settlement in 1667 (BORGES 2005: 190-192; SÁNCHEZ PONS 2020: 318). As for Francisco Vieira de Figueiredo, he remained with his family in Makassar until 1664, when he finally left the island, ultimately relocating to Larantuka (Flores Islands, in present-day Indonesia) (BOXER 1967: 29-47), so he may have operated the distribution of inquisitorial letters in some way, once again. See the enquiry to João Gomes de Paiva, by Fr. Francisco de Paula, OP, commissary of the Holy Office in Manila, 11.05.1661 (AGN, *Inquisición*, vol. 446, fols. 389-389v).

<sup>36</sup> See the interrogations by the inquisitors of Goa on the life of Fr. Jorge de Santa María, OFM, 25.04.1662-26.04-1662 (AGN, vol. 598, exp. 25, fols. 340-345).

The inquisitor of Goa sent the documents on two separate occasions: one after October 1662 and the other after January of the following year<sup>37</sup>. Both reached the commissary of Manila in different moments. He, in turn, forwarded the documents to the Inquisition of Mexico in two consecutive years, 1664 and 1665 (AGN, *Inquisición*, vol. 1548, fols. 85v-86). Sadly, we know nothing of the choices regarding the routes and couriers that would move the papers across the Indian Ocean and the Southeast Asian seas. We can only say that this communication concluded in 1666, with the inquisitors in Mexico writing to thank their counterparts in Goa. By then, however, Fr. Jorge de Santa María had already died, in Manila in August 1661, without even having taken his voyage across the Pacific Ocean.

Even though Portugal and Spain were still in a state of formal war—in fact, the 1660s saw an increase of military confrontations in the Iberian Peninsula—the tacit arrangement of non-aggression in Asia favoured the continuation of inquisitorial communications. At the end of the war, in 1668, the Inquisition of Mexico received another bundle of papers from Goa. However, we know of this only by a succinct mention on a letter sent to the commissary of Manila, and the content of the papers is unknown (AGN, *Inquisición*, vol. 1548, fol. 129).

## **The transfer of inquisitorial prisoners in Asia**

The last known case of inquisitorial cooperation in Asia during the 17<sup>th</sup> century is the one where this symbiosis between districts is at its most efficient. After Francisco de Acha Ribeiro, a Sri Lankan *mestizo* who converted to Calvinism, was arrested in the Portuguese settlement in Ayutthaya (Siam) in 1684 by the local vicar, Salvador Fernandes, he was forwarded to the commissary of the Holy Office of Macau, António de Morais Sarmiento. Fearing that his Calvinist associates would set him free in Melaka once the vessel crossed the Straits on route to Goa, Sarmiento kept Acha Ribeiro in Macau, reporting the case to the inquisitors. The following year, the inquisitors of Goa wrote to their counterparts in Mexico, stating that they had decided to order their commissary in Macau to send the prisoner to Manila so that he might be sent to Mexico to be tried by the Inquisition there (AGN, *Inquisición*, vol. 675, exp. 3, fol. 329). With this in mind, the inquisitors of Goa took every measure to ensure that the tribunal of Mexico had all means at its disposal to conduct the

---

<sup>37</sup> The copies of the interrogations are dated October 17, 1662, and January 19, 1663 (AGN, vol. 598, exp. 25, fols. 358v and 346).

trial. They prepared copies of recorded statements of accusation against Acha Ribeiro collected in Hooghly and Goa to send to Mexico, as well as a copy of the original recorded accusations made against him in Siam (AGN, *Inquisición*, vol. 675, exp. 3, fol. 334-338v, 339-343v and 345-352v).

This time, another route and agent were chosen for the transfer of these sensitive documents. The Portuguese colony in Makassar was no longer an option since it had dispersed in 1668 as a consequence of the defeat of the Sultanate to the VOC. On the other hand, as peace between the house of Braganza and the Habsburgs had been signed in that year, direct relations between Macau and Manila were steadily reviving, if not without difficulties<sup>38</sup>. Although official trade would not be authorized by Charles II until 1690, vessels from Macau were again calling at Manila in the years before official licence<sup>39</sup>. Therefore, the inquisitors of Goa opted to send the papers to their commissary in Macau, where Francisco de Acha Ribeiro was being detained. In March 1686, António de Morais Sarmiento wrote to the inquisitors of Mexico, informing them that he was sending the prisoner to Manila, along with as the rest of the documents<sup>40</sup>. Acha Ribeiro boarded one of the two *pataches* that docked at Cavite that year, either that owned by Vicente Ribeiro de Sousa or that of João Baptista Pereira (GIL 2011: 627).

In the meanwhile, the Goa Inquisition ordered further enquiries at Ayutthaya, Madrastapatan (Madras, now Chennai), Hooghly and Macau. These were sent in consecutive years between 1686 and 1688, proof of the inquisitors of Goa's commitment to seeing the case through<sup>41</sup>. It's likely that the remainder of the documents also reached Manila via Macau, as we know was the case of the papers from Ayutthaya and Madras sent in 1686<sup>42</sup>. Another possibility is a direct arrival from Goa, although Juan Gil did not register other entries of Portuguese ships in the years between 1687 and 1696 in the *contaduría* records (GIL 2011: 628-635). Nevertheless, communications with Portuguese territories were maintained during this period. In 1690, upon being informed

---

<sup>38</sup> As reported by the viceroy of India in 1677, the Governor of the Philippines prohibited trade to any ships sailing from Macau after authorising it on a previous voyage. See the letter from Luís de Mendonça Furtado, viceroy of India (ceasing), to D. Pedro, regent of Portugal. 26.01.1677 (Arquivo Histórico Ultramarino, *Conselho Ultramarino, Índia*, caixa 54, doc. 126).

<sup>39</sup> Juan Gil identified a return of ships from Macau to Manila in 1672, then regularly between 1683 and 1686 (GIL 2011: 618-629).

<sup>40</sup> See the letter of Fr. António de Morais Sarmiento, commissary of the Holy Office in Macau, to the Inquisition of Mexico, 23.03.1686 (AGN, *Inquisición*, vol. 675, exp. 3, fols. 330-330v).

<sup>41</sup> See the letters of the inquisitors of Goa to the inquisitors of Mexico, 09.05.1686, 25.04.1687 and May 1688 (AGN, *Inquisición*, vol. 675, fols. 358-358v, 366, 382).

<sup>42</sup> Manuel Gonçalves Guião, inquisitor of Goa, to the Inquisition of Mexico, 09.05.1686 (AGN, *Inquisición*, vol. 675, fol. 366).

by the inquisitors of Mexico that Acha Ribeiro had died at sea in the vessel bound to Acapulco in 1688, the commissary of Manila conducted an enquiry on their orders on the subject, which he also sent to the Inquisition of Goa. He reported having sent information on a vessel that was heading there directly, as well as on a vessel bound for Macau<sup>43</sup>. On that occasion, the commissary, now Fr. Baltazar de Santa Cruz, also sent the letters written in 1689 by the inquisitors of Mexico to their counterparts in Goa and the commissary of Macau. Fr. Baltazar referred to the difficulties of collaborating with the Inquisition of Goa, stating that “Portuguese vessels don’t arrive here, firstly because they are not allowed to, and secondly because I don’t believe they have a single one in all India”<sup>44</sup>.

After the fall of Makassar, it seems clear that the role of redistributor of institutional communications between the Inquisitions of Goa and Mexico fell on Macau. Commissaries nominated by the Inquisition of Goa in Southeast Asia were far from being stable, and by 1685 Macau had the longest standing commissariat east of Melaka. This tribunal was certainly aware of the fragility of its institutional representation in the region, and of the way it contrasted with the institutional density of the commissariats in the Philippines. The limitations of Portuguese power in the region on the one hand, and the varied nature of the *Estado da Índia* there, with several semi-institutional settlements, on the other, favoured inquisitorial cooperation that included the transfer of prisoners to the more institutionally consolidated side, that of the Philippines. When one considers the resistance with which the topic of the transfer of prisoners was met with in the Iberian Peninsula, it is not only striking that the Inquisition of Goa transferred Acha Ribeiro, but also that the decision was validated by the general inquisitor himself, D. Veríssimo de Lencastre. In 1687, he informed his inquisitors in Goa that they had done well in moving the prisoner to Manila (ANTI, TSO, CGSO, livro 102, fols. 32v-33).

Acha Ribeiro did not fare better than Fr. Jorge de Santa María. In 1686, the governor of the Philippines commandeered the galleon *Santo Niño* that had been supposed to travel to Acapulco for military purposes, with the result that only a *patache* was left to undertake the journey. As a result, the commissary decided to not to risk sending Acha Ribeiro, due to the uncertainty as to whether the smaller vessel could complete the voyage<sup>45</sup>. In the letter he wrote

---

<sup>43</sup> Fr. Baltazar de Santa Cruz, OP, commissary of the Holy Office in Manila, to the Inquisition of Mexico, 09.06.1690 (AGN, *Inquisición*, vol. 675, exp. 3, fol. 365).

<sup>44</sup> The original reads: “Barco de Portugueses no llega aqui, lo uno por la prohibicion Y lo otro porque no Juzgo que lo tienen proprio en toda la india”.

<sup>45</sup> In fact, it did not conclude the journey. Unable to reach the Marianas, the Portuguese pilot Pedro Simões de Carvalho decided to return to the Philippines (CALVO 2016: 112-114).

to the Inquisition of Mexico in 1687, Fr. Baltazar was still not sure whether his prisoner could embark as the ship was still being prepared to fend off possible attacks<sup>46</sup>. It did sail, but after a disastrous journey it had to return to the Philippines, unable to complete its course (CALVO 2016: 118-121). It would not be until 1688 that another ship completed the journey to Acapulco. Acha Ribeiro, however, never made it to New Spain. After four years in the custody of one commissary or another, he perished on route to Acapulco on December 8. The inquisitors of Mexico reported his death to the commissary of Manila, to the Inquisition of Goa and to António de Morais Sarmiento (AGN, *Inquisición*, vol. 650, fols. 137v-138v). The news reached Goa at some point in 1690. In April of that year, the inquisitors of this city wrote to Fr. Baltazar de Santa Cruz, who had forwarded the correspondence from Mexico on November 1689, that with Acha Ribeiro's death "all [these affairs are] concluded, and concluding as Your Paternity confirms, it seemed to us that the tribunal of Mexico did not require an answer"<sup>47</sup>.

## Concluding remarks

Relations between the peripheries of different imperial inquisitorial districts still require in-depth studies with regard to how these centres communicated with each other, what constraints limited effective cooperation, or even whether such willingness to engage in collaborative actions occurred in border complexes such as those of Brazil/Rio de la Plata. In Asia, partly because of the convergence and complementarity of interests between the Portuguese and Spanish during the sixty years of the Iberian Union, and partly because of the contingent (Macau) or protected (Makassar) nature of the Portuguese settlements in the region, the Philippine authorities favoured a strategy of non-aggression against the Iberian rebels, since military occupation would not guarantee the continuity of Spanish interests in those territories. In this way, cooperation between Inquisitions benefited from the existence of a neutral space in which to carry out the transfer of inquisitorial documents. Spaces such as Makassar or Cambodia functioned as a buffer zone, as if shared territories that allowed for the extension of cooperative

---

<sup>46</sup> See the letter of Fr. Baltazar de Santa Cruz, OP, commissary of the Holy Office in Manila, to the Inquisition of Mexico, 09.06.1690 (AGN, *Inquisición*, vol. 675, exp. 3, fol. 331).

<sup>47</sup> See the letter of the Inquisition of Goa to Fr. Baltazar de Santa Cruz, OP, commissary of the Holy Office in Manila, 07.04.1690 (AGN, *Inquisición*, vol. 675, exp. 3, fol. 396): "se acaba tudo, acabando tambem como V. P. nos certifica, nos pareceo não necessitaua aquelle Tribunal de Mexico de reposta".

initiatives between peripheries, something reflected in decisions such as that taken by the commissary of Tidore in 1604.

The insurmountable difficulties the Goa Inquisition faced in ensuring communications in its district favoured a rapprochement of the different peripheries with the inquisitorial authorities of the Philippines. The distance of the tribunals from the main conflict points between the Habsburgs and the Braganza created the conditions for inquisitors to request information from tribunals bound to kingdoms that were at war with each other. The fragmented island geography of Southeast Asia provided the necessary conditions for collaboration between distinct Inquisitions to take place, while elsewhere on the planet, war prevented it. The institutional peculiarities of the Iberian presence in Southeast Asia thus generated a kind of “shared periphery” during the war period, a space within which inquisitorial agents could circulate and operate. After the signing of peace between Portugal and Spain, the retraction of Portuguese power in the region led to even closer cooperation between the Inquisitions of Mexico and Goa. The institutional practices of communication in the unique Asian confines of the Iberian Inquisitions reflected, as such, a remarkable and autonomous framework of collaboration.

### **Manuscript Sources:**

Archivo General de Indias, *Contaduría*, 1218 (*Caja de Filipinas, cuentas*).

Archivo General de Indias, *Contaduría*, 1221 (*Caja de Filipinas, cuentas*).

Archivo General de Indias, *Contaduría*, 1229 (*Caja de Filipinas, cuentas*).

Archivo General de Indias, *Filipinas*, 9, R. 1, N. 6 (Diego Fajardo, governor of the Philippines, to Philip IV, 31.07.1649).

Archivo General de Indias, *Filipinas*, 22, R. 7, N. 25 (Letter from Juan de Bolivar y Cruz, *fiscal* of the Manila *Audiencia*, to Philip IV, 19.07.1655).

Archivo General de Indias, *Filipinas*, 31, N. 23 (Letter from the *Cabildo* of Manila to Philip IV, 06.08.1649).

Archivo General de Indias, *Filipinas*, 31, N. 40 (Letter from the Manila *Cabildo* to Philip IV, 15.07.1656).

Archivo General de Indias, *Filipinas*, 118, N. 2 (Summary of Francisco Enríquez de Losada’s services to the Crown, 08.06.1680).

Archivo General de la Nación, *Indiferente Virreinal*, caja 3436, exp. 19 (Letter from Luís Fernandes, SJ, commissary of the Holy Office in Tidore, to Fr. Bernardo de Santa Catalina, OP, commissary of the Holy Office in Manila, 12.08.1604).

- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 293, fols. 153-154v (Letter from D. Luís Cerqueira, SJ, bishop of Japan, to the Inquisition of Mexico, 21.03.1613).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 341, fol. 310v (Certificate by Fr. Francisco de Herrera, OP, to the Inquisition of Mexico, s.d. (c. July 1626)).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 366, exp. 4, fols. 88-101 (Partial copy of the trials of Jorge de Montoya in the Inquisition of Goa, copied in 1654).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 416-1, fols. 27-27v (Fr. Francisco de Herrera, OP, commissary of the Holy Office in Manila, to the Inquisition of Mexico, 04.08.1643).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 416-1, fols. 282-282v (Copy of the inventory of the assets of Francisco Dias de Montoya, 09.07.1643).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 416-2, fols. 415-416 (Arrest order against Jorge de Montoya issued by the Inquisition of Mexico, 10-01-1643).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 446, fols. 349-606 (Trial of Fr. Jorge de Santa María, OFM, by the Inquisition of Mexico, 1659-1661).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 446, fols. 355-355v (Interrogation to Fr. Jorge de Santa María, OFM, by Fr. Francisco de Paula, OP, commissary of the Holy Office in Manila, 16.05.1659).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 446, fols. 389-389v (enquiry to João Gomes de Paiva, by Fr. Francisco de Paula, OP, commissary of the Holy Office in Manila, 11.05.1661).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 458, fol. 205 (Sworn statement by João Gomes de Paiva before Fr. Francisco de Paula, OP, commissary of the Holy Office in Manila, 14.01.1651).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 458, fols. 205-205v (Sworn statement by Diego Enríquez de Losada before Fr. Francisco de Paula, OP, commissary of the Holy Office in Manila, 08.02.1651).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 484, fols. 599v-600 (Letter from the Inquisition of Mexico to Fr. Francisco de Herrera, OP, commissary of the Holy Office in Manila, 15.03.1624).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 598, exp. 25 (Proceedings conducted by the Inquisition of Goa concerning Fr. Jorge de Santa María in 1662, copied in 1663).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 603, fols. 387-388 (Fr. Francisco de Paula, OP, commissary of the Holy Office in Manila, to the Inquisition of Mexico, 16.07.1655).

- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 650, fols. 137v-138 (Letter from the Inquisition of Mexico to the Inquisition of Goa, 17.03.1689).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 650, fol. 138 (Letter from the Inquisition of Mexico to Fr. António de Morais Sarmiento, commissary of the Holy Office in Macau, 17.03.1689).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 650, fols. 138-138v (Letter from the Inquisition of Mexico to Fr. Baltazar de Santa Cruz, OP, commissary of the Holy Office in Manila, to the Inquisition of Goa, 17.03.1689).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 675, exp. 3 (Proceedings in the Inquisition of Goa and Mexico against Francisco de Acha Ribeiro, 1685-1691).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 1548, fols. 37-41v (The inquisitors of Mexico to Fr. Francisco de Paula, OP, commissary of the Holy Office in Manila, 27.02.1658).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 1548, fols. 85v-86 (Letter from the inquisitors of Mexico to Fr. José Paternina Samaniego, OSA, commissary of the Holy Office in Manila, 06.03.1666).
- Archivo General de la Nación, *Inquisición*, vol. 1548, fol. 129 (Letter from the inquisitors of Mexico to Fr. José Paternina Samaniego, OSA, commissary of the Holy Office in Manila, 05.03.1668).
- Arquivo Histórico Ultramarino, *Conselho Ultramarino, Índia*, caixa 54, doc. 126 (Letter from Luís de Mendonça Furtado, viceroy of India (ceasing), to D. Pedro, regent of Portugal. 26.01.1677).
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral do Santo Ofício*, livro 102, fols. 31-34 (D. Veríssimo de Lencastre, inquisitor general of Portugal, to the Inquisition of Goa, 23.03.1687).
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral do Santo Ofício*, maço 35, no. 3 (Testimony of Jerónimo da Silva before Fr. Gaspar de Carvalho, OP, vicar general of the bishopric of China, 08.09.1642).
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral do Santo Ofício, Habilitações*, maço 6, doc. 260 (Habilitation of Francisco Vieira de Figueiredo in the Holy Office, 1650).
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa*, proc. no. 16700 (List of all the persons incarcerated on order of the Inquisition of Goa, 24.12.1649).
- The Huntington Library, HM35119-Series 1, vol. 25, fols. 147-180v (Trial of Jorge de Montoya in the Inquisition of Mexico, 1642-1649).
- University of Texas, *Benson Latin American Collection, W. B. Stephen Collection*,

- ms. 917 (Letter from the Inquisition of Mexico to Fr. Juan Maldonado, OP, commissary of the Holy Office in Manila, 28.02.1598), 7-10.  
University of Texas, *Benson Latin American Collection, W. B. Stephen Collection*, ms. 917 (Letter from the Inquisition of Mexico to Fr. Martín de Zamudio, OSA, commissary of the Holy Office in Cebu, 30.01.1601), 447-451.  
University of Texas, *Benson Latin American Collection, W. B. Stephen Collection*, ms. 917 (Letter from the Inquisition of Mexico to D. Luís Cerqueira, SJ, bishop of Japan, 28.02.1615), 331-332.  
University of Texas, *Benson Latin American Collection, W. B. Stephen Collection*, ms. 917 (Letter from the Inquisition of Mexico to Fr. Bernardo de Santa Catalina, OP, commissary of the Holy Office in Manila, 04.03.1606), 463-466.

## References:

- ANGELES, F. Delor (1980). "The Philippine Inquisition: A survey". *Philippine Studies*, 28, 3, 253-283.
- BAPTISTA, António Rodrigues (2013). "Francisco Vieira de Figueiredo: um 'fidalgo' no Extremo Oriente". *Revista de Cultura*, 41, 21-54.
- BERTHE, Jean-Pierre (1994). "Las islas Filipinas "Tercer Mundo", según Don Francisco de Samaniego (1649)", in Jean-Pierre Berthe, *Estudios de Historia de la Nueva España. De Sevilla a Manila*. Mexico: Universidad de Guadalajara-CEMCA, 297-313.
- BETHENCOURT, Francisco (1987). *Inquisição e Controle Social*. Offprint of *História & Crítica*, 14, 5-18.
- BORGES, Maria do Carmo Mira (2005). *Os Portugueses e o Sultanato de Macaçar no Século XVII*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- BOXER, C. R. (1967). *Francisco Vieira de Figueiredo. A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*. Gravenhage: Martinus Nijhoff.
- CALVO, Thomas (2016). *Espacios, Climas y Aventuras. El galeón de Filipinas y la fragata de las Marianas en el Pacífico Occidental (1680-1700)*. San Luis Potosí: El Colegio de San Luis.
- D'ABREU, Miguel Vicente (1866). *Narração da Inquisição de Goa, escripta em francez por Mr. Dellon; vertida em portuguez, e accrescentada com varias memorias, notas, documentos; e um appendice, contendo a noticia, que da mesma Inquisição deu o inglez Claudio Buchanan*. Nova Goa: Imprensa Nacional.

- FEITLER, Bruno (2008). “A delegação de poderes inquisitoriais: o exemplo de Goa através da documentação da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro”. *Tempo*, 24, 127-48.
- FEITLER, Bruno (2018). “O Secreto do tribunal indiano da Inquisição portuguesa: entre Goa, Lisboa e Rio de Janeiro”. *Revista de Fontes*, 9, 36-50. <https://doi.org/10.34024/fontes.2018.v5.9139>.
- GIL, Juan (2011). *Los chinos en Manila. Siglos XVI y XVII*. Lisbon: Centro Científico e Cultural de Macau, IP.
- ISORENA, Efen B. (2015). “Maritime disasters in Spanish Philippines: the Manila-Acapulco Galleons, 1565-1815”. *International Journal of Asia-Pacific Studies*, 11, 1, 53-83.
- LOURENÇO, Miguel Rodrigues (2012). *Macau e a Inquisição nos Séculos XVI e XVII – Documentos*, vol. II. Lisbon and Macau: Centro Científico e Cultural de Macau, IP, and Fundação Macau.
- LOURENÇO, Miguel Rodrigues (2016). *A Articulação da Periferia. Macau e a Inquisição de Goa (c. 1582-c. 1650)*. Lisbon and Macau: Centro Científico e Cultural de Macau and Fundação Macau.
- LOURENÇO, Miguel Rodrigues (2020). “Os desafios das “partes mais remotas”: o Santo Ofício de Goa e do México ante as suas últimas periferias (Macau e Manila, séculos XVI e XVII)”, in Angelo Adriano Faria de Assis et al. (ed.), *Estruturas e Vivências na Modernidade. Sefarditas, Intelectuais, Religiosos e Inquisição*. Lisbon; Viçosa: Cátedra de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCH, 153-192.
- LOURENÇO, Miguel Rodrigues (2022). “Distância, conversão e episcopado. Raízes da especificidade dos comissários do Santo Ofício no Estado da Índia”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 22, 2, 63-89. [https://doi.org/10.14195/1645-2259\\_22-2\\_3](https://doi.org/10.14195/1645-2259_22-2_3).
- LÓPEZ-SALAZAR CODES, Ana Isabel (2012). “La relación entre las Inquisiciones de España y Portugal en los siglos xvi y xvii: objetivos, estrategias y tensiones”. *Espacio, Tiempo y Forma*. Serie IV, Historia Moderna, 25, 223-252.
- MARCOCCI, Giuseppe (2004). *I Custodi dell’Ortodossia. Inquisizione e Chiesa nel Portogallo del Cinquecento*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura.
- MARCOCCI, Giuseppe and PAIVA, José Pedro (2013). *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- MEDINA, José Toribio (1899). *El tribunal del Santo Oficio de la Inquisición en las Islas Filipinas*. Santiago de Chile: Imprenta Elzeveriana.
- MONTEIRO, Lucas Maximiliano (2019). *Comunicação e Cooperação. A Inquisição Ibérica no espaço Ibero-americano (séculos XVI-XVIII)*. Évora: Universidade de Évora. Doctoral dissertation.

- PALANCO, Fernando (2022). *Inquisition in the Philippines. Hundred Stories*. Quezon City: Vibal Foundation.
- PENALVA, Elsa Filomena Macedo de Lima da Cruz (2005). *As Lutas pelo Poder em Macau (c.1590-c.1660)*, vol. 2. Lisbon: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Doctoral dissertation.
- PENALVA, Elsa (2020). “Assertividade e Poder em Macau: O Caso de Dona Catarina de Noronha (c. 1640-1696)”. *Oriente*, 11, 80-91.
- PINZÓN RÍOS, Guadalupe (2022). “Faenas marítimas y construcción naval en Guatemala. Un acercamiento a partir del caso del galeón *Nuestra Señora de la Victoria* (1657)”. *Trabajos y Comunicaciones*, 55, e164. <https://doi.org/10.24215/23468971e164>.
- SÁNCHEZ-PONS, Jean-Nöel (2020). “Tardíos amores insulindios. Manila y el sultanato de Macasar en el siglo XVII”. *Vegueta. Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*, 20, 295-325.
- SOUSA, Lúcio de (2015). *The Jewish Diaspora and the Perez family case in China, Japan, the Philippines, and the Americas (16<sup>th</sup> century)*. Macau and Lisbon: Fundação Macau and Centro Científico e Cultural de Macau, IP.
- SOUSA, Lúcio de (2018). “The Jewish Presence in China and Japan in the Early Modern Period: A Social Representation”, in M. Pérez García and L. de Sousa (eds.), *Global History and New Polycentric Approaches*. Palgrave Studies in Comparative Global History. Singapore: Palgrave Macmillan, 183-218. [https://doi.org/10.1007/978-981-10-4053-5\\_9](https://doi.org/10.1007/978-981-10-4053-5_9) (accessed March 23, 2020).
- SOYER, François (2008). “The Extradition Treaties of the Spanish and Portuguese Inquisitions (1500-1700)”. *Estudios de Historia de España*, 10, 201-238.
- SOYER, François (2015). “Enforcing Religious Persecution in an Age of World Empires: Assessing the Global Reach of the Spanish and Portuguese Inquisitions”. *History. The Journal of the Historic Association*, 100, 341, 331-353.
- TORRES PUGA, Gabriel (2019). *Historia minima de la inquisición*. Mexico: El Colegio de México.
- VALDEZ-BUBNOV, Iván (2019). “La construcción naval española en el pacífico sur: explotación laboral, recursos madereros y transferencia industrial entre Nueva España, Filipinas, India y Camboya (siglos XVI y XVII)”. *Studia Historica: Historia Moderna*, 43, 1, 71-102. <https://doi.org/10.14201/shhmo202143171102>.
- VILLIERS, John (1990). “One of the Especiallest Flowers in our Garden: The English Factory at Makassar, 1613-1667”. *Archipel*, 39, 159-178.

## Appendix

Copy of the sworn statements by João Gomes de Paiva and Diego Enríquez de Losada, before Fr. Francisco de Paula, OP, commissary of the Holy Office in Manila, from January 13 to February 18, 1651 (copy made on July 10, 1651). AGN, *Inquisición*, vol. 458, fols. 205-205v.

[fol. 205]

Testimonio del despacho de el pliego de esta Ynquisicion  
Para la de la çiudad de Goa –

En la Ciudad de Manila y Sala del despacho, en treçe dias del mes de Henero de mill y seyscientos y cinquenta y un años el Reuerendo Padre de Prouincia Fr. Francisco de Paula Comissario del santo officio de esta Ciudad de Manila: dixo que por quanto los muy Jllustres Señores Jnquisidores Appostolicos del Santo Officio de la Jnquisicion de la Ciudad de Mexico y sus Reynos nos remitieron vn pliego de Cartas duplicado para el Tribunal del Santo Officio de la Jnquisicion de la Ciudad de Goa y nos ordenan y mandan, que en la primera ocasion lo remitamos con persona segura. Y por quanto el Cappitan Juan Gomez de Payua, persona de toda satisfaçion Vezino de esta Ciudad de Manila, esta de partida en su patache San Juan para el Reyno de Macazar donde al pressente solo ay commercio con estas Jslas: le ordena, y manda, se entregue de vn pliego Jntitulado Al Tribunal del Santo Officio de la Jnquisicion de la Ciudad de Goa, guarde nuestro Señor. Primera via. Jnquisicion de Mexico = Goa que es de tres dedos de alto, y esta sellado por de fuera con el sello del Santo Officio Y llegado que llegue al dicho Reyno de Macazar le entregue al Reuerendo Padre Fr. Sebastian de S. Joseph, de la Orden de Señor Santo Domingo Comissario del Santo Officio y por su ausencia, a la persona que tubiere dicha comision, y por la de ambos al Cappitan Francisco Viera de figueredo Caballero del habito de Christo, porque assi combiene al seruicio del Santo Officio Y para que con todo cuydado, y Vigilancia, lo haga, se le ordena, y manda lo haga, pena de que sera castigado a voluntad de los Señores Jnquisidores; y asi mesmo se le ordena, y manda, que de dicho pliego, dexen vn rezibo por duplicado. Assi lo proueyó, y mandó = Fr. Francisco de Paula. Paso ante mi. Fr. Jacintho Altamirano Notario.

En catorçe dias del mes de Henero, de mill, y seiscientos y cinquenta y un años. Yo el pressente Notario notifique El Auto desta otra parte a la persona del Capitan Juan Gomez de Payua Y auriendole oydo, y entendido, dixo, que

esta presto para obedecer lo que se le manda, y que antes de irse rezibira dicho pliego, y dara las Cartas de Pago. Testigo el Padre Fr. lorenço de Veyntemilla, y el Padre Fr. Antonio de Barros. Juan Gomez de Payua. Fr. Jacintho Altamirano. Notario de que doy fee.

El Cappitan Juan Gomez de Payua, Vezino desta Ciudad de Manila, que al presente esta de partida, para el Reyno de Maçazar, en su Patache llamado San Juan. Digo que Reçiui del Reuerendo Padre de Prouincia Fray Francisco de Paula Comissario del Santo officio desta Ciudad de Manila, Vn pliego de Cartas, intitulado Al Tribunal del Santo Officio de la Jnquision de la Ciudad de Goa guarde nuestro Señor &.<sup>a</sup> Primera Via = Jnquision de Mexico = Goa. Que es de tres dedos de alto. El qual guardando el orden del dicho Reuerendo Padre Comissario entregare en Macazar, al Comissario del Santo Officio el Reuerendo Padre Fr. Sebastian de S. Joseph, y por su ausencia, al que tubiere, o hiziere vezes de Comissario del Santo Officio Y por la de ambos, al Capitan Francisco Biera de Figueredo Caballero del habito de Christo familiar del Santo Officio para que qualquiera de los dichos, ayan, y reziban dicho Pliego, y le remitan con todo cuydado al tribunal del Santo Officio de la Jnquision de la Ciudad de Goa, con persona segura, y de toda satisfaccion Y asimesmo, me obligo (dandome el Señor salud, de entregar otra Carta pequeña, para dicho Padre Comissario, y por ausencia, al Cappitan Francisco Viera de Figueredo Caballero del habito de christo, familiar del Santo Officio y por la de ambos a la persona que tubiere officio de Comissario del Santo Officio de todo lo qual traere Registro, como se me ordena, y manda. Y lo firme de mi nombre, en catorçe dias del mes de Henero, de mill, y seyscientos y cinquenta y vn años. Juan Gomez de Payua. Pasó ante mi. Fr. Jacintho Altamirano Notario.

El Cappitan Diego Henrriquez de Lozada, Cabo superior de la gente de Mar, y guerra, que al presente Va al astillero que se ha de hazer en el Reyno de Camboja: Digo que rezebi del Reuerendo Padre de Prouincia fr. Francisco de Paula de la Orden de Predicadores, Comissario del Santo Officio en esta Ciudad de Manila, vn pliego de tres dedos de alto, intitulado Al Tribunal del Santo Officio de la Jnquision de la Ciudad de Goa &.<sup>a</sup> guarde Nuestro Señor 2.<sup>a</sup> via. Jnquizion de Mexico Goa Y sellada con el sello del Santo Tribunal de la Jnquizion El qual, Juntamente con vna carta de dicho Padre Comissario rotulada al comi[ss]ario del Santo Officio de la Jnquizion de la Ciudad de Macan guarde nuestro Señor llebare a mi cargo, y dandome el Señor salud, en llegando al // [fol. 205v] dicho Reyno de Camboja, procurare en la primera ocasion remitirlo a dicha Ciudad de Macan con persona segura tomando rezibo, y guardando el orden que para este effecto llebo. Y para que conste di esta firmada de mi nombre, oy diez, y ocho dias del mes de Febrero, mill, seys-

cientos çinquenta y vn años. Diego Enrriquez de Lozada. Ante mi Fr. Jacintho Altamirano, Nottario.

Concuerta con su Original, que queda en el archiuo, de donde se saco fiel, y verdaderamente De que doy fee, y Verdadero Testimonio. Manila, diez de Jullio de mill, y seyscientos y cinquenta y vn años.

Fr. Juan Fortunio  
Nottario

# Definir las fronteras de la América meridional en el periodo colonial tardío: cartografía, informantes indígenas y conocimiento geográfico<sup>1</sup>

*Defining the frontiers of South America in the late colonial period: cartography, indigenous informants and geographical knowledge*

**BENITA HERREROS CLERET DE LANGAVANT**

Universidad de Cantabria, Departamento de Historia Moderna y Contemporánea

[herrerob@unican.es](mailto:herrerob@unican.es)

<https://orcid.org/0000-0002-4789-908X>

Texto recibido em / Text submitted on: 25/09/2023

Texto aprobado em / Text approved on: 12/04/2024



**Resumen.** Este artículo estudia las formas en que la cartografía se utilizó e interpretó por parte de los gobernadores de Mato Grosso y Paraguay en sus disputas sobre la determinación del límite fronterizo de los imperios ibéricos en las regiones que gobernaban a finales del siglo XVIII, ofreciendo un análisis que contribuye a comprender cómo las fronteras eran entendidas y presentadas en los discursos coloniales y en la propia producción cartográfica. Asimismo, se indaga sobre la actividad de los miembros de la partida de demarcación enviada a la región tras la firma del Tratado de San Ildefonso (1777), subrayando la centralidad que tuvieron las contribuciones de informantes e intérpretes indígenas tanto para la construcción de conocimiento geográfico sobre un área fronteriza que permanecía en su mayoría fuera del control efectivo de ambas coronas ibéricas, como para su materialización en mapas en los que, sin embargo, la presencia indígena fue infrarrepresentada.

**Palabras clave.** Paraguay, Mato Grosso, indígenas, partidas de demarcación de límites, historia colonial.

**Abstract.** This study examines how cartography was used and interpreted by the governors of Mato Grosso and Paraguay in their disputes over the frontier limits of the Iberian empires in the regions they governed at the end of the 18th century. This analysis contributes to understanding how frontiers were interpreted and presented in colonial discourses and cartographic production. It also explores the activity of the members of the demarcation commission sent to the region after the signature of the Treaty of San Ildefonso (1777), highlighting the centrality of the contributions of indigenous informants and interpreters both for the construction of geographical knowledge about the border area, that remained, mostly, outside the effective control of both Iberian Crowns and for its materialization in maps in which the indigenous were, however, underrepresented.

**Keywords.** Paraguay, Mato Grosso, indigenous peoples, boundary demarcation commissions, colonial history.

<sup>1</sup> Publicación desarrollada en el marco de una ayuda de Recualificación-modalidad B del Plan de Recuperación, Transformación y Resiliencia, Financiado por la Unión Europea-NextGenerationEU y del proyecto *Contrahegemonías: comunidad, alteridad y resistencia en los márgenes del mundo ibérico* (Ref.: PID2021-127293NA-I00), proyecto de generación de conocimiento financiado por el Ministerio de Ciencia e Innovación.

## Introducción

La segunda mitad del siglo XVIII, época en que el tratado de Tordesillas de 1494 había sido ampliamente ultrapasado, se caracterizó por los esfuerzos de la diplomacia ibérica por alcanzar un compromiso que definiese la frontera entre sus dominios americanos y resolviese definitivamente cualquier disputa territorial. Esta ambición se materializó en el tratado de límites de Madrid de 1750 –anulado por el del Pardo de 1761– y en el de San Ildefonso de 1777 que, como es bien sabido, recurrieron a los accidentes geográficos más sobresalientes para establecer las líneas de demarcación y tendieron a respetar el principio de derecho civil romano *uti possidetis*, proporcionando directrices para el trazado de la frontera que, en apariencia, eran claras y poco problemáticas. Las expediciones de demarcación enviadas a América con posterioridad a la firma de ambos acuerdos tuvieron la tarea de trasladar sobre el terreno el trazado exacto de las líneas fronterizas con el propósito último de que la separación de territorios, actividades económicas y también de gentes e identidades, quedara fijada de forma clara y bien definida. Sus tareas incluyeron el mapeo de los espacios fronterizos, generando una serie de materiales cartográficos que plasmaran la divisoria, mapas que debían servir como argumento eficaz en potenciales disputas territoriales, así como para tornar efectiva una realidad esencialmente discursiva.

Este artículo contrasta información cartográfica con documentación asociada a su producción, argumentando que las poblaciones indígenas que permanecían autónomas en el espacio de frontera tuvieron un rol importante en la construcción de conocimiento geográfico por parte de las partidas de demarcación enviadas al Alto Paraguay tras la firma del tratado de San Ildefonso. Asimismo, subraya la importancia adquirida por los materiales cartográficos fruto de las demarcaciones en las disputas territoriales surgidas a nivel local en torno a la traslación de la divisoria sobre el terreno, demostrando que fueron objeto de un amplio uso político y que lo político influyó de forma determinante en la propia producción de la cartografía e interpretación de la geografía y red hidrográfica.

Con el objetivo de comprender la forma en que la cartografía era empleada en la definición de la frontera desde las perspectivas imperiales, la primera parte de este artículo analiza el uso y lecturas de producciones cartográficas por parte de los gobernadores de Paraguay y Mato Grosso a fines de siglo XVIII, momento en que ambos trataron de convencer al otro de la validez de su propia interpretación sobre la localización de la línea divisoria. La segunda parte indaga sobre las contribuciones indígenas a la adquisición de conoci-

miento geográfico y estratégico por parte de la partida demarcación enviada por la Monarquía Católica al Paraguay, conocimiento que quedó plasmado en los materiales cartográficos que elaboraron. Se confronta el mapa producido durante la expedición realizada al norte de Paraguay en 1790 bajo el mando de Martín Boneo con otras fuentes documentales como el diario de la expedición, para indagar sobre las contribuciones indígenas a la adquisición de conocimiento por parte de dicha expedición sobre la geografía local, su población, o los avances portugueses. Además, esto nos permitirá discutir sobre la forma y grado en que las poblaciones nativas fueron representadas en la cartografía.

Este estudio sobre la definición a nivel local de la frontera de la intendencia del Paraguay y la capitánía general de Mato Grosso se centra en la región ubicada entre las cuencas de los ríos Paraná y Paraguay y en el espacio ubicado entre la población española de Villa Real de la Concepción y el presidio de Nova Coimbra. Los europeos habían alcanzado esta región tempranamente, fundándose varias reducciones jesuitas y diversos asentamientos españoles a lo largo del siglo XVI, entre los que sobresalió Santiago de Jerez, fundada en 1580. El establecimiento de esta y otras poblaciones se había visto estimulado por el interés por incorporar mano de obra indígena, principalmente guaraní, para la producción de yerba mate bajo el régimen de encomienda y fue precisamente esta potencial mano de obra lo que atrajo también a los *bandeirantes* de São Paulo (VILARDAGA 2021). La recurrencia y violencia de las *bandeiras*, cuyo auge se produjo entre 1628 y 1641 (MONTEIRO 1994), provocó el abandono de Jerez en 1632, el traslado de cuatro reducciones jesuitas y, en general, un repliegue hispano hacia áreas más meridionales (ARAUJO 2001: 889-891). La presencia europea en la región no volvió a cobrar importancia hasta el siglo XVIII, estimulada en Mato Grosso por el descubrimiento de minas de oro en Cuiabá a raíz del cual se fundó la villa homónima en 1719, y posibilitada en Paraguay por el establecimiento en 1760 de paces con los grupos indígenas mbyá que controlaban la región más norteña de Paraguay.

Para cuando se firmó el Tratado Preliminar de San Ildefonso, los españoles habían fundado Villa Real de la Concepción (1773) unos 200 kilómetros al norte de Asunción, en el corazón de las tierras mbyá (ARECES 1999: 14) y los portugueses habían fundado el presidio de Nova Coimbra (1775). A ellos siguió el establecimiento de una serie de fuertes y presidios por ambas partes: los de Albuquerque (1778) y Miranda (1797) del lado portugués y los de Borbón (1792) y S. Carlos (1794) del castellano, lo que produjo una cierta militarización de la frontera. A pesar de ello, las coronas ibéricas carecían de un verdadero control sobre los entornos fronterizos atravesados por la línea de demarcación, ya que su presencia continuaba limitada a lo que Tamar Herzog

denomina “islas de ocupación”, enclaves de presencia europea, en forma de villas, fuertes o haciendas en torno a los cuales se extendía “un mar de tierra que consideraban disponible para su expansión” (2018: 15).

Los avances colonizadores de la segunda mitad del siglo XVIII y su relativa estabilidad permitieron adquirir un mayor conocimiento del territorio fronterizo habitado y controlado por pueblos indígenas que permanecían autónomos. Este conocimiento no impidió, sin embargo, que surgiera un acalorado debate entre los gobernadores de Mato Grosso y Paraguay en torno a la hidrografía de la región, particularmente compleja debido a los cambios que experimentaba su configuración entre la temporada húmeda y la seca. Este debate constituyó, a su vez, una disputa en torno a la efectiva ubicación de la línea divisoria establecida en 1777, puesto que el trazado de esta dependía de la determinación del curso y nacimiento de diversos ríos difícilmente identificables.

## 1. La cartografía en la definición de la frontera

El tratado de San Ildefonso establecía que la frontera meridional del Brasil debía quedar delimitada por los ríos Paraná y Paraguay. En líneas generales, su margen occidental quedaría en los dominios de España y el oriental en los de Portugal. El paso entre ambas cuencas fluviales debía realizarse según lo indicado en el artículo noveno del tratado, que reproducía casi literalmente el artículo sexto del tratado de Madrid. Se establecía que la divisoria debía tomar el afluente de la vertiente occidental del Paraná llamado Igurey, y seguirlo hasta su nacimiento. Al alcanzarlo, la frontera trazaría una línea recta hasta el afluente del Paraguay más cercano, cuyo curso seguiría hasta el río Paraguay y después aguas arriba de este. Si bien a primera vista las indicaciones podrían parecer suficientemente claras, ni las comisiones de demarcación enviadas tras el tratado de Madrid ni las enviadas tras el de San Ildefonso supieron aclarar cuál sería el afluente del Paraguay que debía actuar como divisoria, río que el tratado de San Ildefonso identificaba de forma confusa, señalando “que tal vez será el que llaman Corrientes”<sup>2</sup>, una redacción que da indicios de las importantes limitaciones del conocimiento geográfico del espacio sobre el que debía trazarse la frontera.

En un trabajo anterior (HERREROS CLERET DE LANGAVANT 2017), he tratado en profundidad de las dificultades que existieron para identificar sobre el terreno los ríos Igurey y Corrientes y los debates y diversas propuestas

---

<sup>2</sup> Artículo 9 del Tratado de San Ildefonso, en ANGELIS (1836).

planteadas para resolver el problema que impedía continuar la demarcación de la frontera. En esta ocasión, mi propósito se centra en analizar la forma en que el gobernador de Mato Grosso, Caetano Pinto Miranda Montenegro (1796-1803), y el gobernador intendente de Paraguay, Lázaro de Ribera (1796-1806), hicieron uso de la cartografía en una acalorada disputa que mantuvieron por vía epistolar en torno a la identificación y localización de los ríos Iguerey y Corrientes. Entre las cartas intercambiadas destaca la que envió en noviembre de 1797 el gobernador de Mato Grosso señalando que le era imposible coincidir con la propuesta de demarcación realizada por Lázaro de Ribera en una misiva del mes de septiembre (AGI Estado 81 N.15), que consistía en identificar los ríos Iguerey y Corrientes del tratado con otros llamados Yaguary y Tareyry. Según Ribera, el Yaguary

es el único río que se encuentra más proporcionado para servir de límite, es el que se acerca más y conviene con lo estipulado en el tratado preliminar, es el que ataja todas las disputas y establecimientos de ambas coronas y es finalmente el que tiene sus vertientes más próximas a otro río, que no siendo Corrientes, como VE pretende, será el Tareyry, cuyas cavezeras están muy próximas a las del Yaguary, formando *naturalmente* estos dos ríos caudalosos la línea divisoria con ventaja recíproca de ambas potencias (AGI Estado 81 N.15, el subrayado es de la autora).

Pinto afeaba a Ribera que no aportara la latitud de la confluencia del Yaguary con el Paraná ni ofreciera referencias geográficas válidas que permitieran identificarlo, y demandaba información adicional para localizarlo sobre el terreno o en la cartografía existente. Incluso planteaba dudas sobre la existencia de los ríos que Ribera proponía como límite y subrayaba que ninguno de ellos aparecía en “todos os mapas que tenho presentes, um dos quais é o próprio levantado pela terceira partida das demarcações passadas” (ANTT, IHGB microfilm 125, doc. 1029)<sup>3</sup>. Manejaba el portugués la cartografía elaborada por la partida enviada al Paraguay tras el tratado de Madrid que ordenó la organización de dos comisiones de límites cuya misión era reconocer la frontera, demarcarla sobre el terreno dejando testimonio en forma de marcos de límites, y producir una cartografía de la frontera. La primera comisión se ocuparía de la zona norte y la segunda de la sur, estando cada una dividida en tres partidas formadas por igual número de españoles y de portugueses. La tercera partida de la comisión destinada al sur se ocupó de la aplicación del artículo VI del tratado, debiendo

<sup>3</sup> Carta de Caetano Pinto Miranda Montenegro, 21-XI-1797, s.f.

demarcar la divisoria desde el río Jaurú hasta el Paraná, es decir, la frontera del Paraguay y la recientemente fundada Capitanía General de Mato Grosso (COSTA 2008: 114-116). Los trabajos se desarrollaron entre 1753 y 1754 y dieron lugar a una amplia producción cartográfica. Para Pinto la cartografía se mostraba como una evidencia fiable que recogía la realidad geográfica de forma veraz, científica y, en el caso de los mapas fruto de la demarcación, consensuada entre españoles y portugueses. Por eso interpretaba que si los ríos a los que se refería Ribera (el Yaguary y el Tareyry) existían, solo podría tratarse de cursos de agua irrelevantes “julgo você chamará assim [Tareyry] ao que nós denominamos Tarerey, pequeno e insignificante riacho” (ANTT, IHGB microfilm 125, doc. 1029, s.f.)<sup>4</sup> pues de lo contrario habrían merecido ser representados en los mapas de las demarcaciones. De esta forma, la cartografía quedaba convertida por el portugués no solo en un instrumento para la comprensión del territorio sino, sobre todo, en un argumento y herramienta a través del cual construir una frontera acorde con los intereses de la potencia a la que representaba, precisamente lo mismo que haría Ribera en su respuesta, datada en febrero del año siguiente.

La réplica de Lázaro de Ribera hacía precisamente el mismo uso de la cartografía que su homólogo luso. Afirmaba que los comisarios de la demarcación de 1750 habían determinado las coordenadas del lugar en que el río Yaguarey<sup>5</sup> desaguaba en el Paraná, las aportaba y añadía “tengo a la vista el mapa que se dibuxo de aquellas observaciones” (ANTT, IHGB microfilm 125, doc. 1029 s.f.)<sup>6</sup>, exactamente el mismo al que hacía referencia Caetano Pinto. Ambos gobernadores manejaban, por tanto, una misma producción cartográfica y aceptaban su validez ya que era fruto de la actividad científica de las partidas demarcatorias enviadas tras la firma del tratado de Madrid y producto del consenso de sus miembros, que eran españoles y portugueses. Sin embargo, los dos gobernadores realizaban una distinta interpretación de esta producción cartográfica motivada por los intereses divergentes que representaban, lo que tendría consecuencias fundamentales para el trazado de la frontera y limitaba la capacidad de acuerdo sobre los cursos de agua que debían ser identificados con los que el tratado de límites señalaba, ya que cada uno de ellos pretendía impulsar una definición distinta del límite fronterizo.

En un intento de disipar cualquier duda del portugués, Ribera recurrió al mapa de la América meridional del reputado geógrafo francés Jean Baptiste

---

<sup>4</sup> *Idem.*

<sup>5</sup> El río aparece en la documentación como Yaguary y como Yaguarey; cuando esto sucede suele deberse a que el registro del nombre del accidente geográfico se produjo en comunicaciones orales (HARLEY 2005: 70).

<sup>6</sup> Carta de Lázaro de Ribera, 23-II-1798, s.f.

Bourguignon d'Anville en el que, aseguraba, el Tareyrey aparecía con el nombre de Tareyty. Para Ribera, la fiabilidad del mapa de D'Anville no podría ser puesta en duda por el gobernador de Mato Grosso, y mucho menos cuando, además, dicho mapa había sido realizado por encargo de Dom Luís da Cunha, embajador portugués en París entre 1736 y 1749<sup>7</sup>. Ribera reforzaba su argumentación sobre la fiabilidad del mapa de D'Anville asegurando que este se había apoyado en las observaciones y noticias de Charles Marie de La Condamine y Pierre Bouguer (ANTT, IHGB microfilm 125, doc. 1029, s.f.)<sup>8</sup>, fruto de la expedición geodésica francesa de 1735. Aunque esta expedición ni siquiera se había acercado al territorio paraguayo, su carácter indudablemente científico y el gran prestigio del que gozaba La Condamine<sup>9</sup> permitía a Ribera subrayar aún más la plena veracidad y exactitud del mapa de D'Anville que utilizaba para sostener su propuesta de demarcación.

Ribera apuntaba a la índole científica del mapa de D'Anville para asegurar su fiabilidad, y pedía a Caetano Pinto que considerase “con toda la precisión de un espíritu geométrico” y “con ojos filosóficos” (ANTT, IHGB microfilm 125, doc. 1029, s.f.)<sup>10</sup> su propuesta de límite fronterizo, como si la ciencia, la cartografía y, consecuentemente, la propuesta que hacía, fueran neutrales y apolíticas. Esa neutralidad era reforzada por alusiones al carácter supuestamente natural de la línea fronteriza que proponía, como hizo en el extracto ya reproducido donde afirmaba que el nacimiento del Tareyry se encontraba muy próximo al del Yaguary “formando naturalmente estos dos ríos caudalosos la línea divisoria”, a lo que añadía “con ventaja recíproca de ambas potencias” (AGI Estado 81 N.15). Es bien sabido que ni la cartografía ni la ciencia son puramente apolíticas, como tampoco lo era la interpretación y uso que Ribera y Pinto hicieron de la primera. El carácter político de los mapas fue fuertemente destacado por Harley (2005), quien incidía en la necesidad de indagar sobre su contexto de producción, sobre los propósitos de sus autores y de quienes los encargaron. En este caso, es imprescindible considerar también los propósitos de quienes los utilizaron (los gobernadores de Mato Grosso y Paraguay), puesto que emplearon la cartografía del área fronteriza con unos fines marcadamente políticos ya que su agenda estaba centrada en promover una línea divisoria que favoreciera a la corona a cuyo servicio se encontraban.

El contexto en la producción cartográfica fue también central. Así se demuestra en el mapa de 1779 titulado “Demonstración geográfica de la situa-

<sup>7</sup> Sobre la producción del mapa de D'Anville véase CINTRA y FURTADO 2011.

<sup>8</sup> Carta de Lázaro de Ribera, 23-II-1798, s.f.

<sup>9</sup> Sobre La Condamine ver SAFIER 2008.

<sup>10</sup> Carta de Lázaro de Ribera, 23-II-1798, s.f.

ción en que se hallan los pueblos de N. S<sup>a</sup> de la Concepción, de españoles, y de Nuestra S<sup>a</sup> de Belén, de indios guaycurús, que según el tratado preliminar, quedan comprendidos en la demarcación de Portugal” (AHN, Estado, MPD, 129) (Fig. 1).



**Fig. 1.** “Demonstración geográfica...”, detalle (©MCD. Archivo Histórico Nacional, Estado, MPD, 129).

El autor de este mapa fue el ingeniero, cartógrafo y teniente coronel de artillería portugués José Custodio de Sá Faria, quien había liderado la tercera partida portuguesa dedicada a la demarcación en el Paraguay tras el tratado de Madrid (FERREIRA 2010: 284) y se encontraba en 1779 al servicio de España. Faria trazó dos líneas fronterizas en su mapa. La primera representaba “la división conforme al tratado” que de ser implementada habría supuesto extender los dominios portugueses hacia el sur, incluso sobre poblaciones españolas

a las cuales debía aplicarse el principio de *uti possidetis*. La segunda línea era mucho más beneficiosa para la Corona de España a la que Faria servía entonces. Primero, porque respetaba el *uti possidetis* y garantizaba el dominio español sobre los enclaves fundados en Paraguay antes de 1777 y, segundo, porque ampliaba la soberanía a los territorios circundantes y a tierras septentrionales mediante una interpretación de la geografía e hidrografía que se adaptaba a los intereses españoles, como demuestra la cartela del mapa, reveladora del carácter político del mismo:

Demonstración geográfica de la situación en que se hallan los pueblos de N. S<sup>a</sup> de la Concepción, de españoles, y de Nuestra S<sup>a</sup> de Belén, de indios guaycurús [mbayás], que según el tratado preliminar, quedan comprendidos en la demarcación de Portugal. Llegando la demarcación a las orígenes del río Ygatemi [afluente del Paraná] *puede seguir* al norte por entre las vertientes [marcadas] AA, [...] *hasta entrar por las de alguno de los ríos que cubran dichos establecimientos*. (AHN, Estado, MPD, 129, el subrayado es de la autora).

Las últimas líneas de la cartela revelan que la interpretación de la geografía, la hidrografía y su representación cartográfica estuvieron fuertemente condicionadas por las ambiciones políticas de asegurar el dominio de la reducción de Belén administrada por los jesuitas hasta 1767, los asentamientos fundados con anterioridad al tratado, y el propósito de incorporar los entornos en que se ubicaban, en gran parte habitados por indígenas no sometidos.

La hidrografía era así interpretada en función de un objetivo determinado que consistía en asegurar el dominio sobre un territorio considerado estratégico que, además, estaba habitado por unas poblaciones indígenas que se aspiraba a convertir en vasallos. La propuesta de Faria estaba en la línea de aquella que según Ribera ofrecía “ventaja recíproca” para ambas potencias ibéricas y que Caetano Pinto no consideraría ventajosa, ya que su ambición era extender los dominios lusos hacia el sur para incorporar tierras controladas por el grupo indígena mbayá y los espacios de reciente expansión hispana, que creía posteriores a la firma del tratado de San Ildefonso y, consecuentemente, violaciones de este<sup>11</sup>. Para ello, Pinto utilizaba una interpretación distinta de la hidrografía:

---

<sup>11</sup> En realidad, existían ya en el momento de la firma del tratado de límites: Belén había sido fundada en 1760 y Concepción en 1773, por lo que en el caso de que esta línea de demarcación hubiera llegado a imponerse se habría debido respetar el principio de *uti possidetis* y mantener estos enclaves en la demarcación de España.

Nosotros tenemos al presente toda probabilidad de que este río [el Yguerey del artículo 9 del tratado de San Ildefonso] aún queda muy abajo del Ypane, hallándose por consecuencia no sólo Villa Real sino otros muchos establecimientos españoles superiores e inferiores a dicha villa situados en nuestro territorio (AGI Estado 81 N.15).

El análisis de la controversia surgida entre los gobernadores de Mato Grosso y Paraguay demuestra que los mapas, además de actuar como continentes del conocimiento adquirido por los europeos que plasmaban en él la geografía local, fueron utilizados como instrumento político y constituyeron un argumento de peso en las disputas fronterizas con el que tratar de imponer una línea divisoria acorde con los intereses de la potencia a la cual representaban uno y otro gobernador, una frontera que debía trasladarse desde el papel hacia la realidad local para separar dos grandes imperios.

## **2. Contribuciones indígenas a la producción de saberes geográficos y materiales cartográficos**

La identificación sobre el terreno de los términos de los tratados de Madrid y San Ildefonso corrió a cargo de las partidas de demarcación enviadas a América en los años posteriores a la firma de estos. La demarcación del límite establecido en el Tratado de San Ildefonso debía ser realizada por cuatro comisiones hispanoportuguesas destinadas a la demarcación de una región específica, siendo dos comandadas por un portugués y dos por un español. Cada comisión se componía de dos divisiones o partidas, una española y una lusa, que trabajarían separadamente, debiendo reunirse para acordar el trazado de la frontera en base a las observaciones geográficas y astronómicas realizadas, aunque estos encuentros no llegaron a producirse en todos los casos (MARTÍN-MERÁS 2007: 8-9). La demarcación de las fronteras en la América meridional corrió a cargo de la primera comisión, que en 1781 zarpó rumbo a América al mando de José Varela y Ulloa (QUARLERI 2011: 759). Una vez arribada al Río de la Plata, la comisión española fue dividida por el virrey Juan José Vertiz en cuatro partidas, la tercera de las cuales debía demarcar la frontera en el Alto Paraguay bajo la autoridad de Félix de Azara, ingeniero militar y cartógrafo con el que trabajaron el ingeniero Pedro Cerviño, el teniente de navío Martín Boneo y el piloto y geógrafo Ignacio Pazos (MARTÍNEZ MARTÍN 1997: 169; LOLLO 2017: 170). La partida llegó a Asunción en 1784 para iniciar los trabajos y fue disuelta en 1801 a pesar de que su tarea quedó inconclusa porque nunca se

encontró con su contraparte portuguesa formada por los ingenieros Ricardo Franco de Almeida Serra y Joaquim José Ferreira y los matemáticos António Pires da Silva Ponte y José de Lacerda e Almeida, que llegaron a Mato Grosso en 1782 y desarrollaron un intenso trabajo cartográfico (ARAUJO 2001: 899).

Los mapas fruto de la labor de demarcación son buen ejemplo de producción cartográfica al servicio de la construcción y consolidación imperial en los márgenes. Para cartografiar la parte septentrional de la provincia del Paraguay (y para el propio tránsito por ella), la partida de Azara dependió en gran parte del conocimiento geográfico que compartieron guías e informantes indígenas. Sin embargo, ello no significó que la presencia indígena fuera siempre reflejada en los mapas que elaboraron, ni que se reconociese su labor informativa. Muestra de ello es un mapa de 1790 (fig. 2) conservado en el Archivo Histórico de la Armada de Madrid (MPD 4866) realizado en el contexto de una expedición liderada por Martín Boneo al norte del Paraguay con el objetivo de comprobar la veracidad de informaciones recientes sobre avances portugueses en la región de Mato Grosso. Si, como parecía, habían levantado fuertes y asentamientos en la margen izquierda del río Paraguay que el tratado de límites asignaba a la monarquía Católica, podría tratarse de una violación del mismo y se exigiría su desmantelamiento, tomando en el interín conocimiento de su dotación y capacidad defensiva (AGS, LEG,7238,15, f. 114r). Los enclaves sobre cuya legalidad se dudaba eran los presidios de Nova Coimbra y Albuquerque. Ambos estaban, en efecto, ubicados en la margen izquierda del Paraguay, pero solo el de Albuquerque, el más septentrional, contravenía el tratado por haberse fundado después de 1777, mientras que el de Nova Coimbra debía ser respetado en virtud del *uti possidetis*.



**Fig. 2.** “Carta reducida del Rio Paraguay, desde la Asumpcion hasta el Presídio de Coimbra en el estrecho de San Francisco Xavier donde se establecieron los Portugueses en [sic] Lebantado por Dn Ignacio de Pasos” (AHA, MPD 4866).

El mapa representa el curso del río Paraguay entre Asunción y el presidio de Nova Coimbra por duplicado e incluye referencias geográficas clave e informaciones estratégicas sobre el presidio portugués. Sin embargo, apenas aparecen referencias a la existencia de tolderías indígenas en el territorio fronterizo, lo que, como se constatará, constituye un ejemplo más de aquellas ausencias de información a las que Harley (2005: 113-140) llamó silencios, un componente esencial de los mapas que consideraba debía ser interpretado en clave política. Los motivos por los que una información o accidente geográfico no se incluyeron en determinados mapas pudieron ser diversos, desde el mero desconocimiento de quienes lo realizaron hasta la pretensión de ocultar información valiosa para proteger ciertos intereses, o la consideración de dicha información o accidente geográfico como contenidos irrelevantes para el discurso que el mapa en cuestión trataba de transmitir.

Al igual que hicieron los gobernadores de Paraguay y Mato Grosso en la disputa anteriormente analizada, muchos mapas silenciaron la presencia indígena dejando en blanco el espacio donde tenían instaladas sus tolderías<sup>12</sup>, un espacio que, además, transitaban para comerciar con otros grupos nativos, con portugueses y españoles, o para asaltar sus asentamientos. Harley (2005) planteó la necesidad de entender los mapas como una construcción social, un discurso social y político, fruto de formas concretas de ver el mundo y las sociedades que lo habitan que quedan ineludiblemente reflejadas en la cartografía. En esta línea, podemos concluir que los mapas que representaron la frontera del Paraguay como un espacio vacío de presencia indígena atravesado únicamente por ríos y líneas divisorias la representaban como un espacio de legítima expansión europea; retrataban el territorio como un dominio exclusivo de la naturaleza, ignorando su carácter social, y lo concebían como ese mar al que hacía referencia Herzog, sobre el que cuál extender la soberanía ibérica. Estos mapas, como en gran medida hizo el mapa de Sá Faria analizado, tendieron a presentar la frontera desde la perspectiva gubernamental, es decir, como límite divisorio y elemento ordenador que atravesaría el espacio natural. A ambos lados de ella se situarían entidades políticas y sociales diferenciadas, separadas y sin contacto mutuo, sociedades que serían protegidas por los fuertes y presidios levantados en este periodo. De esta forma, la cartografía servía al propósito de imponer sobre el territorio y sus gentes un orden y una lógica imperiales, ignorando las dinámicas sociales, económicas, culturales y políticas específicas

---

<sup>12</sup> Un buen ejemplo se halla en AGI, Mapas y Planos, Buenos Aires, 116, en el que se representó cuidadosamente las cuencas del Paraná, el Paraguay, y las cuencas altas del Mamoré y Guaporé, los asentamientos portugueses y españoles, y el límite fronterizo establecido por el tratado de San Ildefonso sobre un fondo inmaculadamente blanco y vacío de indígenas.

de las poblaciones indígenas que lo habitaban, y controlaban. Silenciaban no solo la presencia indígena sino también el hecho de que los indígenas constituían un verdadero tercer poder en la región y controlaban el espacio que debía atravesar la raya divisoria de los tratados de límites.

A su llegada al Alto Paraguay, los miembros de la partida de demarcación de Azara contaban con un limitado conocimiento de la geografía local, sobre todo en lo relativo al complejo entramado hidrográfico cuya navegación era particularmente problemática. Los incontables afluentes difícilmente se distinguían del curso principal; la superficie del agua estaba habitualmente cubierta de plantas acuáticas que impedían percibir las innumerables islas e islotes que afloraban y entorpecían el reconocimiento del río. Todo ello planteaba grandes problemas a la navegación, como reconocía el piloto y geógrafo Ignacio Pazos en el diario de la expedición que lideró Boneo: “si no se procede con alguna reflexión e inteligencia, se dará con un anegadizo sin salida, como nos ha sucedido, siendo forzoso volver atrás a desandar lo andado”<sup>13</sup>, lo que hacía necesario recurrir a guías locales con amplio conocimiento de la red hidrográfica:

solo la inteligencia del buen vaqueano que nos lleva, pudiera sacarnos de tantos escollos como se nos presentan. (...) Tengo navegado varios ríos grandes y chicos, pero no he visto otro más sembrado de islerías, anegadizos y riachos, que hacen perder la madre principal, como este río Paraguay (...) solo un vaqueano bueno, hecho a cursar riachos y pantanos, puede discernir, a poco que interne por alguno de los que se presenten, si tiene salida o se concluye (“Diario...”, en ANGELIS 1836: 35).

A pesar de que Pazos vertió numerosos elogios hacia el guía, no ofreció otras informaciones sobre él. Puede intuirse que se trataba de un indígena porque poseía un amplio conocimiento de una sección del río Paraguay apenas transitada por los ibéricos, pero también pudo ser un antiguo cautivo de los grupos que se mantenían autónomos. En todo caso, la partida destinada al Paraguay recurrió, como fue habitual en el contexto general de las demarcaciones<sup>14</sup>, a la asistencia y colaboración de nativos, lo que les permitió acceder a su conocimiento de la geografía local.

La tarea de identificar la contribución de las poblaciones indígenas americanas a la cartografía europea no siempre es sencilla. A pesar de ello, numerosos estudios han subrayado estas aportaciones desde distintas perspectivas,

<sup>13</sup> “Diario de una navegación y reconocimiento del río Paraguay desde la ciudad de la Asunción hasta los presidios portugueses de Coimbra y Albuquerque por D. Ignacio Pasos”, en ANGELIS 1836: 58.

<sup>14</sup> Sobre el actual Uruguay y la Amazonía ver los trabajos de Erbig (2016, 2022) y Lopes de Carvalho (2022).

evidenciando la fortaleza de la vinculación entre la producción cartográfica realizada por europeos en el Nuevo Mundo y la participación indígena. Estas aportaciones tomaron formas diversas, desde la participación en expediciones como personal (guías, pilotos, porteadores, intérpretes, etc.) a la colaboración como informantes. La información sobre la geografía local fue ocasionalmente representada gráficamente sobre arena, cenizas, troncos de árboles, un tipo de cartografía que Jacob (1992: 57) denomina “mapas efímeros” y que permitió a los europeos orientarse en determinados entornos o conocer la ubicación de poblaciones o recursos naturales. Aunque algunos mapas fueron también realizados sobre soportes materiales que podrían haber llegado hasta nuestros días de haber sido adecuadamente conservados (tejidos y cueros, entre otros), la inmensa mayoría ha quedado perdida y si sabemos de este tipo de producción cartográfica es sobre todo a través de referencias en la documentación emanada de experiencias de exploración y, menos frecuentemente, por copias realizadas por europeos (FURTADO y SAFIER 2019: 663). Aunque los europeos estuvieron en contacto con cartografía indígena en múltiples escenarios, es preciso tener en cuenta que no siempre lograron comprender y, consecuentemente, apropiarse, la información contenida en ella por desconocer la “traducción” de los códigos de representación gráfica empleados para simbolizar ciertos accidentes geográficos, o las escalas utilizadas (BELYEA 1992: 135-142), ni mucho menos los contenidos de tipo cultural que iban más allá de la mera representación de una determinada geografía (WHITEHEAD 1998: 319). Esta complejidad de la cartografía indígena queda patente en los estudios recogidos en el volumen 2.3. de *The History of Cartography*, editado por Woodward y Lewis (1998), como también en los trabajos de Mundy (1996) sobre las relaciones geográficas enviadas desde Nueva España a Felipe II y, más recientemente, en los de Lucchesi (2018) y Rose-Redwood et al. (2020), quienes reivindican la necesidad de descolonizar la historia de la cartografía.

El análisis de la cartografía por sí solo no siempre permite revelar las contribuciones indígenas al proceso de construcción de saber geográfico por parte de los europeos a pesar de que la labor de los informantes indígenas influyó en la incorporación de toponimia indígena a los mapas (KANTOR 2009: 42-43). Para evaluar y contrarrestar los silencios que presenta en ocasiones la cartografía, es necesario combinar su estudio con el de la documentación escrita asociada a su producción. En este caso contamos con el mapa de la expedición de Boneo y con el diario de navegación (publicado en ANGELIS 1836). Además, ambos fueron realizados por la misma persona: Ignacio Pazos, lo que resulta particularmente útil porque evidencia que la selección de la información fue distinta según el tipo de documento que producía. En el mapa,

Pazos privilegió la información de utilidad estratégica en la competición con los portugueses, indicó la ubicación del presidio de Nova Coimbra e incluyó dos representaciones, una planta y un alzado, que adquieren protagonismo en la parte inferior del mapa. En ellas detalló la capacidad defensiva del emplazamiento, señalando la ubicación de cuatro pedreros, el almacén de pólvora, las garitas y la residencia del comandante, información que podía resultar de gran utilidad para una potencial expedición contra el fuerte. El discurso transmitido por Pazos a través del mapa es el de una frontera entre potencias coloniales rivales ubicada en un entorno geográfico articulado por el río Paraguay cuyo curso se dibuja con detalle sobre un espacio en blanco apenas salpicado de algunos cerros identificados con topónimos indígenas, un entorno en que la presencia de los habitantes nativos desaparece casi por completo. De hecho, Pazos no introdujo ni una sola referencia a la presencia indígena en una de las dos representaciones del río Paraguay incluidas, y en la otra incorporó solo una indicación: “indios mbayás y guanás” en el área del río Blanco, escribiéndola en paralelo a la margen oriental del Paraguay con un tamaño de letra grande, lo que sí sugeriría que habitaban un territorio de cierta amplitud.

La escasez de información sobre la presencia indígena en el mapa contrasta enormemente con la abundancia de las referencias introducidas al respecto en el diario de navegación. Su análisis revela recurrentes avistamientos de asentamientos o de individuos y grupos en el río o sus márgenes, e interacciones con miembros de diversos grupos lingüísticos que se produjeron desde prácticamente el inicio del viaje y en áreas mucho más meridionales y próximas a las poblaciones castellananas de lo que sugiere el mapa. El diario de Pazos no solo está repleto de menciones a los contactos; además revela que los indígenas proporcionaron información geográfica y estratégica de fundamental importancia para la expedición.

Tres fueron los encuentros con indígenas payaguá-sarigué registrados. En el tercero de ellos, el grupo liderado por dos caciques, uno llamado Quaty y otro sin identificar, intercambió huevos, gallinas y resina de palo santo por galletas. Mientras que la ubicación de su toldería no se representó en el mapa, sí se incluyó la información geográfica que ofrecieron: la ubicación de un cerro llamado Itapucú y del río Corrientes, precisamente el afluente central en la definición del límite fronterizo de San Ildefonso, para el que aportaron, además, un topónimo indígena: *Gualchié*. Por último, revelaron que el presidio portugués se encontraba, como temían los españoles, en el margen occidental del Paraguay, es decir, en el espacio que el tratado de límites asignaba a la Monarquía Católica.

Los guaná que encontraron tres días después confirmaron la ubicación de

Nova Coimbra, cuyos soldados, afirmaron, los visitaban para comerciar. A estos datos se sumaron los obtenidos en los asentamientos de los mbyá alcanzados dos días después, como habían prevenido los guaná. En la toldería había unas doscientas personas lideradas por tres caciques, uno de los cuales aparece identificado con el nombre de Cambá. Gracias a ellos, los españoles pudieron saber con anticipación que la plaza estaba fortificada y contaba con cañones y armas de fuego, datos que se confirmaron al alcanzar el lugar, y obtuvieron información sobre su dotación y el ganado y cultivos con que contaba para sustentarla (“Diario...”, en ANGELIS 1836: 30, 33).

El recurso continuado a estos informantes coexistió con prácticas que parecen orientadas a testar la veracidad de los datos, como el reiterar la misma indagación en encuentros con distintos grupos indígenas o la desconfianza abierta en otras ocasiones, que se torna muy evidente respecto a los payaguá. Pazos no señala las causas de su suspicacia y parece movido por un imaginario marcadamente negativo sobre este grupo, que le lleva a afirmar que en el primer encuentro que mantuvo con ellos “no hablaron palabra de verdad, como lo acostumbran” y que en el segundo

difiriendo unos entre otros en la verdadera distancia en que se hallan [los presidios portugueses]: cuya variedad de noticias (...) da a entender que solo hablan por tradición del antiguo golpe que se dieron, o por inclinaciones que todo indio tiene a mentir (“Diario...”, en ANGELIS, 1836: 27).

A pesar de estas desconfianzas, el análisis de su diario de navegación demuestra que la expedición logró realizar sus averiguaciones sobre las fuerzas y avances portugueses en el curso alto río del Paraguay en gran medida gracias a las informaciones ofrecidas por indígenas mbyá, guaná y payaguá que se mantenían autónomos respecto a ambas coronas ibéricas. Estas conclusiones están en consonancia con las alcanzadas por estudios previos que han subrayado el valor como informantes de indígenas, mujeres, esclavizados, fugitivos, o desertores en otras regiones americanas (ROLLER 2012). A su vez, revelan la adopción de un enfoque pragmático por parte de, en este caso, las partidas de demarcación, que recurrieron a informantes pertenecientes a grupos indígenas que mantenían su autonomía o a sujetos que se encontraban en los márgenes de la sociedad colonial, como el indígena que participó como intérprete en la expedición. Este último ofreció la asistencia necesaria para obtener la información geográfica y estratégica que podían ofrecer los primeros, la cual tenía gran importancia en la disputa fronteriza que la Monarquía Católica mantenía con Portugal y además quedó plasmada en la producción cartográfica que,

como se ha demostrado en la primera parte de este artículo, adquirió un peso fundamental en la definición de la frontera en el nivel local. El reciente estudio sobre los informantes coroados y coropos en los márgenes de las capitanías de Rio de Janeiro y Minas Gerais ha demostrado su capacidad para limitar el poder del Estado colonial en la región (LANGFUR 2019) e investigaciones sobre las interacciones de los charrúas y minuanes en la Banda oriental del Paraná con las partidas de demarcación han comprobado que los nativos apropiaron la actividad de estas para hacer avanzar sus propias agendas (ERBIG 2016 y 2020). La documentación manejada en este artículo no permite dialogar directamente con esta historiografía, pero sí contribuir a caracterizar a los informantes indígenas y arrojar luz sobre su relevancia en la adquisición de conocimiento por parte de los europeos, fundamental en los esfuerzos por definir la frontera del Alto Paraguay.

El hecho de que el diario identificase grupos étnicos específicos y, en algunos casos, nombres propios, estatus social o procedencia de individuos concretos, permite componer una imagen compleja de los informantes y de los procesos de adquisición de conocimiento que contrasta con la que habitualmente se extrae de relatos publicados porque, como han demostrado las investigaciones de Burnett (2002: 28-34) y Safier (2008: 59, 252), autores e impresores tendieron a suprimir de la narración la singularidad de los informantes o, incluso, su mera existencia, para ensalzar la figura de los exploradores.

En el caso de Pazos, es llamativo el dispar tratamiento que hizo de las figuras del baqueano y del intérprete de la expedición. Aunque elogió las habilidades del baqueano en varias ocasiones, no aportó información alguna sobre él, por lo que tan solo podemos deducir que se trataba de un varón porque utiliza el género masculino para referirse a él, y suponer que se trataba de un indígena. En cambio, Pazos consignó la etnicidad, procedencia e identidad del lenguaraz: un indígena mbayá del pueblo de Belén llamado Toribio (“Diario...”, en ANGELIS 1836: 33), nombre cristiano por el que se infiere que estaba bautizado.

Es probable que un guaraní, cuya lealtad a los españoles podría quizás considerarse más segura por la larga historia de aculturación de este pueblo, habría podido actuar como intérprete hablase o no las lenguas de los habitantes del Alto Paraguay, ya que el guaraní era relativamente conocido entre estos y sus cautivos. De hecho, la expedición encontró varios indios (un mbayá y otros cuya etnicidad no se registró) que les hablaron en guaraní, y un guaná “muy ladino” que lo hizo en castellano, idioma que había aprendido durante su infancia en Asunción (“Diario...”, en ANGELIS 1836: 33). La expedición se hizo acompañar de un intérprete mbayá, pueblo cuya relación de amistad con los españoles era relativamente reciente (en 1760 se había fundado el pueblo del que procedía

el intérprete, como reducción jesuita), y sobre cuya lealtad aún sobrevolaba la duda, especialmente porque numerosas parcialidades mbyá aún se mantenían autónomas. De hecho, estas parcialidades eran las más poderosas en la región que separaba Concepción de Nova Coimbra, factor que pudo resultar crucial a la hora de seleccionar un intérprete. Toribio tenía unas habilidades lingüísticas útiles y era cristiano, lo que contribuía a considerarlo fiable, pero, sobre todo, era culturalmente próximo a aquellos grupos con los que toparía la expedición. La presencia de un mbyá entre los españoles tenía el potencial de favorecer la colaboración de las tolderías mbyá autónomas al generar cierta confianza entre ellas, como sugiere lo ocurrido en las vecindades de Nova Coimbra: el acercamiento de la expedición a una toldería mbyá provocó una gran alarma que la intervención del intérprete calmó al usar su idioma para manifestarles los ánimos pacíficos de los españoles. “Asegurados de haber oído a nuestro bordo hablar en su lengua”, se abrieron a la colaboración, acercándose algunos indígenas a las canoas españolas, a los cuales se entregó algunos regalos y se solicitó información sobre el presidio (“Diario...”, en ANGELIS 1836: 33).

La participación del mbyá Toribio en la expedición podría contribuir a forjar relaciones pacíficas con estas poblaciones con el objetivo de convertirlos en vasallos, un proceso en el cual un primer paso habitual era la entrega de presentes como a la que se ha hecho mención. El estudio de Lopes de Carvalho (2022) sobre la actividad demarcadora en la Amazonía ha demostrado que la actuación de las partidas fue mucho más allá de identificar sobre el terreno las divisorias establecidas en los tratados de límites y que sus miembros actuaron como agentes con capacidad para construir soberanía sobre el terreno al negociar con las poblaciones indígenas para que aceptasen convertirse en vasallos del monarca Católico (o del Fidelísimo, en su caso).

Las mismas dinámicas son identificables en el norte del Paraguay que permanecía bajo el control de diversos pueblos indígenas y donde la presencia europea era muy limitada, por lo que los miembros de las partidas de demarcación procuraron establecer y consolidar las relaciones pacíficas con las poblaciones nativas para construir soberanía sobre este espacio. Dos memoriales escritos en 1793 y 1795 por Pedro Cerviño, miembro de la tercera partida y compañero de Pazos y Boneo, subrayan precisamente la vinculación entre las tareas de demarcación y la búsqueda de alianzas con los indígenas que podrían contribuir a alcanzar una soberanía plena sobre el territorio. Cerviño explica en su primer memorial que ante el temor de que se produjera una incursión mbyá en las proximidades de Villa Real de la Concepción, se dedicó a “fortificar los parajes más expuestos”, tarea que complementó con otra de mayor impacto para la seguridad de la región: internarse en el Chaco “con el objetivo de adquirir

noticias de tan importantes terrenos” hasta dar con una toldería mbyá en la que encontró más de 500 indios y lograr “pacificarlos enteramente” en tres días (AGS, SGU, LEG, 7240,17, f. 114 r-v ). El memorial que envió dos años después para solicitar el cargo de teniente del regimiento de infantería de Buenos Aires destacaba nuevamente su contribución a la “pacificación” de grupos indígenas no sometidos en el marco de las demarcaciones<sup>15</sup>. Aseguraba que mientras reconocía y cartografiaba un territorio que califica de “desiertos enormes” en el norte del Paraguay, había tratado “con varias parcialidades de bárbaros, aficionándolos por medios suaves y pacíficos a adoptar un sistema de amistad y buena armonía, haciéndoles comprender la dulzura y humanidad del gobierno español” (AGS, SGU, LEG,6813,30, f.110v). Estas alianzas buscadas por los miembros de la partida de demarcación y favorecidas por la intervención de figuras como el mbyá Toribio no solo contribuyeron a la adquisición de información para el cartografiado de la región fronteriza y la definición del límite divisorio. También contribuyeron a convertir a los indios en vasallos, aunque solo fuera discursivamente y pocas veces efectivamente, y a incorporar sus tierras al imperio, conformándose como medios para construir y asegurar la soberanía sobre un territorio aún disputado entre las Coronas ibéricas.

## Conclusiones

El estudio aquí realizado ha permitido comprobar el intenso uso político que las autoridades de Mato Grosso y Paraguay hicieron de la cartografía elaborada por las partidas de demarcación y de otras producciones cartográficas coetáneas con el objetivo de imponer su interpretación de lo que debían ser los límites entre los imperios ibéricos. La cartografía se constituyó así en una herramienta más de dominación colonial, especialmente cuando conjugó la definición de la frontera lineal a partir de unos determinados accidentes geográficos con la escasa o nula representación de la presencia indígena en la región disputada, algo acorde con la visión del continente americano como un espacio de legítima expansión europea, y de las fronteras americanas como líneas divisorias fruto de acuerdos de límites firmados en las cortes del Viejo Mundo.

Al mismo tiempo, esta investigación visibiliza las contribuciones indígenas a la

---

<sup>15</sup> Otros miembros de la partida también propiciaron la incorporación de tolderías mbyá de la frontera: Félix de Azara y Martín Boneo establecieron un acuerdo de paz con cuatro caciques durante el mandato de Pedro de Melo de Portugal como gobernador e intendente del Paraguay (1778-1787), cuya asistencia al acto lo dotó de solemnidad (AGI, ESTADO, 81, N. 15)

adquisición de conocimiento geográfico por parte de las partidas de demarcación. Para identificar y analizar esta contribución ha sido necesario acudir a fuentes de naturalezas diversas ya que las representaciones cartográficas no reflejaron necesariamente la compleja realidad social de los territorios representados ni la propia existencia de asentamientos indígenas, puesto que tendieron a privilegiar la representación de informaciones relacionadas con aspectos puramente geográficos y de carácter estratégico que pudiesen resultar útiles en la disputa sobre la definición del límite fronterizo sobre el terreno o en potenciales enfrentamientos.

El análisis comparado de la cartografía fruto de la expedición de Martín Boneo y del diario de esta ha permitido comprobar que los indígenas se erigieron en una fuente de información fundamental sobre el espacio, sobre sus habitantes y sobre las capacidades y avances de los portugueses de Mato Grosso. Los encuentros con los nativos fueron aprovechados por la expedición para tratar de lograr asociaciones permanentes, hacer de ellos vasallos de la Monarquía Católica, y hacer efectivo su dominio sobre el espacio disputado con Portugal. Los indígenas actuaron como informantes puntuales, como guías y como intérpretes que contribuyeron a facilitar los contactos con las *tolderías* que permanecían autónomas, obtener informaciones y favorecer las interacciones pacíficas con estas, propósito al que también contribuía la entrega de pequeños regalos. La información contenida en las fuentes manejadas, muy centrada en lo geográfico, estratégico, y solo puntualmente salpicada de referencias a los encuentros con los indígenas, permite conocer las aportaciones de estos a la adquisición de conocimiento por parte de los europeos pero torna complicado alcanzar una conclusión sobre las estrategias que pudieron desarrollar en sus encuentros con los demarcadores o las formas en que pudieron llegar a explotar en su favor la competición europea y la presencia de los demarcadores en su territorio más allá de la búsqueda de beneficios en la recepción de regalos o el intercambio de bienes. No obstante, la desconfianza de Pazos en torno a la fiabilidad de la información ofrecida por indígenas, a quienes achacaba una natural inclinación a la mentira, se pudo derivar de su autonomía, de que los conflictos con diversas parcialidades eran recurrentes, o que desarrollaron otras prácticas de resistencia y explotación de la rivalidad hispanoportuguesa en la frontera, aspectos que abordo en profundidad en otro trabajo de próxima publicación (HERREROS CLERET DE LANGAVANT, en prensa).

Al contrastar la cartografía y el diario de la expedición de Boneo, se constata que la selección de la información que merecía ser plasmada en uno y otro tipo de documento divergió sustancialmente: mientras que el diario recogió incluso el nombre propio del intérprete *mbayá* de la expedición, el mapa fruto de ella apenas señaló la presencia de asentamientos indígenas en el entorno fronterizo sobre

el que la Monarquía de España reclamaba soberanía. Por tanto, para analizar las contribuciones indígenas a la construcción de conocimiento geográfico por parte de las partidas de demarcación, es imprescindible recurrir a fuentes que maticen y enriquezcan los discursos emanados de la cartografía. Esto permite concluir que nos encontramos ante una construcción conjunta de conocimiento en que la contribución de los nativos fue sustancial. Estos actuaron como informantes que compartieron sus saberes, como intérpretes o como guías, entre otras labores, mientras los ibéricos recogieron coordenadas y representaron el espacio en el tipo de cartografía más difundido entre ellos, basado en la representación gráfica sobre el papel conforme a unos estándares e intereses específicos del mundo europeo, algo que, por mucho tiempo, limitó nuestra capacidad para reconocer en ellos los aportes indígenas.

### **Fuentes Manuscritas**

Archivo General de Indias, Estado, 81, N.15, s.f.

Archivo General de Indias, Mapas y Planos, Buenos Aires, 116.

Archivo General de Simancas, SGU, LEG, 6813, 30, fl. 109-113.

Archivo General de Simancas, SGU, LEG, 7238, 15, fl. 110-114.

Archivo General de Simancas, LEG, 7240, 17, fl. 114-118.

Archivo Histórico Nacional, Estado, MPD, 129.

Archivo Histórico de la Armada, Madrid, MPD 4866 (signatura antigua 42-C-06).

Arquivo Nacional Torre do Tombo, Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, microfilm 125, Doc. 1029, s.f.

### **Fuentes Impresas**

*Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata. Tomo Cuarto* (1836). P. de ANGELIS (comp.) Buenos Aires: Imprenta del Estado.

### **Bibliografía**

ARAUJO, Renata (2001). "A fronteira a ocidente: o Mato Grosso", in R. Araujo, C. Helder e W. Rossa (coords.), *Actas del coloquio internacional Universo*

- Urbanístico Português*. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses, 887-903.
- ARECES, Nidia (1999). "Paraguayos, portugueses y Mbayás en Concepción, 1773-1840". *Memoria Americana*, 8, 11-44.
- BELYEA, Barbara (1992). "Amerindian Maps: The Explorer as Translator". *Journal of Historical Geography*, 18, 267-277.
- CINTRA, Jorge Pimentel y FURTADO, Júnia Ferreira (2011). "A Carte de l'Amérique Méridionale de Bourguignon D'Anville: eixo perspectivo de uma cartografia amazônica comparada". *Revista Brasileira de História*, 31, 62, 273-316. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882011000200015> (consultado el 3 de marzo de 2023).
- COSTA, María de Fátima (2008). "Viajes en la frontera colonial. Historias de una expedición de límites en la América Meridional (1753-1754)". *Anales del Museo de América*, 16, 113-126.
- ERBIG, Jeffrey (2016). "Borderline Offerings: Tolderías and Mapmakers in the Eighteenth-Century Río de la Plata". *Hispanic American Historical Review*, 96, 3, 445-480.
- ERBIG, Jeffrey (2020). *Where Caciques and Mapmakers Met: Border Making in Eighteenth-Century South America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- FERREIRA, Mário Clemente (2010). "O conhecimento da área de fronteira entre Mato Grosso e a América Espanhola no século XVIII: a procura de informações geográficas e cartográficas por portugueses e castelhanos", in F. Roque de Oliveira y H. Mendoza Varas (coords.), *Mapas da metade do mundo. A cartografia e a construção territorial dos espaços americanos. Séculos XVI a XIX*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 267-297.
- FURTADO, Júnia Ferreira y SAFIER, Neil (2019). "Indigenous Peoples and European Cartography", in M. H. Edney y M. S. Pedley, *The History of Cartography*, vol. IV (*Cartography in the European Enlightenment*). Chicago y Londres: The University of Chicago Press, 663-672.
- HARLEY, John B. (2005). *La Nueva Naturaleza de los Mapas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- HERREROS CLERET DE LANGAVANT, Benita (2017). "La frontera del Alto Paraguay a fines del siglo XVIII: diplomacia, cartografía y cotidianeidad", in S. Truchuelo y E. Reitano (eds.), *Las fronteras en el Mundo Atlántico (siglos XVI-XIX)*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 331-360.
- HERREROS CLERET DE LANGAVANT, Benita (en prensa). "Cross-cultural interactions, indigenous agency and resistance in the borderlands of the Upper Paraguay basin", in P. Sánchez León y B. Herreros Cleret de Langa-

- vant (eds.), *Resistance in the Iberian Worlds from the Fifteenth to Eighteenth Century - Dissent and Disobedience from Within*. Londres: Palgrave Macmillan.
- HERZOG, Tamar (2018). *Fronteras de posesión. España y Portugal en Europa y las Américas*. México: Fondo de Cultura Económica.
- JACOB, Christian (1992). *L'empire des cartes: Approche théorique de la cartographie à travers l'histoire*. París: Albin Michel.
- KANTOR, Iris (2009). "Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850)". *Anais do Museu Paulista. São Paulo, Nova Série*, 17, 2, 39-61.
- LANGFUR, Hal (2019). "Native Informants and the Limits of Portuguese Dominion in Late-Colonial Brazil", in D. A. Levin Rojo y C. Radding (eds.), *The Oxford Handbook of Borderlands of the Iberian World*, New York: Oxford University Press, 209-234.
- LOLLO, María S. (2017). "La partida demarcadora de Varela y Ulloa en el Río de la Plata: propuesta borbónica y condicionamientos en la frontera hispano-portuguesa". *Boletín Americanista*, año LXVII, 1, 74, 163-180.
- LOPES DE CARVALHO, Francismar A. (2022). "Mapmaking and Sovereignty Building: Francisco Requena and the Late Eighteenth-Century Boundary Demarcation Commissions". *Hispanic American Historical Review*, 102/2, 191-221.
- LUCCHESI, Annita. H. (2018). "'Indians Don't Make Maps': Indigenous Cartographic Traditions and Innovations". *American Indian Culture and Research Journal*, 42, 3, 11-26.
- MARTÍN-MERÁS, Luisa (2007). "Fondos cartográficos y documentales de la Comisión de Límites de Brasil en el siglo XVIII en el Museo Naval de Madrid". *Terra Brasilis* [En línea], 7 - 8 - 9 | 2007. <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.402> (consultado el 10 de noviembre de 2022).
- MARTÍNEZ MARTÍN, Carmen (1997). "Aportaciones cartográficas de D. Félix de Azara sobre el Virreinato del Río de la Plata". *Revista Complutense de Historia de América*, 23, 167-192.
- MONTEIRO, John M. (1994). *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- MUNDY, Barbara E. (1996). *The Mapping of New Spain: Indigenous Cartography and the Maps of the Relaciones Geográficas*. Chicago and London: University of Chicago Press.
- QUARLERI, Lía (2011), "Expediciones, narrativas y utopías: nuevas miradas sobre el "espacio guaraní-misionero" hacia fines del siglo XVIII". *Antíteses*, 8, 753-782.
- ROLLER, Heather F. (2012). "River Guides, Geographical Informants, and

- Colonial Field Agents in the Portuguese Amazon”. *Colonial Latin American Review*, 101-126.
- ROSE-REDWOOD, Reuben; BARND Natchee B.; LUCCHESI, Annita H.; DIAS, Sharon y PATRICK, Wil (2020). “Decolonizing the Map: Recentering Indigenous Mappings”. *Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization*, 55, 3, 151-162.
- SAFIER, Neil (2008). *Measuring the New World: Enlightenment science and South America*. Chicago: University of Chicago Press.
- VILARDAGA, José C. (2021). “Vilas e cidades em trânsito: assentamentos urbanos, agência indígena e fronteira colonial na formação do espaço platino (séculos XVI e XVII)”. *Anais do Museu Paulista*, 29, 1-28.
- WHITEHEAD, Neil L. (1998). “Indigenous Cartography in Lowland South America and the Caribbean”, in D. Woodward y G.M. Lewis (eds.), *The History of Cartography*, vol 2.3, *Cartography in the Traditional African, American, Arctic, Australian and Pacific Societies*. The University of Chicago Press, 301-326.
- WOODWARD, David, y LEWIS, G. Malcolm (1998). “The History of Cartography”, vol 2.3, *Cartography in the Traditional African, American, Arctic, Australian and Pacific Societies*. The University of Chicago Press.



# A Gold Ounce for Every Throat Cut: The Development of Hispano-Portuguese Peace in the Contested Banda Oriental, 1750-1801

**R. GRANT KLEISER**

Columbia University, Department of History, Graduate School of Arts and Sciences

rk2952@columbia.edu

<https://orcid.org/0000-0001-8208-0865>

Texto recebido em / Text submitted on: 20/06/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 03/11/2023



**Abstract.** Peace in the Banda Oriental, at the borders between the Spanish and Portuguese empires in the Río de la Plata region, marks one of the major developments in the political geography of Latin America from 1777-1801, yet the subject has not been studied rigorously. This article explores how this peace came about after failing several times previously. Both Spanish and Portuguese colonial agents and policy-makers affected such peace by overcoming resistance to imperialism. A Luso-Hispanic policy of removal resulted in the Jesuits' loss of power in South America. Several successful mapping expeditions reduced Iberian dependence on native guides, limiting indigenous control over European colonization. Near extermination of cattle in the region and increased Spanish and Portuguese patrols over grazing lands curbed much of the illicit cattle hunting in the Río de la Plata. And the Spanish conquest of Colonia del Sacramento, a key contraband base, decreased smugglers' activity in the region. As the power of these non-governmental actors diminished, Iberian empires augmented their claims to sovereignty in the region and could finally affect the peace that Lisbon and Madrid so desired. This moment demonstrates a brief apogee in Iberian colonial control in the late eighteenth century.

**Keywords:** Banda Oriental, Río de la Plata, Borderlands, Iberian Imperialism.

## Introduction

Peace in the Banda Oriental, on the frontier between the Spanish and Portuguese empires in and around the Río de la Plata region, marks one of the major developments in the political geography of Ibero-America during the Age of Revolutions. This article will explore how and why this peace developed during the latter half of the eighteenth century, from the years 1777-1801, after several previous failed attempts, most notably the Treaty of Madrid in 1750. Although English, Portuguese, and Spanish-speaking historians have addressed this subject in the past, it has not yet been analyzed in-depth or holistically and some of its most important consequences have been overlooked.

This twenty-four-year period of peace during the eighteenth century is especially noteworthy. Six major wars involving most of the major European empires occurred during this century: The War of Spanish Succession (1701-1714), the War of the Quadruple Alliance (1718-1720), the War of Jenkins' Ear and the War of Austrian Succession (1739-1748), the Seven Years War (1754-1763), the War for American Independence (1775-1783), and the French Revolutionary and Napoleonic Wars (1792-1815). This list does not include the various other conflicts between individual European powers on the continent and in imperial domains across the globe. Also significant about this twenty-four-year period of peace is the fact that the Banda Oriental was one of the most hotly disputed regions in the world at the time. Although formally closed to Atlantic commerce until Rio de la Plata became a viceroyalty in 1777, the port of Buenos Aires was of prime commercial importance for Spain's silver trade as the informal backdoor of the rich mine of Potosí (in modern-day Bolivia). Other parts of the Banda Oriental region held potential as lucrative cattle farming and gold mining areas for Portuguese settlers. Inevitably, Spanish and Portuguese colonists and troops (as well as indigenous peoples) fought over the territorial and commercial rights to the region beginning with European settlement at the end of the seventeenth century. Through conquest or treaty, the strategic port of Colonia del Sacramento on the Rio de la Plata switched Iberian hands five times from 1680-1750<sup>1</sup>. Spanish and Portuguese diplomats struggled to negotiate some sort of lasting resolution, including the heralded Treaty of Madrid (1750), but with limited success and continued bloody conflict throughout the 1760s and '70s. Not more than a decade passed between 1680 and 1777 when Spanish and Portuguese soldiers did not fight one another in this territory. Only after the treaties of San Ildefonso (1777) and its addendum El Pardo (1778) did Spanish and Portuguese military forces refrain from combat (until 1801) over the Banda Oriental (ALDEN 1968).

This article analyzes why warfare (sanctioned or unsanctioned by Lisbon and/ or Madrid) between Spanish and Portuguese *soldiers* halted in this period. It also examines the diminishing level (but not complete refrain) of conflict between *settlers* of both empires. The so-called principal-agent phenomenon, where one person or entity (the principal) has tremendous power in making important decisions on behalf of other people (the agents), constitutes this

---

<sup>1</sup> Most of the locations referred to in this essay go by both Portuguese and Spanish names in the historical scholarship on this topic. In all cases, for consistency's sake, I have used either the Spanish or the Portuguese names for those places that are *currently* under the jurisdiction of Spanish or Portuguese-speaking countries respectively. Therefore, for example, I refer to "A Colônia do Sacramento" (Portuguese name) as the "Colonia del Sacramento" (Spanish name) because this town is now part of the Spanish-speaking country of Uruguay.

paper's theoretical framework. The agents are motivated to act in their own interests, which might be contrary to those of the principals, resulting in the agents disobeying the principals' orders if they have enough power to do so (GAILMARD 2014; EISENHARDT 1989). The following pages provide an important first step in understanding what circumstances changed from 1750 to 1777 whereby the agents (those Portuguese and Spanish subjects, soldiers, and other inhabitants of the Banda Oriental) now finally obeyed the principals' (Iberian diplomats and leaders) commands to reduce their provocative activities and conform to the inter-imperial peace now desired by both metropolises.

Specifically, this article investigates how increasingly amicable Spanish and Portuguese imperial actors overcame opposition by Jesuit missionaries, indigenous nations, cattle hunters, and smugglers to imperial authority to defuse tensions in the region. A joint Luso-Hispanic policy of violent removal of native Guaraní and Jesuit missionaries resulted in the Jesuits' complete loss of power in South America. Successful mapping expeditions post-1777 helped to clarify borders and reduced Iberian dependence on native guides, thus limiting indigenous autonomy and control over colonization. Finally, a near extermination of cattle in the region, increased Spanish and Portuguese patrols, defined borders, metropolitan reforms, and the Spanish conquest of the critical contraband base of the Colonia del Sacramento allowed the Spanish to reduce smuggling in the region and shift the center of Luso-Spanish trade to Spanish Montevideo where they could exert better control. The stabilization of colonial authority and the reduction of these agents' power diffused tensions in the frontier region and decreased the number of pretexts and flash-points for Iberian soldiers and settlers to engage in violent conflict. For these reasons, the 1777-1801 peace in the Banda Oriental may be seen, in part, as a successful reduction of resistance to Iberian imperial designs.

Such a study illuminates the important, on-the-ground contingent factors to the resolution of imperial borderlands disputes. Far from being determined solely by treaty negotiations in Europe or due to the well-studied increasingly friendly relations between Iberian monarchs in the second half of the eighteenth century, *local* control was essential to affect *de facto* peace in this region. This article thus recounts the brief apogee in the consolidation of Iberian empires. During these decades, I argue, Portuguese and Spanish finally claimed a high degree of sovereignty over such colonial possessions – before complaints of metropolitan exploitation and fissures wrought by the Napoleonic Wars would result in the independence of Brazil, Argentina, Uruguay, and Paraguay by the late 1820s.

## 1. Historical Background

In 1493, the year after Christopher Columbus encountered several islands in the Caribbean by sailing west on the Atlantic Ocean, Pope Alexander VI attempted to settle nascent imperial disputes between the two dominant European overseas powers at the time, the Spanish and the Portuguese. The pope decreed that all newly “discovered” land west of an imaginary line (the so-called “Line of Demarcation”) would fall under Spanish jurisdiction while the Portuguese would have the right to control all non-Christian land to the east. In the 1494 Treaty of Tordesillas, the two empires amended this line, moving it slightly west, to 370 leagues west of the Cape Verde Islands. Such a practice of creating “invisible lines of demarcation” was not new. For example, the 1479 Treaty of Aláçovas (also legitimized by a papal bull) reserved the Gulf of Guinea as a Portuguese zone of influence. But the Tordesillas line was by far the longest-lasting and most impactful in instigating future Iberian territorial disputes (TUSELL et al. 1998).

Present-day Brazil was not “discovered” until 1500 by the Portuguese Admiral Pedro Álvares Cabral. After being blown off course on his way to India, Cabral soon realized that, based on the terms of the Treaty of Tordesillas, Portugal had the right to inhabit and colonize this land that he had stumbled upon. However, beginning in 1541, Portuguese settlers in Brazil slowly moved beyond the line agreed on at Tordesillas. Spanish officials initially did not pay much attention to this phenomenon, since they were more focused on consolidating their hold on modern-day Peru, Bolivia, and Chile, and because the Portuguese and Spanish Crowns were united from 1580-1640. And many Portuguese and Spanish colonists (and enslaved people) established business, family, and religious networks between each other in the southern borderland throughout seventeenth, eighteenth, and nineteenth centuries (PRADO 2015; BORUCKI 2017). But especially after 1668 (when Spain finally recognized Portugal’s status as an independent polity) until the early eighteenth century, Iberian settlers came into direct and often violent conflict with one another on the borders of Spanish and Portuguese America.

Most of these clashes occurred in an area called the “Banda Oriental”, as the Spanish moved east to settle Buenos Aires and what is now Argentina, and the Portuguese expanded south from their settlements on the eastern coast of Brazil. The Banda Oriental is the territory east of the Uruguay River and north of the Río de la Plata, which encompasses modern-day Uruguay and the Brazilian state of Rio Grande do Sul and part of Santa Catarina. The Spanish were interested in this region primarily as a buffer zone to protect Buenos

Aires and the silver shipments coming to this port from the mines of Potosí in what is now Bolivia. Many Portuguese, on the other hand, were attracted to the region's temperate grasslands that supported large herds of cattle. Some Portuguese subjects also wanted to tap into the profitable contraband trade with the Spanish Rio de la Plata region. Portuguese merchants could exchange highly-demanded African slaves and other "goods" for Spanish silver coming into Buenos Aires. In 1679, Portuguese colonial officials established the fortified outpost of the Colonia del Sacramento to counter Spanish occupation of these potentially lucrative lands. Increased Portuguese occupation of the modern-day Brazilian states of Santa Catarina and Rio Grande do Sul soon followed when Portuguese settlers discovered gold in the region (and in Minas Gerais and the Mantiqueira mountains) in the second half of the seventeenth century, launching the first gold rush in modern history (RODRÍGUEZ 1958; DE ALMEIDA 1957; MONTEIRO 1937; MAXWELL 1995: 38-40; BURKHOLDER and JOHNSON 2008: 313).

The Colonia del Sacramento was one of the most hotly contested areas of the early eighteenth century, as the Spanish feared that a strong Portuguese presence there severely threatened the important port of Buenos Aires and could serve as a base to divert Spanish silver to Portuguese coffers. Spanish forces were able to conquer the Colonia del Sacramento twice from 1680 to 1750. So brutal was the fighting generally in this region that the translator for Basílio da Gama's epic poem, *The Uruguay*, Richard F. Burton stated that "men wish they had a gold ounce for every throat that has been cut in the place" (DA GAMA 1982: 4). But each time the Spanish captured the Colonia, the port reverted to Portuguese control at the negotiating table because of Spain's relative weakness in Europe. Part of the controversy arose from the Treaty of Tordesillas itself, for in 1494 the two states failed to stipulate the precise length of a "league" and the particular island within the Cape Verde group that would serve as the original measurement point to determine where the Line of Demarcation ran. Thus, both Portugal and Spain believed that they had a legitimate legal claim to the rich and geopolitically important Banda Oriental (CAMARGO 2003).

In order to settle such a hotly-contested debate, diplomats from Spain and Portugal, most notably the Portuguese royal secretary Alexandre de Gusmão and Spanish statesman Don José de Carvajal y Lancaster agreed to the 1750 Treaty of Madrid (otherwise known as the Treaty of Limits). The Treaty of Madrid, despite its failings, was significant for several reasons. Most notably, this treaty officially repealed the Treaty of Tordesillas' boundary and the theoretical conception of arbitrarily drawn lines of imperial sovereignty. The 1750 treaty replaced Tordesillas with a conception of *uti possidetis*. Based on this

principle, Iberian diplomats formally granted the territory that either Portugal or Spain had *actually* conquered, settled, and surveyed before 1750 to that empire, regardless of where that territory lay in relation to the previously-drawn Tordesillas line. The important anomaly to this rule was that Spain would regain the Colonia del Sacramento and possess exclusive jurisdiction over both sides of the Río de la Plata river. In return, Portugal would receive a large portion of the territory on the eastern bank of the Uruguay River, including the land where Spanish Jesuits had set up several missions (the “Misiones Orientales” or “Seven Missions” region) to convert thousands of local Guaraní indigenous people. The Spanish Jesuits were to be evicted from the region, and Portuguese officials would now oversee and manage the Guaraní that decided to remain, with the goal of attracting these native peoples to support Portuguese territorial claims and weaken Spanish forces. Finally, the treaty established the “doctrine of the two spheres” whereby Iberian colonies in America would not engage in European wars in an attempt to establish a lasting peace between the colonial subjects of Portugal and Spain (SAVELLE 1974; MAXWELL 1995: 125-128; GARCIA 2009).

Spanish and Portuguese settlers in South America and those on the Iberian Peninsula did not herald the agreement universally, as the document was one of the most harshly criticized of its time. Besides the Jesuits’ obvious protests over vacating the land in which they had converted so many and lived for so long, Portuguese merchants also lamented the commercial losses that would occur with the forfeiture of the Colonia del Sacramento. The loss of this outpost made it difficult for them to smuggle various goods to Spanish colonists in the Rio de la Plata region in exchange for precious silver. But the most violent reaction came from the Guaraní natives who rebelled in 1754 over the Madrid treaty’s condition that they were to be organized into new, secular settlements under Portuguese control or settle in new areas with the Jesuits. While the Portuguese and Spanish united to crush the rebellion in 1756, this war and threat of future conflict provoked further tensions between Portuguese and Spanish soldiers and settlers. Many Portuguese mistrusted the Spanish after this event because it demonstrated Spain’s lack of control over their Guaraní and Jesuit vassals. Both sides claimed the other had violated the treaty, with the Portuguese refusing to leave the Colonia del Sacramento since the Guaraní were so intransigent about departing their missions. Beginning in the early 1760s, Spanish soldiers and settlers launched a series of proxy (but unsuccessful) skirmishes to expel the Portuguese from the Colonia and lands south of Santa Catarina (PAQUETTE 2013: 55; RODRIGUES 2014: 266-276; QUARLERI 2009).

Due in part to these factors and Lisbon and Madrid’s misgivings about

the territories they had conceded, the newly-crowned Spanish King Charles III nullified the treaty (thus implicitly re-instating the Treaty of Tordesillas) in 1761, putting the Iberian powers on the path toward officially-declared war. Such warfare did come, first from 1762-1763 when the Spanish General Pedro de Cevallos (with tacit acceptance from Madrid) attacked the Colonia del Sacramento as part of the larger Seven-Years' War, thus breaking the previously held doctrine of the two spheres. Even though the Portuguese-allied British aided in the port's defense, Cevallos managed to conquer the Colonia and much of Rio Grande do Sul. The Peace of Paris (1763) nullified some of these gains though, returning the Colonia to Portugal but leaving the town of Rio Grande in the hands of the Spanish. In 1767, backed by cattle ranchers of Rio Grande de Sao Pedro, the Portuguese Colonel José Custodio de Sá e Faria, apparently without approval from Lisbon, decided to drive the remaining Spaniards out of Rio Grande do Sul, prompting the Spanish to blockade the Colonia del Sacramento in response. Tensions remained high, as Portuguese soldiers from Rio de Janeiro, Bahia, and the Azores and Spanish reinforcements from Buenos Aires engaged in a hostile, years-long standoff in Rio Grande do Sul. This period was marked by increasing instability and numerous skirmishes between troops and settlers, while Spain finally expelled all Jesuits from its empire in 1767 causing further dislocation and disruption in indigenous communities. The Portuguese finally attacked and destroyed the strategic Spanish fortifications on the Lago dos Patos in 1773. War came again in 1776-1777 while Europe was still at peace. With Madrid's blessing, Cevallos again assaulted the Colonia del Sacramento with the largest force Spain had ever sent across the Atlantic (10,000 troops and 8,500 sailors in 136 ships). Cevallos hoped to expel the Portuguese from the region before establishing the new Viceroyalty of Rio de la Plata with its capital in Buenos Aires. While this force conquered the Colonia and Santa Catarina Island, the Portuguese were able to successfully defend the newly-conquered Rio Grande do Sul region with the help of a propitious storm that destroyed much of the Spanish fleet (ALDEN 1968: 200-251).

The San Ildefonso treaty, signed in the royal palaces of the Spanish Bourbons in October of 1777, effectively ended fifteen years of such irregular and officially-sanctioned fighting. The treaty cemented Portugal's loss of the Colonia but allowed the Portuguese to retain Rio Grande do Sul and Santa Catarina. Spain also wrested back control of the Seven Missions territory and most of what is now Uruguay. In the addendum to the 1777 treaty, the Treaty of El Pardo of 1778, Portugal was granted a freer hand in the Amazon Basin. Spain received the former Portuguese islands of Anno Bon and Fernando Po' in the Gulf of Guinea in West Africa, thereby satisfying Spain's long-standing

desire to obtain a foothold in the African slave trade. This official peace in the Banda Oriental region would last a remarkable twenty-four years until 1801 when Napoleon Bonaparte forced his ally Charles IV of Spain to attack the Portuguese, allies of Great Britain and enemies of France, in the “War of the Oranges,” leading to the Portuguese conquest of the Seven Missions region (ALDEN 1968: 251-270). The twenty-four peace after the Treaty of San Ildefonso was therefore significant given this environment of constant warfare. But few historians have tried to answer systematically why the Treaty of San Ildefonso occasioned such a different result compared to that of the Treaty of Madrid<sup>2</sup>.

## 2. The Removal and Pacification of the Jesuits and Guaraní

Many contemporaries, public writers, and even scholars have labeled Guaraní resistance to the dissolution of the Spanish Jesuit mission system as per the terms of the 1750 Treaty of Madrid as the key reason for the breakdown of this agreement. While true to some extent, Luso-Spanish disagreement during this rebellion was also crucial to the nullification of the Treaty of Madrid and the resumption of borderland conflict. Likewise, the subsequent full removal of the Jesuits from the region reduced tensions and controversy between Iberian powers that helped foster the post-1777 peace, although the Jesuits should not be blamed as the progenitors of chaos and warfare as contemporaries would posit in an era of virulent anti-Jesuit sentiments throughout Europe.

According to the eighteenth-century English observer William Burke (1757: 270), in the 1650s, Spanish Jesuits appealed to the Spanish Crown to give them the authority to establish missions in some of the unconquered regions of South America. These priests argued that such a tactic would subdue these places “to his Catholic Majesty’s obedience without expense and without force” (BURKE 1757: 270). Spain conceded and granted these Jesuits the right to establish and maintain missions with little imperial oversight in the region just south of what is now Paraguay, east of the Uruguay River. The missionaries took advantage of such autonomy and “built a superstructure of missions” where they “prevailed upon thousands of various dispersed tribes of people to embrace their religion and submit to their government” (BURKE

---

<sup>2</sup> For literature on the Banda Oriental conflicts that explores but falls short of rigorously and holistically comparing the different results of the Treaty of Madrid versus those of the Treaty of San Ildefonso, see SAVELLE 1974; GANSON 2003; MAXWELL 1995; GOMES 2003; MENDONÇA 1941; TORRES 2003; ALDEN 1968; SAMPONGNARO 946; and HERZOG 2015.

1757: 271). Burke (1757: 271) noted that their “subjects amounted to 300,000 families” and that these natives were “instructed in the military with the most exact discipline; and could raise 60,000 men well-armed” in militias directed by Jesuits. Besides possessing immense power over natives in the region, the Jesuits also steadily augmented their wealth. Missionaries were exempt from customs duties and taxation, and after decades of careful capital accumulation, investment, and diligence the Jesuits reportedly accrued massive profits from cattle ranches, sugar plantations, and cacao, clove, and cinnamon production (MAXWELL 1995: 58). Such enormous resources and power “brought so much envy and jealousy on their society”, according to Burke (1757: 271), that “many have represented the conduct of the Jesuits in a very bad light”. Rumors circulated throughout both Iberian empires, often by other competing religious orders, magnifying the Jesuit authority, riches, and autonomy in the region, promoting intense anti-Jesuit sentiments in both governments. Some in Madrid (including members of the rival Dominican and Augustinian monastic orders) were jealous of and concerned with such extra-governmental power, while Lisbon, fearing that the Jesuit-led Guaraní might become a threat to its colonial domains, wanted to secure its access to land in Rio Grande do Sul and the Amazon<sup>3</sup>.

As a result, during the negotiations of the Treaty of Madrid, Iberian diplomats exhibited no major qualms about dismantling this mission system. If Portugal were to surrender the coveted Colonia del Sacramento, Gusmão and other Portuguese leaders reasoned, then an easy consolation prize that the Spanish could offer would be the Seven Mission region (TORRES 2003: 399; MAXWELL 1995: 72). Portugal hoped this area could serve as a south-western zone of defense for the Rio Grande do Sul and augment the wealth of the empire. Spain was content with ceding this territory that did not contribute directly to the royal revenue under the control of an extra, potentially threatening power in the region. Thus the 1750 Treaty ceded the Seven Missions region to the Portuguese, stipulating that the Spanish Jesuits had to relocate to other Spanish-held lands and that the Guaraní could either remain as subjects of the Portuguese empire or follow their priests to a new home (MAXWELL 1995; DA GAMA 1982: 5).

But many Guaraní refused to conform to such imperial designs. Most Guaraní had long been united in their animosity towards the Portuguese, who since

---

<sup>3</sup> Because of such Iberian anti-Jesuit biases and hatred, I have relied on a relatively objective observer in the Englishman William Burke. His perspective tends to pity the Jesuits but does a fair job explaining why the Iberian powers came to exhibit such animosity towards them. See BURKE 1757: 276-279 and SARREAL 2014: 94-101.

the seventeenth century had sent raiding expeditions from São Paulo to capture native peoples and sell them as slaves (NEUMANN 2000; MAXWELL 1995: 72). Also particularly jarring to the Guaraní was the decision by the Marquis of Pombal, the first minister and *de facto* leader of Portugal from 1750-1777, to incorporate all those Guaraní who decided to remain into the Portuguese imperial economy and relocate many of them to the Aldeia dos Anjos in Rio Grande do Sul (PORTO 1943). Pombal's brother and governor of the Amazonian captaincies, Fransico Xavier de Mendonça Furtado, translated Pombal's desires into policies that would exploit the Guaraní as a workforce. Portuguese lay directors, named by the governor himself, would rigorously oversee and manage the new village life and intense work regime, thus destroying much of the Guaraní's previous local autonomy and prosperity and prompting violent backlash (LANGFUR 2006: 61). Many (biased) contemporaries also claimed that the Jesuits "misguided" the Guaraní into violently revolting against the terms of the Treaty of Madrid, although historians have fiercely debated this point.<sup>4</sup> Whether incited by Jesuits or not, many Guaraní refused to submit to their new Portuguese rulers and several Jesuit priests lobbied for the modification of the Treaty, provoking the ire of Spanish and Portuguese officials against such "traitors" (SARREAL 2014: 102-108). Unfortunately for the Guaraní, their forces were no match against the well-armed and disciplined Hispano-Portuguese force sent to quell the rebellion. According to Burke (1757: 277), they were "easily and with considerable slaughter, defeated". In the culminating Battle of Caibaté (February 10, 1756), the Europeans massacred a reported 1,511 Guaraní and captured 154 (DA GAMA 1982: 6; SARREAL 2014: 108; NEUMANN 2015).

If the Spanish and Portuguese imperial forces were able to unify and crush this rebellion so easily and quickly, why did the Treaty of Madrid fail to eliminate Luso-Spanish conflict in the Banda Oriental?

José Basilio da Gama's epic poem about the Guaraní rebellion argued that the expulsion of the natives was necessary for "the peace of Europe" (DA GAMA 1982: 138). Yet even before the joint mission had concluded, the fou-

---

<sup>4</sup> Particularly of note is José Basilio da Gama's epic poem written in 1769 about the Guaraní revolt which condemns the Jesuits for forcing the Guaraní to disobey colonial leaders. This source is incredibly biased though, as Da Gama was accused of being a Jesuit sympathizer the year before he wrote this poem and Pombal had threatened to exile him to Angola. Thus, Da Gama would have every reason to embellish the Jesuits' culpability in inciting this revolt to curry favor with the extremely anti-Jesuit Pombal. Additionally, Floridablanca recounted that the 1750 Madrid Treaty "had to be annulled due to the resistance and scheming of the Jesuits." But he too was a biased author, since the Spanish Crown ordered him as ambassador to Pope Clement XIV to petition the pope to suppress the Society of Jesus. When successful in 1773, King Charles III granted Floridablanca the royal title of "Count." Thus, we should be wary of blaming the Jesuits unilaterally for inciting the rebellion based on sources written by such observers. DA GAMA 1982: 95; MOÑINO y REDONDO ca. 1795 (my translation).

ndations of that potential peace had begun to crumble. A letter by one of the Spanish commanders, Raphael de Córdoba (ca. 1765: 363-365), notes that during the campaign Spanish and Portuguese troops quarreled often over the authority of various commanders and the spoils of victory. Many Portuguese were disappointed that many of the Guaraní still were not complying with the Treaty of Madrid. For instance, the Portuguese commander Gomes Freire de Andrada told General Pedro de Cevallos, the Spanish leader, that the Guaraní who had decided to leave the Seven Missions region still were living too close to their old missions. This controversy precipitated further bickering over the 1750 treaty limits around the Ibicuí river, which almost broke out into violent conflict between Spanish and Portuguese troops (JAENIKE 2008: 189; COR- TESÃO 1952).

The fact that the Seven Missions region was more difficult to conquer and much less lucrative than expected led Pombal and Portuguese commanders on the ground to refuse to abandon the Colonia del Sacramento, contrary to the terms of the Treaty of Madrid. Pombal valued commerce more than the previous King João V and his advisor, Alexandre de Gusmão, and so the new leader was less willing to relinquish such a commercially strategic port (MAXWELL 1995: 53; ALDEN 1968: 90). Thus when the Spanish King Charles III ascended to the throne in 1759 and observed continued Luso-Hispanic tensions in the Seven Missions region and that the Colonia del Sacramento remained in Portuguese hands, he officially annulled the 1750 Treaty. True, as some historians have argued, Charles III probably believed that even if the treaty had been respected, it still went against the interests of Spain (especially regarding the Seven Missions region concession). But the continuing Portuguese subterfuge over the delineated borders and reluctance to give up the Colonia stemming in part from Portuguese disappointment over the Seven Missions region at least provided the perfect pretext for the Treaty of Madrid's annulment of 1761 (ALDEN 1968: 190).

If the Guaraní rebellion had some measurable effect on the annulment of the Treaty of Madrid, did the absence of Jesuit and Guaraní resistance in 1777 then help precipitate the 1777-1801 peace? In the 1750s and 1760s, the order of the Society of Jesus faced further criticism from Portuguese and Spanish imperial officials for instigating the Guaraní revolt. To counter such attacks, many Spanish Jesuits condemned the King's actions of first abandoning and then attacking his loyal Guaraní vassals. As a result, places such as Buenos Aires were "infested with people who openly questioned the behavior of the king" (BUCARELI Y URSUA 1767, q. by HERZOG 2015: 89). In the Portuguese empire, the Jesuits possessed much wealth and influence over education, which

spurred jealousy on the part of imperial officials and other monastic orders (PAYNE 1973: 262-363). Many Portuguese and Spanish officials believed that the Guaraní could never have launched such a revolt on their own volition and that the Jesuits must have instigated the natives' violent actions. Both Iberian kingdoms were intent on removing this powerful and perceived "seditious" group from their respective empires) (SARREAL 2014: 109-114). Pombal first expelled the order from the Lusophone empire in 1759, followed by Spain doing the same in 1767. Six years later, Pope Clement XIV (with considerable Iberian lobbying) completely suppressed the Society of Jesus (MARQUES 1972: 398-399; CLEMENT XIII 1774: 286).

Thus by 1777, the Seven Missions region was now no longer subject to extra-governmental authority. After the Madrid Treaty's annulment and the 1767 Jesuit expulsion, Spain now held the region directly as part of its South American domains. The Spanish imperial state no longer needed to consider and negotiate with such powerful "agents," and the Seven Missions region now *directly benefited* the Spanish Crown through economic production, taxes, and customs duties paid. By the 1770s, some of the region had gained a role in the local economy as a major cattle-hide producer, accounting for fifteen percent of all cattle-hide exports from the Rio de la Plata region (SARREAL 2011: 517-518). While important for Spain, such output did not turn the jealous eye of the Portuguese as had rumors of fantastic Jesuit wealth had before, and much of the region struggled economically (SARREAL 2014: 140-143). Therefore, due to the successful incorporation of the Seven Missions region into the Spanish imperial system and Portuguese realization that this region was not as economically rich as they had hoped, negotiators easily agreed in the 1777 Treaty that Spain would retain the old missions' territory. The removal of the Jesuits as agents or a key "interest group" in the area allowed Spain to incorporate the region within a more centralized empire, which made Portugal less inclined to dispute Spain's right to such clear sovereign territory. While Jesuits probably had little direct role in instigating the Guaraní revolts, their suppression also eliminated an extra-governmental power that at least had challenged imperial decisions. Tensions diffused between the Iberian powers as negotiators had to consider fewer potentially rebellious agents when delineating borders, thus simplifying the treaty-making process. Of course, such results came at the price of massive and unjust human suffering, exploitation, death, and displacement. And unlike the anti-Jesuit Spanish chief minister, the Count of Floridablanca, claimed, these priests were not solely responsible for the annulment of the Treaty of Madrid, nor was their removal the only or main reason for the success of the 1777 San Ildefonso Treaty.

### 3. Native Americans and Ambiguous Borders

Another key reason many have argued for the dissolution of the Treaty of Madrid was the lack of clarity over imperial borders in the Banda Oriental. Part of the fault lies with Spanish and Portuguese treaty-makers' vague language regarding these frontiers. But these treaties were only as good as the data that informed them. Therefore, a fair portion of the blame should fall on those charged with providing geographical clarity through mapping expeditions. The Treaty of Madrid called for a joint Spanish-Portuguese expedition to survey and erect marking devices to divide the Banda Oriental. But this area was so vast that Spaniards or Portuguese had not yet encountered much of it (BURKE 1757: 198). Such unexplored lands had the potential to invite future Iberian conflict over territorial jurisdictions.

The joint mapping expedition of the 1750s ran into some serious pitfalls from the very beginning. The terrain's natural shape often did not correspond to what had previously been described in the letters that negotiators had used to divide the region, many directions and distances diverged from the treaty's statements, and the names of rivers and mountain ranges on the maps often did not conform with their local monikers (for instance, often the Spanish and the Portuguese confused the Yguréy River with the Igtimí and the Corrientes river with the Ypané) (FRAKES 1989: 491). This ambiguity and confusion led Portuguese and Spanish surveyors to disagree in their interpretation of the 1750 Treaty's claims concerning each empire's specific land rights (SAMPOGNARO 1945: 16). The surveyors engaged in heated arguments on how exactly to delineate the territorial claims spelled out in the agreement, significantly delaying their map-making project (HERZOG 2015: 30-31).

While much of the region was as of yet uninhabited by Spanish or Portuguese subjects, many native peoples had spent their entire lives here. Many of these Native Americans further inhibited the successful completion of the 1750s Iberian mapping expedition and thus impaired the possibility of a clear border delineation. First, the Guaraní revolt forced the joint Luso-Spanish commission to halt in Santa Tecla until it was safe to venture further in 1758 (SAMPOGNARO 1945: 16-17). Other native groups (tolderías) stole several hundred horses and did not let the mapping expedition pass in protest of the unjust slaughter of the Guaraní (ERBIG JR. 2016). These native communities, especially the Charrúas and Minuanes, often would play the Spanish and the Portuguese off each other, aiding whichever side gave them superior trading goods and subtly encouraging their continued conflict (which distracted the Iberian powers from systematically displacing native peoples) (GOMES 2003).

Iberian warfare also made the Iberian powers friendly to native peoples, as Spain and Portugal would try to court natives' alliances and support against the other European power through trade deals and concessions. As such, Indian guides would confuse and misdirect surveyors or would conduct strategic violent attacks to keep these borders unclear and contested (GOMES 2003; ERBIG JR. 2016; 2020). Native American efforts contributed to such a delay of this mapping expedition that King Charles III was further encouraged to annul the Treaty of Madrid in 1761.

The failure to survey accurately the frontiers of the Banda Oriental occasioned further controversy and violent conflict as both sides claimed they were rightly defending their empire's territory. The 1761 Treaty of El Pardo annulling the Madrid Treaty acknowledged that the vague 1750 agreement "has given and will give in the future many and frequent motives of controversy and contestation," particularly in terms of the confusing and inaccurate border delineations (SAMPOGNARO 1945: 17). Spain's Chief Minister at the time, the Count of Floridablanca, also noted that "the confusion and obscurity of the borders always led to the new intrusions by the Portuguese" (although undoubtedly Spaniards also violated Portuguese territorial claims) (MOÑINO y REDONDO 1899: 230). It was thus incumbent in 1777 to clarify the borders in the Banda Oriental before de-facto, on-the-ground peace could be achieved.

As a result, the 1777 Treaty of San Ildefonso was intentionally much more explicit in its descriptions concerning what parts of the Banda Oriental each Iberian power could claim sovereignty over. Not only that, but the 1777 surveying expedition enjoyed more success than the one in 1750 in terms of publishing maps to formalize these South American borderlands (LANGFUR 2006: 42). The 1777 surveying mission's relative success was due to several factors. First, the determined and adept Don Felix de Azara led the Spanish part of the mapping commission. Not only did he meticulously explore and map the Banda Oriental, but also the upper waters of the Paraguay valley (SAVELLE 1974: 21; DE AZARA 1836: 1, 67). Second, many more documents that dealt with the region had been written by Europeans who had visited or lived there since the 1750s. By the 1770s, according to historian Tamar Herzog (2015: 29-31), the writings of chroniclers and historians, travel narratives, multiple maps, and the array of administrative, judicial, economic, and diplomatic documentation on the Banda Oriental could fit into as many as twelve large boxes and dozens of books. True, all the information was hard to process and decipher, but more concrete knowledge of the region made it easier to delineate Iberian borders definitively. Third and most important, Native American nations did not interfere as intensely with the 1777 mapping expedition as they had in 1750 (although

the surveyors were still required to pay a tribute to the *tolderías*). Partially this phenomenon was due to the absence of a Guaraní rebellion or similar unrest. In addition, Native American peoples were continually dying from disease (HERZOG 2015: 131-132). Iberian militaries also grew and consolidated in the region to counter Native American subversions. Floridablanca noted that the Treaty of San Ildefonso's article calling for Spain and Portugal to help each other in times of external or internal military conflicts was due in part to subdue "Indian rebellions," and Floridablanca noted that Spain and Portugal could not succeed in this endeavor "if we did not conserve and cultivate friendship... [and] solidarity between the two courts" (MOÑINO y REDONDO 1899: 232). The two Iberian powers acting together to exert their will and authority on indigenous nations would significantly reduce native autonomy in the region and native people's ability to sabotage Iberian mapping expeditions and the construction of peace.

The 1777 joint Hispano-Portuguese surveying expedition of the Banda Oriental produced a clearer and more accurate description of the imperial borderline. Pedro de Cevallos, the first viceroy of the new Viceroyalty of Rio de la Plata, praised this mapping expedition (and the Treaty of San Ildefonso) for clearing up the inconsistencies and confusion concerning the borderlands of the Banda Oriental (DE CEVALLOS 1945: 4). Unambiguous territorial delineations gave royal officials the necessary starting point to police internal lands and preserve the security and stability to an agreed-upon and virtually unequivocal border (ERBIG JR. 2016). With less uncertainty over frontiers, perpetrators who violated the treaty's terms could be more easily identified and punished. And with more clarity, there would be fewer disputes between confused yet determined settlers.

While the knowledge of clear borders would not settle all controversies, a clearer demarcation of the frontier region did help prevent constant Iberian tension and conflict. And while not the only reason for the success of the 1777 mapping mission, the decrease of Native American subversions that would inhibit such a survey was a significant factor in occasioning such border clarity. Thus, the diminishing power of these agents in the Banda Oriental was critical in the development of the late eighteenth-century inter-imperial peace in the region.

#### **4. Cattle in the Banda Oriental Borderlands**

Even if imperial borders now lacked ambiguity, why didn't settlers on the border region simply violate these terms of the Treaty of San Ildefonso and

combat other settlers? Surely, there was often a discrepancy between imperial policies and the actions and reality of populations living in this borderland (ERBIG JR. 2020). Therefore, why did Portuguese and Spanish settlers (agents) obey their now more lucid instructions from the leaders (principals) in Europe rather than disrespect territorial claims to gain greater profit or create buffer regions to protect their economic interests?

Other than the heightened authority Iberian officials now possessed over their subjects with the reduction of Jesuit and native power, one of the principal reasons for this local peace was the decrease in the number of cattle and illicit cattle hunters in the region.

Portuguese settlers had violated the Tordesillas line and established the Colonia del Sacramento (1679) even before the famous gold rush of the late seventeenth century began in earnest (MAXWELL 1995: 52). This initial Portuguese settler expansion was due primarily to lucrative cattle raising in the fertile Banda Oriental plains (MARQUES 1972: 450). Not only could settlers consume and sell these cattle as meat, but cattle were also the source of expensive hides and highly-demanded leather products that settlers could export to the Iberian Peninsula (or sell as contraband to foreign empires). The Rio Grande do Sul region, routinely fought over so much during the 1760s and 1770s, was especially attractive due to its rich pastures that could support large cattle herds. Many settlers believed that wherever their cattle happened to graze also belonged to them. This belief spurred further controversies regarding “possession” of land, as unsupervised and wandering cows could serve as a claim to territorial possession (HERZOG 2015: 35-36). Controversy and violent conflict, especially before 1777, inevitably brewed between Portuguese and Spaniards over such an unstable method of border delineation (HERZOG 2015: 22).

Border tensions grew especially problematic in the early and mid-eighteenth century as the cattle population increased and more cows became feral as ranchers failed to brand and control their expanding herds. Ranchers and an amorphous collection of peasants and other people without fixed occupations (with Indian, Spanish, Portuguese, African, and mestizo backgrounds) asserted rights over cattle that did not belong to them and illegally hunted and slaughtered cows to sell their hides illicitly to the Spanish out of the Colonia del Sacramento (SARREAL 2011: 521; GELMAN 1989). These actors cared little for the imperial border delineations of the Treaties of Madrid and San Ildefonso. Portuguese settlers expanded into Spanish-claimed parts of the

Banda Oriental where livestock thrived in the temperate grasslands.<sup>5</sup> In the aftermath of the 1777 Treaty and Iberian rapprochement, both Spain and Portugal wanted to curb the illegal slaughtering and smuggling of cattle in order to decrease tensions on the border (SARREAL 2011: 522).

To assume greater control over these agents and compel them to respect Spanish and Portuguese border delineations, Iberian officials (especially Spanish ones) began first to encourage land settlements of borderland farms and ranches that would protect herds and serve as a bulwark against encroaching subjects of the other Iberian empire. This policy backfired though, as the few inhabitants who traveled to the Banda Oriental frontier region continued to slaughter any cattle they could find to make a quick and easy profit. These actions only caused more disorder and controversy over who owned what cattle and who had the right to kill them (SARREAL 2011: 523-525).

In the wake of such a failure, Iberian officials decided to increase the patrols of troops in the region. At the end of the 1770s, the governor of Montevideo allowed rich citizens to pay for armed troops to prevent the Portuguese from encroaching on Spanish lands and slaughtering herds. These patrons would receive a royal license to hunt feral cattle and use the profits from the subsequent leather hide production to pay for the troops' expense (SARREAL 2011: 529-530). Soon after, in 1778, the new Viceroy of Rio de la Plata, Pedro de Cevallos, decided to populate the Spanish Banda Oriental with settlements and forts along the Spanish side of the neutral borderland to contain "theft, manslaughter, and other disorders" especially related to rogue Portuguese cattle hunters. Cevallos realized that Spanish troops needed to stop such encroachments by the Portuguese to lessen the slaughter of valuable cattle and to secure the Spanish border of the Banda Oriental (DE CEVALLOS 1945: 13). The viceroy also gave the Guaraní remaining in the old missions region the right to hunt wild cattle in the River Negro and Yí region with the concession that they also establish patrols to protect these cattle herds and halt Portuguese encroachment (SARREAL 2011: 532-537). Overall, these policies of imperial force and "civilian" patrols achieved such success that by the 1780s the contentious issue of cattle hunting had diminished significantly.

Another important, if rather simple, reason that such Portuguese incursions decreased in the 1780s was the fact that there were far fewer cattle in the Banda Oriental as compared to levels at midcentury. It seems as if Iberian settlers had almost exterminated such herds. Cevallos lamented that such overhunting

---

<sup>5</sup> Although of course, it was not only Portuguese subjects who illegally hunted Spanish-claimed cattle. An amorphous collection of various actors who claimed no allegiance to any crown also would slaughter cattle on both Spanish and Portuguese-claimed land in the Banda Oriental.

threatened to “completely ruin” the Spanish cattle hide and leather trade in the region (DE CEVALLOS 1945: 12). Settlers had drastically diminished the cattle populations in the Spanish Banda Oriental, and so one could posit reasonably that Portuguese individuals were less willing to risk their lives facing armed patrols while trying to access a good that was increasingly difficult to obtain (SARREAL 2011: 543). Cattle population decrease coupled with the augmented policing of the borderlands dramatically altered the cost-benefit analysis to rogue, especially Portuguese, cattle hunters and limited their incursions and conflicts with other settlers.

The decline of these “agents,” cattle and cattle hunters, in population and power had a pacifying effect on the Banda Oriental. Their decrease, along with greater Iberian military and paramilitary enforcement, curbed illegal cattle robbers and constituted key reasons for a reduction in Hispano-Portuguese tension over this frontier in the late eighteenth century.

## **5. The Limiting and Control of Inter-Imperial Contraband**

The final group contributing to Luso-Hispanic tensions in the Banda Oriental were inter-imperial smugglers. Foreign (especially British) merchants, as well as local Portuguese sailors, used the Colonia del Sacramento as a base to send contraband goods across the Rio de la Plata to ports such as Buenos Aires in exchange for Spanish silver. This section first explains the problems contraband caused especially for the Spanish empire, and after how the resulting tensions with Portugal over contraband subsided in the late eighteenth century. Not only was the Spanish conquest of the Colonia del Sacramento essential to occasion such a peace, but Spain’s 1778 decree of “free trade” and this empire’s greater control of contraband through Spanish Montevideo also eliminated smugglers as principal instigators of Luso-Hispanic conflict

Commercial relations, especially regarding illicit trade, played an important role in determining peace or war between the two Iberian powers in the eighteenth century. Both Spain and Portugal sought to increase their wealth through tightly-controlled imperial commercial programs. Such policies were predicated on the commonly-held belief, sometimes called a “neo-scholastic” vision of the economy, that the best way a state could maintain and increase its wealth and power relative to other states was to impose high tariffs on foreign goods that might compete with domestic products and ideally eliminate all exports of gold and silver. Ideally, all trade would be kept and flow within the empire, and people would only purchase goods produced by their fellow subjects.

Additionally, all overseas trade to the colonial realm first had to pass through ports in the Iberian Peninsula. With this system, imperial rulers believed they could better regulate and tax imperial trade and prevent gold and silver from flowing out of their realms to enrich and make more powerful other states (HARVEY 2016: 12).

Distance and the lack of self-sufficiency of Spanish and Portuguese colonies made it almost impossible to abide by such rules. Avaricious Spanish merchants often would delay sending various products to Spanish America to drive up demand and fetch a better price, which often threatened to ruin colonial subjects' economies. To supply such desperate colonists, English and French merchants had established footholds in the Americas and Caribbean to sell cheap goods directly and illegally into Iberian America by the latter half of the seventeenth century. These French and English merchants circumvented tariffs and regulations which should have been placed on their merchandise (LAMIKIZ 2010: 7). Access to cheaper and often more readily available products greatly aided the development of the Spanish and Portuguese colonies, but stunted official Iberian commerce and the profits won by the metropole. Iberian courts, especially that of Spain, lamented the fact that their respective enemies, France and Britain, were becoming wealthier at their expense (WALKER 1979; GONZÁLEZ 1992; SANDERS 1977: 61). In reflecting on the implications of this smuggling, the seventeenth-century German historian, Samuel von Pufendorf, famously joked that "Spain kept the cow, and the rest of Europe drank the milk" (q. by. MAPP 2011: 119).

Beginning in the late seventeenth century, local Portuguese also began to see an opportunity to enrich themselves by providing Spain's Rio de la Plata region with contraband goods. Merchants, slavers, ranchers, and cattle hunters pushed into the Banda Oriental and used the Colonia del Sacramento as a base to trade cattle, slaves, cachaça (aguardiente), sugar, and Brazilian tobacco for Spanish silver coming from the mines of Potosí. Such Portuguese actors often acted on their own or as middlemen for other Europeans who illegally traded various manufactured goods to the Spanish (SARREAL 2011: 521-522). An especially common sight in the Rio de la Plata were British ships, which, although there illegally, were often able to bribe local officials to gain entry (BAUSS 1979: 145-172; ALDEN 1968: 403-404). Various Portuguese subjects happily and illegally traded Brazilian goods for Spanish silver and then used that silver to pay for various English wares. The English observer William Burke (1757: 269) noted that those involved in the silver contraband trade "find [the trade] far more advantageous than any other whatsoever." The French observer Abbé Raynal (1777: 120) agreed that this contraband trade

“is easy, expeditious and pleasant. In America none oppose it, because it suits every person”. Local Spanish colonists in and around Buenos Aires quickly received cheap goods and the slave labor they desperately needed, Portuguese in the region could purchase much-desired products from Britain and other empires, and these other imperial powers received precious silver (PRADO 2015: 32).

Between 1700 and 1764, Spanish officials in Buenos Aires confiscated 305,597 silver pesos’ worth of contraband goods. Along the rest of the coast of the Rio de la Plata, officials seized an additional 252,992 pesos worth of contraband (PRADO 2002: 140). Undoubtedly the actual level of smuggling was multiple times more than the amount discovered. Thus, hundreds of thousands to millions of pesos were enriching local Portuguese or British merchants rather than traveling back to Spanish coffers. The Spanish Crown bristled that money that should have been entering Peninsular Spain and paying for Spanish manufacturers instead was making their prime enemy, Britain, even more wealthy.

Spain attempted a variety of methods to curb such contraband and regulate inter-imperial trade. But the Crown adamantly refused to lower the customs duties or taxes placed on Spanish products entering Spanish America, seeing this policy as “ruinous to the monarchy” according to the French observer Raynal (1777: 121). Instead, in the 1740s and 50s, the Spanish Crown commissioned privateers to patrol the Rio de la Plata in search of smugglers. Such a policy backfired for, according to the historian Fabrício Prado (2002: 143), “more than once these ships were found to be transporting contraband from the Colonia”. Spain then tried to institute a more-regulated, official coast guard system and an expanded bureaucracy in the New World to control contraband trade and limit the influence of foreigners in Spanish-controlled ports. But such policies sometimes resulted in inter-imperial crises, such as when a *guardacosta’s* violent actions against a British ship eventually provoked the Anglo-Spanish War of Jenkin’s Ear in 1739 (KUETHE and ANDRIEN 2014: 354).

In such a frustrating state of affairs, many Spanish policy-makers accused the Portuguese Crown and Portuguese royal officials of sanctioning the illegal silver trade in the Rio de la Plata. Some Spanish leaders in Buenos Aires believed that Portuguese officials in the Colonia were responsible for directing “all the money [in silver] towards the Colonia and Lisbon, enriching that kingdom while impoverishing this one [Spain]” (Court Documents of the General Archive of the Argentinian Nation, July 16, 1749, q. by PRADO 2002: 14). While this statement is probably hyperbolized as the Portuguese Crown held acute fears of smuggling into its own empire, Pombal was reluctant to make any mutual

commitment with Spain to increased anti-contraband policies. The Portuguese leader was wary that Spain would gain relatively to Portugal through such an agreement. Thus, many Portuguese officials winked at their subjects' smuggling, believing that such an outflow of Spanish silver harmed Spain's metropole more than it did Portugal's (MAXWELL 1995: 52; LANGFUR 2006: 33-34). This Portuguese indifference and implicit consent provoked the ire of the Spanish Crown, which sent multiple expeditions to take the Colonia del Sacramento and thus eliminate the major hub of contraband activity on the Rio de la Plata.

The most effective of these assaults occurred in 1777 when Pedro de Cevallos and the largest force Spain had ever sent across the Atlantic overwhelmed the Colonia del Sacramento. The fact that this time Spain was able to conquer and keep the Colonia was crucial to the amelioration of the contraband issue. The Colonia del Sacramento was a perfect base to re-provision smugglers' ships and send their wares illicitly across the river to Buenos Aires (HARVRY 2016: 89; PRADO 2015: 140). The Spanish conquest of this port by the forces under General Cevallos thus allowed Spain to better regulate trade within its empire. No longer would Portuguese smugglers find as easy an outlet to trade contraband goods in the silver-rich Rio de la Plata region, thus eliminating a major source of Luso-Spanish tension.

At the same time, Madrid attempted a new method of curbing its contraband problem with the 1778 royal "Decree of Free Trade" and other reforms of Spain's imperial commercial system. Since 1503, the *Casa de Contratación*, based first in Seville and then moved to Cadiz in 1717, regulated all commerce and migration to the Indies. Legally, all colonial trade from South America had to either enter and exit from the port of Cadiz, or the *Casa de Contratación* needed to officially approve other "registered" ships that would supply the colonies. By the early eighteenth century though, enforcement of these policies had plummeted and inter-imperial contraband remained high. In the middle of the century, Spaniards such as Bernardo de Ulloa, José de Campillo, and Bernardo Ward called for Spain to modernize this system of commerce to help curb smuggling (LAMKIZ 2010: 8, 14). The new Spanish Bourbon Monarchy eventually heeded such pleas and began focusing on strategically developing its commerce and manufacturing. In the 1760s and 1770s, Madrid increased the number of privileged companies outside of the *Casa de Contratación* that were allowed to trade with marginal areas (such as Cuba, Venezuela, and the Philippines), and augmented its merchant fleet. In 1761, King Charles III decreed that whenever a foreign, especially a Dutch, English, or French, vessel entered a Spanish harbor, "the precautions of placing guards on board shall be observed," the captain would have to submit a manifest to the port's

custom house reporting all the goods on board, and the ship would “be searched to the bottom” to ensure that the crew had not hidden any contraband merchandise.<sup>6</sup> Two years later, Charles III ordered his customs officials to collect records on all “merchants and traders of every foreign nation” who were engaging in commerce in the Spanish empire to monitor their activity and prevent smuggling (CARLOS III 1764). Madrid also opened seven ports in 1765 (Barcelona, Alicante, Cartagena, Seville, Malaga, Gijon y la Coruña, and Cadiz) in Spain that could trade with the Spanish Caribbean. Finally, in 1778 Charles III instituted the “Decree of Free Trade,” in which the number of ports now opened to intra-imperial trade increased to include twenty-two Spanish American ports and thirteen Spanish Iberian ones (TUSELL et al. 1998: 481, 510). Spanish American ports could now trade *directly* with one another as well as with the open ports in Spain<sup>7</sup>. Such a reduction of restrictions granted Spanish Americans much greater access to and decreased the cost of trade goods from the metropole and other Spanish colonies, enriching their pockets and lessening the demand for foreign smuggled merchandise.

While it is hard to determine the decline of illicit contraband in exact numbers after 1778, at least we know how much recorded *legal* commerce increased at this time. According to the historian John Fisher (1981), between 1782 and 1796 the average annual value of exports from Spain to America was 400 percent higher than in the base year of 1778. Additionally, Spanish America’s share of total Spanish overseas exports rose from 38 percent in 1778 to an average of 52 percent from 1782-1796. Foreign merchants (especially Portuguese ones) were less threatening to the Spanish imperial system since its colonists were trading more now with the Mother Country than with foreign smugglers<sup>8</sup>.

The last measure that Spain made to eliminate the contraband problem after 1777 was to improve commercial control of the Spanish port now closest to the border of Portuguese America, Montevideo. In his memoirs, Don Juan José de Vertiz y Salcedo (1945: 76-79), the second Viceroy of Rio de la Plata

---

<sup>6</sup> Such a decree negated earlier agreements between Spain and Britain, Holland, and France that prevented armed Spanish guards from boarding foreign ships. Now Spain would send soldiers to inspect any foreign ship for contraband goods. Clearly, Spain was now more willing to enact strong policies to stop the smuggling problem (BAÑUELOS 1761 and CARLOS III 1760).

<sup>7</sup> Interestingly, the Royal Decree mentions the Colonia del Sacramento as a primary reason for this new policy, as the port supposedly could not survive without expanded intra-imperial commerce (“Real Decreto” 1778: 4).

<sup>8</sup> One could argue too that the Treaty of El Pardo (1778) between Portugal and Spain, which granted the former Portuguese islands of Anno Bon and Fernando Po’ in the Gulf of Guinea to Spain, gave this empire a much-desired foothold into the lucrative slave trade. Thus, Spanish Rio de la Plata did not have to depend on slaves sold via other European powers, often illegally. However, Spain experienced a great deal of trouble preserving these islands and sending large numbers of African slaves to South America due to resistance by these islands’ inhabitants (KUETHE and ANDRIEN 2014: 300).

(1778-1784) praised how quickly Spain had fortified Montevideo to ward off enemies and threaten potential contrabandists. Madrid dispatched many more customs officers to regulate trade in this port. Spanish officials increased financial and military resources to police the city and surrounding area and prosecute all those who imported contraband goods. Local officials created patrols, naval guards, and forts along the border to arrest smugglers. Sometimes officials would even hire former contrabandists to help combat these offenders. While many Portuguese from the Colonia migrated to Montevideo after 1777 and continued to operate their trans-imperial trading networks, with such measures Spanish officials were able to control such trade, dictating more effectively who could and could not engage in commerce and under what circumstances. By all accounts, Luso-Hispanic contraband, especially the perturbing outflow of Spanish silver, decreased because of these measures (PRADO 2015: 33, 108, 147, 184).

These phenomena combined to decrease the influence of smugglers in the region. With less unwanted contraband entering the Spanish Rio de la Plata, Spanish officials had fewer reasons to combat the Portuguese here (LANGFUR 2006: 31-32; PRADO 2015: 32-33). Smugglers were no longer very powerful actors, supporting the argument that the diminishing power of certain agents brought less tension and conflict to the region. It should be noted though that this decrease in smuggling *limited* mutually-beneficial and informal interactions between local Spanish and Portuguese settlers who knew and did business with one another. The downturn in smuggling did not necessarily improve *local* Iberian relations or eliminate local settler conflict, but it certainly reduced the causes of *imperial* warfare. This decline of what Spain particularly considered such an economically harmful activity eliminated a major point of contention between the Spanish and Portuguese Crowns, helping to occasion Iberian peace in the Banda Oriental region from 1777-1801.

## Conclusion

For a variety of reasons, certain “agents” had lost most of their influence in the Banda Oriental frontier region, which decreased conflict between Spain and Portugal, and were thus less of a threat to Iberian peace after 1777. Jesuits had been expelled from the empire and could not complicate the treaty-making process and the Guaraní were incorporated into the Spanish imperial system and were no longer semi-autonomous actors that could easily rebel. Other indigenous nations experienced diminished populations and were subdued by greater Iberian forces and could not hinder critical mapping expeditions

that would clarify contentious borders. Settlers had fewer reasons to fight their Iberian neighbors as patrols increased to prevent the illegal hunting of cattle in the Banda Oriental, and as the cattle population decreased due to over-hunting criminals conducted fewer illicit raids to slaughter them. Finally, as commerce within the Spanish empire increased after Spain conquered the Colonia, Madrid established the wider “Decree of Free Trade” in 1778, and officers limited and controlled smuggling through Montevideo, fewer smugglers sold their wares to Spanish subjects and extracted Spanish silver, thus eliminating another key source of Hispano-Portuguese tension and warfare. While improved relations and treaty negotiations between Madrid and Lisbon provided a greater impetus for peace in the second half of the eighteenth century, imperial consolidation of power *on the ground* was critical to the *de facto* decrease in violent conflict.

It was not that the Iberian empires were necessarily able to placate all the remaining agents in the Banda Oriental or that all of these “subversive” actors disappeared. But these principals eliminated much of the *power* of the agents and their ability to precipitate Luso-Hispanic tensions. Iberian powers had significantly reduced resistance to their designs. As agents began having less influence in the region, the principals’ goal of Iberian rapprochement and peace could come to fruition following the 1777 Treaty of San Ildefonso. But of course, such peace came with the price of increased imperial exploitation, sometimes fewer commercial and social connections between subjects of different empires, and often the displacement and death of many people in the region. And resistance to imperial designs, of course, would continue to foment. These empires had won, for now, but their death knell would ring after they resumed fighting in the context of the cataclysmic Napoleonic Wars.

## **Bibliography:**

- ADAMS, Julia (1996). “Principals and Agents, Colonialists and Company Men: The Decay of Colonial Control in the Dutch East Indies”. *American Sociological Review*, 61, 12-28.
- ALDEN, Dauril (1968). *Royal Government in Colonial Brazil, With Special Reference to the Administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.
- ALTIC, Mirela (2014). “Missionary Cartography of the Amazon after the Treaty of Madrid, The Jesuit Contribution to the Demarcation of Imperial Frontiers”. *Terrae Incognitae*, 46, 69-85.
- BAÑUELOS, Joaquín (1761). *Joaquín Bañuelos, translation of a letter to Felipe*

- del Villar y Mier, 1761 April 14*. Accessible via the Brinton Collection in the University of Pennsylvania Rare Books and Manuscripts Library, Box 2, Folder 4.
- BORUCKI, Alex (2017). "Across imperial boundaries: Black social networks across the Iberian South Atlantic, 1760-1810". *Atlantic Studies*, 14, 11-36.
- BURKE, William (1757). *An account of the European settlements in America: In six parts.... In two volumes. ... [pt.1]*. London: printed for R. and J. Dodsley.
- BURKHOLDER, Mark A. and JOHNSON, Lyman (2008). *Colonial Latin America*. New York: Oxford University Press.
- CAMARGO, Fernando (2003). "Las Relaciones Luso-Hispanicas en Torno a las Misiones Orientales del Uruguay: de los Origenes al Tratado de Madrid, 1750". *Fronteras De La Historia* [Online], 8, 227-260. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=83308008> (consulted on 3 October 2016).
- CARLOS III, King of Spain (1760). *Translation of an order about trade with England, 1760 December 17*. Accessible via the Brinton Collection in the University of Pennsylvania Rare Books and Manuscripts Library, Box 2, Folder 5.
- CARLOS III, King of Spain (1764). *Translation of a letter to the governor of Cádiz, 1764 January 9*. Accessible via the Brinton Collection in the University of Pennsylvania Rare Books and Manuscripts Library, Box 2, Folder 3.
- CARVAJAL Y LANCÁSTER, José (1750). *José de Carvajal y Lancáster, accounts compiled by Pedro Gonzales de Sevallos*. Accessible via the Brinton Collection in the University of Pennsylvania Rare Books and Manuscripts Library, Box 1, Folder 6.
- CLEMENT XIII (ca. 1774). "Condenación y prohibición dela obra escrita en francés y dividida en varios tomos que se titula Historia del pueblo de Dios, tercera parte o declaración literal de las epistolas de los apóstoles segun los comentarios latinos del padre Ardiun, por el padre Ysac Joseph Berruyer dela compañía de Jesus, año de 1758". *Libro quinto de varios assumptos y curiosidades*. Spain. Available in the University of Pennsylvania Rare Books and Manuscript Library.
- CORTESÃO, Jaime (1952). *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Instituto Rio-Branco.
- DA GAMA, José Basílio (1982). *The Uruguay (a historical romance of South America): the Sir Richard F. Burton translation, Huntington Library manuscript HM 27954 / José Basílio da Gama; edited, with introduction, notes, and bibliography, by Frederick C.H. Garcia and Edward F. Stanton, originally written in 1769*. Berkeley: University of California Press.
- DANVILA, Alfonso (1905). *Fernando VI y dona Barbara de Braganza*. Madrid:

- Printshop of J. Ratés Martín.
- DE ALMEIDA, Luis Ferrand (1957). *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Instituto Histórico Dr. António de Vasconcelos.
- DE AZARA, Dom Felix (1836). *Correspondencia oficial e inedita sobre la demarcacion de limites entre el Paraguay y el Brasil*. Buenos Aires: Imprenta del Estado.
- DE CEVALLOS, Pedro (1945). “Memoria de Cevallos”, in Sigfrido Augusto Radaelli (ed.), *Memorias De Los Virreyes Del Río De La Plata*. Buenos Aires: Editorial Bajel.
- DE CÓRDOBA, Raphael (ca. 1765). “Carta del padre Raphael de Cordoba segundo comisario de la expedición de los Guaranis”. *América Meridional*. Spain. Available in the University of Pennsylvania Rare Books and Manuscript Library.
- DE ESTRADA Y NABA, Don Bernardo Pablo (1784). *Compendio geografico y breve descriçion [sic] del mundo [manuscript]: Dase Noticia De las partes, que le Componen, De sus principales Reynos, y Provincias [sic], con Algunes Noticias Historicas, y un Resumen del Descubrimiento, y Conquistas de America*. Spain. Available at the University of Pennsylvania Rare Books and Manuscript Library.
- DE VERTIZ Y SALCEDO, Don Juan José (1945). “Memoria de Vertiz y Salcedo”. *Memorias De Los Virreyes Del Río De La Plata*. Buenos Aires: Editorial Bajel.
- ERBIG JR., Jeffery (2016). “Borderline Offerings: *Tolderías* and Mapmakers in the Eighteenth-Century Río de la Plata”. *Hispanic American Historical Review* [Online], 96, 445-480. <http://hahr-online.com/erbig> (consulted on 11 January 2017).
- ERBIG JR., Jeffery (2020). *Where Caciques and Mapmakers Met: Border Making in Eighteenth-Century South America*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press.
- FILHO, Synesio Sampaio Goes (2004). “Fronteiras Gauchas: Diplomacia e Poder”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 165, 281-300.
- FISHER, John (1981). “Imperial ‘Free Trade’ and the Hispanic Economy, 1778-1796”. *The Journal of Latin American Studies*, 13, 21-56.
- FRAKES, Mark A. (1989). “Governor Ribera and the war of Oranges on Paraguay’s Frontiers”. *The Americas*, 45, 489-508.
- GAILMARD, Sean (2014). “Accountability and Principal-Agent Theory”. *The Oxford Handbook of Public Accountability*. Oxford: Oxford Academic.
- GANSON, Barbara Anne (2003). *The Guaraní under Spanish rule in the Río de*

- la Plata*. Stanford Calif.: Stanford University Press.
- GARCIA, Elisa Frühauf (2009). *As diversas formas de ser índio : políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, Casa Civil, Presidência da República.
- GELMAN, Jorge (1989). "New Perspectives on an Old Problem and the Same Source: The Gaucho and the Rural History of the Colonial Rio de la Plata". *The Hispanic American Historical Review*, 69, 715-731.
- GOMES, Santiago (2003). "Guerras entre Espana y Portugal en la Cuenca del Rio de La Plata". *Todo a Babor* [Online]. <http://www.todoababor.es/articulos/esp-port.htm> (consulted on 13 April 2020).
- GONZÁLEZ, Antonio García-Barquero (1992). *La Carrera de Indias: Suma de contratación y océano de negocios*. Sevilla: Sociedad Estatal para La Exposición Universal Sevilla.
- GRIMALDI, Marquis of (1776). *Marquis of Grimaldi to the Marquis of Esquilache*. Accessible via the Brinton Collection in the University of Pennsylvania Rare Books and Manuscripts Library, Box 2, Folder 7.
- HARVEY, Simon (2016). *Smuggling: Seven Centuries of Contraband*. London: Reaktion Books.
- HERZOG, Tamar (2015). *Frontiers of Possession: Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge: Harvard University Press.
- JAENIKE, William F. (2008). *Black Robes in Paraguay: The Success of the Guaraní Missions Hastened the Abolition of the Jesuits*. Minneapolis: Kirk House.
- KUETHE, Allan J.; ANDRIEN, Kenneth J. (2014). *The Spanish Atlantic World in the Eighteenth Century*. New York: Cambridge University Press.
- LAMIKIZ, Xabier (2010). *Trade and Trust in the Eighteenth-Century Atlantic World: Spanish Merchants and their Overseas Networks*. London: Royal Historical Society; Woodbridge; Rochester, NY: Boydell Press.
- LANGFUR, Hal (2006). *The Forbidden Lands: Colonial Identity, Frontier Violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians*. Stanford: Stanford University Press.
- MAPP, Paul (2011). *The Elusive West and the Contest for Empire: 1713-1763*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (1972). *From Lusitania to Empire*. New York: Columbia University Press.
- MAXWELL, Kenneth (1995). *Pombal, Paradox of the Enlightenment*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MENDONÇA, Renato (1941). *Alexandre de Gusmão, El Precursor de Monroe y Las Directrices del Tratado de Madrid*. Mexico City: Instituto Panamericano de Geografía e Historia.

- MOÑINO Y REDONDO, José [Conde de Floridablanca] (ca. 1795). *Vida política o ministerial del conde de Floridablanca [manuscript] / escrita p[or] el mismo en representas[i]ón hecha al rey d[o]n Carlos [tercer]o y presentada después a su hijo d[o]n Carlos [cuart]o antes de su caída*. Spain. Available in the University of Pennsylvania Rare Books and Manuscript Library.
- MOÑINO Y REDONDO, José [Conde de Floridablanca] (1899). *Obras Originales Del Conde De Floridablanca, Y Escritos Referentes á Su Persona: Colección*. Madrid: Hernando Press.
- MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego (1937). *A Colonia do Sacramento, 1680-1777*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo.
- NEUMANN, Eduardo (2000). “Fronteira e identidade: confrontos luso-guarani na Banda Oriental 1680-1757”. *Revista Complutense de Historia de America*, 26, 73-89.
- NEUMANN, Eduardo (2015). *Letra de Índios: Cultura Escrita, Comunicação e Memória Indígena nas Reduções do Paraguai*. São Bernardo do Campo, SP, Brazil: Nhanduti Editota.
- PAQUETTE, Gabriel B. (2013). *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: The Luso-Brazilian World, c. 1770-1850*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PAYNE, Stanley G. (1973). *A History of Portugal*. Madison - Wisconsin: The University of Wisconsin Press.
- PORTO, Aurelio (1943). *História das Missões Orientais do Uruguai*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.
- PRADO, Fabricio (2002). *A Colônia do Sacramento - o Extremo Sul da América Portuguesa no Século XVIII*. Porto Alegre: Fumproarte.
- PRADO, Fabricio (2015). *Edge of Empire: Atlantic Networks and Revolution in Bourbon Rio de la Plata*. Oakland, California: University of California Press.
- QUARLERI, Lía (2009). *Rebelión y guerra en las fronteras del Plata : guaraníes, jesuitas e imperios coloniales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.
- RAYNAL, Abbé (1777). *A philosophical and political history of the settlements and trade of the Europeans in the East and West Indies. Translated from the French of the Abbé Raynal, by J. Justamond, M. A. In Five Volumes, vol. 3, 3<sup>rd</sup> ed.: revised and corrected with maps ... and a copious index*. London.
- Real decreto en que S.M. ha resuelto ampliar la concesion del comercio libre, contenida en decreto de 16. de Octubre de 1765. Instruccion de la misma fecha, y demás resoluciones posteriores, que solo comprehendieron las Islas de Barlovento, y provincias de campeche, Santa Marta, y rio del hacha, incluyendo ahora la de Buenos-ayres, con internacion por ella à las demás de la America Meridional, y extension à los Puertos habilitados en las costad de Chile, y el Perú, &c. Ex-*

- pedido en 2. de Febrero de 1778 (1778)*. Madrid.
- RODRIGUES, José Damião (2014). “O Império Territorial”, in João Paulo Oliveira e Costa (ed.), *História da Expansão e do Império Português*. Lisbon: A Esfera dos Livros, 266-276.
- RODRÍGUEZ, Mario (1958). “Dom Pedro of Braganza and Colônia do Sacramento, 1680-1705”. *The Hispanic American Historical Review*, 38, 179-208.
- SAMPOGNARO, Virgilio (1945). “El Tratado de Madrid: Su Causa, Su Celebración, Su Fracaso”. *Revista de Indias*, 6, 21-22.
- SANDERS, G. Earl (1977). “Counter-Contraband in Spanish America: Handicaps of the Governors in the Indies”. *The Americas*, 34, 59-80.
- SARREAL, Julia (2011). “Disorder, Wild Cattle, and a New Role for the Missions: The Banda Oriental, 1776-1786”. *The Americas*, 67, 517-545.
- SARREAL, Julia (2014). *The Guaraní and Their Missions: A Socioeconomic History*. Stanford: Stanford University Press.
- SAVELLE, Max (1974). *Empires to Nations: Expansion in America, 1713-1824*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- TORRES, Simei Maria de Souza (2003). “Dominios y fronteras en la Amazonia colonial. El Tratado de San Ildefonso (1777-1790)”. *Fronteras de la Historia*, 8, 185-216.
- TUSELL, J.; SHAW, C. Martinez; MARTÍN, J. L. (1998). *Historia de España*. Madrid: Taurus.
- VALDES, Jose Maria Portillo (2006). *Crisis Atlántica: Autonomía e Independencia en la Crisis de la Monarquía Hispana*. Madrid: Fundación Carolina Centro de Estudios Hispánicos e Iberoamericanos: Marcial Pons Historia.
- WALKER, Geoffrey J. (1979). *Spanish Politics and Imperial Trade, 1700-1789*. Bloomington: Indiana University Press.



# Baqueanos y lenguaraces en las fronteras tardocoloniales de la Pampa y la Patagonia

## *Baqueanos and lenguaraces in late colonial Pampa and Patagonia frontiers*

ANDRÉS SEVERO ANTÓN RIVAS<sup>1</sup>

Universidad de Cantabria, Departamento de Historia Moderna y Contemporánea, Facultad de Filosofía y Letras  
antons@unican.es

<https://orcid.org/0000-0003-3727-2571>

Texto recibido em / Text submitted on: 06/06/2023

Texto aprobado em / Text approved on: 28/09/2023



**Resumen.** El presente artículo estudia dos figuras decisivas en la intermediación cultural desarrollada entre las sociedades fronterizas indígenas e hispanocriollas de Pampa y Patagonia durante la época tardocolonial: los baqueanos y los lenguaraces. Los baqueanos manejaban información geográfica, actuando como guías conocedores de rutas y recursos, mientras que los lenguaraces eran intérpretes diestros en el empleo de idiomas. La historiografía les ha dedicado poca atención por su presencia marginal en las fuentes, pero aquí se ofrece un estudio que contribuye a subsanar esta carencia y subraya su protagonismo en el contexto fronterizo mediante el análisis de sus perfiles sociales y las funciones que ejercieron.

**Palabras clave.** Baqueanos, lenguaraces, Pampa, Patagonia, intermediación cultural.

**Abstract.** The present paper studies *baqueanos* and *lenguaraces*, key figures of cross-cultural intermediation between indigenous and Hispanic-creole frontier societies in Pampa and Patagonia during the late-colonial period. *Baqueanos* controlled geographical information, acting as guides who knew routes and resources, whereas *lenguaraces* were skillful interpreters at using languages. Historiography has devoted little attention to them because of their marginal presence in sources, but here we offer a study that helps to fill this gap and highlights their prominence in the frontier's context through the analysis of their social profiles and the roles they practised.

**Keywords:** *Baqueanos*, *lenguaraces*, Pampa, Patagonia, cross-cultural intermediation.

## Introducción

En este artículo se analizan dos figuras decisivas en la intermediación cultural desarrollada entre hispanocriollos e indígenas en las fronteras de la Pampa y la Patagonia a fines de la era colonial: los baqueanos y los lenguaraces. El término

<sup>1</sup> Publicación desarrollada en el marco del Proyecto PID2021-124823NB-C22 financiado por MCIN/AEI/10.13039/501100011033/ y por FEDER Una manera de hacer Europa

baqueano, propio del español americano, no está presente en los principales diccionarios de la Edad Moderna, pero sí en los actuales, definiéndolo la Real Academia Española como alguien “práctico de los caminos, trochas y atajos” y “guía para poder transitar por ellos” (RAE 2001: 285). Lenguaraz aparece en el *Tesoro de la Lengua Castellana* de Sebastián de Covarrubias bajo la forma de “lengua”, como “interprete que declara una lengua con otra, interviniendo entre dos de diferentes lenguages” (COVARRUBIAS 1611: 520). En suma, se puede catalogar a los unos como guías territoriales y a los otros como intérpretes lingüísticos.

Esta publicación se encarga de abordar su protagonismo en la intermediación cultural fronteriza a través de la caracterización de sus perfiles sociales y las funciones que ejercieron. El marco geográfico seleccionado es el de la Pampa y la Patagonia, circunscritas en este artículo a las actuales provincias argentinas de Buenos Aires, La Pampa, Río Negro, Chubut y Santa Cruz. El marco cronológico se corresponde con el período que transcurre desde 1740, momento en el que las interacciones fronterizas dieron un salto hacia adelante mediante la creación de fuertes y reducciones jesuíticas, hasta 1810, fecha de inicio del proceso independentista argentino.

El gran ámbito temático en el que se inserta este estudio es el de los intermediarios culturales, entendidos como:

aquellos agentes sociales que, desde una posición a menudo liminal y a caballo entre culturas, favorecieron las transferencias y el diálogo entre universos aparentemente incompatibles, elaborando mediaciones muchas veces insólitas y contribuyendo así a su articulación y a la permeabilización de sus fronteras (ARES y GRUZINSKI 1997: 9-10).

Este campo de investigación ocupa una posición totalmente central dentro de las actuales perspectivas historiográficas que conciben las fronteras como espacios dinámicos y porosos, y las aportaciones teóricas sobre ellos han sido numerosas en las últimas décadas. Entre ellas sobresalen los planteamientos de Margaret Szasz, que señaló que:

Los intermediarios se convirtieron en depositarios de dos o más culturas; cambiaban sus roles según su voluntad [...] sus vidas reflejaron una complejidad desconocida para aquellos que vivían dentro de los confines de una sola cultura. Ellos sabían cómo «el otro lado» pensaba y se comportaba, y respondían en consonancia. Su comprensión de diferentes perspectivas llevaba a todos los lados a valorarlos, aunque no todos debieron confiar

en ellos [...] han contribuido a la historia [...] de formas significativas (SZASZ 2001: 6, 22).

También en la historiografía argentina el estudio de estos procesos de intermediación y sus agentes en la Pampa y la Patagonia ha avanzado notablemente en los últimos años<sup>2</sup>.

Los baqueanos y los lenguaraces, por tanto, quedarían encuadrados en este marco teórico y, aunque la historiografía les ha dedicado cierta atención<sup>3</sup>, siguen siendo figuras claramente infraestudiadas. Para el caso del Río de la Plata, dejando de lado algunas publicaciones superficiales (VILLAR, JIMÉNEZ y ALIOTO 2009), las principales aportaciones sobre ellos proceden de los recientes trabajos de Sabrina Vollweiler (VOLLWEILER 2017 y 2018). Sus magníficas contribuciones tienen el mérito de haber sido pioneras en este ámbito, pero consideramos que hay aspectos en los que pueden ser ampliadas, pues sus obras no indagan excesivamente en los perfiles sociales de estas figuras, apenas mencionan baqueanos y lenguaraces indígenas, y se ciñen a las fronteras pampeanas, sin tratar las patagónicas. Este artículo atiende estas cuestiones hasta ahora soslayadas con el propósito de alcanzar una mejor comprensión de estos personajes.

La metodología empleada en este artículo ha consistido en la recopilación de 94 ejemplos de baqueanos y lenguaraces hallados en diversas fuentes primarias y bibliográficas, a partir de los cuales se han identificado una serie de patrones y singularidades en sus perfiles sociales y funciones ejercidas, que han permitido establecer una serie de parámetros clasificatorios para cada categoría. En el caso de las fuentes primarias, se ha recurrido a diarios de expedición elaborados por funcionarios hispanocriollos que recorrieron las fronteras registrando a su paso todo tipo de observaciones, entre las que se incluyen alusiones a estos intermediarios.

## 1. El entramado social fronterizo de la Pampa y la Patagonia

A mediados del siglo XVIII el Imperio hispánico dio un importante giro a sus políticas indianas en la llamada “segunda conquista de América” (LYNCH 1977), un proyecto de reforma integral para mejorar su gestión en el que la

---

<sup>2</sup> Entre las principales aportaciones sobresalen VILLAR y JIMÉNEZ 2001 y 2005; ROULET 2009; NACUZZI 2011; ENRIQUE 2012a; y VILLAR, JIMÉNEZ y ALIOTO 2015.

<sup>3</sup> Sirvan de ejemplo GLAVE 1990; VITAR 1996; DÍAZ 2015; CARRERO y GUEVARA 2017; MONTOYA 2020.

preocupación por las extensas e infraexplotadas fronteras coloniales ocupó un lugar primordial. De este modo, el gobierno se embarcó en la tarea de conocer mejor a las poblaciones nativas todavía no sometidas y sus territorios, con el fin de neutralizar sus amenazas (WEBER 1998). En el Río de la Plata estos esfuerzos reformistas se plasmaron en la creación de un virreinato independiente en 1776, cuyo epicentro era la ascendente ciudad de Buenos Aires, alrededor de la cual se fundaron numerosos asentamientos hispanocriollos.

Al sur de Buenos Aires se extendían los vastos territorios de la Pampa, habitados por diversas poblaciones indígenas. En ellos la presencia hispanocriolla solo era significativa en sus porciones septentrionales, con el río Salado actuando como el límite natural flexible de sus dominios. Ambos lados de la frontera no eran en absoluto mundos aislados, sino que existían interacciones cada vez más estrechas entre ellos, que posibilitaron el desarrollo de un complejo entramado social fronterizo.

En el lado hispanocriollo los principales componentes de este entramado fueron los fuertes, los pueblos, las misiones y las expediciones. Mientras que los primeros, de carácter militar, eran muy onerosos para el erario público, a pesar de sus recursos precarios, los segundos podían desempeñar un papel defensivo determinante a un coste mínimo, ya que eran asentamientos de población que no requerían financiación virreinal (JABRI 2019: 27). Respecto a las misiones, los jesuitas fundaron tres en territorio indígena en la década de 1740, todas ellas de corta vida y destruidas por los indios después de haberse convertido en concurridos puntos de reunión (IRURTIA 2007). Entre las expediciones, ocasiones idóneas para el contacto interétnico y la intermediación cultural, sobresalieron las organizadas periódicamente a las Salinas Grandes o a las sierras de la Ventana para abastecerse de sal y ganados, respectivamente, casi siempre en compañía de indios (ENRIQUE 2011: 362).

Este tejido social nunca se caracterizó por una belicosidad generalizada entre hispanocriollos e indígenas, sino por la alternancia de fases de paz y de conflicto. La forma típica que tomaba la actividad guerrera aborígen era la de los malones, rápidos asaltos en los que obtenían cautivos y ganados (CARLÓN 2014: 28-36), mientras que las agresiones hispanocriollas a los espacios nativos recibían el nombre de malocas. Para resolver estas recurrentes tensiones interétnicas fue frecuente la celebración de tratados, encuentros ritualizados de grandes repercusiones para la vida fronteriza en los que las partes implicadas fijaban los delicados términos de acuerdo sobre asuntos de toda clase (LÁZARO 1998: 35-40, 54).

Al sur de la Pampa estaban los territorios de la Patagonia, en los que la presencia hispanocriolla quedaba restringida a una serie de enclaves costeros

fundados en las décadas de 1770 y 1780 por orden de la monarquía: Nuestra Señora del Carmen, Fuerte San José, Puerto Deseado y Floridablanca (BUS-CAGLIA 2011: 17). Estos remotos lugares eran “fronterizos dentro de la propia frontera”, pues estaban totalmente aislados de la lejana Buenos Aires (TÉLLEZ 2006: 181). El asentamiento más pujante fue Nuestra Señora del Carmen, que se convirtió en un foco comercial a nivel regional y en un escenario de estrechos contactos interétnicos, pues allí los colonos dependían totalmente de la colaboración de los indígenas para sobrevivir (LUIZ 2005: 5-15).

En el lado aborigen del entramado social fronterizo se encontraban diversos grupos étnicos, cuyos etnónimos más frecuentes eran “aucas”, “tehuelches” y “pampas”, si bien todos ellos fueron “identidades impuestas” creadas por los hispanocriollos para clasificarlos, por lo que el auténtico panorama étnico del período sigue resultando confuso (NACUZZI 2005: 103-111). La organización política de estas poblaciones estaba basada en la institución del cacicazgo, considerado por algunos autores como un señorío estratificado y por otros como una jefatura laxa con autoridad limitada, aunque la mayoría coinciden en que su preminencia política se afianzó durante la época tardocolonial (CARLÓN 2010: 441-445). Las cualidades más valoradas para ejercer el cargo cacical incluían el buen arbitraje en los conflictos internos, la habilidad de guiar a su grupo en los traslados, el manejo de lenguas y la estrecha vinculación con el mundo hispanocriollo (CARLÓN 2008: 289-290).

En el terreno de la economía, existe cierto consenso historiográfico acerca de que estas sociedades habían dejado en estas cronologías tardocoloniales de ser cazadoras-recolectoras para convertirse en pastoriles nómadas (CARLÓN 2010: 438). Además, el impacto de la presencia hispanocriolla había ocasionado transformaciones en su economía, intensificando las relaciones interregionales y motivando a muchos indígenas a trabajar o comerciar en tierras coloniales, aumentando así la circulación de personas, ideas y productos entre uno y otro lado de la frontera. Otro componente definitorio de la economía indígena era su fuerte movilidad. Los indios no vagabundeaban aleatoriamente, sino que planificaban sus desplazamientos con antelación para maximizar las posibilidades económicas de cada entorno, pues disponían de un saber muy exhaustivo acerca de las rutas y los recursos naturales de las regiones que más visitaban (ARIAS 2004: 67-79). El comercio era otra actividad muy relevante y los focos comerciales más boyantes eran las sierras de Tandil y Ventana, las Salinas Grandes, el fuerte de Nuestra Señora del Carmen y la propia Buenos Aires, a la que se desplazaban a menudo grupos de indios para vender sus mercaderías (MANDRINI 1991: 117-119, 130).

## 2. Baqueanos, lenguaraces y otros intermediarios culturales

En estos dinámicos espacios fronterizos los contactos interétnicos entre hispanocriollos e indígenas generaban intensos mestizajes culturales, pues unos y otros se impregnaban de elementos de la sociedad ajena. Los principales artífices de estos procesos eran los intermediarios culturales, gentes que, como ya se ha señalado, eran capaces de moverse entre ambos mundos con cierta soltura.

Los cautivos, que caían bajo control enemigo como resultado de un secuestro, y los rehenes, cuya privación de libertad se derivaba de un acuerdo diplomático de intercambio recíproco, estaban entre los intermediarios más comunes (ROULET 2009: 315-316). Al pasar temporadas largas en tierras extrañas, solían absorber multitud de conocimientos sobre la sociedad que les había capturado que podían ser muy útiles si retornaban junto a los suyos, mientras que durante su cautiverio podían ofrecer a sus captores información sobre su sociedad de origen (MAYO 1985: 235-241). También fueron abundantes los desertores y los renegados, casi siempre varones adultos que actuaban de forma individual, huyendo de la miseria que padecían en los puestos de frontera, para muchas veces incorporarse después a la sociedad india, en la que se convertían en fuentes decisivas de información (NACUZZI 2011; VILLAR y JIMÉNEZ 2005).

Otros intermediarios culturales fueron las “partidas volantes”, grupos que se echaban a los campos para espiar y obtener información (IRAOLA 2021); los “chasques”, mensajeros que transportaban noticias o documentos entre Buenos Aires, las tolderías indias y los puestos de frontera (VOLLWEILER 2018: 58); los misioneros, que trataron de evangelizar a los aborígenes y consiguieron que sus efímeras reducciones se convirtieran en puntos de información e intercambio (IRURTIA 2007: 146-153); y las mujeres negociadoras, que actuaban de mediadoras para posibilitar los acuerdos de paz y solían manejar el castellano, tener contactos con los hispanocriollos y estar muy bien posicionadas en la sociedad india (ROULET 2009: 305).

Junto a todos estos intermediarios, las fronteras acogieron a los baqueanos y los lenguaraces, cuyos roles a veces simultaneaban con los antedichos personajes. Aunque había individuos que actuaban solo como baqueanos o solo como lenguaraces, en muchas ocasiones sus labores se solapaban (VOLLWEILER 2018: 50), por lo que creemos que es pertinente estudiarlos conjuntamente. Ambos ocupaban una posición crucial en los contactos interétnicos, facilitando las comunicaciones y los movimientos, sirviendo a unos y otros actores fronterizos según su conveniencia y sacando así provecho de su condición de

engranaje social. Ahora bien, pese a ser figuras imprescindibles, solían ocupar una posición social marginal, pues podían suscitar desconfianza por su carácter culturalmente mestizo y por la ambigüedad de sus lealtades (ENRIQUE 2012a: 257-262).

Un elemento insoslayable obligaba a recurrir a los servicios de los baqueanos: la gran ignorancia que los hispanocriollos tenían de las tierras transfronterizas, unido al hecho de que los indios, a pesar de sus grandes conocimientos espaciales, también desconocieran muchas partes de la frontera (ENRIQUE 2011: 362-364). Por ende, unos buenos baqueanos podían marcar la diferencia entre el éxito y el fracaso de una expedición. Ser baqueano, al igual que lenguaraz, no solía ser un oficio permanente sino una labor esporádica, aunque ciertas compañías militares de frontera disponían de plazas para ser ocupadas por baqueanos remunerados (VOLLWEILER 2018: 48-52). La relevancia de los lenguaraces se sustentaba, además de en la evidente incompreensión que tienen todas las sociedades con idiomas tan dispares, en que los funcionarios coloniales, salvo raras excepciones, no pusieran empeño en aprender los lenguajes indígenas, y a que los nativos fueran reacios a renunciar al uso de su lengua en las interacciones (VILLAR, JIMÉNEZ y ALIOTO 2009: 325-327 y 2015: 74-76).

### 3. Perfiles sociales

Los 94 baqueanos y lenguaraces localizados han sido catalogados de acuerdo con una serie de perfiles sociales, tanto de tipo general (sexo, edad y etnicidad) como específico (trayectorias vitales, posiciones sociales, procedencias y oficios). De todas formas, las alusiones a estos intermediarios en las fuentes y la bibliografía suelen ser extremadamente escuetas, por lo que no siempre es posible extraer para cada caso información sólida sobre cada una de estas variables. Además, 10 de los casos se corresponden con menciones colectivas, en las que se recogía que un grupo realizaba estas tareas sin especificar sus identidades individuales, que quedan oscurecidas.

Atendiendo a la primera variable, el sexo, se han encontrado 66 hombres, 18 mujeres y los 10 casos colectivos, sin especificación de sexo. Si exceptuamos a estos últimos, los hombres comprenderían un 78,6% de los ejemplos frente al 21,4% de las mujeres, advirtiéndose por tanto un claro predominio masculino con una minoría significativa de mujeres. Entre estas últimas hay además una presencia mayoritaria de las indígenas sobre las hispanocriollas (12 mujeres frente a 5, a las que habría que unir una lenguaraza mulata),

rasgo que se explicaría tanto por el rol destacado de las mujeres amerindias en la intermediación cultural, ya estudiado por la historiografía y que obedecería al importante protagonismo que tenían en su sociedad, muchas veces silenciado por las fuentes de autoría blanca (KIDWELL 1992), como por el hecho de que los hispanocriollos de la frontera fueran mayormente varones y estos constituyeran además el grueso de los participantes en las expediciones transfronterizas.

Así, a pesar de su carácter minoritario, las fuentes testimonian diversos ejemplos de mujeres influyentes. Entre ellas sobresale la lenguaraza Teresa, que brindó una ayuda determinante al expedicionario Basilio Villarino en sus viajes por el interior norpatagónico en 1782 y 1783, actuando como su confidente a la hora de informarle, a menudo en secreto, sobre asuntos sensibles que le permitieron desenvolverse entre los nativos de la zona. Era una mujer que vivía entre los indígenas, pero por el hecho de que en una ocasión pidiera al piloto que “por Dios la llevase a bordo” pues “no quería andar más entre los indios” y que tuviera “una niña que dice quiere ser cristiana”, seguramente fuera una hispanocriolla cautiva. Un caso semejante es el de la lenguaraza María López, otra colaboradora imprescindible de Villarino y esposa del cacique Chulilaquin, uno de los más prominentes en el área del río Negro. Por su nombre, su apellido y su manejo del castellano, es altamente probable que fuera otra cautiva hispanocriolla (VILLARINO 1783: 10-13, 79-83, 89-100).

Con respecto a la edad de los baqueanos y lenguaraces, rara vez expresada en las fuentes, hemos de suponer que eran por lo general personas adultas, por ser labores que requerían disponer de ciertas capacidades adquiridas tras la acumulación de multitud de aprendizajes geográficos y lingüísticos, respectivamente. Así lo evidencian casos como el de un baqueano desertor de unos 28 años que colaboraba con los indios en sus entradas y robos, mencionado en 1781 por el expedicionario Francisco de Viedma (ENRIQUE 2012a: 262-263), o los baqueanos Joaquín Molina, que tenía 37 años cuando sentó plaza en una compañía de caballería fronteriza en 1767, y Pedro José Funes, con alrededor de 40 años en 1770 cuando participó en una maloca contra los indios tehuelches (VOLLWEILER 2018: 50; HERNÁNDEZ 1770: 41, 45). No obstante, también hay constancia de algunos adolescentes y ancianos ejerciendo estas tareas, entre los que figurarían Cahama, una india de unos 14 años encontrada por el explorador Alejandro Malaspina en 1789 en la Patagonia y que sobresalía por su dominio del castellano (BUSCAGLIA 2019: 8-9), y el lenguaraz hispanocriollo Luis Ponce, que alcanzaba los 70 años de edad en 1781 (VILLAR, JIMÉNEZ y ALIOTO 2015: 79).

Atendiendo a la distribución de los ejemplos según el criterio de la etnicidad, se han hallado 42 baqueanos y lenguaraces hispanocriollos y 39 indígenas, a los que habría que añadir una mulata, un mestizo, un negro y los diez casos colectivos de etnicidad indiscernible. De esta forma, se advierte que los indígenas, hasta ahora prácticamente ignorados por la historiografía en lo que a esta temática se refiere, eran por lo menos tan relevantes como los hispanocriollos en el desempeño de estas tareas, aunque nos inclinamos a pensar que, a causa del total sesgo hispanocriollo de las fuentes de la época y de las investigaciones posteriores, es probable que hubiera más nativos que hispanocriollos actuando como baqueanos y lenguaraces, cuya existencia sin embargo hubo de plasmarse en la documentación con menor frecuencia.

De otro lado, resulta llamativa la insignificante presencia de mestizos y mulatos en esta recopilación, ya que se ha señalado que por su naturaleza étnica y culturalmente mixta estas dos categorías sociales eran más propensas a ser depositarias de múltiples identidades y lenguas, colocándose “en una posición intermedia entre los españoles y los indios” (SCHWALLER 2012: 732-734). La única lenguaraza mulata localizada es mencionada brevemente por Villarino en sus diarios de navegación en 1782, como colaboradora del cacique Uzel en la Patagonia norte (VILLARINO 1782: 138-139). El único mestizo, por su parte, se trata de Flamenco, un polifacético personaje que operó en la frontera bonaerense entre las décadas de 1750 y 1780, ejerciendo toda clase de labores, entre las que figuraron ser un baqueano y lenguaraz muy demandado. Aunque Flamenco procedía de un grupo de mestizos ladinos que trabajaban ocasionalmente en las estancias pampeanas, la documentación lo presenta reiteradamente con el apelativo de “indio” (TARUSELLI 2010: 372-378, 383-384; NACUZZI 2015). Consideramos que con toda seguridad otros mestizos pudieron ser catalogados erróneamente desde un punto de vista étnico, pues los autores de las fuentes podían juzgar su condición más por su aspecto físico o su forma de vida que por su adscripción étnica. Por ende, su participación en estas labores de intermediación cultural hubo de ser, sin lugar a dudas, mayor que la hasta ahora detectada.

Dirigiendo el foco hacia las trayectorias vitales de los baqueanos y lenguaraces, contabilizamos 17 individuos que habían pasado por el cautiverio, diez de los cuales eran hispanocriollos, cinco indígenas, una mulata y un negro. Esta cantidad, apenas un 18,1% del total de ejemplos recabados, parece de entrada muy reducida, teniendo en cuenta su elevado protagonismo en estas labores de intermediación. Opinamos que este hecho se debe a un sesgo en las fuentes, que seguramente en ocasiones mencionaran a personas que habían pasado por alguna forma de cautiverio sin dejar evidencias claras de ello. Asimismo, resulta

sorprendente la hegemonía hispanocriolla en estas cifras, que obedecería a un sesgo documental e historiográfico que siempre ha privilegiado a los cautivos de esta etnicidad frente a los indígenas, también muy numerosos (AGUIRRE 2006: 11-12).

Los casos de María Catalina y Juana Calpiskis, tía y sobrina respectivamente del cacique pampeano Lorenzo Calpiskis, son ilustrativos a este respecto. Ambas eran mujeres indígenas de alta posición social que fueron internadas en la Casa de Reclusión de Buenos Aires en la década de 1770, un lugar de confinamiento de mujeres de “mala vida” al que accedieron quizá como cautivas o rehenes y donde tuvieron ocasión de aprender español, hecho que les permitiría posteriormente desempeñarse como lenguarazas (VILLAR, JIMÉNEZ y ALIOTO 2015: 84-86; ENRIQUE 2012b: 461).

En cuanto a los baqueanos y lenguaraces que habían pasado por el cautiverio entre los indígenas, sobresalen ejemplos como los de Bentura Chapaco, el único negro localizado en este estudio, que era esclavo en una estancia pampeana, fue capturado durante una incursión indígena en 1765 y vivió entre los nativos hasta ser rescatado por el expedicionario Francisco de Viedma en 1779 (VILLAR, JIMÉNEZ y ALIOTO 2015: 76-77); Blas Pedrosa, un gallego capturado durante un viaje de comercio a Chile que pasó nueve años entre los indios, lo que le facilitó actuar como lenguaraz en las décadas de 1780 y 1790 (VOLLWEILER 2018: 69, 81; MAYO 1985: 236); y una india pampa cautiva de otro grupo indígena con la que contactó en la zona del río Negro el piloto Juan de la Piedra (PIEDRA 1779: 77).

Ser desertor o renegado constituyó otra trayectoria vital recurrente de los baqueanos y lenguaraces, como ponen de manifiesto los seis individuos identificados en este estudio, todos hombres hispanocriollos. Uno de ellos fue el lenguaraz José Antonio, servidor del cacique Mercal, con el que trató el capitán Pedro Andrés García en la pampa bonaerense en 1810. García percibió que no era indio “aunque venía disfrazado en traje de tal, tiznada la cara” y descubrió tras conversar con él que era un “dragón desertor, que robó cierto dinero del Rey, y una negra” (GARCÍA 1810: 22). Otros dos fueron Francisco Almirón, soldado que desertó de una compañía fronteriza en 1766 y consiguió llegar a ser un activo baqueano y lenguaraz tras vivir unos años entre los aborígenes (VOLLWEILER 2018: 71-76); y el renegado Juan de Dios, un cautivo que se convirtió en baqueano colaborador del cacique Anteman y que fue descrito por el lenguaraz Blas Pedrosa como un “Español [...] cazado en la Tolderia con una Yndia [...] que se exercita en servir de Espia [...] cometiendo toda clase de maldades” (VILLAR y JIMÉNEZ 2005: 163-164).

Un tercer tipo de trayectoria vital la representan los indios que pasaron por

las reducciones jesuíticas pampeanas. En este caso apenas hemos encontrado un ejemplo, el de la hermana del cacique Bravo, que tras padecer el cautiverio vivió en la reducción de Nuestra Señora de la Concepción y participó como lenguaraza en negociaciones de paz en la década de 1740 (ROULET 2021: 243). Sin embargo, a juzgar por los testimonios que señalan que los indígenas de las reducciones anhelaban aprender castellano y que los doctrineros fueron instruidos en mapudungun por una anciana (VILLAR, JIMÉNEZ y ALIOTO 2015: 75-76; IRURTIA 2007: 108), opinamos que tuvo que haber muchas otras personas que se convirtieran en lenguaraces por la vía reduccional.

De igual modo, se han apreciado conexiones entre la pertenencia a las posiciones sociales de cacique o familiar de cacique y el ejercicio de tareas de baqueano o lenguaraz. Entre los caciques, que como se ha indicado solían tener buenos conocimientos geográficos y a menudo también lingüísticos, se han hallado cuatro ejemplos, entre los que se destacan Julián Grande, con el que el expedicionario Antonio de Viedma estableció estrechos contactos durante su estancia en el fuerte patagónico de Floridablanca y que conocía el castellano por haber pasado un tiempo en Buenos Aires (BUSCAGLIA 2011: 18-19), y Vicente, que ofició de baqueano junto a su mujer Cogocha y sus indios al servicio del marino Francisco González en su trayecto desde Puerto Deseado a Nuestra Señora del Carmen en 1798 (BUSCAGLIA 2019: 12-13).

En lo referido a los familiares de caciques, hemos encontrado nueve ejemplos, de los cuales ocho se corresponden con mujeres. Este dato merece ser resaltado, pues de las 18 mujeres totales localizadas en este trabajo, casi la mitad se adscribían a esta posición social. El decisivo protagonismo de las familiares de caciques en la intermediación cultural ya ha sido estudiado por Florencia Roulet, quien apuntó que su buena posición en las tramas de parentesco indígenas les brindaba credibilidad y eficacia a la hora de actuar como mediadoras (ROULET 2009: 305-306), y los datos aquí compendiados refuerzan sus conclusiones, mediante ejemplos como el de las esposas del cacique pampeano Catruén, una hispanocriolla y otra aborígen, que ejercieron de mediadoras lingüísticas en negociaciones de paz con los hispanocriollos (LÁZARO 1998: 41).

En cuanto a las procedencias geográficas, únicamente se han detectado tres individuos venidos de Chile: el indio Manuel, originario de Valdivia y que sirvió como baqueano y lenguaraz en la frontera de Buenos Aires en 1791 (VOLLWEILER 2018: 71); otro indio valdiviano lenguaraz que actuó como baqueano del cacique Lorenzo Calpisquis (LUIZ 2005: 8-9); y el ya citado lenguaraz Luis Ponce, natural de Santiago de Chile (VILLAR, JIMÉNEZ y ALIOTO 2015: 82-83).

Finalmente, en lo concerniente a sus oficios, los perfiles sociales identificados se corresponden con cuatro soldados, Francisco Almirón, Manuel Luna, Eusebio Caraballo y Pedro González (VOLLWEILER 2018: 50-51, 71, 82); dos comerciantes vinculados al tráfico con Chile, el antedicho Blas Pedrosa y Mateo Zurita, quien a causa de sus circulaciones transfronterizas llegó a conocer muy bien el mundo indígena y poseía, “según los indios, perfectamente su dialecto” (GARCÍA 1810: 19, 50); un peón de estancia, Pedro Pablo Maldonado, capturado por los indios y convertido en baqueano a su servicio (MAYO 1985: 235-237) y un esclavo, el citado Bentura Chapaco.

#### 4. Funciones ejercidas

El otro gran elemento que ha sido analizado en los 94 ejemplos recogidos es el de las funciones que ejercieron. Como podrá comprobarse, estos intermediarios no se limitaron a sus labores definitorias de guiar y traducir, sino que realizaron igualmente muchas otras de gran trascendencia. Para este apartado se han identificado once tipologías de funciones con frecuencias variables, siendo además corriente que un mismo individuo compaginara más de una.

La función para la cual se ha encontrado un mayor número de ejemplos, 49, es la baquía, labor primordial de los baqueanos, que consistía en escoltar a grupos de personas por espacios que desconocían indicándoles durante la marcha los rumbos, las distancias y las principales características y recursos de los entornos que atravesaban. De los 49 casos, apenas se han identificado tres baqueanas, lo que pone de relieve que era una función abrumadoramente masculina, hecho que tal vez podría relacionarse con la más reducida movilidad de las mujeres, por su mayor vinculación a actividades de tipo doméstico, que generaría unas aptitudes inferiores para la orientación geográfica.

El panorama es bastante distinto en lo que respecta a la segunda tarea más recurrente, la traducción, propia de los lenguaraces, para la que se han hallado 46 casos. De ellos, 15 se corresponden con mujeres, lo que pone de relieve que las lenguarazas, al contrario que las baqueanas, tuvieron un protagonismo significativo. Estrechamente ligada a esta cuestión está la del prominente papel de las mujeres, especialmente indígenas, en la tercera de las funciones detectadas: la participación en negociaciones de paz, labor propia de los lenguaraces por sus requerimientos de mediación lingüística. En esta investigación se han localizado 19 personas que ejercieron esta delicada tarea, de las cuales ocho fueron mujeres, proporción muy superior a la representada en otras funciones. La implicación

femenina en los acuerdos de paz ya ha sido estudiado en otras fronteras americanas, con aportaciones como las de Juliana Barr, quien afirmó que:

como los hombres españoles e indios de Tejas definieron las acciones hostiles primariamente como un cometido masculino, la implicación de mujeres indias asumió una cierta importancia específica [...] los pueblos indios en esta región habían asociado desde largo tiempo a las mujeres con la paz [...] las relaciones con las mujeres abrían el potencial de expresar paz en vez de hostilidad, alianza en vez de enemistad (BARR 2007: 1, 13).

Aseveraciones similares podrían trasladarse a nuestra región, pues como señaló Florencia Roulet, y nuestros datos respaldan, “el fenómeno de la participación femenina en el ámbito de la diplomacia parece haber sido común a los grupos étnicos del área pampeana y norpatagónica” (ROULET 2009: 305). Entre los ejemplos a destacar en estas funciones figuran María López, que tradujo un largo y altisonante discurso de Villarino a los indígenas del cacique Chulilaquin en 1783 (VILLARINO 1783: 95-96), y hombres como el indio Manuel, que en 1791 acompañó al cacique Quentepi a Buenos Aires para confirmar su amistad con la colonia (VOLLWEILER 2018: 71).

La cuarta labor más comúnmente localizada, con 18 ejemplos, es la del suministro de información de actualidad, esto es, de datos sensibles o relevantes sobre los agentes fronterizos y sus acciones que podían ser proporcionados por baqueanos y lenguaraces en virtud de su condición intermediaria. Tal sería el caso del lenguaraz Matías, que brindó a Francisco de Viedma descripciones de los patrones de desplazamiento de ciertos caciques (NACUZZI 2005: 132); del baqueano Pedro José Funes, que avisó a Juan Antonio Hernández del avistamiento de unos jinetes enemigos (HERNÁNDEZ 1770: 48); y de la ya citada lenguaraza Teresa, crucial informante de Villarino.

Otro tipo de información ofrecido por lenguaraces, y sobre todo por baqueanos, era la geográfica, para la que se han contabilizado 17 casos, en los que los indios (nueve ejemplos) tienen más prominencia que los hispanocriollos (apenas dos), disparidad que se explicaría por las mayores dotes indígenas para el conocimiento geográfico dentro de los espacios transfronterizos en los que habitaban. Así lo demuestran casos como el de los indios del cacique Julián Grande, que informaron a Antonio de Viedma sobre el clima, el relieve, los caminos, los nombres de lugares y la presencia de pastos, aguas y leñas en el sur patagónico (VIEDMA 1783: 91-97).

En sexto lugar se encuentran las labores de espionaje y robo, para las que se han reunido 16 ejemplos, todos hombres y mayoritariamente hispanocriollos,

entre los que se incluyen además cuatro de los seis desertores antes aludidos. Algunos de los individuos que participaron en estas actividades fueron el torpe lenguaraz Jacinto, “famoso ladrón” que acompañó como lenguaraz al cacique Chulilaquin en su encuentro con Villarino en 1783 para gran decepción del piloto, pues escribió que “ni me entiende ni lo entiendo; pues no sabe hablar otra cosa que pedir aguardiente, yerba, tabaco y bizcocho” (VILLARINO 1783: 79); el indio Valerio, “gran vaqueano y espía” que en 1779 estaba al servicio de las autoridades fronterizas en Luján; y los hermanos Juan y Blas Paz, hábiles baqueanos pero descritos por el comandante Manuel Pinazo como peligrosos “hombres de mala vida” (LEÓN, SILVA y TÉLLEZ 1997: 45-46).

Los baqueanos y lenguaraces también ofrecieron ocasionalmente consejos en la toma de decisiones relevantes, pues su juicio solía ser altamente valorado por su posición intermediaria. Se han encontrado ocho ejemplos de esta función, entre los que sobresalen los baqueanos Felipe Marchan, Eusebio Caraballo, Justo Miranda y Luciano Enríquez, cuya opinión acerca de las estrategias a seguir contra los indios hostiles fue demandada en una junta de militares fronterizos en 1780 (VOLLWEILER 2018: 60-61).

Otra labor que realizaron algunos baqueanos y lenguaraces fue la del envío de mensajes, tarea propia de los chasques. Se han contabilizado siete casos de mensajeros, mayoritariamente hombres hispanocriollos como los baqueanos Juan Manso Villegas, chasque en 1771, y Manuel Luna, a quien el virrey Santiago de Liniers encomendó llevar un comunicado al río Negro en 1809 (VOLLWEILER 2018: 58).

La novena categoría, con seis casos, es la realización de partidas de reconocimiento de terrenos y búsqueda de personas y recursos, actividades ligadas a los baqueanos. Aquí se insertarían los baqueanos a los que el expedicionario Pedro Pablo Pabón ordenó que fueran despachados “á fin de que reconocieran el terreno, internándose bastante” tras recibir la noticia de que un paso estaba intransitable (PABÓN 1772: 65).

Menos comunes fueron todavía las dos últimas tipologías de funciones: el suministro de información etnográfica sobre las formas de vida aborígenes y la participación en intercambios, que suman respectivamente cinco y cuatro casos. Para la primera, como es previsible, todos salvo uno de los clasificados en esta función, el esclavo Bentura Chapaco, son indígenas, como la lenguaraza india que dio a Juan de la Piedra información sobre la religión, la alimentación, la economía y la vestimenta de los nativos (PIEDRA 1779: 77). Entre los baqueanos y lenguaraces que se involucraron en intercambios se halla la ya comentada lenguaraza Juana Calpisquis, que en 1781 acudió al fuerte de Nuestra Señora del Carmen para vender caballos (NACUZZI 2005: 147).

## Conclusiones

A lo largo de este artículo se ha podido comprobar cómo los baqueanos y lenguaraces fueron figuras fundamentales en las dinámicas de intermediación cultural desarrolladas en las fronteras pampeano-patagónicas tardocoloniales. El mero hecho de que existieran y fueran tan frecuentes, sirviendo en toda clase de situaciones a actores sociales diversos, demuestra que había un profundo interés entre los habitantes de la frontera por comunicarse entre sí y circular por estos espacios y explotarlos; interés canalizado a través de los lenguaraces y los baqueanos, respectivamente.

Su centralidad se manifiesta en su decisiva participación en actividades relevantes para el desarrollo de la vida fronteriza, como el suministro de información sensible de actualidad y de datos geográficos y etnográficos, permitiendo así a los actores fronterizos manejarse mejor en este complejo entramado social. Además, los baqueanos y los lenguaraces fueron también determinantes en las frecuentes paces y conflictos que se fueron sucediendo en las fronteras, al ser sus servicios demandados por las autoridades de más alto nivel tanto en el mundo hispanocriollo como en el aborígen. En este sentido, tuvieron un papel prominente en las negociaciones de paz, prácticamente imposibles de realizar sin la ayuda de intérpretes que tradujeran los mensajes y fijaran así términos de acuerdo, y también en los conflictos, en los que conocer bien los territorios y los recursos, además de la ubicación y condición de los enemigos, era un cometido ineludible.

Sin embargo, a pesar de ser engranajes sociales imprescindibles, sin los cuales las interacciones fronterizas hubieran sido mucho más difíciles de llevar a cabo, los baqueanos y lenguaraces se revelan reiteradamente como personajes subalternos. Aunque es cierto que entre ellos se detecta un buen número de caciques y familiares de caciques, en su mayoría son gente sobre la que las fuentes ofrecen datos exigüos, hasta el punto que en muchas ocasiones son incluso anónimos. Es más, entre ellos se percibe una mayor presencia de figuras socialmente marginales como los cautivos y los desertores. Su carácter culturalmente mestizo y la suspicacia que generaban por servir a toda clase de personalidades serían los causantes de esta subalternidad.

Atendiendo al estudio de sus perfiles sociales, se ha comprobado que gentes de muy variada condición podían llegar a ser baqueanos y lenguaraces, si bien algunas figuras sobresalen más que otras. Tal sería el caso de los cautivos, caciques, familiares de caciques, desertores y soldados. Asimismo, se ha advertido que el protagonismo de los indios en estas labores, hasta ahora bastante soslayado por la historiografía, era por lo menos tan importante como el de

los hispanocriollos; que las mujeres, aunque minoritarias, también tuvieron una actuación decisiva; y que es altamente probable que los mestizos, pese a su nimia presencia en las fuentes, fueran también importantes.

En lo tocante a las funciones ejercidas, estos intermediarios se caracterizaron por su gran polivalencia, pues además de traducir y guiar se encargaron de muchas otras tareas. Entre los hallazgos más reseñables en este campo figuran el protagonismo de las mujeres indígenas, sobre todo las familiares de caciques, en las negociaciones de paz, el carácter casi exclusivamente masculino de los baqueanos y la preminencia de los aborígenes en el suministro de información geográfica y etnográfica.

En síntesis, el estudio de los baqueanos y los lenguaraces se presenta como una vía prolífica y novedosa de cara a la comprensión de la intensa intermediación cultural que tuvo lugar en las fronteras pampeano-patagónicas durante la época tardocolonial. A través de nuevas aproximaciones a las fuentes, de la recopilación de un mayor volumen de ejemplos y del examen de otras variables vinculadas a ellos, la historiografía puede continuar avanzando por este sendero de investigación, contribuyendo así a rescatar del olvido a estos peculiares personajes, tan desconocidos pero a la vez tan esenciales para el sostenimiento de todo el entramado social fronterizo, pues su labor era indispensable para que hispanocriollos e indígenas pudieran interactuar con cierta soltura.

## Fuentes impresas

GARCÍA, Pedro Andrés (1810). “Diario de un viage a Salinas Grandes en los campos del sud de Buenos Aires por el coronel D. Pedro Andres Garcia”, in P. de Angelis (ed.), *Colección de Obras y Documentos Relativos a la Historia Antigua y Moderna de las Provincias del Río de la Plata (1836-1837)*, Tomo III. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1-70.

HERNÁNDEZ, Juan Antonio (1770). “Diario que el Capitan D. Juan Antonio Hernandez ha hecho, de la expedicion contra los indios Teguelches, en el gobierno del Señor D. Juan José de Vértiz, Gobernador y Capitan General de estas Provincias del Rio de la Plata, en 1º de Octubre de 1770”, in P. de Angelis (ed.), *Colección de Obras y Documentos Relativos a la Historia Antigua y Moderna de las Provincias del Río de la Plata (1836-1837)*, Tomo V. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 34-57.

PABÓN, Pedro Pablo (1772). “Diario de D. Pedro Pablo Pabon, que contiene la explicacion exacta de los rumbos, distancias, pastos, bañados y demas particularidades que hemos hallado en el reconocimiento del campo y sier-

ras; comisionados por orden del Ilmo. Cabildo del Puerto de la Santísima Trinidad de Buenos Aires, en 12 de octubre de 1772”, in P. de Angelis (ed.), *Colección de Obras y Documentos Relativos a la Historia Antigua y Moderna de las Provincias del Río de la Plata (1836-1837)*, Tomo V. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 60-72.

PIEDRA, Juan de la (1779). “Extracto resumido de lo que ha ocurrido en la expedición del descubrimiento de la Bahía Sin Fondo, en la costa patagónica”, in P. de Angelis (ed.), *Colección de Obras y Documentos Relativos a la Historia Antigua y Moderna de las Provincias del Río de la Plata (1836-1837)*, Tomo V. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 75-78.

VIEDMA, Antonio de (1783). “Diario de navegación de Antonio de Viedma”, in Nerio Tello (ed.), *Diarios de navegación. Expediciones por las costas y ríos patagónicos (1780-1783)*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 45-98.

VILLARINO, Basilio (1782). “Diario de navegación de Basilio Villarino”, in Nerio Tello (ed.), *Diarios de navegación. Expediciones por las costas y ríos patagónicos (1780-1783)*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 125-147.

VILLARINO, Basilio (1783). “Diario del piloto de la Real Armada D. Basilio Villarino, del reconocimiento que hizo del Río Negro, en la costa oriental de Patagonia, el año de 1782”, in P. de Angelis (ed.), *Colección de Obras y Documentos Relativos a la Historia Antigua y Moderna de las Provincias del Río de la Plata (1836-1837)*, Tomo VI. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1-119.

## Bibliografía

AGUIRRE, Susana (2006). “Cambiando de perspectiva: cautivos en el interior de la frontera”. *Mundo Agrario*, 7/13 <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/v07n13a07/1178> (consultado em 06/01/2023).

ARES, Berta; GRUZINSKI, Serge (1997). “Presentación”, en B. Ares; S. Gruzinski (coords), *Entre dos mundos. Fronteras culturales y agentes mediadores*. Sevilla: Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 9-11.

ARIAS, Fabián (2004). “Toponimia y percepción geográfica en las sociedades indígenas de la Patagonia y las pampas: análisis de las categorías lingüísticas (siglo XVIII)”. *Boletín Geográfico*, 25, 55-87.

BARR, Juliana (2007). *Peace came in the form of a woman. Indians and Spaniards in the Texas Borderlands*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

BUSCAGLIA, Silvana (2011). “La representación de las relaciones interétnicas en el discurso de Antonio Viedma (Patagonia meridional, siglo XVIII)”.

- Magallania*, 39, 2, 15-35.
- BUSCAGLIA, Silvana (2019). “El origen de la cacica María y su familia. Una aproximación genealógica (Patagonia, siglos XVIII-XIX)”. *Corpus*, 9, 1, 10.4000/corpusarchivos.2915 (consultado a 08/01/2023).
- CARLÓN, Florencia (2008). “Sobre la articulación defensiva en la frontera sur bonaerense a mediados del siglo XVIII: un análisis a partir de la conflictividad interétnica”. *Anuario del Centro de Estudios Históricos “Prof. Carlos S. A. Segreti”*, 8, 8, 277-298.
- CARLÓN, Florencia (2010). “Liderazgos y organizaciones sociopolíticas indígenas en Pampa y Patagonia norte durante el siglo XVIII. Una reconstrucción a partir de los vínculos interétnicos en la frontera de Buenos Aires”. *Revista Colombiana de Antropología*, 46, 2, 435-464.
- CARLÓN, Florencia (2014). “Una vuelta de tuerca más: repensando los malones en la frontera de Buenos Aires durante el siglo XVIII”. *TEFROS*, 12, 1, 26-49.
- CARRERO, Omar; GUEVARA, José (2017). “Trascendencia de los baquianos y su importancia en la construcción del conocimiento de la Orinoquía”. *Biollania*, 15, 440-447.
- COVARRUBIAS, Sebastián de (ed.) (1611). *Tesoro de la Lengua Castellana, o Española*. Madrid: Impresor Luis Sánchez.
- DÍAZ, Lucinda (2015). “El intérprete, un personaje de la colonia, relacionado con situaciones de políticas lingüísticas”. *Cuadernos de la Facultad de Historia y Ciencias Sociales de la Universidad Nacional de Jujuy*, 47, 75-86.
- ENRIQUE, Laura (2011). “La movilidad como estrategia en el uso del territorio norpatagónico a fines del siglo XVIII: funcionarios coloniales y grupos indígenas”. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, 36, 361-368.
- ENRIQUE, Laura (2012a). “Aportaciones de los «intermediarios culturales» en la conformación de los paisajes fronterizos del norte de la Patagonia a finales del siglo XVIII”. *Memoria Americana*, 20, 2, 245-271.
- ENRIQUE, Laura (2012b). “Percepciones de los expedicionarios virreinales sobre el manejo indígena de territorios y recursos del norte de la Patagonia a fines del siglo XVIII”. *Revista Española de Antropología Americana*, 42, 2, 449-466.
- GLAVE, Luis Miguel (1990). “Intermediarios lingüísticos y culturales entre dos mundos; historia y mentalidades”. *Allpanchis*, 35, 36, 435-513.
- IRAOLA, Eduardo (2021). “Noticias que llegan de los toldos. Rumores e información en la frontera bonaerense (1774-1775)”. *TEFROS*, 19, 2, 96-116.
- IRURTIA, María Paula (2007). “Intercambio, novedad y estrategias: las misiones

- jesuíticas del sur desde la perspectiva indígena”. *Avá*, 11, 135-167.
- JABRI, Jaouad (2019). “El «complejo colonizador»: aproximación a las misiones, fuertes, pueblos y tratados de paz en la frontera sur del Buenos Aires borbónico (1736-1810)”. *Nuevas de Indias*, 4, 10.5565/rev/nueind.59 (consultado a 04/01/2023).
- KIDWELL, Clara (1992). “Indian women as cultural mediators”. *Ethnohistory*, 39, 2, 97-107.
- LÁZARO, Carlos (1998). “Parlamentos de paz en la Araucanía y las Pampas: una visión comparativa (1604-1820)”. *Memoria Americana*, 7, 29-60.
- LEÓN, Leonardo; SILVA, Osvaldo; TÉLLEZ, Eduardo (1997). “La guerra contra el malón en Chile, Cuyo y Buenos Aires, 1750-1800”. *Cuadernos de Historia*, 17, 7-67.
- LUIZ, María Teresa (2005). “Re-pensando el orden colonial: los intercambios hispano-indígenas en el fuerte del río Negro”. *Mundo Agrario*, 5, 10, [https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/art\\_revistas/pr.560/pr.560.pdf](https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.560/pr.560.pdf) (consultado a 08/01/2023).
- LYNCH, John (1977). “La segunda conquista de América”. *Historia* 16, 9, 60-70.
- MANDRINI, Raúl (1991). “Procesos de especialización regional en la economía indígena pampeana (s. XVIII-XIX): el caso del suroeste bonaerense”. *Boletín Americanista*, 41, 113-136.
- MAYO, Carlos (1985). “El cautiverio y sus funciones en una sociedad de frontera. El caso de Buenos Aires (1750-1810)”. *Revista de Indias*, 45, 175, 235-243.
- MONTOYA, Fredy (2020). “Viajeros y *baqueanos* en la colonización del Nuevo Reino de Granada, siglo XVIII”. *ACHSC*, 47, 1, 57-86.
- NACUZZI, Lidia (2005). *Identidades impuestas. Tehuelches, aucas y pampas en el norte de la Patagonia*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología.
- NACUZZI, Lidia (2011). “Los desertores de la expedición española a la costa patagónica de fines del siglo XVIII y la circulación de personas en los espacios de frontera”. *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, 11, 10.4000/nuevomundo.61394 (consultado a 05/01/2023).
- NACUZZI, Lidia (2015). “El «indio Flamenco»: líder mestizo de la frontera sur en el siglo XVIII. Un aporte a la discusión sobre los rótulos étnicos”. *Fronteras de la Historia*, 21, 1, 40-65.
- REAL ACADEMIA ESPAÑOLA (2001). *Diccionario de la lengua española*. Madrid: Espasa.
- ROULET, Florencia (2009). “Mujeres, rehenes y secretarios: Mediadores indígenas en la frontera sur del Río de la Plata durante el período hispánico”. *Colonial Latin American Review*, 18, 3, 303-337.

- ROULET, Florencia (2021). “Peacemaker Cacicas in the *Río de la Plata* Southern Frontier”, en M. Ochoa; S. Vicuña (eds.), *Cacicas. The Indigenous Women Leaders of Spanish America, 1492-1825*. Norman: University of Oklahoma Press, 240-268.
- SCHWALLER, Robert (2012). “The importance of mestizos and mulatos as bilingual intermediaries in sixteenth century New Spain”. *Ethnohistory*, 59, 4, 713-738.
- SZASZ, Margaret (2001). *Between indian and white worlds. The cultural broker*. Norman: University of Oklahoma Press.
- TARUSELLI, Gabriel (2010). “Alianzas y traiciones en la Pampa rioplatense durante el siglo XVIII”. *Fronteras de la Historia*, 15, 2, 363-387.
- TÉLLEZ, Diego (2006). “La frontera pampeano-patagónica a finales del siglo XVIII. El caso de Juan Luis Badiola: ¿renegado o cautivo?”. *BROCAR*, 30, 173-191.
- VILLAR, Daniel; JIMÉNEZ, Juan Francisco (2001). “«Para servirse de ellos»: cautiverio, ventas a la usanza del pays y rescate de indios en las pampas y Araucanía (siglos XVII-XIX)”. *Relaciones de la Sociedad Argentina de Antropología*, 26, 31-55.
- VILLAR, Daniel; JIMÉNEZ, Juan Francisco (2005). “En continuo trato con los infieles. Los renegados de la región pampeana centro-oriental durante el último tercio del siglo XVIII”. *Memoria Americana*, 13, 151-178.
- VILLAR, Daniel; JIMÉNEZ, Juan Francisco; ALIOTO, Sebastián (2009). “... por entender su ydioma, que aprendió en quince años que estuvo con ellos ... Los cautivos como lenguaraces e intérpretes en la frontera meridional del Río de la Plata”. *Actas de las III Jornadas de Investigación en Humanidades*. 1 a 3 de octubre de 2009. Bahía Blanca: Universidad Nacional del Sur, 325-329.
- VILLAR, Daniel; JIMÉNEZ, Juan Francisco; ALIOTO, Sebastián (2015). “La comunicación interétnica en las fronteras indígenas del Río de la Plata y sur de Chile, siglo XVIII”. *Latin American Research Review*, 50, 3, 71-91.
- VITAR, Beatriz (1996). “La otredad lingüística y su impacto en la conquista de las Indias”. *Revista Española de Antropología Americana*, 26, 143-165.
- VOLLWEILER, Sabrina (2017). “Los baqueanos: expertos en los caminos de la frontera sur de Buenos Aires (siglo XVIII)”. *TEFROS*, 15, 1, 69-97.
- VOLLWEILER, Sabrina (2018). *Baqueanos y lenguaraces en la frontera sur a fines del período colonial*. Buenos Aires: Ediciones Periplos.
- WEBER, David (1998). “Borbones y Bárbaros. Centro y periferia en la reformulación de la política de España hacia los indígenas no sometidos”. *Anuario IEHS*, 13, 147-171.

# Comércio, contrabando e demarcação de fronteiras na Amazônia ibérica (c.1780-c.1790)

## *Trade, smuggling, and demarcation of boundaries in the Iberian Amazon (c.1780-c.1790)*

**CARLOS AUGUSTO BASTOS**

Universidade Federal do Pará

castrobastos@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5399-3569>

Texto recebido em / Text submitted on: 16/06/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 11/10/2023



**Resumo.** Durante a execução das demarcações de fronteira determinadas pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), as relações comerciais legais e ilegais realizadas por portugueses, espanhóis e populações indígenas nas fronteiras amazônicas envolveram diferentes produtos e atores. Esse comércio foi especialmente importante para abastecer de víveres a comissão espanhola. Além disso, os protestos contra o contrabando luso-espanhol nas fronteiras amazônicas indicam o papel desempenhado por autoridades locais nessa atividade. A partir de evidências em documentação portuguesa e espanhola, este artigo analisa a presença das redes de comércio e contrabando envolvendo as zonas amazônicas da Audiência de Quito e o Estado do Grão-Pará e Rio Negro durante as décadas finais do século XVIII.

**Palavras-chave.** Comércio, contrabando, fronteiras, Amazônia ibérica.

**Abstract.** During the execution of the boundary demarcation determined by the Treaty of San Ildefonso (1777), legal and illegal commercial relations executed by Portuguese, Spanish and indigenous peoples on the Amazonian borders involved different products and actors. This commerce was especially important to supply provisions to the Spanish commissions. Furthermore, protests against Portuguese-Spanish smuggling on the Amazonian borders indicated the role played by the local authorities on this activity. From evidences present in Portuguese and Spanish primary sources, this article examines the presence the legal trade and smuggling networks involving the Andean areas of the Audience of Quito and the State of Grão-Pará and Rio Negro during the last decades of 18th century.

**Keywords.** Trade, smuggling, boundaries, Iberian Amazon.

Neste trabalho, serão abordadas as relações comerciais lícitas e ilícitas entre espanhóis e portugueses nas fronteiras amazônicas, nas décadas de 1780-1790, durante as demarcações de limites determinadas pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777). No período em questão, a chamada Quarta Partida

Demarcadora de Limites reuniu as comissões demarcadoras espanhola e portuguesa na capitania do Rio Negro, no extremo norte da América lusa, espaço esse que correspondia ao Estado do Grão-Pará e Rio Negro. As atividades de comércio aqui analisadas envolviam este território luso-americano e espaços amazônicos da Real Audiência de Quito, principalmente as províncias de Maynas e de Quijos, com ramificações para a cidade de Quito, na zona andina<sup>1</sup>.

As relações comerciais estabelecidas entre membros das partidas demarcadoras e habitantes da capitania do Rio Negro (além das trocas comerciais que se conectavam igualmente com a capitania do Pará) e das zonas amazônicas do Reino de Quito atendiam à necessidade de abastecimento dos sujeitos destacados para os trabalhos nas demarcações de limites. A realização das atividades das comissões demarcadoras luso-espanholas requeria um contingente humano expressivo para a região no período, entre oficiais, soldados e (principalmente) indígenas. Em 1780, a comissão de Portugal, que tinha o governador e capitão-general do Grão-Pará João Pereira Caldas como seu plenipotenciário, estabeleceu-se na capitania do Rio Negro com aproximadamente 500 indivíduos. No ano seguinte, a comissão espanhola, comandada pelo tenente-coronel Francisco Requena y Herrera (o qual também acumulava o cargo de governador de Maynas), chegou à mesma capitania portuguesa com cerca de 300 pessoas (TORRES 2011: 46-50)<sup>2</sup>. A vila de Ega, no rio Solimões, tornou-se o ponto de reunião das duas partidas e centro político-administrativo das atividades de demarcação realizadas na capitania do Rio Negro, com viagens das comissões demarcadoras pelos rios da região até às áreas limítrofes com a América espanhola. Parte considerável das atividades que portugueses e espanhóis realizaram conjuntamente era de reconhecimento do terreno e instalação de marcos divisórios, o que obrigava o deslocamento dos seus participantes para outros espaços da capitania nas explorações de rios como o Javari, o Japurá, o Negro e outros, além de canais e lagoas da região.

Tornava-se necessário garantir a subsistência desses homens numa atividade marcada pela mobilidade por um extenso território, e por grandes

---

<sup>1</sup> Deve-se destacar que as interações mantidas pelas partidas demarcadoras portuguesa e espanhola nesses limites territoriais possibilitavam a ocorrência de outras circulações para além do comércio, havendo igualmente o trânsito de sujeitos e de informações entre o extremo norte da América lusa e as zonas andino-amazônicas da América espanhola. Essas questões foram abordadas em BASTOS 2017.

<sup>2</sup> Para se estimar o que significou, relativamente à capitania do Rio Negro, esse contingente de cerca de 800 pessoas (500 da partida portuguesa, 300 da espanhola) envolvidas nas demarcações entre 1780-1781, deve-se ter em conta que a população total desta capitania para o ano de 1779 correspondia a pouco mais de 11.500 habitantes (FONSECA 2017: 454).

dificuldades materiais e físicas na deslocação por rios e florestas. Ao mesmo tempo, as demarcações conjuntas de portugueses e espanhóis nas fronteiras amazônicas prologaram-se por cerca de 10 anos, desde o início dos anos 1780 até aos começos da década seguinte – sem que, ao final, as disputas territoriais tenham sido resolvidas (ARAÚJO 2020: 206), depois de várias discordâncias entre os demarcadores ibéricos sobre a definição dos limites territoriais e situações de conflitos que opuseram portugueses e espanhóis nos sertões amazônicos (BASTOS 2017b; BRITO 2019; CARVALHO 2022; BUENO, KANTOR 2015; LUCENA GIRALDO 1993).

Além da existência de um comércio direcionado à satisfação das necessidades do abastecimento das partidas demarcadoras (o que, como será visto, constituiu um ponto conflituoso entre portugueses e espanhóis), a documentação espanhola e portuguesa revela a recorrência do contrabando nessa fronteira. As relações comerciais ilícitas na fronteira luso-espanhola da Amazônia colonial eram uma das preocupações das Coroas ibéricas durante a negociação do Tratado de Santo Ildefonso de 1777, visto que o documento orientava os chefes das comissões demarcadoras a coibir as práticas de contrabando durante os trabalhos de delimitação (BEERMAN 1996: 84)<sup>3</sup>. Apesar dessas determinações, estabeleceram-se, durante as demarcações, redes de contrabando nos limites luso-espanhóis do vale amazônico, as quais atendiam a interesses privados de sujeitos que usufruíam de poder e prestígio na administração das áreas citadas, como oficiais demarcadores e autoridades políticas e militares locais. Além disso, o contrabando viabilizava rotas que se estabeleciam não apenas nas zonas iberoamazônicas, mas que alcançavam também o espaço andino.

## **O comércio para abastecimento das partidas demarcadoras nos limites hispano-portugueses da Amazônia**

Durante os anos de realização dos trabalhos de demarcação de limites nas fronteiras amazônicas, as relações comerciais oficialmente estabelecidas entre portugueses e espanhóis giraram em torno principalmente do abastecimento das partidas demarcadoras. A sustentação do trabalho dessas partidas exigia alimentar e equipar o numeroso contingente de homens que delas

---

<sup>3</sup> Essa preocupação de combate ao ilícito comércio, enunciada no texto do tratado de 1777, ocorria em outras negociações diplomáticas de delimitação de fronteira. Como observa Daniel Nordman (2020: 164), os tratados de limites, entre outros pontos, pretendiam defender as fronteiras políticas também a partir do combate ao contrabando e ao estabelecimento de um controle fiscal mais efetivo.

faziam parte. Para tanto, era necessário manter práticas comerciais capazes de abastecer os oficiais, soldados e indígenas que serviam às Coroas ibéricas. O empreendimento das demarcações estimulou o estabelecimento de rotas mercantis, conectando autoridades e moradores no espaço fronteiriço luso-espanhol.

Havia dificuldades entre os espanhóis destacados na capitania do Rio Negro em manter o fornecimento de produtos a partir da América espanhola. Na província de Maynas, vizinha à Amazônia portuguesa, a sustentação dos trabalhos da comissão espanhola no Rio Negro ficava a cargo principalmente das antigas missões de Laguna e Jeberos, as quais proviam a maior parte dos trabalhadores indígenas (de nações como Cocama, Pano, Cocamilla e Jebero) recrutados para as atividades das demarcações. Além disso, em Laguna havia plantações de mandioca, necessárias à fabricação da farinha que era enviada para os indígenas e demarcadores espanhóis que trabalhavam no lado português da fronteira. No entanto, a produção de farinha em Maynas não conseguia suprir a procura da partida espanhola por esse alimento: estima-se que apenas 5% a 10% da farinha consumida pela comissão espanhola provinha de localidades de Maynas (como Lamas, Laguna, Jeberos, Moyobamba e Loreto). A maior parte da farinha era comprada pelos espanhóis na capitania do Rio Negro, em povoados como Nogueira e Fonteboa, no rio Solimões, ou compradas na capitania do Pará (CIPOLLETTI 2017: 83-114).

O abastecimento de víveres era variado, incluindo diferentes gêneros necessários para a alimentação dos oficiais, soldados e indígenas empregados nas demarcações. Isso pode ser compreendido tomando como exemplo uma relação, referente à partida demarcadora espanhola estabelecida na capitania do Rio Negro, de “víveres, utensílios de mesa, hospital, marineria, pertrechos y almacénes que se han consumido, podrido, y se hallan existentes”, cobrindo o período de fevereiro a agosto do ano de 1783. Além de paneiros de farinha de mandioca, o abastecimento incluía o envio para a partida espanhola de porcos, peixe fresco, charapas<sup>4</sup>, galinhas, patos, ovos, “vaca salada”, “salsichones y chorizos”, “pernil y tocino,” manteigas, mandioca, arroz, milho, chocolate, frascos de mel, pimenta, canela, aguardente de cana, vinho, vinagre, azeite, entre outros gêneros (AHMRREE-Ecuador, Real Audiencia, 1779-1842, Tefé, 09/01/1784).

Ainda são necessários dados mais sistematizados sobre o que representava a alimentação nos gastos da partida demarcadora espanhola. Já sobre a partida portuguesa, Simeia Maria de Souza Torres afirma que, entre 1780-

---

<sup>4</sup> Pequena tartaruga amazônica, largamente consumida tanto no lado espanhol quanto português.

1790, esse *item* consumiu uma quantia superior a 88 contos de réis, o que correspondia a mais de 43% das despesas da Coroa com a Quarta Divisão de Demarcação de Limites. Uma parte dos gastos era destinada à importação de *itens* do Reino, destinados à alimentação dos oficiais lusos<sup>5</sup>. A farinha de mandioca, contudo, era o género primordial para o abastecimento, amplamente consumida por indígenas, mestiços e portugueses. O abastecimento de centenas de pessoas e as atividades demarcatórias representaram também um impacto para a capitania do Rio Negro, contribuindo para a queda demográfica de aldeamentos (com o deslocamento de indígenas para trabalhos relacionados com as demarcações) e a conseqüente diminuição da produção agrícola<sup>6</sup>. Em razão disso, em diferentes momentos o abastecimento mostrou-se irregular e incapaz de atender às necessidades dos oficiais portugueses e indígenas (TORRES 2011: 90-104).

Os longos deslocamentos pelos rios também impunham limites de tempo e de quantidade de produtos para o abastecimento da partida espanhola. Ao relatar as suas atividades em Maynas para as demarcações, o sargento Vicente Rodas Bermeo citou as condições duras das viagens fluviais que tinha que realizar para conseguir produtos essenciais para a alimentação quotidiana, como o sal<sup>7</sup>. Noutra oportunidade, o mesmo oficial relatou a viagem que

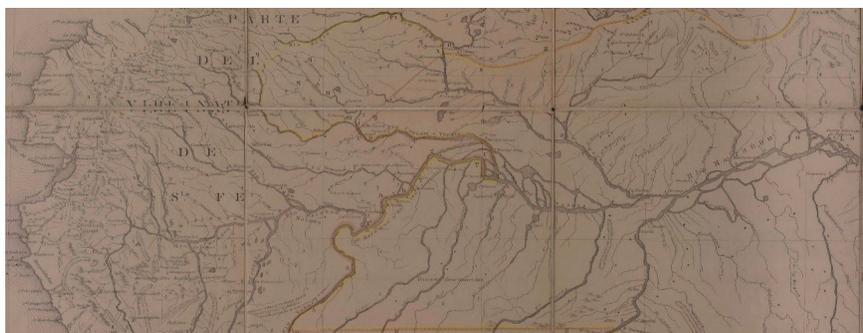
<sup>5</sup> Simeí Torres discorre sobre a hierarquização na alimentação da partida portuguesa, havendo distinções entre a chamada primeira mesa (que atendia ao primeiro escalão dos oficiais demarcadores e outras autoridades) e a segunda e terceira mesas (formadas pelas demais pessoas empregadas nos serviços das partidas), as quais consumiam basicamente “mandioca e seus derivados, café, carne de animais (...), arroz, peixes secos ou salgados, trigo, frutos e outros produtos da região” (TORRES 2011: 92). Sobre os produtos importados de Portugal, que eram consumidos pelos participantes da primeira mesa, a autora lista itens como toucinhos, chouriços, paíós, presuntos, manteiga de vaca, farinha de trigo, doces, bolachas, biscoitos, chocolates, queijos, azeite, massa, cereais, vinhos tinto e branco, licores, vinagre, chás, entre outros produtos (TORRES 2011: 93-94). Torres indica também uma hierarquização na distribuição de alimentos na partida espanhola, com os oficiais inferiores e indígenas a evidenciarem uma dieta muito próxima à destinada às segunda e terceira mesas da partida portuguesa, com destaque também para o consumo de farinha de mandioca (TORRES 2011: 101). É necessário destacar que a análise das fontes ainda não permitiu compreender se as diferenças hierárquicas de consumo incidiram no comércio legal ou de contrabando de itens destinados aos oficiais ibéricos das comissões demarcadoras, isto é, se havia, por exemplo, uma troca de produtos prioritariamente consumidos na “primeira mesa” tanto de espanhóis quanto de portugueses.

<sup>6</sup> Sobre isso, escreve Nádía Farage que, desde a década de 1760, havia uma crescente pressão sobre os aldeamentos indígenas devido à utilização da mão de obra nativa para os trabalhos de construção e manutenção de fortificação nas fronteiras. Esse quadro, “no entanto, agrava-se na década de 80, em virtude da retoma do processo de demarcação das fronteiras coloniais; a procura do Estado tendeu a ultrapassar em muito metade da mão-de-obra aldeada que lhe era consignada, canalizando-a para o trabalho nas expedições demarcatórias que então se multiplicaram pela região” (FARAGE 1991: 52-53).

<sup>7</sup> O jesuíta Manuel J. Uriarte, no seu relato sobre o trabalho missionário em Maynas, entre as décadas de 1750-1760, registou os longos deslocamentos que os indígenas necessitavam de realizar em embarcações para suprir de sal as missões. Como exemplo, Uriarte registou que se enviava anualmente uma embarcação grande com quinze índios ao Cerro de Yurimaguas para a provisão de sal, numa viagem de aproximadamente dois meses (URIARTE 1986: 178).

fizera para levar 14 porcos que serviriam para alimentação dos homens que trabalhavam na expedição demarcadora, “en cuya conducción”, afirmou ele, “no dejé de experimentar las mayores incomodidades en lo rígido y áspero de la navegación”. Já como comandante do posto militar em Camucheros, no rio Marañón, Rodas Bermeo coordenou os trabalhos de plantação de mandioca para a produção da farinha que deveria ser enviada para o Rio Negro, com o objetivo de auxiliar no suprimento de víveres para os homens que serviam na partida demarcadora espanhola (ANE, Serie Milicias, Caja n. 3, exp. 18).

Ao escrever aos seus superiores que estavam na sede da Audiência de Quito, Francisco Requena destacou as dificuldades que a sua partida enfrentava em relação ao abastecimento, pois não contava com o envio regular de mantimentos a partir de cidades e povoados vizinhos na América espanhola. Esse obstáculo explicava-se pelas longas distâncias que separavam a partida sob o seu comando, estabelecida na capitania do Rio Negro, das principais cidades hispano-americanas, o que encarecia o envio de alimentos. A locomoção dos trabalhos de demarcação, percorrendo rios e terras nas zonas limítrofes, criava um problema a mais para o envio de géneros para os espanhóis, causando obstáculos para o abastecimento vindo da Audiência de Quito e do Vice-Reino do Peru, e para o estabelecimento de rotas alternativas de abastecimento – por exemplo, a partir da Capitania Geral da Venezuela (APEP, Cód. 392, doc. 37).



**Mapa 1.** Francisco Requena y Herrera. *Mapa geográfico de la mayor parte de la América Meridional que contiene los países por onde debe trazarse la línea divisoria que divida los dominios de España y Portugal* (1796) [Detalhe]. Disponível on line:

<https://bdllb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/431905> (acesso em 30/09/2023).

As reclamações de Francisco Requena fundamentavam-se também em comparações com a partida portuguesa, a qual, segundo ele, encontrava-se em situação mais favorável, pois os portugueses poderiam contar, mediante

o sistema do Diretório dos Índios (DOMINGUES 2000), com o trabalho de indígenas nas capitanias do Pará e do Rio Negro para o fornecimento de mantimentos. As comparações e os desentendimentos com os portugueses ficavam evidentes quando se tratava da aquisição de farinha de mandioca, gênero, como visto, essencial para a alimentação dos homens que trabalhavam nas demarcações. Em 1783, Requena solicitou aos demarcadores portugueses o fornecimento de mil alqueires de farinha, o que seria destinado aos soldados e indígenas da sua partida. Na sua solicitação, Requena argumentou que, devido às longas distâncias, não poderia receber esse gênero a partir das províncias de Maynas ou de Jaén de Bracamoros. Para ele, seria mais viável que lhe remetessem farinha do Rio Negro ou da cidade de Belém. No entanto, Requena reclamou da má qualidade da farinha que os portugueses haviam vendido aos espanhóis, o que teria contribuído para a disseminação de doenças, vitimando principalmente os indígenas (AHU, Rio Negro, Cx. 6, doc. 292). No entendimento do primeiro comissário espanhol, os entraves no abastecimento de víveres para a sua partida constituíam uma das desvantagens enfrentadas quando se comparava com a partida demarcadora lusa, que contava com o acesso mais regular a mantimentos necessários para a alimentação de seus membros. Deve-se lembrar que a comissão espanhola já enfrentava dificuldades com a carência de cartógrafos e matemáticos para as expedições de delimitação das fronteiras, problemas esses não enfrentados pelos demarcadores do lado português (CHAUCA TAPIA 2015: 304).

As dificuldades de abastecimento certamente contribuíram para a adoção do comércio ilícito por parte dos oficiais espanhóis, como forma alternativa de garantir o abastecimento da partida destacada em terras luso-americanas. Em um documento de 1784, oficiais espanhóis forneceram explicações sobre o contrabando mantido com moradores da capitania do Rio Negro, realizando um comércio indispensável para suprir de víveres a partida demarcadora. Segundo os oficiais, o comissário português havia proibido aos moradores do Rio Negro a venda de mantimentos aos espanhóis, principalmente de farinha, “que es el pan común de las gentes”. Alguns soldados portugueses conseguiram vender farinha aos espanhóis, sempre à noite e de maneira secreta, “por decir que estaban prohibidos, sin embargo que la dicha fariña era suya própria y ahorrada de sus raciones” (AGI, Santa Fe, 663B, 20/08/1784).

Para os espanhóis, esse fato seria um indício de que a comissão demarcadora portuguesa recebia mantimentos em quantidade suficiente, ao ponto dos seus soldados poderem vender o excedente – embora seja preciso destacar, como afirmado anteriormente, que os portugueses também enfrentavam problemas de abastecimento. Os espanhóis haviam tentado comprar farinha

de mulheres indígenas da povoação de Nogueira, mas elas recusaram, dizendo que estavam proibidas de comerciar com eles “bajo de graves penas”. Francisco Requena tentou sanar o desabastecimento comprando numa casa comercial em Belém, “a cualquier precio”, mil alqueires de farinha, além de arroz. Contudo, Requena só havia recebido trezentos alqueires do produto, negando-se a casa comercial a remeter aos espanhóis o restante (AGI, Santa Fe, 663B, 20/08/1784).

Apesar das tentativas do primeiro comissário Francisco Requena de comprar mantimentos diretamente em casas comerciais, o fornecimento de víveres ficou a cargo principalmente de comerciantes que atuavam na capitania do Rio Negro, e que tinham conexões com os grupos mercantis em Belém. Em 1785, Requena firmou um contrato com o comerciante e capitão de auxiliares do Rio Negro, José António Freire Évora, considerado um dos homens brancos ricos da capitania, proprietário de escravos e um dos devedores da extinta Companhia de Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (SAMPAIO 2001: 70). No contrato, o comissário espanhol estabeleceu que o comerciante Freire Évora deveria comprar em Belém os mantimentos, preferencialmente com os administradores da antiga Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (AHU, Rio Negro, Cx. 10, doc. 391)<sup>8</sup>. O contrato estipulava que o comerciante deveria abastecer anualmente a partida espanhola, recebendo ele uma percentagem para que fizesse a compra e o transporte das mercadorias de Belém para o Rio Negro (AHU, Rio Negro, Cx.8, doc. 345). Os administradores da extinta Companhia Geral de Comércio aceitaram o contrato firmado entre Francisco Requena e o comerciante Freire Évora (AHU, Rio Negro, Cx. 10, doc. 391). Porém, o contrato não sanou os problemas de abastecimento vivenciados pela partida espanhola. No início de 1786, um oficial espanhol apresentou reclamações contra os comerciantes portugueses contratados, acusando-os de não remeterem farinha para os espanhóis na quantidade suficiente (AHLPE, LEB3-37).

---

<sup>8</sup> A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) reunia, entre seus acionistas e administradores, sujeitos que usufruíam de cabedal económico e prestígio social, indicativo da importância de muitos de seus membros nos grupos mercantis locais e na metrópole. Sobre a constituição dessa companhia comercial monopolista, Frederik Luiz Andrade de Matos afirma que ela abrigava tanto membros da “nobreza adquirida” quanto da “nobreza herdada”, garantindo ainda certos privilégios a esses sujeitos, como o acesso aos hábitos de ordens militares. Na composição do quadro dos administradores em Belém e em São Luís, havia a preferência pela escolha daqueles localmente reconhecidos como “de boas qualidades”, possuidores de cabedais, além de serem sujeitos social e politicamente reconhecidos pelas autoridades coloniais (MATOS 2019: 158-181). Ao estipular no contrato a relação preferencial com administradores da extinta companhia para a compra dos mantimentos, Requena certamente procurava garantir a relação com representantes da cúpula do grupo mercantil de Belém, o que significaria uma segurança para a importante tarefa de abastecer a partida demarcadora espanhola.

As autoridades portuguesas no Rio Negro estavam atentas ao comércio que os habitantes locais realizavam com os demarcadores espanhóis. Na avaliação dos portugueses, o crescente interesse dos moradores da capitania nesse comércio era a aquisição da prata oriunda da América espanhola. Como observou de maneira irônica o oficial João Batista Mardel, os portugueses vivenciavam a “felicidade de nadarem nesses rios de prata” que emanam da partida demarcadora espanhola (APEP, Cód. 416, doc. 12). O ingresso de prata espanhola pelas fronteiras da América lusa foi recorrente desde o século XVI, a exemplo da entrada de prata lavrada, em pinha e moedas através da região do rio da Prata. Na segunda metade do século XVIII, a evasão de prata espanhola através do contrabando foi incentivada pelos portugueses não apenas na fronteira sul, mas em outras zonas limítrofes, como no norte amazônico, onde as autoridades do então Estado do Grão-Pará e Maranhão, nas décadas de 1750-1760, procuraram incrementar o comércio ilícito com a vizinhança espanhola para ter acesso ao metal (IBÁÑEZ BONILLO 2023: 180). Tal introdução contribuía para abrandar a escassez monetária no lado português, na medida em que as moedas espanholas poderiam ser refundidas na América lusa para circularem como moedas locais, ou circulavam normalmente recebendo apenas uma marca ou carimbo. O contrabando de prata, por sua vez, alimentava um fluxo de ouro em pó e diamantes do Brasil para a América espanhola (SANTOS 1998: 147-224).

No Estado do Grão-Pará e Rio Negro entre os anos de 1780-1791, o acesso à prata vinda do lado espanhol da fronteira surgia como um estímulo para os portugueses manterem trocas comerciais com a partida espanhola. Na avaliação de Francisco Requena, a introdução da prata espanhola pela comissão estimulou o comércio nas capitânicas do Rio Negro e do Pará, causando também a especulação sobre o preço dos produtos que eram vendidos aos espanhóis (APEP, Cód. 402, doc. 23). A preocupação do comissário espanhol em evitar a compra de produtos a preços abusivos ficou evidente quando ele tentou comprar no Rio Negro embarcações para os serviços da sua comissão. Uma das canoas oferecidas foi recusada pelo comissário espanhol devido ao “excesso do preço” (APEP, Cód. 383, doc. 20).

Comerciar com os espanhóis durante os trabalhos de demarcação de limites tornou-se, assim, uma atividade particularmente atraente, a despeito das tentativas dos oficiais portugueses de controlar a venda de produtos. Essa atitude foi denunciada por uma autoridade da vila de São Paulo de Olivença, onde um dos seus moradores, de nome Manuel dos Reis Trovão, foi acusado de se envolver no comércio ilegal com a Partida espanhola (APEP, Cód. 414, doc. 15). Porém, em alguns casos essas relações comerciais de moradores do

Rio Negro com espanhóis recebiam o aval das autoridades. Foi o que ocorreu com o comerciante Tomás José Xavier, que costumava navegar a Tabatinga, onde vendia “alguma coisa” aos espanhóis na fronteira. Os espanhóis queriam que esse comerciante lhes fornecesse aguardente de cana, prometendo “tomar tudo, ou quase toda a carga”. Sobre os negócios desse comerciante, o oficial Henrique João Wilckens afirmou: “creio que é justo que fique com a prata, e que este homem que de tão longe veio, e com risco, e, aliás é de bom procedimento, algum lucro tenha” (APEP, Cód. 482, doc. 16). O impedimento ou permissão das aproximações comerciais com os espanhóis dependia, assim, da avaliação das autoridades nas vilas fronteiriças sobre quem estava envolvido nesse comércio. Pode-se também presumir que alguns oficiais demonstravam maior tolerância para com esses comerciantes porque tomavam parte nesse negócio, de maneira que não estavam dispostos a impedir o seu trato mercantil.

### **Contrabando durante as demarcações luso-espanholas**

Ao longo do período colonial, o contrabando desempenhou um papel relevante (e, por vezes, primordial) para o abastecimento de várias áreas da América, constituindo também uma prática estratégica nos embates que envolviam os impérios europeus (PRADO 2019; RUPERT 2019). Em relação especificamente à fronteira iberoamazônica, Francisco Requena, na sua abrangente descrição do governo de Maynas em 1785, teceu considerações sobre a necessidade de coibir o comércio ilegal com os portugueses. Ao falar sobre os contactos na fronteira, Requena enfatizou a necessidade de proibir que “los efectos del comercio se vendan ni permuten en la frontera a los portugueses”, pois isso seria sem utilidade à província, precário para os indígenas e somente beneficiaria os lusos. A sua avaliação era a de que os portugueses pagariam preços ínfimos aos produtores locais, ao mesmo tempo em que alimentariam o contrabando com os vice-reinos do Peru e da Nova Granada<sup>9</sup>.

Como comandante da expedição demarcadora espanhola e governador da província de Maynas, Francisco Requena lidou com denúncias de contrabando realizado por oficiais espanhóis com os portugueses, o que desviava claramente as normatizações ditadas pelo tratado de limites de 1777 sobre a proibição do comércio ilícito nas fronteiras. Em 1785, o comandante da fronteira de Camucheros, o subtenente Joaquín Fernández de Bustos, foi acusado

<sup>9</sup> Descripción del gobierno de Maynas y Misiones en el establecidas, en que se satisface a las preguntas que se hacen en la real orden del 31 de enero de 1784 (PONCE LEIVA 1992: 685).

de se envolver em negócios particulares com os portugueses, principalmente de salsaparrilha<sup>10</sup> extraída do rio Putumayo, vendendo ao comandante de Tabatinga, na fronteira lusa, “docientos y cuarenta y tres cañutos de zarza”. Além da salsaparrilha, os negócios particulares do comandante de Camucheros envolviam a venda de farinha e do veneno curare<sup>11</sup>. Os soldados enviados ao Putumayo para adquirir esses produtos levavam “muchos cuchillos, hachas, machetes y lienzos de algodón”, itens que serviam para negociar com comunidades indígenas do rio, as quais forneciam principalmente a salsaparrilha. Esse detalhe, por sua vez, é revelador da importância das relações comerciais com populações indígenas nas fronteiras americanas como forma de estabelecimento de mediações culturais, políticas e econômicas com comunidades nativas não integradas (ERBIG JR. 2020: 23-32). Fernández de Bustos não estaria a dar aos seus soldados a quantidade regular de farinha, e ainda lhes vendia aguardente ao preço de dois pesos cada frasco, o que foi visto pelos seus superiores como um indício dos ganhos particulares que esse oficial alcançava por realizar tais práticas comerciais na fronteira (AHLPE, LEA 11-195).

Já no ano de 1794, na cidade de Archidona, província de Quijos, o soldado Javier Corella respondeu à acusação de se apropriar de mercadorias apreendidas em Puerto Napo. Ao contestar as acusações que lhe foram lançadas pelo fiscal Esteban de la Cuesta, sustentou o soldado Corella que os atos ilícitos eram praticados por autoridades locais, incluindo o próprio Esteban de la Cuesta. Javier Corella citou o caso de fardos de tecidos que, comprados no Grão-Pará e introduzidos ilegalmente pelo rio *Marañón*, haviam sido apropriados pelo fiscal de la Cuesta. Essa mercadoria havia sido adquirida certamente para o comércio em Archidona e outras localidades da Audiência de Quito, pois, como argumentou Javier Corella, “es indubitable que desde el Gran Pará hasta las inmediaciones de esta ciudad solo se encuentren índios que, no estimando semejante género”, não iriam comprar os fardos de tecidos (AGNC, Sec. Colonia, Misc., doc. 37).

As acusações sobre o contrabando de tecidos portugueses nas governações amazônicas da Audiência de Quito evidenciam a importância desse

---

<sup>10</sup> A salsaparrilha/zarzaparrilla é um arbusto encontrado no vale amazônico, muito utilizado no fabrico de remédios (diuréticos, antirreumáticos e depurativos).

<sup>11</sup> Sobre o curare, explica Maria Susana Cipolletti: “La expresión curare constituye una denominación genérica para venenos compuestos por varios ingredientes de origen vegetal, que se mezclan con agua y se someten a un proceso de cocción. El producto final es una sustancia pegajosa de color negruzco”. O curare era amplamente empregado nas atividades de caça (untando-se com ele dardos e flechas pequenas), mas também para fins de guerra, e o seu comércio movimentou extensas redes de trocas que envolviam as áreas amazônicas da Audiência de Quito, o sul da atual Colômbia e zonas próximas à atual costa equatoriana (CIPOLLETTI 2017: 35-65).

produto nas tratativas comerciais realizadas em fronteiras iberoamericanas. Em diferentes espaços da raia fronteiriça hispano-portuguesa na América do Sul, e em outras épocas, é possível identificar acusações de contrabando que revelam a utilização de uma diversidade de tipos de tecidos e vestimentas como mercadorias valorizadas no comércio tanto com colonos como com populações indígenas. José Carlos Vilardaga (2017), por exemplo, destaca a presença dos tecidos no conjunto de produtos que faziam parte do contrabando estabelecido entre a capitania de São Paulo e a província do Paraguai no século XVII. Voltando ao que sustentou o soldado Javier Corella na sua peça de defesa, pode-se contestar o seu argumento de que os tecidos comprados no Grão Pará provavelmente não seriam adquiridos pelos indígenas no lado espanhol da fronteira. Havia, de facto, a prática de pagar o trabalho dos indígenas em Maynas com diferentes produtos, o que incluía tecidos ou vestimentas (GOULARD 2011: 78-79).

Durante os trabalhos de demarcação, autoridades do Estado do Grão-Pará e Rio Negro estiveram atentas aos indícios de envolvimento direto do primeiro comissário espanhol no contrabando com moradores do lado português da fronteira. Segundo algumas acusações lançadas por membros da partida portuguesa, Francisco Requena estaria beneficiando diretamente do comércio de produtos extraídos pelos seus homens na capitania do Rio Negro. Sobre isso, o tenente coronel João Batista Mardel produziu um conjunto de denúncias severas, endereçadas ao governador do Estado do Grão-Pará e Rio Negro. Em 1784, Mardel afirmou que o primeiro comissário espanhol lucrava com a venda de cacau, salsaparrilha e com a compra de outras mercadorias (APEP, Cód. 402, doc. 22). Ainda segundo o oficial português, Francisco Requena seria o principal responsável pela falta de mantimentos experimentada pela partida demarcadora espanhola, uma vez que as canoas que deveriam ser enviadas a Belém para comprar farinha para os demarcadores espanhóis estariam, de facto, a ser utilizadas no transporte de produtos comercializados pelo comissário espanhol (APEP, Cód. 402, doc. sem número, 16/07/1784).

Além de contestar a “grave e injuriosa calúnia” lançada por Mardel, Francisco Requena determinou que se investigasse, entre oficiais de sua partida, as denúncias sobre os supostos negócios particulares com os portugueses. Nessa investigação foram ouvidos os seguintes oficiais: Miguel Hernandez Bello, Jose Mazorra, Andrés Ximenes, José Paredes y Rueda, Mariano Bravo, Felipe de Arechua y Sarmiento, José António Villalobos e Manoel de la Rocha Martínez. Todos recusaram as acusações de João Batista Mardel, defendendo os procedimentos de Francisco Requena na administração da Província

de Maynas e na coordenação dos trabalhos de demarcação (AGI, Santa Fe, 663B, 17/07/1784).

A defesa que o primeiro comissário espanhol recebeu dos seus subordinados não foi suficiente para neutralizar as acusações sobre a manutenção do comércio ilícito entre as autoridades de Maynas e da partida espanhola com moradores do Estado do Grão-Pará e Rio Negro. Nessas acusações, permaneciam suspeitas de que Francisco Requena utilizava o seu cargo para o contrabando, sendo o seu principal beneficiário. Na passagem da década de 1780 para 1790, as autoridades de Quito determinaram que se averiguasse a veracidade das histórias sobre a venda e a compra de produtos, mantidas entre a partida espanhola e os portugueses. Tal comércio estaria a enriquecer não apenas Requena, mas também outras autoridades da fronteira.

Em dezembro de 1789, Ventura Díaz del Castillo, presbítero da cidade de Quito, encaminhou à Presidência da Audiência uma representação na qual abordava “varios puntos que necesitan de remedio en la Provincia de Maynas”. Entre eles, destacava-se a acusação lançada contra o governador de Maynas e primeiro comissário da partida de demarcação de fronteiras. Díaz del Castillo sustentava que Requena estava a enriquecer através do comércio com os portugueses, principalmente de “ropas” (o que poderia designar tanto vestimentas quanto todo género de tecidos). As rendas remetidas de Quito à partida financiariam o comércio, pois seriam utilizadas para a compra de produtos dos portugueses. Nesse comércio estariam envolvidos o primeiro comissário e os seus aliados, o que contribuía decisivamente para que os trabalhos da partida não fossem concluídos (AGI, Quito, 342, n. 47).

Em 1790, a presidência da Audiência de Quito foi mais uma vez questionada, mas dessa vez pela Coroa espanhola, sobre o “gasto exorbitante de tantos miles que en cada situado se remite a la Provincia de los Maynas”, atendendo à expedição de limites. Tal quadro, segundo denúncias, tinha como resultado o facto de “el Gobernador D. Francisco Requena se esté enriqueciendo con más de doscientos mil pesos fuertes que tiene, y jamás llegará el caso de perfeccionarse esta demarcación”. Requena e os seus aliados tinham “un comercio cierto con las ropas de Portugal”, e por isso os trabalhos demarcatórios que os espanhóis realizavam na capitania do Rio Negro nunca terminavam (ANE, Série Gobierno, Caja 44, exp. 13).

No ano de 1791, Ventura Díaz del Castillo retomou as acusações contra Requena e seus comandados. Desta vez, o presbítero de Quito acusou também padres franciscanos de empregarem todos os recursos na compra de prata lavrada e “ropas de la tierra”, e seguirem para Maynas com o intuito de as vender aos portugueses. O que não era vendido a estes era destinado a

Francisco Requena, que comprava tecidos dos religiosos a um real e meio ou dois, vendendo-os a soldados e índios *bogas* (remeiros) a quatro *reales* cada vara. Requena vendia também outros produtos do “Reino de Portugal, como son diamantes, cosas de seda y lencerías”. Um oficial da partida espanhola havia, de maneira notória, introduzido “varias ropas de Portugal”, disfarçando o comércio sob o pretexto de que o carregamento havia sido enviado por empregados da partida demarcadora a suas mulheres em Quito (AGI, Quito, 342, n.47).

Díaz del Castillo afirmava que Francisco Requena possuía aliados poderosos em Quito, o que lhe garantia a proteção necessária para continuar as suas atividades de contrabando. Entre as autoridades que davam apoio a Requena, o presbítero citou o Administrador del Ramo de Alcabalas e Miguel Bello, governador da província de Quijos. Sobre esse último, declarou Díaz del Castillo que Bello sustentava o comércio com os portugueses através da intermediação do primeiro comissário Requena. Antes de assumir o cargo de governador de Quijos, Miguel Bello havia sido tesoureiro da partida espanhola, e mantinha Requena informado “para que este esté prebenido de toda la pesquisa” que pudesse prejudicar seus interesses e negócios (AGI, Quito, 342, n.47).

A presidência da Audiência de Quito determinou que se procedesse a uma investigação para apurar as denúncias. Em Quito, no ano de 1791, foram ouvidos homens que haviam servido província de Maynas ou na partida demarcadora espanhola. Foram eles: Pablo Martínez, tenente da Companhia de Veteranos; Antonio Sanchez, capitão; Miguel Vello, tenente de milícias; Nicolás Aguilera, sub-tenente; Salvador Altera, sargento; Francisco Perez, sargento; Leonardo Simonsen, sargento; Francisco Xavier Suarez, presbítero; José Checa y Barba, tenente; Javier Molineros, soldado; Antonio Marquez, cabo; Francisco Espinosa, soldado; Lorenzo de Dizón, soldado; Manuel Cevallos, soldado de milícias; Manuel Guzman, soldado; Ignacio Moreno, sargento; Francisco Navarrete, presbítero; Florencio de Espinosa, presbítero; Francisco Navarro, presbítero; José Ibarra, presbítero (AGI, Quito, 342, n.47).

Um ponto essencial das perguntas na investigação dizia respeito às denúncias sobre o contrabando com os portugueses e o papel desempenhado pelo coronel Francisco Requena e seus aliados. Nessa questão, os depoimentos variaram. Alguns declararam que as acusações eram falsas, como foi o caso de Pablo Martínez, Antonio Sanchez, Miguel Vello, Nicolás Aguilera, Francisco Perez, Francisco Xavier de Suarez e Javier Molineros. Outros, como Salvador Altera, Lorenzo Dizón e Francisco Navarrete, não souberam

responder. Já Leonardo Simonsen e Francisco Espinosa declararam ter visto a venda de produtos a soldados e indígenas, e um pequeno comércio com os portugueses, mas não souberam determinar se Requena e outros oficiais tinham enriquecido através do comércio ilícito. Quanto aos demais (José de Checa y Barba, Antonio Marques, Manuel Cevallos, Manuel Guzman, Ignacio Moreno, Florencio Espinosa, Francisco Navarro e José Ibarra), os seus depoimentos confirmaram as acusações e forneceram informações adicionais sobre a prática do contrabando.

O tenente José de Checa y Barba, que havia sido governador da província de Quijos, afirmou que Requena enriquecera através do comércio ilícito com os portugueses. Esse comércio consistia, na sua maior parte, na compra de produtos oriundos da Europa com a prata espanhola, que eram introduzidos clandestinamente na cidade de Quito (AGI, Quito, 342, n.47). Acrescentou que os espanhóis vendiam salsaparrilha aos portugueses “en crecida cantidad y a buen precio”. Ainda sobre a venda de salsaparrilha, o presbítero José de Ibarra, que fora missionário em Maynas, afirmou que os indígenas dessa província eram empregados intensivamente na atividade de coleta desse produto nos rios Napo, Marañón e Nanay, e que era remetido aos portugueses. As coletas estariam a monopolizar a mão de obra indígena, chegando a esvaziar algumas povoações para dar conta da procura desse trabalho. Em relação ao número de indígenas empregados na coleta, o presbítero Florencio de Espinosa (que também havia trabalhado nas missões de Maynas) calculou entre 200 e 300 homens. Ainda segundo ele, eram também enviados para o lado português da fronteira *itens* como cacau e óleo de copaíba (AGI, Quito, 342, n.47).

O cabo António Marquez, por sua vez, afirmou que ficara sabendo em Ega que Francisco Requena envolvia-se no comércio de “bretañas y tabacos” com os portugueses, vendendo esses produtos aos soldados da partida espanhola. Outro soldado, Manuel Guzmán, afirmou que os produtos adquiridos aos portugueses (como tecidos, facas, machados, aguardente, agulhas, tesouras e navalhas) eram igualmente destinados aos indígenas do lado espanhol, que recebiam os produtos em troca do seu trabalho. Além de Requena, outros oficiais estavam diretamente envolvidos nesse comércio, como Gaspar Santisteban, Pedro Narbaes, Nicolás Candamio e Vicente Rodas Bermeo (AGI, Quito, 342, n.47).

Outros soldados ouvidos na investigação acrescentaram os nomes dos seguintes envolvidos no comércio ilegal com os portugueses: Felipe de Arechua, Juan Benitez, Don Miguel Hernandez Bello, José Francisco Benitez, Pablo Martinez, Antonio Sanches, José Benitez, Nicolás Aguilera, Joaquim

Cevallos, Juan Salinas e José Antonio Villalobos. Desses citados, três oficiais (Felipe de Arechua, Miguel Hernandez Bello e José Antonio Villalobos) estavam presentes no documento de 1784, no qual membros da partida espanhola saíram em defesa de Francisco Requena, contestando as acusações sobre os negócios particulares do primeiro comissário espanhol. De qualquer modo, as acusações apresentadas durante as investigações descortinam a rede do comércio ilícito nas fronteiras iberoamazônicas e as suas conexões andinas, envolvendo diferentes sujeitos que atuavam na demarcação dos limites e na administração político-militar local.

Essas redes de contrabando, operadas durante as demarcações, não ficavam restritas ao espaço fronteiriço, conseguindo alcançar outras zonas. Exemplo disso foi o contrabando de tabaco entre portugueses e espanhóis. O tabaco era adquirido no Estado do Grão-Pará e Rio Negro pelos membros da comissão demarcadora espanhola, destacada na capitania do Rio Negro. Uma vez obtido pelos espanhóis, o fumo era enviado para a província de Maynas, seguindo parte do mesmo para a vizinha província de Quijos. Em Quijos, através do rio Napo, o tabaco era transportado até as zonas andinas, alcançando o mercado da cidade de Quito. Ao que parece, o incremento dessa rota (bem como das denúncias sobre o contrabando) deve ser compreendido também a partir de mudanças fiscais implementadas no Reino de Quito, a exemplo da adoção do estanco de tabaco nos finais da década de 1770, visando fomentar a sua produção e controlar as práticas de contrabando<sup>12</sup>.

Em 1778, as autoridades de Maynas e de Quijos foram advertidas pela administração do estanco do tabaco sobre a necessidade de verificar a introdução de tabaco contrabandeado do lado português da fronteira, chegando ao mercado em Quito (ANE, Série Estanco, Caja 7, exp. 6). Já em documento datado de 1784, o Director General de Rentas Reales de Quito, Agustín Martín de Blas, referindo a introdução ilegal do produto na capital da Audiência, sublinhou a importância de coibir o contrabando. Para isso, Martín de Blas entrou em contacto com o comandante da partida demarcadora espanhola e governador da província de Maynas, coronel Francisco Requena. Martín de Blas recomendou a Requena que providenciasse, nas povoações de Maynas e entre os membros da expedição espanhola, a “absoluta y general prohibición de transportar tabaco alguno de aquellas [terras de Portugal] a estas Provin-

---

<sup>12</sup> Ao longo do século XVIII, ocorreu a ampliação da instituição do estanco do tabaco na América espanhola, inicialmente em Cuba, e depois no Peru, Venezuela, Nova Granada, Filipinas e Nova Espanha. Procurava-se ampliar a arrecadação fiscal a partir das taxações sobre o produto, mas também ampliar a participação espanhola no mercado internacional do tabaco (SUÁREZ ARGÜELLO 2009: 411-432). Para uma visão mais geral sobre o tema, ver: BERGASA PERDOMO 2015.

cias [da Audiencia de Quito]”. Ressaltava ainda a necessidade de incluir o governador de Quijos nessa ordem, na medida em que sua governação era o espaço privilegiado de comunicação entre Maynas e Quito através do rio Napo (AHLPE, LEA 11-224).

Segundo denúncias de 1779, os correios eram utilizados na introdução ilegal de tabaco, na medida em que não havia a prática de fiscalizar o que era transportado nos malotes, de modo que isso facilitava o contrabando realizado sob a complacência (ou com a participação direta) de autoridades (ANE, Série Estanco, Caja 8, exp. 2). Em 1788, o diretor geral de rendas acusava os cabos e sargentos empregados na condução do correio para a partida demarcadora de se dedicarem ao comércio ilícito, durante o trânsito entre a cidade de Quito, as províncias de Quijos e Maynas e as vizinhas terras de Portugal. Como exemplo, havia informações de que o cabo Francisco Perez havia introduzido em Quito cerca de 60 maços de tabaco, enquanto que o tenente António Sanchez teria negociado 290 maços desse produto (AHLPE, LTSG-066D). Na Audiência de Quito, o tabaco oriundo do lado português era consumido geralmente na forma de rapé, sendo aparentemente valorizado como de qualidade superior ao consumido localmente (BORCHAT DE MORENO 1998: 299-322).

Não há referências a punições aplicadas a Francisco Requena ou a outros membros da Partida espanhola devido às denúncias de contrabando. As acusações e os depoimentos sobre o contrabando não abalaram a posição do primeiro comissário espanhol. Apesar da seriedade das acusações, aparentemente a tarefa de delimitar a fronteira impunha-se como mais importante, mesmo que isso significasse desconsiderar certos desvios praticados por seus membros, como o contrabando. Além do mais, a não punição nesse caso assemelhava-se à relação ambígua que a Coroa espanhola mantinha com a prática do contrabando noutros espaços. Escrevendo sobre o comércio ilícito na Espanha na segunda metade do século XVIII, Miguel Ángel Melón Jiménez aborda a ocorrência de situações de tolerância com o contrabando e seus participantes nas zonas de fronteira, não sendo raras as concessões de indultos a pessoas acusadas dessa prática, que envolvia diretamente o interesse de autoridades, comerciantes e membros da nobreza local (MELÓN JIMÉNEZ 2020: 72-73). Os privilégios sociais e políticos usufruídos por Requena e outras autoridades da fronteira, com as suas conexões com Quito, certamente foram acionados para os proteger de possíveis punições pela realização do contrabando<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Abordando o contrabando na Audiência de Quito no século XVIII, José-María Imbermón escreve sobre as redes sócio-políticas que, atando diferentes setores da sociedade local, garantiam a proteção ao comércio

Deve-se enfatizar que as zonas limítrofes luso-espanholas na Amazônia já conheciam a prática do contrabando antes dos anos 1780-1790, de modo que não seria correto afirmar que o comércio ilícito nessa fronteira surgiu em decorrência das ações das partidas demarcadoras a partir do Tratado de San Ildefonso. Trata-se de um quadro já enfatizado pela produção historiográfica sobre a Amazônia ibérica, que indica o contrabando como tema de debates e disputas ao longo do período colonial (GÓMEZ GONZÁLEZ 2022). Ao mesmo tempo, é viável pensar que as atividades demarcatórias conferiram um novo impulso às redes locais de contrabando, tendo em vista os contactos mais frequentes entre portugueses, espanhóis e indígenas dos dois lados da fronteira nesse contexto, e o envolvimento direto de autoridades militares e políticas nesse espaço e em outros, como na sede do Reino de Quito.

## Considerações finais

O contrabando tornava possível a circulação de produtos em áreas marcadas por tensões ou interdições políticas, como era o caso das fronteiras luso-espanholas durante as demarcações. Havia barreiras enfrentadas pela comissão espanhola para se conseguir abastecer de víveres, situação que era atenuada pelo comércio ilícito entre os demarcadores espanhóis e moradores do Estado do Grão-Pará e Rio Negro. Ao mesmo tempo, o contrabando valia-se de teias de relacionamento entre diferentes membros da sociedade, como autoridades locais e seus dependentes, conferindo a proteção à prática do comércio ilícito e assegurando seu controle a um grupo restrito de sujeitos, algo que também ocorria noutras partes da América portuguesa (GIL 2007; CAVALCANTE 2006; COMISSOLI 2023). Em zonas de fronteira, o envolvimento das autoridades locais nas atividades de contrabando também desempenhava uma função estratégica para o sucesso do comércio ilícito, logrando dar uma aparência de legalidade a práticas que afrontavam as proibições oficiais (MARTÍN MARCOS 2022: 86). A julgar pelas informações apresentadas durante a investigação realizada sobre Francisco Requena, o contrabando ficava controlado pelo primeiro comissário e os outros oficiais da sua partida, dele participando igualmente outras autoridades espanholas e portuguesas. Além disso, o comércio, lícito e ilícito, praticado pelas comissões abria uma via de evasão de prata espanhola para o território luso-americano através das fronteiras amazônicas, algo

---

ilícito através de uma “impressionante trama de complicitades, asociaciones y acuerdos” que envolviam “sectores dirigentes-dominantes criollos”, com a “activa participación de los niveles médios y bajos de dicha administración” (IMBERNÓN 1986: 101-102).

que também atendia a expectativas das autoridades portuguesas na região.

Por fim, é possível afirmar que as atividades comerciais sustentadas pelas partidas demarcadoras (tanto as legalizadas quanto as ilegais) possibilitavam o estabelecimento de redes comerciais transimperiais. Segundo Fábio Pesavento, as redes transimperiais envolviam agentes localizados em dois ou mais impérios ultramarinos, conectando partes desses conjuntos políticos. Essas redes revelavam-se mais significativas em cidades portuárias e espaços fronteiriços, onde os grupos político-econômicos locais se utilizavam delas para ter acesso a oportunidades de ganhos (PESAVENTO 2011). As operações que ocorriam a partir de tais redes, por sua vez, poderiam ser efetivadas tanto de maneira formal (mediante o estabelecimento de contratos com comerciantes) quanto informal (através do contrabando).

No que se refere à fronteira iberoamazônica, os contactos comerciais mantidos entre as partidas espanhola e portuguesa permitiram o estabelecimento de redes transimperiais. O contrato firmado por Francisco Requena com o comerciante Freire Évora, determinando a compra de mantimentos em Belém dos administradores da extinta Companhia de Comércio, figura como o lado legalizado dessas relações. As acusações de contrabando, por sua vez, indicam a existência de redes informais de negociação que conectavam os lados português e espanhol. A combinação de poder político e práticas comerciais nas fronteiras mostrava-se estratégica para os agentes coloniais que atuavam nesses espaços, garantindo a concentração dos ganhos gerados por essas atividades a um grupo restrito que, embora atuando nos limites amazônicos, tinha suas articulações para além desse espaço.

## Fontes

### Fontes manuscritas

*Archivo General de Indias (AGI)*, Santa Fe, 663B. Carta firmada por Francisco Requena y Herrera, Felipe de Arechua y Sarmiento, Miguel Hernández Bello, Don Mariano Bravo, Gaspar de Santisteban, José Mazorra, y José Antonio Villalobos Ega, 17/07/1784.

*Archivo General de Indias*, Santa Fe 663B. Cópia número 03 de carta firmada por Don José Antonio Villalobos. Ega, 20/08/1784.

*Archivo General de Indias*, Quito, 342, n. 47. Quito, junho de 1792.

*Archivo General de la Nación, Colombia (AGNC)*, Sección Colonia, Miscelánea, documento 37, 1794.

*Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)*, Rio Negro, Caixa 6, Documento 292. Barcelos, 27/09/1783.

*Arquivo Histórico Ultramarino*, Rio Negro, Caixa 8, Documento 345. Barcelos, 03/09/1784.

*Arquivo Histórico Ultramarino*, Rio Negro, Caixa. 10, Documento 391. Barcelos, 28/09/1785.

*Archivo Histórico del Ministerio de las Relaciones Exteriores del Ecuador (AH-MRREE-Ecuador)*, Real Audiencia, 1779-1842, Tefé, 09/01/1784.

*Archivo Nacional del Ecuador (ANE)*, Serie Gobierno, Caja No. 44, expediente 13. Quito, 15/07/1790.

*Archivo Nacional del Ecuador*, Serie Estanco, Caja n. 7, expediente 6. Quito, 07/05/1778.

*Archivo Nacional del Ecuador*, Serie Estanco, Caja 8, expediente 2. Quito, 29/01/1779.

*Archivo Nacional del Ecuador*, Serie Milicias, Caja n. 3 (1790-1800), expediente 18. Quito, 21/10/1796.

*Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)*, Códice 383, Documento 20. Ega, 20/01/1782.

*Arquivo Público do Estado do Pará*, Códice 392, Documento 37. Ega, 12/03/1783.

*Arquivo Público do Estado do Pará*, Códice 402, Documento 22. Ega, 21/07/1784.

*Arquivo Público do Estado do Pará*, Códice 402, Documento 23. Ega, 10/07/1784.

*Arquivo Público do Estado do Pará*, Códice 402, Documento s/n. Ega, 16/07/1784.

*Arquivo Público do Estado do Pará*, Códice 414, Documento 15. Olivença, 21/11/1784

*Arquivo Público do Estado do Pará*, Códice 416, Documento 12. Ega, 16/07/1784.

*Arquivo Público do Estado do Pará*, Códice 482, Documento 16. Ega, 8/08/1791.

*Archivo Histórico de Límites del Perú (AHLPE)*, LEA 11-224. Quito, 19-7-1784.

*Archivo Histórico de Límites del Perú*, LEA 11-195. Ega, 12/01/1785.

*Archivo Histórico de Límites del Perú*, LEB3-37. Ega, 30/01/1786.

*Archivo Histórico de Límites del Perú*, LTSG-066D. Quito, 29/02/1788.

## Fontes impressas

URIARTE, SJ, P. Manuel J. (1986). *Diario de un misionero en Maynas*. Loreto: IIAP-CETA, Monumenta Amazónica.

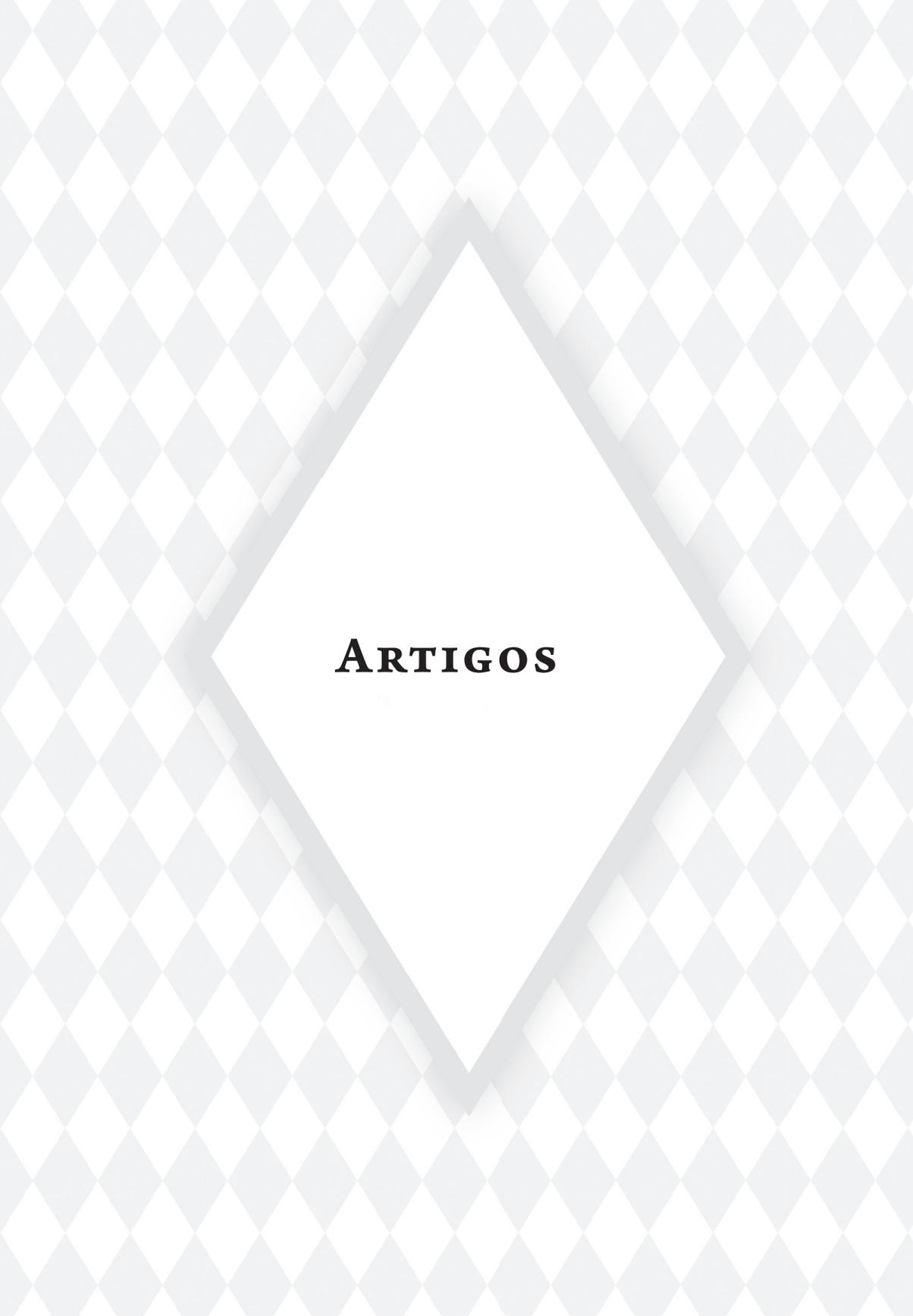
## Bibliografia

- ARAÚJO, Renata (2020). “Boundary Surveying in Portuguese America”, in M. H. Edney; M. S. Pedley (eds.), *The History of Cartography. Volume Four: Cartography in the European Enlightenment*. Chicago: The University of Chicago Press, 206-209.
- BASTOS, Carlos Augusto (2017). “Demarcação de limites e circulações nas fronteiras da Amazônia ibérica (c.1780-c.1790)”. *Revista Maracanan*, 16, 147-168.
- BASTOS, Carlos Augusto (2017b). *No Limiar dos Impérios. A fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas. Projetos, circulações e experiências (c.1780-c.1820)*. São Paulo: HUCITEC Editora.
- BEERMAN, Eric (1996). *Francisco Requena. La Expedición de Límites: Amazonía, 1779-1795*. Madrid: Compañía Literaria.
- BERGASA PERDOMO, Oscar (2015). “Monopolio de tabaco y contrabando en el siglo XVIII en los Imperios Atlánticos”, in S. de Luxán; J. de Figuerôa-Rego e V. Sanz Rozalén (eds.), *Tabaco e Escravos nos Impérios Ibéricos*. Lisboa: Centro de História d’Aquém e d’Além Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, 109-120.
- BRITO, Adilson Júnior Ishihara (2019). “Domar as águas e os sertões da fronteira intra-americana: a centralidade dos caminhos fluviais nas disputas luso-espanholas do Tratado de Santo Ildefonso”. *Revista Brasileira de História*, 39, 107-129.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; KANTOR, Iris (2015). “A outra face das expedições científico-demarcatórias na Amazônia: o coronel Francisco Requena y Herrera e a comitiva castelhana”, in F. R. de Oliveira (org.), *Cartógrafos para toda a Terra. Produção e circulação do saber cartográfico ibero-americano: agentes e contextos*. Lisboa: BNP, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Centro de História d’Aquém e d’Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, 243-264.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de (2022). “Mapmaking and Sover-

- eignty Building: Francisco Requena and the Late Eighteenth-Century Boundary Demarcation Commissions”. *Hispanic American Historical Review*, 102, 2, 191-221.
- CAVALCANTE, Paulo (2006). *Negócios de Trapaça. Caminhos e Descaminhos na América Portuguesa (1700-1750)*. São Paulo: Hucitec.
- CHAUCA TAPIA, Roberto (2015). *Science in the Jungle: Missionary cartographic and geographic production of early modern western Amazonia*. PhD Thesis. Florida: University of Florida.
- CIPOLLETTI, Maria Susana (2017). *Sociedades Indígenas de la Alta Amazonía. Sociedades Indígenas de la Alta Amazonía. Fortuna y adversidades (siglos XVII-XX)*. Quito: Abya Yala.
- COMISSOLI, Adriano (2023). “Encontrei um espanhol, falei com um contrabandista: política de informação portuguesa no sul da América, séculos XVIII e XIX”, in H. Acruche; B. Silva (eds.), *Continente Subversivo: história e historiografia das Américas*. Belo Horizonte: Fino Traço, 100-118.
- DOMINGUES, Ângela (2000). *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- ERBIG JR., Jeffrey Alan (2020). *Where Caciques and Mapmakers Met. Border making in Eighteenth-Century South America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- FARAGE, Nádia (1991). *As Muralhas dos Sertões: Os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS.
- FONSECA, André Augusto da (2017). “Os mapas da população no Estado do Grão-Pará: consolidação de uma população colonial na segunda metade do século XVIII”. *Revista Brasileira de Estatística e População*, 34, 3, 439-464.
- GIL, Tiago (2007). *Infiéis Transgressores. Elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- GÓMEZ GONZÁLEZ, Juan Sebastián (2022). “Spanish and Portuguese Commerce and Contraband in the Amazonian Borderlands”. *Oxford Research Encyclopedias, Latin American History*, 1-20.
- GOULARD, Jean-Pierre (2011). *El Nor-Oeste Amazónico en 1776. Expediente sobre cumplimiento de la Real Cédula dada en San Ildefonso, a 2 de septiembre de 1772*. Letícia: Universidad Nacional de Colombia.
- IBÁÑEZ BONILLO, Pablo (2023). “La odisea amazónica de José de Iturre. Agencia y fracaso en las fronteras ibéricas (1750-1770)”. *Revista de Indias*, 83, 287, 175-206.

- IMBERNÓN, José-María (1986). “La Real Audiencia de Quito: reflexiones en torno al contrabando colocial”. *Revista Mexicana de Sociología*, 48, 1, 87-113.
- LUCENA GIRALDO, Manuel (1993). “La Delimitación Hispano-Portuguesa y la Frontera Regional Quiteña, 1777-1804”. *Procesos: Revista Ecuatoriana de Historia*, 4, 21-39.
- MARTÍN MARCOS, David (2022). *People of the Iberian Borderlands. Community and conflict between Spain and Portugal, 1640-1715*. New York: Routledge.
- MATOS, Frederik Luiz Andrade de (2019). *O Comércio das “Drogas do Sertão sob o Monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778)*. Tese de Doutorado em História. Belém: UFPA.
- MELÓN JIMÉNEZ, Miguel Ángel (2020). “Comerciar en la Edad Moderna. Nuevas perspectivas de investigación sobre el mundo de los negocios y las prácticas ilegales”, in J. J. Iglésias Rodríguez; I. M. Melero Muñoz, *Hacer Historia Moderna. Líneas actuales y futuras investigaciones*. Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla, 47-73.
- NORDMAN, Daniel (2020). “Boundary Disputes and Cartography”, in M. H. Edney; M. S. Pedley (eds.), *The History of Cartography. Volume Four: Cartography in the European Enlightenment*. Chicago: The University of Chicago Press, 162-167.
- PESAVENTO, Fábio (2011). “Para além do império ultramarino português: as redes trans, extraimperiais no século XVIII”, in R. Guedes (ed.), *Dinâmica Imperial no Antigo Regime Português: Escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados (séc. XVII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 97-111.
- PONCE LEIVA, Pilar (1992). *Relaciones Historico-Geograficas de la Audiencia de Quito, siglos XVI-XIX*, Tomo II. Madrid: CSIC, Centro de Estudios Historicos, Departamento de América.
- PRADO, Fabrício (2019). “Trans-Imperial Interaction and the Rio de la Plata as na Atlantic Borderland”, in D. Levin Rojo; C. Radding (eds.), *The Oxford Handbook of Borderlands of the Iberian World*. New York: Oxford University Press.
- RUPERT, Linda (2019). “Shaping an Inter-imperial Exchange Zone: Smugglers, Runaway Slaves, and Itinerant Priests in the Southern Caribbean”, in D. Levin Rojo; C. Radding (eds.), *The Oxford Handbook of Borderlands of the Iberian World*. New York: Oxford University Press, 741-764.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo (2001). *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia – Sertões do Grão-Pará, c. 1755-c.1823*. Tese de Doutorado em História Social. Niterói: UFF.

- SANTOS, Corcino Medeiros dos (1998). *A Produção das Minas do Alto Peru e a Evasão de Prata para o Brasil*. Brasília: Thesaurus Editora.
- SUÁREZ ARGÜELLO, Clara Elena (2009). “De mercado libre a monopólio estatal: la producción tabacalera en Nueva España, 1760-1800”, in J. L. Towell; A. Attolini Lecón, *Caminos y Mercados en México*. Mérxico D.F: Universidad Autónoma de México, 411-432.
- TORRES, Simei Maria de Souza (2011). *Onde os Impérios se encontram: demarcando fronteiras coloniais nos confins da América (1777-1791)*. Doutorado em História Social. São Paulo: PUC.
- VILARDAGA, José Carlos (2017). “Na bagagem dos *peruleros*: mercadoria de contrabando e o caminho proibido de São Paulo ao Paraguai na primeira metade do século XVII”. *Anais do Museu Paulista*, 25, 127-147.



# **ARTIGOS**



# Entre imagem e veículo simbólico: revisitação aos álbuns fotográficos da ferrovia portuguesa de finais de Oitocentos e inícios de Novecentos

*Between image and symbolic vehicle: revisiting the photographic albums of Portuguese railways of late 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> centuries*

**HUGO SILVEIRA PEREIRA**

CIUHCT - FCT NOVA

[hugo jose.pereira@gmail.com](mailto:hugo jose.pereira@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-7706-2686>

Texto recebido em / Text submitted on: 09/10/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 21/03/2024



**Resumo.** A partir da segunda metade do século XIX, duas tecnologias foram implementadas e desenvolvidas em Portugal: a fotografia e a ferrovia. Neste artigo, analiso as interações entre ambas em oito álbuns fotográficos que retratam a construção, operação e aspetos diversos de linhas-féreas portuguesas construídas entre 1872 e 1914: Minho, Douro, Beira Alta (dois álbuns), Tua, Salamanca à fronteira portuguesa, Norte (construção da ponte Maria Pia) e Vouga. Partindo da bibliografia existente sobre fotografia ferroviária, revisito algumas das suas conclusões e adiciono reflexões sobre a fotografia como instrumento de apropriação territorial e de criação de paisagens, bem como sobre a sua dimensão material, enquanto veículo que transporta ideologia, representações e lugares. Contribuo para o debate sobre o uso da fotografia como fonte primária (e não apenas como um acessório ilustrativo) e para um apelo a um maior uso desta fonte na análise historiográfica, sobretudo no campo da história dos transportes.

**Palavras-chave.** Fotografia, Regeneração, Fontismo, história do transporte, apropriação territorial.

**Abstract.** From the second half of the 19th century, two technologies were implemented in Portugal: photography and railways. In this article, I analyze the interactions between them in eight photographic albums portraying the construction, operation, and various aspects of Portuguese railways built between 1872 and 1914: Minho, Douro, Beira Alta (two albums), Tua, Salamanca to the Portuguese border, North (construction of the Maria Pia bridge) and Vouga. Drawing from the bibliography on railway photography, I revisit some of its conclusions and add reflections on photography as an instrument of territorial appropriation and creation of landscapes, as well as on its material dimension, as a vehicle that transports ideology, representations, and places. I contribute to the debate on the use of photography as a primary source (and not just as an illustrative accessory) and to a call for greater use of this source in historiographical analysis, especially in the field of transport history.

**Keywords.** Photography, Regeneration, Fontism, transport history, territorial appropriation.

## Introdução

A segunda metade do século XIX em Portugal, historicamente conhecida como Regeneração, foi caracterizada por um forte investimento em obras públicas, no qual a aposta no caminho de ferro assumiu um papel central. Simultaneamente, desenvolveu-se no país a fotografia e a prática fotográfica. Ambas as tecnologias tornaram-se “talvez os dois mais arduos agentes de espacialização social do século XIX” (FOSTER 2003: 141).

Neste artigo, aplico um modelo de análise de fotografia em história do transporte, proposto recentemente (PEREIRA 2022b), para revisitar as coleções de fotografias dos caminhos de ferro do Minho, Douro, Beira Alta, Tua, Salamanca, Norte e Vouga, com uma reflexão sobre o seu papel como veículos de transporte de representações e ideologia, instrumentos de apropriação territorial e criadores de novas paisagens.

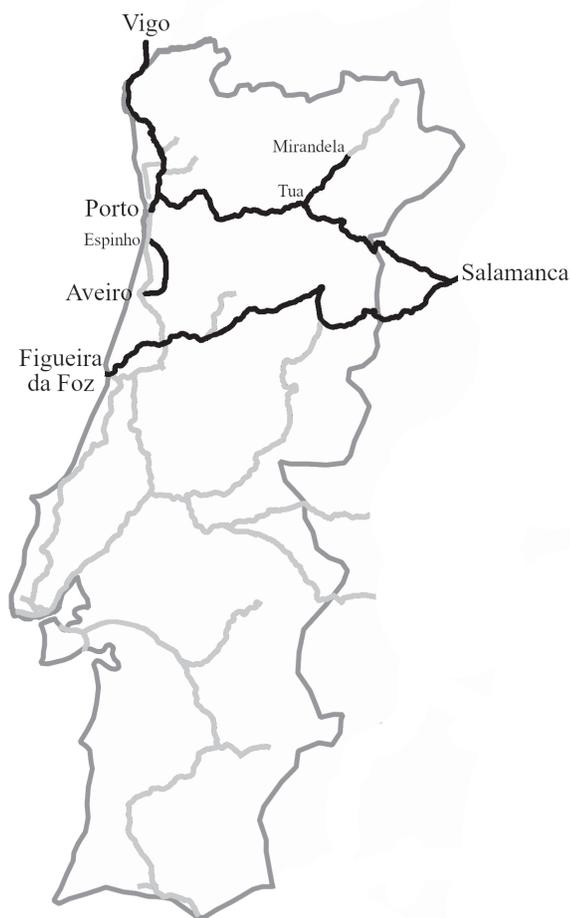
Procuo contribuir para os debates sobre a fotografia ferroviária em Portugal, sobre a importância da fotografia como fonte primária na análise histórica e sobre a relação entre fotografia e paisagem. Por fotografia ferroviária, refiro-me às fotografias que retratam aspetos, agentes, veículos, estruturas e paisagens ligados à construção, inauguração, operação e uso de caminhos de ferro.

O artigo está dividido em quatro partes, além da introdução e conclusão. Começo por explicitar a evolução em Portugal das duas realidades técnicas que abordo neste artigo: o caminho de ferro e a fotografia. Em seguida, recupero a abundante produção bibliográfica sobre fotografia ferroviária contemporânea em Portugal, mostro aquilo que sabemos e realço o que ainda não sabemos. Segue-se uma análise ao corpo iconográfico selecionado à luz dos objetivos propostos, dialogando com literatura nacional e internacional sobre produção de representações através da fotografia, apropriação territorial e paisagem. Por fim, abordo a materialidade da fotografia e sua influência sobre a transmissão da mensagem das imagens fotográficas.

## Contexto: o caminho de ferro e a fotografia em Portugal

Quando em 1856 se inaugurou o primeiro caminho de ferro em território português (LEVY 1981), já diversos fotógrafos nacionais e estrangeiros se dedicavam à fotografia (SENA 1998: 27-33, 37-40 e 46-51). Nas décadas seguintes, tanto a malha ferroviária como a rede de fotógrafos se expandiram. Nas vésperas da I Guerra Mundial, as vias-férreas portuguesas percorriam mais de 3 mil km da paisagem nacional (PINHEIRO 2001: 372-373). Entre

elas contavam-se as linhas do Minho (construída entre 1872 e 1882, ligando o Porto à fronteira norte com Espanha), Douro (1873-1887, entre o Porto e a fronteira luso-espanhola oriental), Beira Alta (1879-1882, da Figueira da Foz à fronteira este), Tua (1884-1887, ligando Mirandela ao caminho de ferro do Douro), Salamanca à fronteira portuguesa (1885-1887, entroncando nos caminhos de ferro do Douro e da Beira Alta) e Vouga (1907-1914, conectando as cidades de Aveiro e Espinho) e a majestosa ponte Maria Pia (1875-1877, na linha do Norte, entre o Porto e Vila Nova de Gaia, sobre o rio Douro) (ALEGRIA 1990: 213-336), cujos álbuns fotográficos analiso neste artigo (fig. 1).



**Fig. 1.** Mapa dos caminhos de ferro em Portugal na década de 1910. As linhas cujos álbuns analiso neste artigo estão assinaladas a preto.

**Fonte:** HGISe group (<http://europa.udl.cat>) e elaboração do autor.

No campo da fotografia, registou-se não apenas um aumento no número de praticantes, mas sobretudo de diversas inovações que tornaram a sua prática mais manejável e económica e a divulgação das imagens fotográficas mais ampla e abrangente. A fotografia, enquanto instrumento de trabalho, foi adotada por diversas áreas de trabalho e do saber, da geodesia à astronomia, da engenharia à medicina, da criminologia à falsificação de notas de banco (COSTA e JARDIM 2014; SENA 1998: 45, 50, 58, 71, 94 e 97).

As imagens fotográficas tanto podiam ser de uso circunscrito como podiam circular por conjuntos vastos de observadores. Neste ponto, o álbum fotográfico desempenhou um importante papel pela sua apetência para divulgação e pela sua capacidade performativa de *narrativizar* a fotografia (EDWARDS e HART 2004a: 11). Adicionalmente, muitas das fotografias incluídas nestes álbuns circularam na imprensa ilustrada, onde eram reproduzidas com recurso à técnica da xilogravura e, na viragem do século XIX para o século XX, através do *halftone* (SOUSA 2017: 575-576).

## **Álbuns fotográficos de caminhos de ferro nacionais: o que sabemos**

O álbum fotográfico tornou-se popular pouco depois da invenção da fotografia (FREUND 1980: 33). Em Portugal, entre finais do século XIX e inícios do século XX, os álbuns fotográficos de caminhos de ferro foram produzidos na sua maioria por Emílio Biel, um fotógrafo alemão radicado em Portugal (MAGALHÃES 2015). Uma das exceções é o álbum *Chemin de Fer Portugais de la Beira Alta*, cujo autor é desconhecido. A amostra analisada neste artigo é composta por 201 imagens distribuídas por oito álbuns (tabela 1). A maioria das fotografias segue a mesma linguagem pictórica, com grandes planos das linhas-férreas, obras de engenharia e estações (com ou sem a presença da locomotiva e de figuras humanas). Diferem as imagens do álbum *Chemin de Fer Portugais de la Beira Alta* e as da linha do Vouga: as primeiras retratam sobretudo aspetos da construção; as segundas focam-se na paisagem e localidades por onde passava a via-férrea e não no caminho de ferro propriamente dito. Estas imagens constituem documentos históricos que já foram analisados anteriormente por diversos autores, que contribuíram para uma importante reflexão histórica sobre esta fonte.

<b>Álbum</b>	<b>Localização</b>	<b>#</b>
Caminho de ferro do Douro	Reproduzido em: MACEDO 2012	33
Caminho de ferro do Minho	Reproduzido em: Caminhos do ferro e da prata 2013	29
Chemín de fer da la Beira Alta	Centro Português de Fotografia, Coleção Alcídia e Luís Viegas Belchior (adiante CPF-CALVB), Chemín de Fer Portugais de la Beira Alta: Album Souvenir à Monsieur Joaquim António Simões, PT/CPF/CNF-CALVB/0005, disponível em: <a href="http://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=86846">digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=86846</a>	36
Caminho de ferro da Beira Alta	Arquivo Histórico da CP (adiante AHCP)	11
Caminho de ferro do Tua	Reproduzido em: BEIRA 2014	23
Caminhos de Ferro de Salamanca à Fronteira de Portugal	Biblioteca Nacional de Portugal (adiante BNP), Álbum dos Caminhos de Ferro de Salamanca à Fronteira de Portugal, E. A. 363 A	35
Ponte Maria Pia	CPF-CALVB, Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes: Ponte Maria Pia sobre o Douro, PT/CPF/CNF-CALVB/0002, <a href="http://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=86843">digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=86843</a>	9
Caminho de ferro do Vale do Vouga	CPF-CALVB, Inauguração do Caminho de Ferro do Vale do Vouga: Espinho-Viséu-Aveiro, 1908, PT/CPF/CNF-CALVB/0009, disponível em: <a href="http://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=87087">digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=87087</a>	25
<b>Total</b>		<b>201</b>

**Tabela 1.** Distribuição das imagens pelos álbuns fotográficos.

Maria do Carmo Serén (1993; 1997: 26 e 31) realçou como as fotografias de grandes sistemas tecnológicos (como os caminhos de ferro) foram produzidas para responder aos valores e necessidades das elites burguesas no poder, para publicitar o seu conceito de vida e de progresso e para afirmar o poder do génio humano sobre a natureza.

A antropogenização da paisagem foi igualmente destacada na análise ao acervo fotográfico de Emílio Biel realizada por Paulo Baptista (2010: 91 e 165-166; 2014; 2015), que vincou ainda os aspetos inovadores do trabalho do fotógrafo, designadamente a estética das suas fotografias panorâmicas.

Ana Cardoso de Matos (2013: 129 e 137-139; 2014: 12-15) viu nas imagens fotográficas de obras públicas (incluindo a ferrovia) uma forma de difundir o progresso material do país, publicitar a formação de uma nova paisagem tecnológica, fomentar um nacionalismo de cariz tecnológico e valorizar o trabalho dos engenheiros portugueses que as projetavam e construíam. A autora realça a fotografia como um instrumento de afirmação sociopolítica dos engenheiros.

Marta Macedo (2012: 307-313 e 324-325) salientou igualmente a valorização dos engenheiros e a criação de paisagens tecnológicas na análise às fotografias de Emílio Biel sobre a linha do Douro. Esta autora evidenciou ainda a narrativa criada pela sequência de imagens no álbum e como a foto-

grafia prestou um louvor à própria tecnologia, como epítome do progresso, e contribuiu para a promoção da ideia de Portugal como nação moderna.

Em artigos que publiquei recentemente, contribuí também para o debate sobre a criação de paisagens tecnológicas, inserindo o caso português na literatura internacional sobre a construção de paisagens. Contrapus que o foco destas imagens não era tanto nos engenheiros, mas nas infraestruturas tecnológicas, que, imbuídas de um sublime técnico, baseavam a nova paisagem do progresso, a qual se foi naturalizando através da imprensa ilustrada (PEREIRA 2022a)

Por fim, Leonel de Castro (2014), num capítulo sobre as fotografias da linha do Tua, destacou o uso das imagens panorâmicas, a preocupação de Biel de conciliar o avanço industrial com a natureza envolvente e a sua sensibilidade artística.

Em suma, estes autores mostraram como a fotografia foi usada como instrumento para produzir uma ideia de progresso e uma paisagem tecnológica, naturalizar as grandes estruturas técnicas na paisagem e promover a agência dos tecnocratas que as montavam.

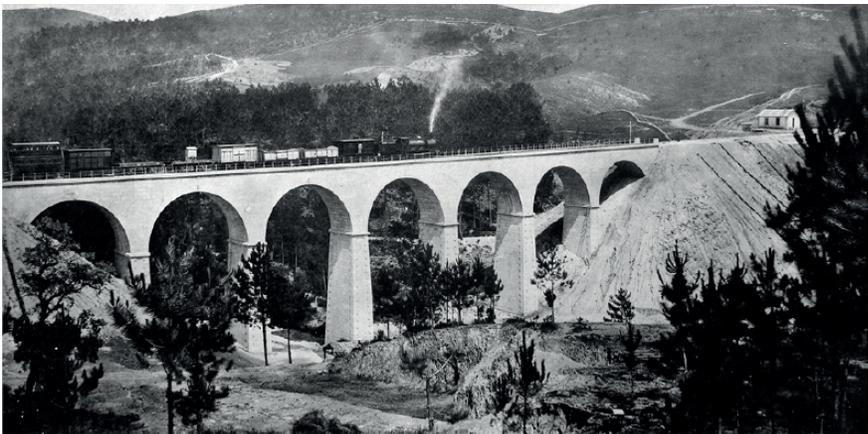
Na secção seguinte, parto desta massa crítica e abordo outras vertentes deste *corpus* iconográfico que não foram exploradas no passado. Procuo preencher uma lacuna que caracteriza os trabalhos anteriores: a ausência de diálogo com fontes coevas e com a literatura nacional e internacional sobre a subjetividade da fotografia, o seu potencial para produzir ideologia e construir paisagens e a importância da sua disseminação na imprensa ilustrada.

## **Mais do que uma imagem: funções e atributos simbólicos da fotografia ferroviária**

Um aspeto essencial a reter quando se analisa criticamente a fotografia é a noção da sua subjetividade. Ainda que se possa afirmar que uma fotografia capta um momento que ocorreu no espaço-tempo, esse registo resulta de um conjunto de escolhas subjetivas do fotógrafo, desde o ângulo, à composição, personagens, película, entre outros detalhes técnicos (BROLLO 2023: 70-89), que respondem aos objetivos daqueles que encomendaram as imagens (DUBOIS 1992: 29 e 45). Todavia, a imagem fotográfica era aceite como algo de objetivo, um resultado das implacáveis leis da Ótica e da Química, que contrastava com a subjetividade das pinturas e desenhos, que os seus autores não conseguiam disfarçar (DASTON e GALISON 2007: 121). Sendo uma prática subjetiva, mas aceite como objetiva, a fotografia tornou-se um meio para produzir ideologia e moldar opinião, ainda que não de forma reiterada e propositada (KELSEY 2016: 85 e 90). Aqui importa lembrar a Primeira Lei da Tecnologia de Melvin Kranzberg (1986: 545-548),

que estipula que a tecnologia não é boa, nem má, nem neutra – depende do contexto sociocultural da época e amiúde acarreta consequências que vão além dos objetivos antevistos pelos seus promotores. Do mesmo modo, a ideologia produzida pela fotografia não deve ser considerada nem boa, nem má, nem neutra, mas ser enquadrada histórica e criticamente no contexto da época.

É com estes pressupostos que se devem entender as conclusões de que os álbuns ferroviários transmitiam uma mensagem de progresso. Progresso é um conceito abstrato, que aponta para aquele estado considerado preferível e melhor do que o estado anterior ou corrente (BENOIST 2008: 7). Não é algo que se possa fotografar. Apesar disto, é um aspeto que os autores citados anteriormente encontraram nas fotografias dos caminhos de ferro portugueses, através da captura de diversas estruturas e objetos, dispostos de certa forma ou em conjugação/contraste com outros objetos, figuras humanas e não-humanas e paisagens. Um caso paradigmático é, desde logo, a locomotiva a vapor (fig. 2), veículo mais comum do sublime técnico, isto é, o prazer de ver uma máquina em funcionamento, como demonstração do génio humano e do seu triunfo sobre a natureza (KASSON 1976: 162-180). O *progresso* tornou-se uma das características da dimensão sociotécnica de *mobility-objects* (veículos e infraestruturas usados para a circulação) do sector dos transportes de Portugal de Oitocentos (sobre *mobility-objects*, ver: DIVALL 2014: 38).



**Fig. 2.** A locomotiva a vapor era o veículo mais comum do sublime técnico e, como tal, um símbolo do progresso tecnocientífico. As obras de engenharia, como pontes ou túneis, representavam outra vertente deste progresso, vencendo acidentes geográficos que durante décadas haviam dificultado a mobilidade. Nesta foto do viaduto da Cabeda, na linha do Douro, Biel capturou as duas faces da moeda do *progresso*.

**Fonte:** Emílio Biel, *Caminho de Ferro do Douro*, Viaduto da Cabeda, reproduzido em MACEDO 2012: XII.

Estas interpretações requerem a dimensão textual da imagem, presente no contexto histórico que a rodeia (o *studium* de Roland Barthes 1981: 26-27) e na retórica coeva encontrada no discurso parlamentar, na argumentação técnica ou na imprensa (FLORES 2014: 227; TRACHTENBERG 2013: 16). No parlamento de Oitocentos, amiúde se proferiam prédicas que equivaliam o caminho de ferro ao progresso. Num dos seus discursos, Pinheiro Chagas comparou o fumo da locomotiva à “coluna de fogo da civilização, levando não o povo escolhido, mas todos os povos para a Palestina ideal do progresso, para a terra prometida do futuro” (*Diario da Câmara dos Deputados* [adiante DCD], 63, 2 de abril de 1875: 1110). O discurso técnico não era menos otimista, como se depreende da leitura do relatório sobre o caminho de ferro de Lisboa a Santarém, redigido em inícios da década de 1850, sobretudo no que dizia respeito ao desenvolvimento das capacidades produtivas dos territórios atravessados pela linha-férrea e no crescimento do tráfego internacional quando a infraestrutura fosse prolongada até Espanha (SANTOS 1884). A imprensa concorria para a construção escrita da ideia de progresso, quando noticiava as inaugurações de novas obras ferroviárias – momentos dramáticos que anunciavam o futuro (NYE 1999: 65) – como exemplifica a abertura da ponte Maria Pia, na linha do Norte, sobre o rio Douro, descrita pelo *Diário Ilustrado* como “a obra de arte mais assombrosa e mais extraordinária que, naquele género, existe na Europa” (*Diario Ilustrado*, 1693, 4 de novembro de 1877: 2). A produção historiográfica sobre a agência tecnocientífica no Portugal de Oitocentos e primeiros anos de Novecentos fornece um plano mais geral da crença determinística nas capacidades regeneradoras da tecnologia e da engenharia que caracterizou este período (CARNEIRO et al. 2021).

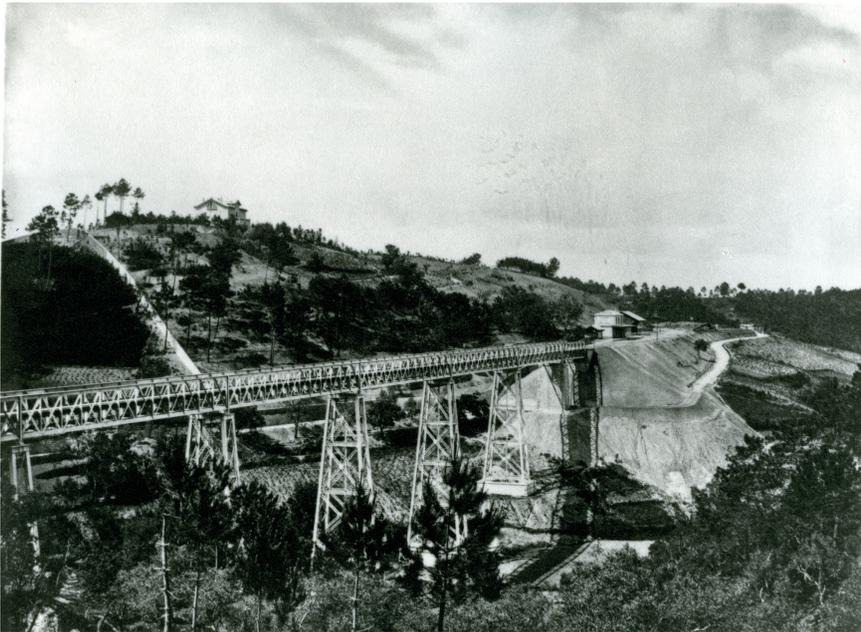
Uma das componentes do progresso inerente ao caminho de ferro era a velocidade, que era também uma das obsessões da fotografia. Fotografar a velocidade era fotografar o *progresso* (PINHEIRO 2010). Ainda que os obturadores das câmaras no período dos álbuns não permitissem capturar o movimento com a melhor qualidade, algumas das imagens conseguem estimular a perceção da velocidade dos comboios. Era o suficiente para uma sociedade que exultava com a rapidez inaudita permitida pela ferrovia, como evidencia um relato de 1874 do escritor e político português Alberto Pimentel para quem “hoje a locomoção é outra: rápida, certa, vertiginosa. O caminho de ferro devora as distâncias e os episódios” (citado em ABRAGÃO 1956: 18).

Um dos corolários da retórica do progresso foi a criação de paisagens tecnológicas, através da repetição de certos detalhes (significantes ou *puncta*, os elementos que se destacam da imagem e perfuram a atenção do observador – para usar a terminologia de BARTHES 1972: 109-156; 1981: 26-27). Esta

foi uma das vertentes que caracterizaram as *mobility-scapes* do Portugal oitocentista (paisagens de mobilidade, isto é, a dimensão sociotécnica e histórica que engloba os enquadramentos espaciais e temporais nos quais os fluxos de circulação ocorrem, tal como teorizado por Colin Divall 2014: 38).

A paisagem não é uma realidade natural, mas um espaço construído pelo ser humano, que funciona e evolui para servir uma comunidade (JACKSON 1984: 7-8; PURCAR 2019: 149). Na sua construção, influem as perceções e representações geradas sobre um determinado território. Deste modo, a paisagem está intimamente ligada à fotografia (KELSEY 2016: 71). Como recorda Susan Sontag (1986: 34), “fotografar é conferir importância”, e ao concentrar as objetivas em aspetos particulares do terreno, os fotógrafos realçam esses contornos e criam paisagens específicas.

No caso das fotografias de caminhos de ferro, estabeleceram uma nova relação com a paisagem, criando paisagens ferroviárias (AUPHAN 2005) ou, mais amplamente, paisagens tecnológicas (PEREIRA 2023). Esta construção deriva não só da retórica da época, mas também do carácter de novidade das infraestruturas retratadas, que, representando o futuro, contrastam com o milenar cenário envolvente, representando o passado (cf. KELSEY 2016: 80; ver fig. 3). De igual modo, a construção de paisagens ferroviárias ou tecnológicas decorre da legenda atribuída às imagens (quando existe), que, de imediato, direciona o olhar para um aspeto em particular, condicionando a sua interpretação e realçando a importância conferida pela própria fotografia (MACEDO 2012: 310).



**Fig. 3.** Além da locomotiva, o caminho de ferro era definido por dois outros ícones: a obra de arte (ponte, viaduto, túnel) e a estação. Todos concorriam para a construção das novas paisagens tecnológicas. As obras de arte ilustravam o génio humano e a capacidade de vencer obstáculos geográficos que durante séculos limitaram a circulação. A estação era o ponto de acesso à nova tecnologia e um importante elemento da ferrovia e da paisagem por si criada. No século XIX, o escritor Pinheiro Chagas classificou-a como um “templo do progresso material” (citado por ABRAGÃO 1956: 65). Nesta fotografia da linha da Beira Alta, Biel captou a monumentalidade da ponte das Várzeas, visível pela comparação com a estação do Luso e com as sombras que projetava no vale que atravessava.

**Fonte:** AHCP, Emílio Biel, *Caminho de Ferro da Beira Alta*, Ponte das Várzeas e estação do Luso.

Cristina Purcar (2019: 149 e 151) recorda que o caminho de ferro impôs no território um conjunto de infraestruturas com estruturas territoriais próprias, que se tornaram parte essencial da nova paisagem tecnológica. Nas fotografias dos álbuns nacionais, estruturas como pontes, viadutos, túneis ou muros de suporte são omnipresentes. A geometria e retidão das suas linhas contrastavam com a aparente desordem das áreas envolventes. A nova paisagem tecnológica era conotada com a ordem que a agência humana trazia ao caos das geografias naturais (cf. FORTIER-KRIEGEL 2005).

O álbum sobre a construção da ponte Maria Pia é particularmente eloquente. Acompanha em diversos momentos a montagem da infraestrutura, desde a

colocação dos pilares, ao crescimento da estrutura em ambas as margens do rio Douro até à união dos dois braços do arco, coroada, na última imagem do álbum com a passagem de um comboio (CPF-CALVB, *Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes*, PT/CPF/CNF-CALVB/0002, fot. 9, disponível em [digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=86969](http://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=86969)). Igualmente, as imagens do álbum *Chemin de fer da la Beira Alta* ilustram a construção da linha e a progressiva alteração da paisagem, como se vê, por exemplo na sequência de momentos da construção do viaduto do Coval (CPF-CALVB, *Chemin de Fer Portugais de la Beira Alta*, PT/CPF/CNF-CALVB/0005, fot. 32, 33 e 34, disponíveis em [digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=87076](http://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=87076), [digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=87077](http://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=87077) e [digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=87078](http://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=87078)). Estas fotografias permitem fazer a comparação entre o antes, o que foi, e o depois, o que é/será. Este álbum é ainda único por dar visibilidade ao operário comum na construção da nova paisagem tecnológica. Praticamente todas as imagens que o compõem incluem o trabalhador braçal, que, nos demais álbuns, se encontra quase totalmente ausente. Nestes álbuns, é notória a primazia dada à infraestrutura e à tecnologia ferroviária, as quais representavam mais eficazmente os valores e expectativas das elites burguesas no poder, como defendido por Serén (1993; 1997: 26 e 31).

As imagens fotográficas ferroviárias incluídas nos álbuns promoveram a apropriação territorial, um fenómeno que pode ser definido como a produção de territórios através de um uso repetido e consistente de uma área por um determinado grupo, que, até certo ponto, vê essa área como sua (KÄRRHOLM 2012: 16).

A desintegração do território nacional motivada pela carência de sistemas de transporte modernos já foi demonstrada por vários autores (ALEGRIA 1990; JUSTINO 1988). Coevamente, essa desconexão era igualmente conhecida. Em 1880, o deputado brigantino Pires Vilar lamentava que, em virtude da ausência de meios e vias de transporte em Trás-os-Montes, uma das mais pobres e acidentadas províncias de Portugal, o “maior terror que pode inspirar-se a um funcionário qualquer, civil ou militar, é ameaçá-lo com uma transferência para Bragança. Supõe-se que Bragança é a Sibéria” (DCD, 32, 23 de fevereiro de 1880: 542).

O caminho de ferro foi um dos principais agentes de apropriação territorial, que efetivamente promoveu a utilização reiterada dos territórios por onde passava, integrando centros e periferias, no sentido político, económico, social e cultural dos termos. A fotografia foi um poderoso aliado. Com a sua capacidade de transportar visualizações materiais dos territórios apropriados, abria janelas para aqueles que não podiam testemunhar a apropriação territorial em pessoa, mostrava as novas áreas que o caminho de ferro ia apropriando e ilustrava a

reorganização da materialidade dos lugares que a ferrovia proporcionou (PEREIRA 2021a). A figura 4 mostra a apropriação territorial pela linha do Tua (ligando Mirandela ao caminho de ferro do Douro). O leito da via abre uma senda plana e estável, que contrasta com a rugosidade e intransponibilidade do terreno da margem oposta e da encosta onde o caminho de ferro foi assente. O território que antes era inacessível (ou de difícil acesso e como tal considerado selvagem e incivilizado) foi apropriado e aberto à exploração dos mais diversos utilizadores (cf. SHELLER e URRY 2006: 210).



**Fig. 4.** Quando a linha do Tua foi inaugurada em setembro de 1887, quebrou uma barreira psicológica. Pela primeira vez na História, foi possível viajar do Porto ao coração de Trás-os-Montes e regressar no mesmo dia. O rei D. Luís e sua comitiva saíram do Porto de madrugada e depois da cerimónia de inauguração em Mirandela regressaram à Cidade Invicta ao fim da tarde.

**Fonte:** Reproduzido em: BEIRA 2014: 28.

A fotografia fomentou a criação de novas *mobility-scapes* com os recém-apropriados territórios e motivou o estabelecimento de novos padrões de transporte e mobilidade ao mostrar os territórios outrora perigosos e abandonados e então seguros e utilizáveis.

Noutras vias-férreas, não era tanto a acessibilidade, mas a redução drástica dos tempos de distância entre regiões, que permitia uma aproximação entre as periferias e os centros e uma apropriação destes em relação àqueles. Um episódio relatado no parlamento pelo engenheiro Belchior Garcês é disto ilustrativo:

Quando se fez o caminho de ferro do Barreiro às Vendas Novas, fui eu um dia, como ia quase todos os dias por motivo de serviço às Vendas Novas e encontrei-me lá com um almocreve, que trazia uns odres de azeite para vender em Lisboa. Os machos vinham doentes e o homem estava aflito. Condoído do pobre homem, disse-lhe: “Deixe o gado em Vendas Novas, que aí lho tratam e venha na locomotiva comigo para o Barreiro, que vem de graça”. Com dificuldade aceitou a minha oferta, mas afinal aceitou. Veio a Lisboa, fez o seu negócio, e no outro dia voltou para as Vendas Novas. Foi ter comigo e disse-me que se não tivesse presenciado o que se passou havia de dizer que era bruxaria, porque ainda que lhe abrissem a cabeça nunca poderia acreditar, se não tivesse visto, que em vinte e quatro horas se podia vir de Vendas Novas a Lisboa, vender o azeite, comprar o que se precisava e estar de volta (*Diário do Governo*, 178, 10 de agosto de 1868: 1924).

As imagens de caminhos de ferro transfronteiriços são especialmente relevantes por ilustrarem a aparente apropriação de uma unidade territorial que sempre obstaculizou a mobilidade: a fronteira (fig. 5). O principal objetivo da política ferroviária nacional foi ligar os portos na costa (sobretudo o de Lisboa) à fronteira com Espanha e daqui ao resto da Europa, procurando atrair os movimentos comerciais entre o Velho Continente, África e a América. Esperava-se que o rendimento gerado fosse suficiente para remunerar o investimento na construção ferroviária. Através da sua falaciosa – mas aceite – objetividade, a fotografia atestava que esse objetivo se cumpria, ainda que a curto prazo o movimento transfronteiriço tivesse ficado muito aquém das expectativas (PINHEIRO 1995). Apesar da uniformidade técnica entre os sistemas ferroviários português e espanhol, faltaram acordos jurídicos e económicos e regimes institucionais harmonizados que promovessem a circulação transacional, sem os quais grandes sistemas tecnológicos transfronteiriços não são bem-sucedidos (PEREIRA 2017: 188-189; VLEUTEN 2006: 298-299). Adicionalmente, as imagens dos trechos finais destas linhas – que, nos casos fotografados nos álbuns, eram compostos por pontes sobre rios – registava-se uma dupla vitória: sobre a fronteira e sobre a natureza.



**Fig. 5.** A ligação das redes ferroviárias portuguesa e espanhola através do rio Minho foi iniciada em 1886, quando se inaugurou a ponte rodoferroviária entre Valença e Tui. Tirada desde a praça-forte de Valença, esta fotografia capta toda a estrutura, estendendo-se da margem esquerda (portuguesa) à direita (espanhola) do rio. A perspetiva escolhida realça o efeito de conexão proporcionado pela ponte. A locomotiva e o comboio coroam a imagem como *mobility-objects* que garantem a realização da travessia.

**Fonte:** Emilio Biel, *Caminho de Ferro do Minho*, Ponte Internacional sobre o Minho, reproduzido em: *Caminhos do ferro e da prata*: 97.

Um dos álbuns ferroviários vai mais longe com as fotografias que apresenta e com a história da infraestrutura retratada. Trata-se do álbum dos caminhos de ferro entre a cidade espanhola de Salamanca e a fronteira portuguesa em Barca de Alva (com ligação à linha do Douro) e Vilar Formoso (linha da Beira Alta). Estas ferrovias foram construídas em território espanhol, mas por uma empresa portuguesa, que beneficiava de um apoio financeiro do Estado português (SOUSA 1978). As imagens deste empreendimento (fig. 6) replicam os aspetos que já referi sobre apropriação territorial e sobre a apropriação da fronteira, mas apresentam a particularidade de não se limitarem à raia propriamente dita e incluírem território não-nacional. Isto não acarreta uma putativa tentativa de apropriação política/diplomática com impacto sobre a soberania do território, mas evidencia a capacidade da fotografia para a apropriação de territórios, aquém e além da fronteira, pelos potenciais utilizadores da via-férrea.



**Fig. 6.** Além da singularidade de terem sido construídos em Espanha com capital português, os caminhos de ferro de Salamanca à fronteira de Portugal destacaram-se pelas dificuldades que colocaram aos seus construtores, evidentes nesta imagem de um viaduto no troço ferroviário em direção a Barca de Alva, em curva, que deixava a paisagem do vale do Águeda para se internar quase de imediato num túnel. Biel sempre soube realçar a estrutura tecnológica sem obliterar a paisagem natural envolvente. Deste modo, evocava as dificuldades da construção e o esforço dos engenheiros e trabalhadores.

**Fonte:** BNP, Emílio Biel, *Album dos Caminhos de Ferro de Salamanca à Fronteira de Portugal*, Viaduto de Poyo Valiente, E. A. 363 A.

## **A dimensão material da fotografia: da narrativa do álbum à imprensa ilustrada**

Além de todos estes aspetos simbólicos, os álbuns e as fotografias que os compõem possuem uma dimensão material, que influencia a organização e transmissão da informação visual, na medida em que são objetos físicos, que são produzidos, distribuídos, movidos e consumidos entre/em diferentes espaços (EDWARDS e HART 2004a; 2004b).

A primeira funcionalidade dessa dimensão refere-se à capacidade da fotografia de atuar como veículo, uma aptidão que lhe foi reconhecida quase desde o momento da sua invenção (PEREIRA 2022b: 323-327). Como qualquer

outro veículo transporta diferentes mercadorias ou passageiros, a fotografia pode transportar ideias, representações, percepções e ideologia. Em meados do século XIX, a fotografia era considerada o caminho de ferro e o telégrafo da arte e elogiada pela sua faculdade de transportar os observadores para as paragens que retratava (ou o contrário: conduzir horizontes longínquos até aos olhos dos observadores), reduzindo assim a distância entre ambos (NATALE 2012: 453). A imagem fotográfica tornou-se um dos objetos mais propensos à mobilidade, globalização e transnacionalismo, quer quando circulava materialmente, quer quando era produzida num local e revelada ou publicada noutra (ACAR 2013: 77-78; VICENTE 2012: 438). Este entendimento vai ao encontro da teoria dos estudos de mobilidade, que considera que os próprios lugares podem viajar (SHELLER e URRY 2006: 214).

No caso dos álbuns ferroviários aqui analisados, atuaram como veículos que transportavam o ideal construído de *progresso* assente no sublime associado à locomotiva e ao caminho de ferro. Levava ainda os observadores até às novas paragens apropriadas pela ferrovia, as quais eram também conduzidas para outros locais e para outros olhares. É sobejamente conhecido que estes álbuns viajaram até diversas Exposições Universais e outros fóruns técnicos, transportando consigo a narrativa modernizadora e a apropriação territorial que lhes estava subjacente (MACEDO 2012: 301 e 319-322).

Uma segunda vertente da dimensão material da fotografia está ligada ao próprio formato do álbum fotográfico. Ao agregar fotografias ligadas entre si, o álbum produz uma sucessão de imagens com mais significado que a mera soma das várias partes que o constituem. Deste modo, a materialidade torna-se indissociável dos significados da imagem (EDWARDS e HART 2004b: 48). A forma como as imagens estão organizadas dentro do álbum remete para uma narrativa visual de uma viagem com uma sequência lógica, geográfica ou cronológica (ALMEIDA 2018; MACEDO 2012: 307-309; SCHIVELBUSCH 1986). Os álbuns dos caminhos de ferro do Minho, Douro, Beira Alta, Tua e Salamanca conduzem o observador num périplo entre os pontos iniciais e finais das linhas. O álbum da inauguração do caminho de ferro do Vouga remete para uma jornada mais lenta e detalhada, em que o viajante saía da linha e ia visitar as localidades (Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis) e atrações mais próximas (fábricas, minas, termas), regressando depois ao comboio para continuar o trajeto. A viagem oferecida pelo álbum da ponte Maria Pia é feita através do tempo, com diversas paragens em momentos específicos da construção da obra.

Continuando na metáfora do veículo, o seu impacto numa sociedade depende do seu alcance e capacidade de transporte. O mesmo raciocínio pode

ser aplicado à fotografia na sua condição de veículo. Se o raio da sua circulação se limitar a um grupo restrito, as representações e mensagens que acarreta não são disseminadas tão vastamente como se, por exemplo, for publicada na imprensa ilustrada.

Nas primeiras décadas após a invenção da fotografia, a sua reprodução era uma atividade morosa e dispendiosa. A invenção da fototipia na década de 1860 (DEFIBAUGH 1997: 8-13), introduzida em Portugal por Emílio Biel e Carlos Relvas na década seguinte (SENA 1998: 97), permitiu a edição de álbuns fotográficos, mas o uso da fotografia na imprensa continuava a ser técnica e financeiramente impraticável. Durante algum tempo, os jornais e revistas recorreram à xilogravura, uma técnica que gravava cópias das fotografias em blocos de madeira, que eram depois usados para reproduzir as imagens. Em finais do século XIX, o desenvolvimento do *halftone* facilitou a reprodução de fotografias na imprensa. Neste método, as fotografias eram, elas próprias, fotografadas através de um vidro marcado com uma malha de linhas finas sobre uma placa de zinco. Esta era coberta com ácido que separava as áreas escuras e as áreas claras (BEEGAN 2008: 105-106; FANG 1997: 54). Tal como as inovações no transporte permitiram ampliar o seu alcance, os melhoramentos na reprodução fotográfica conduziram a que a fotografia chegasse a grupos mais abrangentes.

A circulação, repetição e acumulação material de imagens transmitindo as mesmas representações, apropriações territoriais e construções socioculturais contribuíram para a criação de uma experiência social comum entre os consumidores da imprensa ilustrada (ANDERSON 1983: 39-40; BEEGAN 2008: 1, 3, 21-24; CRESSWELL 2010: 551-552; GREEN-LEWIS 1996: 113; CLARK 1969: 297 e 318).

Algumas das imagens ferroviárias dos álbuns de Biel beneficiaram de uma importante divulgação na imprensa ilustrada da época, sobretudo nas revistas *O Occidente* (publicada desde 1878) e *Ilustração Portuguesa* (a partir de 1903), os dois mais importantes periódicos ilustrados portugueses entre o último quartel do século XIX e o primeiro quartel do século XX. A sua tiragem não era muito significativa, mas ambos possuíam redes de distribuição espalhadas por Portugal e colónias. O preço de venda ao público era alto, mas acessível a muitos, que depois partilhavam os conteúdos das suas páginas com os demais (TENGARRINHA 2013: 865-866). *O Occidente* destacou-se por recorrer profusamente à publicação de xilogravuras de fotografias até ter implementado o *halftone* a partir de inícios do século XX. Já a *Ilustração Portuguesa* recorreu quase exclusivamente à impressão por *halftone* (SOUSA 2017: 575-592).

Fotografias dos álbuns ferroviários da Beira Alta, Douro e Vouga foram

reproduzidas nas páginas d'O *Occidente* (em vários números entre maio de 1882 e agosto de 1886) e da *Ilustração Portuguesa* (janeiro de 1909). Imagens da linha do Tua serviram também de inspiração para alguns desenhos de Rafael Bordalo Pinheiro na revista satírica *Pontos nos ii* (LAGE 2014: 72-78).

As xilogravuras d'O *Occidente* tinham a particularidade de, na legenda, indicar que eram produzidas a partir de fotografias, como se para beneficiar da objetividade atribuída à imagem fotográfica. Tomando disto partido, os entalhadores frequentemente adicionavam alguns detalhes à imagem original para aumentar o impacto visual da gravura. Esta era uma prática comum na imprensa ilustrada que recorria à xilogravura. O *halftone* não necessitava de incluir essa informação na legenda, se bem que fosse igualmente possível adulterar a imagem original para realçar alguns aspetos (BEEGAN 2008: 156 e 177; FLINT 2000: 1; MARTIN 2006: 43-44; MARTINS 2014: 101).

Era nesta fase que as representações e mensagens a que aludi anteriormente se tornavam públicas e circulavam por uma comunidade mais ampla através do veículo-fotografia. Considerando a cobertura nacional d'O *Occidente* e da *Ilustração Portuguesa*, a ideologia de *progresso* criada pela fotografia ferroviária era percebida e assimilada por milhares de consumidores dos jornais.

Um outro aspeto relevante da divulgação da fotografia pela imprensa ilustrada respeita à publicitação de zonas do território nacional como atrações turísticas. Historicamente, a expansão das redes ferroviárias favoreceu o desenvolvimento do turismo e das viagens de lazer (SIMMONS 1984). Portugal não foi exceção e a partir de finais do século XIX nota-se o estabelecimento de uma relação simbiótica entre o caminho de ferro e o turismo (RIBEIRO 2009).

A imprensa ilustrada favoreceu a criação e fortalecimento dessa relação ao publicitar, através de fotografias e descrições textuais, as atrações turísticas e paisagens servidas ou criadas pelo caminho de ferro e a própria ferrovia. Os álbuns ferroviários do Douro, Beira Alta e do Vouga foram xilogravados ou reproduzidos com o *halftone* quase na sua totalidade, acompanhados de textos que descreviam e elogiavam as paisagens ao longo da viagem e as diversas atrações onde se podia chegar de comboio (PEREIRA 2021b: 169 e 173). O álbum do caminho de ferro do Vouga foi especialmente concebido com intuítos de promoção turística pela forma como foi composto (uma narrativa visual lenta, na qual o passageiro sai várias vezes do comboio para visitar localidades próximas à via-férrea, como já referi) e pelas próprias fotografias retratando as diversas atrações visitáveis a partir da linha (fig. 7).



**Fig. 7.** Ponte sobre o rio Vouga na passagem do caminho de ferro homónimo pelas termas de São Pedro do Sul. Além dos aspetos mencionados anteriormente, esta fotografia de Emílio Biel tinha o objetivo claro de publicitar a região e o seu potencial turístico (ligado à estância termal local). Os estabelecimentos termais foram uma das principais atrações turísticas publicitadas pela imprensa ilustrada em finais do século XIX e inícios do século XX, graças à combinação entre fotografia e textos apelativos (PEREIRA 2021b: 177-178).

**Fonte:** *Ilustração Portuguesa*, 2:150, 4 de janeiro de 1908: 839. O original está preservado em: CPF-CALVB, *Inauguração do Caminho de Ferro do Vale do Vouga*, fot. 24, PT/CPF/CNF-CALVB/0009/24, [digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=87237](https://arquivos.pt/details?id=87237).

A narrativa visual de lazer proporcionada pelo álbum do Vouga era reforçada pelos textos da *Ilustração Portuguesa* (2:150, 4 de janeiro de 1908: 833-834 e 839), que elogiavam “um dos mais interessantes espetáculos paisagistas do Norte de Portugal”, a “admirável vista panorâmica até ao mar” visível desde Arrifana, “os deliciosos bosques” em torno de Cucujães ou o “castelo histórico” de Santa Maria da Feira “de que se alcança um admirável ponto de vista”. Narrativa visual e narrativa textual aliavam-se para promover a região.

## Conclusão

A fotografia tem, de há umas décadas a esta parte, conquistado o seu lugar como fonte primária de primeira ordem, deixando de ser vista como um mero acessório ilustrativo da narrativa histórica. Neste artigo, segui essa tendência e olhei para as fotografias dos álbuns ferroviários portugueses de finais do século XIX e início do século XX como fontes de informação.

Apesar de muitos destes álbuns já terem sido analisados no passado por diversos autores, sob diferentes perspetivas, as suas imagens continuam a

abrir janelas para o passado e a oferecer informação sobre o contexto histórico português coevo.

Às reflexões já feitas no passado por outros autores sobre a importância da fotografia para a afirmação de ideia de progresso tecnocientífico da Regeneração, para a criação de paisagens tecnológicas, onde as infraestruturas se naturalizavam na paisagem, e para a afirmação sociopolítica dos engenheiros, adicionei o papel daquela tecnologia na apropriação territorial das periferias nacionais, na representação da velocidade como elemento fulcral do progresso e a dimensão material das imagens fotográficas, como veículos que transportam percepções, ideologia e lugares, sobretudo quando entraram na autoestrada da informação da imprensa ilustrada.

A fotografia tem um enorme potencial para ser usada na análise histórica, como mostrei neste artigo. Considerando ainda a disponibilidade atual de acervos online de fontes fotográficas, espero contribuir com este estudo para um maior recurso a este manancial de informação para estudos sobre os séculos XIX, XX e XXI em Portugal, sobretudo na história dos transportes, mas não só.

## Fontes

- Biblioteca Nacional de Portugal, Emílio Biel, Album dos Caminhos de Ferro de Salamanca à Fronteira de Portugal, Viaduto de Poyo Valiente, E. A. 363 A. Centro Português de Fotografia, Coleção Alcídia e Luís Viegas Belchior, Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portuguezes, PT/CPF/CNF-CALVB/0002, disponível em [digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=86843](http://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=86843).
- Centro Português de Fotografia, Coleção Alcídia e Luís Viegas Belchior, Chemin de Fer Portugais de la Beira Alta, PT/CPF/CNF-CALVB/0005, disponível em [digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=86846](http://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=86846).
- Centro Português de Fotografia, Coleção Alcídia e Luís Viegas Belchior, Inauguração do Caminho de Ferro do Vale do Vouga, PT/CPF/CNF-CALVB/0009, [digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=87087](http://digitarq.cpf.arquivos.pt/details?id=87087).
- Diario da Camara dos Deputados (1875, 1880). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Diario do Governo (1868). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Diario Illustrado (1877). Lisboa: Imprensa de Souza Neves.
- Illustração Portuguesa (1908). Lisboa: Empreza do Jornal O Seculo.

## Bibliografia

- ABRAGÃO, Frederico Quadros (1956). *Cem Anos de Caminhos de Ferro na Literatura Portuguesa*. Lisboa: CP.
- ACAR, Sibel (2013). "Intersecting Routes of Architectural Travel, Photography, and Survey Books in the Nineteenth Century", in Micheline Nilsen (ed.), *Nineteenth-Century Photographs and Architecture. Documenting History, Charting Progress, and Exploring the World*. Londres: Ashgate, 75-92.
- ALEGRIA, Maria Fernanda (1990). *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910): as vias e o tráfego*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- ALMEIDA, Pedro Lopes de (2018). "The Past is a Foreign Photo: Image and Travel Writing in the Benguela Railway, Angola, 1920-1930". *E-Journal of Portuguese History*, 16, 1, 75-95. DOI: 10.7301/Z018351S.
- ANDERSON, Benedict (1983). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso.
- AUPHAN, Etienne (2005). "Qu'est-ce que le paysage ferroviaire? Défrichement d'un concept". *Revue d'histoire des chemins de fer*, 32-33, 1-22.
- BAPTISTA, Paulo (2010). *A Casa Biel e as suas edições fotográficas no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: Colibri.
- BAPTISTA, Paulo (2014). "Revealing Nature: Landscape Photographic Publication Before 1910". *Gardens & Landscapes of Portugal*, 2, 45-59.
- BAPTISTA, Paulo (2015). "A new visual perspective of Portugal. Emílio Biel's Art and Nature in Portugal", in *The Portugal of Emílio Biel*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 63-84.
- BARTHES, Roland (1972). *Mythologies*. Nova York: Noonday Press.
- BARTHES, Roland (1981). *Camera Lucida. Reflections on Photography*. Nova York: Hill & Wang.
- BEEGAN, Gerry (2008). *The Mass Image. A Social History of Photomechanical Reproduction in Victorian London*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- BEIRA, Eduardo Beira (ed.) (2014). *A linha do Tua, 1887, e as fotografias de E. Biel*. Porto: FOZTUA.
- BENOIST, Alain de (2008). "A Brief History of the Idea of Progress". *The Occidental Quarterly*, 8, 1, 7-16.
- BROLLO, Andresa Poleis (2023). "Fotografias de Estradas de Ferro: estudo da produção fotográfica para a Companhia Paulista de Estrada de Ferro no Arquivo Público do Estado de São Paulo". Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Estadual Paulista.
- CAMINHOS do ferro e da prata. *Linhas do Douro e do Minho. Fototipias de Emílio Biel, 1887* (2013). Lamego: Museu de Lamego.

- CARNEIRO, Ana; MOTA, Teresa Salomé; AMARAL, Isabel (eds.) (2021). “Identidade e «Missão Civilizadora». Séc. XIX”, in Ana Simões e Maria Paula Diogo (eds.), *Ciência, Tecnologia e Medicina na Construção de Portugal*. Lisboa: Tinta da China, vol. 3.
- CASTRO, Leonel de (2014). “As fotografias de Biel sobre a linha do Tua: uma análise crítica”, in Eduardo Beira (ed.), *A linha do Tua, 1887, e as fotografias de E. Biel*. Porto: FOZTUA, 59-63.
- CLARK, Terry N. (ed.) (1969). *Gabriel Tarde: On Communication and Social Influence*. Chicago: University of Chicago Press.
- COSTA, Fernanda Madalena; JARDIM, Maria Estela (eds.) (2014). *100 Anos de Fotografia Científica em Portugal (1839-1939)*. Lisboa: Edições 70.
- CRESSWELL, Tim (2010). “Mobilities I: Catching up”, *Progress in Human Geography*, 35, 4, 550-558. DOI: 10.1177/0309132510383348.
- DASTON, Lorraine; GALISON, Peter (2007). *Objectivity*. Nova York: Zone Books.
- DEFIBAUGH, Denis (1997). “The Collotype: History, Process, & Photographic Documentation”. Dissertação de Mestrado. Rochester: Rochester Institute of Technology.
- DIVALL, Collin (2014). “Mobilities and transport history”, in Peter Adey; David Bissell; Kevin Hannam; Peter Merriman e Mimi Sheller (eds.), *The Routledge Handbook of Mobilities*. Londres: Routledge, 36-44.
- DUBOIS, Philippe (1992). *O Acto Fotográfico*. Lisboa: Vega.
- EDWARDS, Elizabeth; HART, Janice (2004a). “Introduction. Photographs as objects”, in Elizabeth Edwards e Janice Hart (eds.), *Photographs, Objects, Histories. On the materiality of images*. Londres: Routledge, 1-15.
- EDWARDS, Elizabeth; HART, Janice (2004b). “Mixed box. The cultural biography of a box of ‘ethnographic’ photographs”, in Elizabeth Edwards e Janice Hart (eds.), *Photographs, Objects, Histories. On the materiality of images*. Londres: Routledge, 48-64.
- FANG, Irving (1997). *A History of Mass Communication. Six Information Revolutions*. Boston: Focal Press.
- FLINT, Kate (2000). *The Victorians and the visual imagination*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FLORES, Teresa Mendes (2014). “A preto e branco: folheando os relatórios médicos da Diamang”, in Filipa Lowndes Vicente (ed.), *O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português*. Lisboa: Edições 70, 223-242.
- FORTIER-KRIEGEL, Anne (2005). “Les «grands sites» créés par les ouvrages d’art ferroviaires”. *Revue d’histoire des chemins de fer*, 32-33, 93-100.
- FOSTER, Jeremy (2003). “Capturing and Losing the ‘Lie of the Land’: Rail-

- way Photography and Colonial Nationalism in Early Twentieth-Century South Africa”, in Joan M. Schwartz e James R. Ryan (eds.), *Picturing Place. Photography and the Geographical Information*. Nova York: Tauris, 141-161.
- FREUND, Gisèle (1980). *Photography & Society*. Boston: David R. Godine.
- GREEN-LEWIS, Jennifer (1996). *Framing the Victorians*. Ítaca: Cornell University Press.
- JACKSON, John Brinckerhoff (1984). *Discovering the Vernacular Landscape*. New Haven: Yale University Press.
- JUSTINO, David (1988). *A Formação do Espaço Económico Nacional*. Lisboa: Vega.
- KÄRRHOLM, Mattias (2012). *Retailising Space. Architecture, Retail and the Territorialisation of Public Space*. Burlington: Ashgate.
- KASSON, John F. (1976). *Civilizing the Machine: Technology and Republican Values in America, 1776-1900*. Nova York: Grossman Publishers.
- KELSEY, Robin (2016). “Is Landscape Photography”, in Gareth Doherty e Charles Waldheim (eds.), *Is Landscape...? Essays on the Identity of Landscape*. Londres: Routledge, 71-92.
- KRANZBERG, Melvin (1986). “Technology and History: ‘Kranzberg’s Laws’”. *Technology and Culture*, 27, 3, 544-560. DOI: 10.2307/3105385.
- LAGE, Otilia (2014). “Arte e Técnica: A fotografia de E. Biel e a caricatura de Rafael Bordalo Pinheiro sobre a inauguração da linha do Tua”, in Eduardo Beira (ed.), *A linha do Tua, 1887, e as fotografias de E. Biel*. Porto: FOZTUA, 59-63.
- LEVY, Maurício (1981). “O primeiro comboio de Lisboa ao Carregado”. *História*, 36-37, 2-27.
- MACEDO, Marta Coelho de (2012). *Projectar e Construir a Nação. Engenheiros, ciência e território em Portugal no século XIX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MAGALHÃES, Manuel (2015). “Emílio Biel: Some notes for a biography”, in *The Portugal of Emílio Biel*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 49-62.
- MARTIN, Michèle (2006). *Images at war. Illustrated periodicals and constructed nations*. Toronto: University of Toronto Press.
- MARTINS, Leonor Pires (2014). *Um Império de Papel. Imagens do Colonialismo Português na Imprensa Periódica Ilustrada (1875-1940)*. Lisboa: Edições 70.
- MATOS, Ana Cardoso de (2013). “Paisagem, Caminho-de-ferro e Património: espaços, estruturas, imagens e narrativas”, in Isabel Lopes Cardoso (ed.), *Paisagem e Património. Aproximações Pluridisciplinares*. Évora: Dafne, 129-152.
- MATOS, Ana Cardoso de (2014). “Os testemunhos fotográficos da obra pública em Portugal”, in Inmaculada Aguilar e Sergi Doménech (eds.), *Fotografia y Obra Pública*. Valencia: Conselleria d’Infraestructures, Territori i Medi Ambient, 11-29.

- NATALE, Simone (2012). “Photography and Communication Media in the Nineteenth Century”. *History of Photography*, 36, 4, 451-456. DOI: 10.1080/03087298.2012.680306.
- NYE, David E. (1999). *American Technological Sublime*. Cambridge: The MIT Press.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2017). “The technodiplomacy of Iberian transnational railways in the second half of the nineteenth century”. *History and Technology*, 33, 2, 175-195. DOI: 10.1080/07341512.2017.1317847
- PEREIRA, Hugo Silveira (2021a). “Appropriation, Integration, and Nation Building: Portuguese Railways in the Second Half of the Nineteenth and Early Years of the Twentieth Century”. *Social Science History*, 45, 2, 391-416. DOI: 10.1017/ssh.2021.4.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2021b). “Harbinger of progress: Portuguese illustrated journal O Occidente in the late nineteenth century (1878-1899)”. *Historia y Comunicación Social*, 26, 1, 165-180. DOI: 10.5209/hics.66894.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2022a). “Herald of progress: Karl Emil Biel’s photographs of the technical modernisation of Portugal”. *Photographies*, 15, 1, 101-123. DOI: 10.1080/17540763.2021.1979087.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2022b). “Photography and transport history: a speculative approach to a theoretical framework”. *The Journal of Transport History*, 43, 2, 312-332. DOI: 10.1177/00225266221091050.
- PEREIRA, Hugo Silveira (2023). “The Camera and the Railway: Framing the Portuguese Empire and Technological Landscapes in Angola and Mozambique, 1880s-1910s”. *Technology and Culture*, 64, 3, 737-759. DOI: 10.1353/tech.2023.a903971.
- PINHEIRO, Magda (1995). “L’Histoire d’un divorce: L’Intégration des chemins de fer Portugais dans le réseau Ibérique”, in Michèle Merger; Albert Carreras e Andrea Giuntini (eds.), *Les réseaux européens transnationaux XIXe-XXe siècles: quels enjeux?*. Nantes: Ouest Éditions, 335-349.
- PINHEIRO, Magda (2001). “Transportes”, in Nuno Valério (ed.), *Estatísticas Históricas Portuguesas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 357-396.
- PINHEIRO, Nuno (2010). “A mão de Afonso Costa”. *Ler História*, 59, 273-282. DOI: 10.4000/lerhistoria.1421.
- PURCAR, Cristina (2019). “Photography, Railways and Landscape in Transylvania, Romania: Case Studies in Digital Humanities”, in Thomas Coomans; Bieke Cattoor e Krista de Jonge (eds.), *Mapping Landscapes in Transformation. Multidisciplinary Methods for Historical Analysis*. Leuven: Leuven University Press, 149-174.
- RIBEIRO, Elói Figueiredo (2009). “A Gazeta dos Caminhos de Ferro e a

- Promoção do Turismo em Portugal (1888-1940)”. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, 14, 837, s. p.
- SANTOS, Clemente José dos (ed.) (1884). *Caminhos de ferro. Pareceres parlamentares de 1845 a 1884*. Lisboa: Biblioteca da Assembleia da República.
- SCHIVELBUSCH, Wolfgang (1986). *The Railway Journey. The Industrialization of Time and Space in the 19th Century*. Albany: State University of New York.
- SENA, António (1998). *História da Imagem Fotográfica em Portugal – 1839-1997*. Porto: Porto Editora.
- SERÉN, Maria do Carmo (1993). *No Trilho dos Cavalos de Ferro*. Coimbra: Encontros de Fotografia.
- SERÉN, Maria do Carmo (1997). “Um discurso ou uma memória”, in M. Teziza Siza e Peter Weieramr (eds.), *Livro de Viagens. Fotografia Portuguesa 1854-1997*. Zurique: Stemmler, 14-31.
- SHELLER, Mimi; URRY, John (2006). “The new mobilities paradigm”. *Environment and Planning A*, 38, 207-226. DOI: 10.1068/a37268.
- SIMMONS, Jack (1984). “Railways, Hotels, and Tourism in Great Britain 1839-1914”. *The Journal of Contemporary History*, 19, 201-222. DOI: 10.1177/002200948401900203.
- SONTAG, Susan (1986). *Ensaio Sobre Fotografia*. Lisboa: D. Quixote.
- SOUSA, Fernando de (1978). “A Salamancada e a Crise Bancária do Porto”. *Nummus*, 2, 1, 131-160.
- SOUSA, Jorge Pedro (2017). “Subsídio para o Estudo das Origens do Jornalismo Iconográfico em Portugal: Revistas Ilustradas, Gravura e Fotografia (1835-1914)”, in Teresa Antas de Barros; Sónia Ferreira; Paula Lobo; Salomé Morais; Paula Rodrigues; Filomena Sobral e Luís Sousa (eds.), *Ciências da Comunicação. Vinte Anos de Investigação em Portugal*. Lisboa: Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação, 574-599.
- TENGARRINHA, José (2013). *Nova história da imprensa portuguesa das origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- TRACHTENBERG, Alan (2013). “Introdução”, in Alan Trachtenberg (ed.), *Ensaio Sobre Fotografia de Niépce a Krauss*. Lisboa: Orfeu Negro, 11-24.
- VICENTE, Filipa Lowndes (2012). “Fotografia e colonialismo: para lá do visível”, in Miguel Bandeira Jerónimo (ed.), *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX)*. Lisboa: Edições 70, 423-453.
- VLEUTEN, Erik van der (2006). “Understanding Network Societies. Two Decades of Large Technical System Studies”, in Erik van der Vleuten e Arnje Kaijser (eds.), *Networking Europe. Transnational Infrastructures and the Shaping of Europe, 1850-2000*. Sagamore Beach: Science History Publications, 279-314.



# Trabalhadores Rurais e Sindicalismo: análise da luta de classes no primeiro movimento sindicalista rural em Évora (1910-1912)<sup>1</sup>

*Rural Workers and Unionism: class struggle on Evora's first rural unionist movement (1910-1912)*

**JOÃO GABRIEL CAIA**

Universidade de Évora, Instituto de História Contemporânea, IN2PAST - Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território

joao.caia@fa.uevora.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5863-911X>

Texto recebido em / Text submitted on: 19/12/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 25/03/2024



**Resumo.** Na sequência da Revolução Republicana emergiu no Alentejo, perante a surpresa de todos os espectros políticos e sociais (desde republicanos a anarquistas), uma série de conflitos sociais de trabalhadores rurais cuja ação e consequência foram muito para além do habitual banditismo associado à carestia de vida. A materialização destes conflitos em dinâmicas próprias de movimentos sociais rurais, através da prática de greves organizadas e reivindicações coletivas politizadas, apresentavam uma novidade na realidade laboral dos campos do Alentejo e, nesse sentido, merecem um estudo aprofundado. Neste artigo, com recurso a um conjunto de documentação inédita do Arquivo Distrital de Évora, pretendemos dissecar a dinâmica da primeira eclosão sindical da história do trabalho rural em Portugal, assim como o seu impacto na sociedade rural eborense através do movimento grevista que despoletou, culminando na Greve de Évora em janeiro de 1912.

**Palavras-chave.** Trabalhadores Rurais, Sindicalismo, Évora, Luta de Classes.

**Abstract.** Following the Republican Revolution, a series of social conflicts by rural workers emerged in Alentejo, to the surprise of all political and social spectrums (from republicans to anarchists), whose actions and consequences went far beyond the usual banditry associated with the cost of living. The materialisation of these conflicts into dynamics specific to rural social movements, through the practice of organised strikes and politicised collective demands, was a novelty in the labour reality of the Alentejo countryside and, in this sense, deserves in-depth study. In this article, using a set of unpublished documents from the Evora District Archive, we intend to dissect the dynamics of the first union outbreak in the history of rural labour in Portugal, as well as its impact on rural society in Évora through the strike movement it triggered, ending with the Evora Strike of January 1912.

**Keywords.** Rural Workers, Unionism, Evora, Class Struggle.

<sup>1</sup> O presente artigo apresenta uma versão revista e melhorada dos principais resultados da dissertação de Mestrado em História, defendida em 2023 na NOVA FCSH, com o título “Trabalhadores Rurais e Sindicalismo: história do primeiro movimento em Évora durante a Revolução Republicana (1910-1914)”.

## Introdução

A problemática dos trabalhadores rurais do Alentejo nos primeiros anos da República não beneficia de recorrentes revisitações na historiografia portuguesa. Na verdade, a esmagadora maioria da historiografia existente foi produzida nas décadas de 70 e 80 do século passado, à exceção de estudos mais recentes (publicados já no decorrer da nossa investigação) de Jesus Cardeñoso (2018, 2021), que introduz uma abordagem focada na conflitualidade associada aos crimes de subsistência e ao protesto social inorgânico, adaptando, em certa medida, para a realidade alentejana as formulações teóricas e as perspetivas de análise que Scott (1985) desenvolveu em *Weapons of the Weak*. Segundo Scott, os conflitos serão permanentes por serem inerentes à própria relação laboral e de poder vigente. Portanto, mesmo não existindo sindicalismo, há – conforme concetualiza – um “trade unionism without trade unions” que se pode verificar nas queixas contra o uso de máquinas ou na vigilância constante pelos patrões contra possíveis roubos de colheitas durante o trabalho (SCOTT 1985: 255).

Sob o ponto de vista das fontes, a maioria da historiografia encontra-se limitada ao estudo da imprensa local e sindicalista, devido à inacessibilidade de então aos arquivos dos Governos Civis e dos Tribunais da Comarca, entre outros, e, sob o ponto de vista das perspetivas de análise adotadas, influenciadas pelo rescaldo do processo de Reforma Agrária, que motivou a investigação histórica por antecedentes explicativos das ocupações de terras por trabalhadores rurais. Não obstante, teve o mérito de inaugurar a investigação histórica sobre as greves rurais de 1911 e 1912. É o caso, por exemplo, dos trabalhos de António Ventura (1976; 1977), José Pacheco Pereira (1980; 1982), Ana Paula Pereira (1983) e Eduardo Raposo (2001). Os estudos referidos consolidam a tese da espontaneidade do movimento sindical que aqui pretendemos contestar e complexificar a partir das novas fontes disponíveis.

Na medida em que a problemática da eclosão do sindicalismo no trabalho rural será estruturante no nosso artigo, foi-nos essencial recorrer também a obras dedicadas a antecedentes de conflitos sociais em sociedades rurais, problematizando a economia moral, como José Tengarrinha (1992) o fez para os séculos XVIII e XIX em Portugal, na senda da originalidade metodológica com que E.P. Thompson (2008) estudou a Inglaterra do século XVIII.

No que concerne ao desenvolvimento da organização sindical dos trabalhadores rurais, durante e a partir das greves, este artigo beneficiou ainda dos trabalhos de Manuel Villaverde Cabral (1988) sobre as forças políticas e sociais que protagonizaram a Primeira República; de Diego Palacios Cerezales (2011) sobre o papel da repressão legal no regime republicano; de Fernando

Catroga (2010), cujo trabalho demonstra a dimensão do republicanismo enquanto movimento ideológico e político; e de Fernanda Rollo e Fernando Rosas (2011) pelas diferentes e atualizadas visões de conjunto que a sua obra coletiva proporciona sobre a Primeira República.

Finalmente, verificamos que a conjuntura socioeconómica que caracterizou o Alentejo entre o século XIX e o início do século XX foi decisiva para compreender a formação social do sindicalismo entre trabalhadores rurais. Referimos principalmente os trabalhos de Hélder Adegar Fonseca (1996), sobre o desenvolvimento do setor agrícola no Alentejo e o impacto socioeconómico do protecionismo na produção cerealífera; de Conceição Martins (1997), sobre a relação entre trabalho e condições de vida de que resultou o predomínio da pobreza entre assalariados; de Luís Espinha da Silveira (1991), sobre a distribuição de propriedade no distrito de Évora após a venda de bens nacionais que justificaria o desigual acesso à terra e o aumento de proletarianização na população rural; e de João Freire (1992), que analisou as dinâmicas dos diversos grupos anarquistas e operários e a sua evolução sindicalista na primeira metade do século XX, ainda que também tenha trabalhado esta problemática para o meio rural durante a República (2004).

Neste artigo analisamos a organização sindicalista dos trabalhadores rurais de Évora nos primeiros dois anos após a Revolução Republicana. A escolha deste curto arco temporal explica-se por nos querermos focar na organização sindicalista durante as greves, e ao facto de a quantidade de documentação de arquivo o justificar, impedindo inclusive um prolongamento cronológico da análise. Além disso, o importante período subsequente, até à Primeira Guerra Mundial, quando este sindicalismo conheceu uma reorganização de influência anarquista, já foi por nós estudado, daí resultando uma publicação (CAIA 2023).

Recorrendo principalmente a documentação inédita proveniente do Fundo do Tribunal da Comarca de Évora (adiante abreviado TCEVR), depositado no Arquivo Distrital de Évora (adiante abreviado ADEVR), propomos cruzar novos dados com outras fontes secundárias e literatura já existente, para compreender a dinâmica sindicalista nesta época e, sobretudo, os motivos e a orgânica do primeiro movimento sindicalista e grevista de trabalhadores rurais na história portuguesa que despontou em Évora. O recurso a processos judiciais, fontes nunca analisadas na história deste movimento, configura uma novidade para a historiografia existente sobre estas greves, com especial relevância por conter documentação apreendida à ATR de Évora. A descoberta da importância deste Fundo do TCEVR foi fortuita, uma vez que a equipa do ADEVR se encontrava a tratá-lo e inventariá-lo quando iniciámos a investigação no arquivo. A ausên-

cia de tratamento arquivístico justifica que esta documentação tenha estado inacessível até então. Consideramos que este *corpus* permite uma releitura mais apurada dos acontecimentos protagonizados pelos trabalhadores rurais de Évora durante os primeiros dois anos republicanos.

## 1. O processo de sindicalização em curso (1910-1911)

Numa obra seminal de sociologia histórica, João Freire (1992: 123) contabilizou a evolução dos sindicatos de trabalhadores rurais: se em 1910 eram 4, até 1915 já se tinham formado 168 sindicatos representativos de trabalhadores rurais, representando 40% do panorama nacional sindical. Esta eclosão sindicalista rural colocou o Alentejo como a região que tinha um maior número de sindicatos durante o período republicano (193, 25% do total). Assim, para o período republicano é possível concluir que se verificou uma explosão do sindicalismo rural no Alentejo, ainda mais impressionante se tivermos em conta que até então não se encontra nas fontes qualquer registo de semelhante movimento entre trabalhadores rurais, cuja ação de contestação se dava exclusivamente mediante atos de subsistência, conforme demonstraram Tengarrinha (1992) ou Pereira (1980). João Freire, aliás, também verificou que “Até à queda da Monarquia, não parece haver influência, atenção ou dinâmica própria que minimamente articule ou integre o movimento operário com movimentos sociais rurais” (2004: 108). Esta distância de movimentos sociais rurais com o movimento operário foi reiterada por Alexandre Vieira (1880-1974). Destacado sindicalista durante a Primeira República, Vieira reportou que no Congresso Nacional Operário, em julho de 1909, e no Congresso Sindical Cooperativista, em setembro de 1909, não reunira nenhuma associação de trabalhadores rurais. No II Congresso Sindicalista, em 1911, esta ausência também se verificou, embora registando-se já uma preocupação pela organização de trabalhadores rurais após as greves ocorridas em Coruche (VIEIRA 1974: 56).

Ainda que, até então, as práticas sindicalistas não se tivessem verificado entre trabalhadores rurais, o sindicalismo – e a sua materialização concreta em organização de greves – não era uma novidade no espaço rural. Isso mesmo demonstraram Tengarrinha (1981) para os corticeiros, identificando 20 greves durante a última década do século XIX (a única profissão rural que identifica na história grevista deste período), e Paulo Guimarães para os mineiros alentejanos, destacando as greves de 1905 em Aljustrel como “o fim de um ciclo em que os conflitos laborais se expressavam através de motins, mais ou menos violentos, para dar início a uma nova fase em que o operariado acabaria por

aparecer como uma força social e politicamente autónoma” (GUIMARÃES 2001: 234).

Apesar de não ter uma expressão eleitoral decisiva no Alentejo até 1910 (CATROGA 2010), o republicanismo dinamizava uma crescente presença política por via da formação de centros e jornais republicanos, além da mobilização de importantes elites republicanas em comícios e palestras, sobretudo a partir de 1906, conforme demonstra Manuel Baiôa. O mesmo autor verificou uma progressiva implantação de comissões concelhias do Partido Republicano Português na ordem de 71% dos concelhos do distrito de Beja, de 54% dos concelhos do distrito de Évora e de 40% dos concelhos do distrito de Portalegre, e de comissões distritais nos três distritos referidos (BAIÔA 2022: 99). Nesta primeira década do século XX, o sindicalismo e o anarquismo davam os primeiríssimos passos no meio rural alentejano – em 1905 havia um sindicato de trabalhadores rurais no Alentejo e Elias Matias, sapateiro então, testemunha que em 1908 fundou o Grupo Anarquista de Propaganda Livre Avante! (MATIAS 1985: 7). Simultaneamente os republicanos aproximavam-se cada vez mais das massas populares e dos anseios do operariado. Como afirmou Alice Samara, esta aproximação deu-se pela “participação de socialistas como oradores nos comícios republicanos ou a ligação de determinados «caudilhos» e figuras republicanas com o mundo operário, fazendo um discurso de clara aproximação face às suas preocupações” (SAMARA 2011: 154). O próprio discurso político republicano tinha na figura do “povo” um elemento retórico importante e seria em defesa da representação de um regime do e para o povo que a persuasão política junto das massas populares se iria fazer, reivindicando medidas como a universalização do voto masculino ou a liberdade de associação. O grau de adesão e confiança nestas promessas merece uma análise cuidada.

Por um lado, temos aqueles que vindo do anarquismo desconfiavam desde sempre da liderança do movimento republicano e apenas o apoiavam pelo interesse comum de derrube da monarquia. Elias Matias, nas memórias que publicou em 1985, confirmou esse pragmatismo, justificando a criação do Grupo Anarquista de Propaganda Livre Avante! com a descrença no republicanismo: “sabíamos que da República nada tínhamos a esperar; apenas um pouco mais de liberdade, mas condicionada às leis burguesas e capitalistas” (MATIAS 1985: 7).

Ainda assim, e conforme verificamos nas fontes, não é possível afirmar uma presença inequívoca do anarquismo no seio das ATR's. O próprio testemunho de Elias Matias revela que a primeira organização de trabalhadores rurais em Comissão para prosseguir com propaganda sindical pelo distrito de Évora em novembro de 1910 se constituiu fora da esfera de influência do seu grupo

anarquista, ainda que a este recorresse para obter documentação oficiosa, como modelos de atas e cópias de estatutos. De acordo com Matias, esta comissão seria constituída por Joaquim Candieira, José Sebastião Cebola, Vital José, Tiago José Varela, Joaquim Fornalha e Jesuíno Madeira, figuras que mais tarde iriam protagonizar as lideranças das ATR's.

Por outro lado, o proletariado rural mostrou-se expectante face ao novo regime republicano. Inferimos esta expectativa no regime já que, mesmo durante o período da greve de janeiro de 1912 – e, portanto, de maior conflitualidade com a autoridade política –, os trabalhadores rurais de Évora, acusados de pertencerem a uma reação monárquica, reafirmaram em comunicado da ATR a sua lealdade ao regime republicano. Diziam:

Com isto queremos dizer que, mesmo postos em movimento, para reivindicação dos nossos direitos, se virmos a Patria em perigo, rotos, nu, cheios de fome, empunharemos armas para defendermos a Republica, porque somos portuguezes, só queremos o progresso e não o retrocesso (ADEVJR/JUD/TCEVR, mç. 342, p. 2936).

Além disso, também comungavam com a vida e a propaganda republicana que então se desenvolvia em Évora, como demonstram documentos relativos ao Centro Republicano Democrático «Liberdade», fundado em Évora em 1906, apreendidos à Associação de Classe dos Trabalhadores Rurais de Évora. Entre eles estavam: uma ficha por preencher de proposta de sócio; um bilhete de divulgação deste; um panfleto “Ao Povo”, anticlerical, e que convidava a “uma conferência só para homens que o sr. dr. Fradinho realiza hoje, 14, sob o thema a Moral dos Jesuítas no Palácio D. Manuel ás 14 horas da tarde” (ADEVJR/JUD/TCEVR, mç. 342).

Simultaneamente, e apesar da Revolução Republicana, foi assumida uma continuidade da política protecionista da Monarquia para fazer face à crise da Agricultura. Segundo Rollo (2011: 236), a aceitação desta continuidade reforçou o peso político dos latifundiários alentejanos, isto é, o agudizar das dificuldades económicas e sociais dos trabalhadores rurais aliou-se a uma conjuntura propícia para a mobilização coletiva e as ATR começaram a formar-se durante o início do ano de 1911, preparando o momento de maior reivindicação laboral no Alentejo para o início do verão, época das ceifas, período de mais trabalho agrícola e maior necessidade de contratação. Ainda assim, não se deve daqui presumir que o sindicalismo foi apenas condicionado à legalização de ATR's. Aliás, boa parte das ATR encontrava-se em situação ilegal ou semilegal durante as greves organizadas em virtude de o Ministério do Fomento ter demorado a

aprovar os seus estatutos. Situação semelhante ocorreu no distrito de Portalegre, como se percebe pela listagem cronológica que, ao longo da sua obra, António Ventura fez dos protestos laborais de trabalhadores rurais e organização das suas ATR's (VENTURA 1976).

Das 17 ATR com processos disponíveis no Fundo Associações de Classe, do Arquivo Histórico na Área Económico-Social (adiante abreviado ARQUESOC), 13 enviaram os seus estatutos para aprovação em 1911 (Alcáçovas, Aldeia do Mato, Azaruja, Estremoz, Évora, Évora-Monte, Lavre, Montemor-o-Novo, Nossa Senhora de Machede, Reguengos, São Manços, Vendas Novas, Vendinha), e 4 enviam apenas em 1912 (Portel, Santiago do Escoural, Juromenha e Terena). Todas definiram como objetivo “estudar a defesa dos interesses económicos dos seus associados”, propondo instituir um sistema mutualista para apoio aos associados em casos de impossibilidade de trabalho por doença; promover aulas noturnas aos associados e filhos; e criar uma biblioteca e adquirir jornais operários. Além disso, as que foram constituídas em 1911 partilhavam o mesmo valor de quota semanal nos 30 reis<sup>2</sup>.

Ainda que tivesse tido a sua Assembleia Geral Estatutária datada de 30 de março de 1911 e a sua aprovação oficial a 31 de maio do mesmo ano, a ATR de Évora teve a sua reunião fundadora a 1 de janeiro, conforme noticiou a imprensa local (*Notícias de Évora*, 1911-01-03: 2). Contudo, a sua organização terá iniciado no mês anterior, logo em dezembro de 1910, com o apoio e influência de outros operários, nomeadamente corticeiros, cuja sede sindical servira de palco para uma reunião preparatória de trabalhadores rurais no dia 18, e republicanos da cidade.

De acordo com a imprensa, nas vésperas dessa reunião haveria cerca de 411 trabalhadores rurais inscritos para fundar a ATR (*Notícias de Évora*, 1910-12-08: 2). Destes, apenas 21 assinaram a ata estatutária: Tiago José Varella; José Silvestre; Joaquim José Candieira (nomeado Presidente); Jesuíno José Madeira; Vital José; António José Manel; José Sebastião Cebola Junior; Pedro Joaquim Baixinho; Joaquim dos Santos Feijão; Francisco António Cebola; Joaquim José Simões Galhardo; João Batista; Manuel Joaquim Fadiga; Joaquim António Fornalha; Francisco de Jesus; José Figueiredo; Joaquim António Barreto; António Maria Chixarro; Manoel Abrantes Bandarra; Francisco José Careca; e José Francisco Galhardo.

Ainda que as fontes não permitam precisar a evolução do número de associados à ATR de Évora, pela mobilização grevista que alcançou inferimos que o número de trabalhadores rurais comprometidos com a mesma ultrapassou os

---

<sup>2</sup> Fundo Associações de Classe, Arquivo Histórico na Área Económico-Social (adiante ARQUESOC), do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

21 que subscreveram a sua fundação. Isto é, provavelmente devemos interpretar os 21 como aqueles disponíveis para tornar público o seu vínculo à ATR.

Terá sido então por via do esforço empregue pelos trabalhadores rurais eborenses sindicalizados – com o presidente Joaquim Candieira à cabeça – que a ATR de Évora se tornou num pólo de propagação sindicalista para os arredores de Évora. A imprensa local, nomeadamente o *Notícias de Évora*, apontavam para estas ações durante os meses de janeiro, fevereiro e março, em zonas rurais, como Igreja, São Manços, Azaruja ou Nossa Senhora de Machede, culminando na fundação de secções sindicais.

Em conjunto com as ATRs dos arredores, a ATR de Évora declarou uma greve durante a última semana de maio de 1911, de forma a impor negociações salariais aos lavradores pelos trabalhos agrícolas já iniciados em virtude da época das ceifas. A sua capacidade de mobilização de trabalhadores rurais foi de tal forma inédita que, por um lado, incentivou a solidariedade de outras classes operárias do concelho, provocando mesmo a não publicação de alguma imprensa<sup>3</sup>, e por outro assustou as “forças vivas” da comunidade (lavradores e proprietários rurais e poder político), levando à mobilização de contingentes militares forasteiros, que se juntaram aos que já estavam aquartelados em Évora.

Considerou-se então que a greve impôs a “paralisação de todas as forças vivas indispensáveis ao bom funcionamento social” e que podia significar a *desordem e a anarchia*, de cariz anti-patriótico (*O Carbonário*, n. 28, 1911-06-07: 2). Ainda que reconhecesse a legitimidade no recurso à greve, a política republicana não a enquadrava positivamente nos valores republicanos e patrióticos. Conforme notou Samara:

No poder, a República decepcionou os operários. A primeira desilusão foi o decreto de dezembro de 1910, que regulamentava o direito à greve. Muito embora, tal como o lock-out, a greve fosse descriminalizada, impuseram-se condicionamentos que dificultaram a sua concretização. O decreto ficou conhecido como o «decreto-burla», justamente por ter defraudado as expectativas do mundo operário (SAMARA 2011: 157).

No dia 2 de junho realizou-se um comício público na Praça de Touros de Évora, que reuniu trabalhadores e lavradores para a negociação da tabela salarial, que aí se definiu. No dia seguinte, pela tarde, a tabela foi aceite e a greve terminou.

Este acordo definiu o pagamento de 700 réis a homens e 500 a mulheres nos meses de verão, e de 400 réis a homens e 200 a mulheres nos meses de

<sup>3</sup> O semanário *O Carbonário*, cuja publicação acontecia aos domingos, apenas publicou o seu nº 28 no dia 7 de junho, uma quarta-feira, justificando o atraso pela adesão solidária à greve de trabalhadores rurais.

inverno. Definiu ainda a abolição do trabalho noturno (exceto em cuidados de animais que o exigissem), o pagamento aos sábados por ser o dia da “larga do trabalho”, e aumentos salariais em função dos bens de primeira necessidade. Para o período das ceifas, relegou a definição dos valores do trabalho infantil para acordo especial entre o menor e o patrão, e definiu 300 réis como pagamento a velhos por trabalhos leves (*O Carbonário*, n. 28, 1911-06-07). Estas condições terão centralidade no desenvolvimento do processo reivindicativo das ATR’s para o resto do Alentejo. Desde logo, seria adotado em outras localidades onde os trabalhadores se organizaram em greve logo após os eborenses. Foram os casos de Montemor-o-Novo, Arraiolos, Alcáçovas, Viana do Alentejo e Vendas Novas, onde as greves também se resolveram quase em simultâneo, pela adoção da mesma tabela, ou muito semelhantes. A greve de Monte Trigo também se resolveu nesta mesma semana, mas ignoramos o acordo alcançado.

A experiência de luta terá sido especialmente importante para facilitar a organização de trabalhadores rurais em Montemor-o-Novo, cuja ATR apenas se procurou oficializar em setembro desse ano. Cerca de uma semana depois, a imprensa daria conta de mais uma greve de trabalhadores rurais de Portel, que num domingo, às 10 horas da manhã, se deslocaram à Câmara para exigir aos lavradores o acordo salarial de Évora. Notamos a cautela noticiada na organização dos trabalhadores, pois o jornalista registou indicações para que “se mantivessem todos na ordem, e que deixassem em casa os cajados” (*O Carbonário*, n. 30, 1911-06-18: 3). O efeito “bola-de-neve”, aqui demonstrado, que foi provocado pela definição e difusão de uma tabela salarial vencedora teve como consequência, em boa parte do distrito de Évora, o incentivo à sindicalização por parte dos trabalhadores rurais.

## **2. Da reação ao Acordo Salarial de Évora à polarização social**

Conforme já verificámos anteriormente, as fontes confirmam uma maior satisfação dos trabalhadores rurais em relação a este acordo. Além disso, as novas fontes a que tivemos acesso, de cariz judicial, confirmam também o descontentamento dos patrões perante os valores acordados. A literatura identificou e demonstrou esse mesmo descontentamento através, sobretudo, da leitura de imprensa que mostra o incumprimento do acordo salarial da jorna mínima de 400 réis durante os meses de inverno. Não obstante, também equaciona uma possível inevitabilidade fruto de se tratar de uma baixa época de trabalho e rendimento (PEREIRA 1982; RAPOSO 2001). Contudo, a nossa investigação

permite afirmar que o acordo salarial do verão de 1911 nunca seria bem aceite pelos patrões e a sua recusa não coincidiu com os meses de inverno, mas sim pouco depois da assinatura do mesmo, entre patrões e trabalhadores.

Um mês após a sua assinatura, nos primeiros dias de julho de 1911, chegaram ao Tribunal da Comarca processos que traduzem esse conflito. Num deles, eram acusadores os trabalhadores Guilherme Prates, Manuel Morgado, António Roberto, Francisco Pereira e José António, que apresentaram uma queixa ao administrador do concelho (por este encaminhada para o delegado do Procurador da República em Évora) contra o proprietário Miguel de Matos Fernandes, por este ter recusado satisfazer o pagamento acordado. Perante a pressão dos trabalhadores o acusado acabaria por ceder no pagamento no dia 21 do mesmo mês, pelo que a acusação seria retirada (ADEVR/JUD/TCEVR, mç. 313, p. 1431). Além disso, o ambiente de conflito não se ficaria pela reação patronal, mas alastraria à própria posição das autoridades relativamente às greves ocorridas. Quando também em julho do mesmo ano decorria a prisão pela polícia civil e a mando do administrador do concelho de Évora de um trabalhador acusado de “incitamento à revolta de classe”, a argumentação utilizada em tribunal fundamentava a detenção do acusado pelo facto de se dirigir para a sede da ATR após ter expressado os seus gritos de ordem na rua e por ser “um dos mais responsáveis pela greve rural” (ADEVR/JUD/TCEVR, mç. 333, p. 2525). O acusado, trabalhador rural de nome Joaquim Francisco, acabaria mesmo por ser condenado a 2 meses por “perturbar a tranquilidade e a ordem pública”.

O recurso à greve pelos trabalhadores rurais seria encarado pelos patrões e pelo poder como incompatível com a ordem pública. Seria dessa interpretação que resultaria, por exemplo, o encerramento das sedes das ATR's em formação, como as de Reguengos de Monsaraz e da Aldeia do Mato, depois das greves de junho de 1911 aí realizadas. O próprio administrador do concelho revelara-se completamente avesso à possibilidade dos trabalhadores rurais se organizarem coletivamente, tal o faria durante a ressaca da greve de janeiro de 1912, atrasando os processos de legalização das ATR's. As greves que estes trabalhadores conduziram no verão de 1911 levaram o administrador do concelho a considerar que das ATR's apenas podia “derivar alteração da ordem pública, motivada por ignorância e má compreensão da classe trabalhadora ou de quem a dirigiu” (*O Carbonário*, n. 38, 1911-08-13: 2).

Contudo, a capacidade repressiva face aos sindicalistas aumentaria substancialmente com a instalação da Guarda Nacional Republicana em Évora. A República contaria com a GNR enquanto instrumento de ordem pública, sobretudo nas zonas do interior rural de mais difícil acesso, garantindo a

segurança e o apoio militar ao novo regime, por via da fiscalização das elites locais e dos caciques (CEREZALES 2011). Não obstante, o exercício desta ordem significaria também, no Alentejo, um maior controlo da conflitualidade social, maioritariamente protagonizada pelos trabalhadores rurais em protesto laboral. No dia 12 de setembro, pela manhã, chegariam à estação ferroviária de Évora as companhias da GNR, onde seriam recebidas pela Câmara Municipal, por representantes das autoridades locais e por “grande quantidade de povo” (*O Carbonário*, n.º 43, 1911-09-17: 2), que as acompanhariam até ao quartel, próximo da estação, onde ficariam sediadas. A chegada da GNR seria bastante elogiada pela imprensa local devido às garantias de maior policiamento que podia fornecer à comunidade e, sobretudo, às suas elites.

Na verdade, a influência política da GNR no distrito já tinha começado um mês antes da sua chegada. O primeiro governador civil de Évora na República, Estevão da Cunha Pimentel, que exercia funções desde o 5 de outubro de 1910, pediu a sua exoneração, tendo sido nomeado para o substituir, no dia 16 de agosto de 1911, um Major da GNR, Augusto Paulino de Andrade (*O Carbonário*, n.º 39, 1911-08-20: 1). Pela ação de incentivo à repressão por parte da guarda onde também militava e pelo apoio que colheu dos proprietários agrícolas organizados em associações patronais, os então “Sindicatos Agrícolas”, a ação do novo governador civil revelar-se-ia fundamental na radicalização da luta de classes, como veremos pormenorizadamente adiante.

Seria também neste período de consolidação da capacidade repressiva da República que a Comissão de Estudos, eleita na Assembleia Geral dos Lavradores de 13 de junho faria publicar o seu relatório sobre as negociações salariais, que já estava assinado desde 17 de junho, mas cuja divulgação só seria feita convenientemente em momento de maior conforto e nas vésperas do período seguinte de valores salariais fixados, respeitantes aos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro e janeiro. Entre a última semana de agosto e a primeira de setembro, publicaria na imprensa uma extensa argumentação crítica do acordo salarial, alegando a incapacidade de pagamento dos valores acordados para os meses de inverno. Segundo a Comissão: “Pelos preços propostos além da redução dos trabalhos agrícolas operar-se-ha o aumento do preço dos géneros, uma maior exportação de ouro e como consequência o empobrecimento geral” (*O Carbonário*, n. 41, 1911-09-03: 3).

Além da defesa de que a fixação salarial acordada encareceria a produção – numa posição clara de manutenção das suas margens de lucro, não admitindo uma maior redistribuição do mesmo –, criticavam a proibição de contratação de trabalhadores de fora dos respetivos concelhos, pois seria “escravidar o proletário á freguezia que o vio nascer tolhendo-lhe a liberdade de mudar de

domicílio”, além da manifesta dificuldade de muitos trabalhadores rurais em comprovar residência. Esta comissão teve a seguinte composição: Visconde da Esperança, Jacinto Rosado Lino, Elizeu António da Silva, João José Perdigão, Conde de Arge, Miguel José de Matos Fernandes, Luís de Barahona Caldeira Castel Branco, José Lopes Marçal, Conde da Ervideira, Armando A. Fernandes Gião, José Maria Piteira Queiroga, Armando Aren e José Eduardo da Calça e Pina da Camara Manuel. Destes, apenas os últimos três discordavam dos valores salariais acordados pela comissão, por pretenderem que tivessem acréscimo de 40 réis. A conclusão dos valores salariais a pagar pelos proprietários fixaria o pagamento diário do homem em 320 réis e o da mulher em 140 réis, ou seja, valores inferiores aos fixados no acordo salarial de junho que, recordamos, para o período de inverno estabelecia 400 réis por dia para o homem e 200 réis por dia para a mulher. Confirma-se então que o apoio ao incumprimento do acordo salarial pelos patrões decorreu logo após a sua negociação, mas só teria efeitos práticos quando a política repressiva republicana já estava mais consolidada.

Os trabalhadores rurais sindicalizados não se mantiveram alheios ao desenvolvimento da relação de forças que se ia verificando e, face ao conhecimento da rejeição do acordo pelos patrões logo depois da sua assinatura e perante a nomeação do novo Governador Civil, decidiram reunir-se no final de setembro. Dessa Assembleia Geral da ATR de Évora, realizada no dia 28 de setembro de 1911 e presidida por Joaquim Fornalha, nasceria a nova moção de valores salariais reivindicados. Tivemos acesso a esse documento por integrar o corpo documental apreendido por ocasião da prisão, entre outros, do presidente da ATR, Candieira (ADEV/R/JUD/TCEVR, mç. 342, p. 2936). A importância substancial desta moção reside na diferença de valores agora apresentados, superiores ao definido no acordo do verão de 1911. Ou seja, também os trabalhadores rurais, apesar do regozijo com que celebraram o acordo do verão, acabaram por assim revelar uma maior ambição, reivindicando um aumento de 100 réis aos 700 réis acordados no pagamento durante os trabalhos de ceifas nos meses de verão. Além disso, o pagamento a menores, antes relegado para acordos circunstanciais com o patrão, ficaria agora equiparado aos valores pagos a velhos. Finalmente, era exigida a obrigação de contratar dentro do distrito, o que não deixava de ser revelador da existência de uma maior solidariedade entre trabalhadores rurais de diferentes localidades, já que anteriormente fora reivindicada uma obrigação mais restrita de contratar apenas dentro da própria localidade (ainda que tal exigência não tenha vindo a figurar no acordo final). Este conjunto de novas exigências seria então enviado, no final de setembro, para o Governador Civil de Évora.

### 3. A Greve de janeiro de 1912: organização sindical e luta de classes através dos processos judiciais

Face à continuada ausência de resposta, a ATR de Évora elaborou uma nova moção contra a falta de bens alimentares sentida na região, contra salários inferiores a 400 reis e contra a crise do trabalho, enviando-a ao Governador Civil, com vista à sua subscrição conjunta com as outras já enviadas, num prazo de 8 dias desde a sua receção, a 3 de janeiro. Foi através desta moção que os trabalhadores rurais desenvolveram a sua última tentativa de protesto antes de partirem para a greve. A resposta de Paulino de Andrade foi negativa. No dia 10 de janeiro enviou à ATR de Évora uma carta onde explicitou os motivos pela sua não subscrição. Desde logo, começou por sublinhar a sua atividade de permanente conciliação entre as diferentes classes, rejeitando assinar tais moções por as entender injustas. Além disso, considerou não haver qualquer crise de trabalho, segundo diligências que efetuou junto dos Sindicatos Agrícolas, organismos coletivos que congregavam os proprietários agrícolas (ADEVR/AC/GCEVR, Secção E/Correspondência, série Copiadores/1ª Repartição, cx. 23, Livro n.º 17). Para o Governador Civil, “A satisfação d’esse pedido seria não só uma violência sem nome, mas também um ataque à liberdade de direitos invioláveis; e o povo trabalhador não pode querer nem a violência nem a arbitrariedade”. Paulino de Andrade manifestou um entendimento diferente sobre a realidade laboral no Alentejo, recusando a ideia de uma crise de trabalho: “como tenho observado e sou informado, que não há o que vulgarmente se chama crise de trabalho rural nos diferentes concelhos, pois em todos elles são acceites os trabalhadores que se apresentam e queiram trabalhar”. Na sua argumentação, ignorava a importância do cumprimento do acordo salarial anteriormente estabelecido, apelando apenas à organização de novas conversações entre as ATR e os Sindicatos Agrícolas, mediadas por uma terceira parte para garantir imparcialidade. Simultaneamente, o Governador Civil alertaria a GNR e os regimentos militares para manterem em quartel todas as suas forças, de forma a garantir uma repressão eficaz contra qualquer distúrbio (ADEVR/AC/GCEVR, Secção E/Correspondência, série Copiadores /3ª Repartição, cx 14-A, Livro n.º 14).

Os trabalhadores rurais de Évora receberam com muito desagrado esta tomada de posição do Governador Civil e, perante a ausência de apoio político às suas reivindicações salariais, decidiram finalmente convocar greve. No dia 11 de janeiro de 1912 a ATR de Évora reuniu em Assembleia Geral e aprovou uma declaração de greve, com um discurso de classe muito convicto:

(...) e estando a nossa classe sendo victima das maiores vinganças e vilanias exercidas por parte dos proprietários de quasi todas as freguesias d'este concelho e ainda no resto do districto, o que nós podemos provar com factos concretos; e com respeito ao preço mínimo de 400 réis, nós trabalhadores, desejávamos que s. ex.<sup>a</sup> o sr. governador civil nos dissesse quanto gasta por dia no seu prato, ou s. ex.<sup>a</sup> ou outro qualquer capitalista, por certo que não gastarão menos de 800 réi, isto é pessoalmente, e querem s. ex.<sup>a</sup> que o pobre trabalhador, coma, vista, calce e sustente família ganhando 300 réis e com os preços dos géneros tão elevados como se encontram na epocha actual. (ADEVVR/JUD/TCEVR, mç. 342, p. 2936).

Quando a ATR de Évora afirmou ter o apoio de outras ATR do distrito estava a salientar a rede sindicalista que ia tentando formar por via de comunicação consistente entre trabalhadores de várias localidades. A documentação apreendida permite verificar o carácter das relações entre ATR's. Esta organização sindical beneficiaria das proximidades e familiaridades propícias entre sujeitos da mesma classe – como fica expresso numa carta de Francisco Botas, de 12 de janeiro de 1912, redigida em Évora. Endereçada ao irmão Mamede Botas, do Monte do Tojal, perguntava se a “sua associação” iria aderir à greve que a ATR iria convocar no dia seguinte (ADEVVR/JUD/TCEVR, mç. 342, p. 2936). A organização sindical beneficiaria ainda da procura por uma melhor e mais eficaz organização e planeamento. Assim, se a ATR de Évora teve a iniciativa de declarar a greve – e, naturalmente, seria na mesma que a maioria da ação sindical teria epicentro –, não se pode descurar a intervenção de ATR's de outras localidades. Seria, por exemplo, o presidente da ATR de Nossa Senhora de Machede, João Almendrão, a propor à ATR de Évora que se organizassem em conjunto comissões de trabalhadores com vista à greve (ADEVVR/JUD/TCEVR, mç. 342, p. 2936).

De facto, encontramos diversa correspondência entre a ATR de Évora e as restantes durante a primeira semana de greve, dando conta da tentativa de articulação do máximo de ATR's possíveis na greve. Tivemos acesso a convites de adesão da ATR de Évora para Amareleja, Alcácer-do-Sal, Ferreira do Alentejo e Vimieiro. Ficam patentes, também, algumas dificuldades inerentes às demoras na resposta e clarividência de ação, ilustrando as dificuldades de comunicação existentes no Alentejo de então. Por exemplo, apenas no dia 18 a ATR de Amareleja recebeu a carta da ATR de Évora, enviada dia 12, justificando no dia 22 que não tinha aderido logo à greve por não ter conhecimento das suas motivações. Também a ATR de Estremoz necessitaria de mais esclarecimentos antes de aceitar a adesão, tal como respondeu à ATR de Évora-Monte, no dia 14 de janeiro. Ainda assim, estes casos não impediram a onda de solidariedade geral que perpassou

pelas ATR's do distrito, que de resto responderam positivamente, até porque os trabalhadores rurais não se ficaram pelo envio de cartas, existindo algumas referências (nessas mesmas cartas) a deslocamentos de comissões. Assim sendo, além das já referidas, podemos nomear ainda Azaruja, São Manços, São Miguel de Machede, Escoural, Montemor-o-Novo, Vale de Pereiro, Torre de Coelheiros, Monte Trigo, Montoito, Vendas Novas, Vendinha, Viana do Alentejo ou Graça do Divor, como algumas das localidades onde as respetivas ATR's aderiram à greve, paralisando assim o trabalho agrícola em quase todo o distrito de Évora.

Em conformidade com essa adesão, os trabalhadores rurais iriam progressivamente concentrar-se em Évora, com a imprensa a contabilizar milhares de trabalhadores paralisados e agrupados na cidade durante esta primeira semana de greve, nomeadamente em zonas fora das muralhas (RAPOSO 2001: 217). Estas deslocamentos de trabalhadores não seriam pacíficas, uma vez que, por esta altura, já a GNR e o Exército se encontravam de prevenção. Ocorreriam mesmo confrontos e detenções, tal como aconteceu no dia 14 de janeiro, em que uma força de cavalaria confrontou um grupo de grevistas na estrada de Reguengos para Évora (ADEVR/JUD/TCEVR/mç. 341, p. 2827). Também os campos se tornaram lugares de contestação e conflito sindical. Ao contrário do que até então se conhecia, os trabalhadores rurais alentejanos também adotariam táticas sindicalistas que implicavam a coerção daqueles trabalhadores que “furavam” a greve, sendo alguns deles trabalhadores do Norte que os lavradores contratavam para compensar os grevistas locais. As fontes judiciais revelam episódios deste tipo em São Manços, protagonizados por um dos fundadores da ATR dessa localidade, António Pedro Pardal (ADEVR/JUD/TCEVR/mç. 338, pç. 2683), e em São Miguel de Machede, aqui com situações de violência e incitamento a abandono de gado para estragar as colheitas (ADEVR/JUD/TCEVR/mç. 338, pç. 2684, pç. 2714, pç. 2715).

No dia 13, após o encerramento das sedes da ATR de Évora e da Associação dos Corticeiros (praticamente assim que se deu a declaração de greve), por ordem do Governador Civil, a greve reuniria cada vez mais apoio entre o restante operariado do concelho. Isso culminaria na publicação, no dia 19 de janeiro, de um manifesto conjunto assinado pelas “Associações operárias de Évora”, criticando a repressão e apontando culpas diretas ao Governador Civil, por desde setembro não ter resolvido a situação, aliando-se aos patrões, e clamando que “Évora não é terra de escravos, mas sim uma cidade liberal” (ADEVR/JUD/TCEVR/mç. 342, pç. 2396). Em contrapartida, e no mesmo dia, a Associação Industrial Eborense e a Associação Comercial Eborense, patronais, decidiram apoiar o comportamento das autoridades.

A ideia de um Governador Civil “em defeza dos capitalistas” (ADEVR/JUD/TCEVR, mçs. 342. Citação retirada do “Manifesto ao Povo”, assinado

pelas Associações de Classe de Évora a 19 de janeiro de 1912) acabaria por se repercutir pelas classes trabalhadoras eborenses, antagonizando assim a figura do poder face às reivindicações laborais dos trabalhadores. Quando o movimento sindicalista estava a ser derrotado, começaria a circular correspondência de elogios e agradecimentos mútuos entre o Governo Civil, os Sindicatos Agrícolas e os poderes locais do distrito. Logo a 18 de janeiro seriam os proprietários agrícolas de Portel, no seu Sindicato Agrícola, a elogiar o Governador Civil junto do Ministério do Interior pela “maneira como tem conduzido a greve rural”, conforme procuraram dar conhecimento ao Governo Civil (ADEV/AC/GCEVR Secção E/Correspondência, Indicadores/2ª Repartição, cx. 13, livro n. 14). O acesso a uma transcrição do telegrama enviado ao Ministério do Interior, que se encontrava avulso junto de documentação proveniente de Câmaras Municipais e Administrações de Concelho, no mesmo fundo do GCEVR, deixa claro um objetivo de favorecimento político que estava na origem dessa atitude dos proprietários agrícolas: manter o Governador Civil no cargo. Escrevia o presidente do Sindicato Agrícola Portelense o seguinte, em telegrama:

considerando justas medidas adoptadas actual momento pelo Exmo. Governador Civil pede a sua manutenção à frente Districto como garantia d’ordem contra perturbações ruraes que só trarão como resultado atrophia agricultura nossa fonte principal económica (ADEV/AC/GCEVR Sem cota / Correspondência recebida das Câmaras Municipais, cx. 49, 1912).

Assim sendo, podemos presumir que, perante os conflitos que se vinham verificando no distrito, culminando com a greve geral, o lugar de Paulino de Andrade estaria fragilizado junto da tutela ministerial. A crítica à política do Governador Civil chegaria mesmo à Câmara dos Deputados, com o deputado Pedro Januário do Vale Sá Pereira a considerar que a “autoridade do distrito de Évora, colocou-se ao lado dos lavradores, prejudicando os trabalhadores, e mandando-os presos para Lisboa” (Diário da Câmara dos Deputados, n.º 35, 1912-01-17). Apontaria ainda críticas ao administrador do concelho de Estremoz, que, aliás, acabaria por negar qualquer existência de greves no seu concelho (ADEV/AC/GCEVR Sem cota / Correspondência recebida das Câmaras Municipais, cx. 49, 1912). Já o deputado eleito pelo círculo de Évora, Pimentel de Aguiar, em declarações à *A Capital*, afirmava que o Governador, ao contrário do que prometera quando assumiu o cargo, “não resolvia nada e os meses passavam sobre meses sem que o conflicto tivesse solução” (*A Capital*, n. 535, 1912-01-24), responsabilizando-o pelo prolongamento do descontentamento dos trabalhadores rurais alentejanos.

Através desta medida podemos, por um lado, perceber os vários elogios de proprietários do distrito que o Governador Civil iria receber, e, por outro, entender de forma mais nítida as relações de poder que vigoravam na sociedade rural de então. Pela diversidade geográfica da correspondência recebida conseguimos compreender a dimensão desta dinâmica social. Além de Portel, receberia no dia 20 de janeiro telegramas com manifestações de confiança do Sindicato Agrícola de Montemor-o-Novo e do Presidente da Câmara Municipal de Reguengos, que elogiavam a sua “atitude serena e enérgica” de resposta à greve (ADEVR/AC/GCEVR Sem cota / Correspondência recebida das Câmaras Municipais, cx. 49, 1912). Aliás, no dia 29 a Câmara Municipal de Reguengos reuniu e aprovou uma manifestação de confiança. Paulino de Andrade agradeceu-a no dia 7 de fevereiro, respondendo que essa e outras manifestações de apreço pelas autoridades do distrito eram uma recompensa.

Conforme verificamos, existiu também no Governo Civil uma vontade de fim de greve favorável às exigências dos patrões. O impacto que a mesma terá causado, também pelo ineditismo da sua dimensão, conduziu as autoridades a observar o movimento sindical de trabalhadores rurais como um fenómeno estranho à normalidade e perturbador da paz social, ilustrando o desconforto e a fraca aceitação existente das autoridades políticas para com as práticas sindicalistas. Essa atitude de marginalização da greve e do grevista encontraria fundamento na argumentação dos patrões.

Decorrida uma semana do início da greve, o nível de conflitualidade aumentaria. Quando no dia 18 de janeiro foi organizado um comício de trabalhadores rurais e corticeiros no Largo Severim de Faria, onde a Associação de Classe de Construção Civil e Artes Auxiliares tinha a sua sede (única que não tinha sido encerrada), já a cidade estava paralisada e completamente cercada por tropas, pressionando os grevistas. Nesse comício, vigiado pela Polícia Civil, os trabalhadores rurais demonstraram o seu descontentamento, após na véspera o Governador Civil ter feito afixar um edital no qual comunicava as reivindicações dos lavradores, apelando ao regresso ao trabalho conforme os valores aprovados entre estes, elogiando a “atitude conciliadora da lavoura” (*O Carbonário*, n.º 62, 1912-01-21). Em resposta extremavam o discurso, com insultos ao Governador e apelos de união e resiliência “porque estava chegada a hora do saque” (ADEVR/JUD/TCEVR, mç. 381, pç. 4257). Isso culminaria em detenções de trabalhadores rurais e de outros operários, por terem incitado à “largada” do trabalho para se assistir ao comício (ADEVR/AC/GCEVR, Secção H/Inspeção, Licenciamento, Fiscalização e Segurança/Polícia e Criminalidade/ 01 – Ocorrências Policiais/Estatística Criminal, cx. 179, pç. 475, 1912).

Decidido a reprimir a greve e os trabalhadores rurais sindicalistas, Paulino de Andrade ordenou o encerramento de todos os acessos da cidade, para que um esquadrão de cavalaria da GNR, ao início da tarde de 24 de janeiro, pudesse entrar na mesma e cercar os trabalhadores. Com autorização do uso indiscriminado da força, a violência propagar-se-ia através de “espadeiradas” e tiros, fazendo dispersar os grevistas da Praça do Giraldo até ao Rossio. Já no Largo Severim de Faria a sede das Associações acabaria com a fachada cravada de balas, levando à morte de Manuel Charneca, trabalhador rural fundador da ATR de Nossa Senhora de Machede, além dos vários feridos que iriam dar entrada no hospital acompanhados pelas autoridades (ADEVR/AC/GCEVR, Secção H/ Inspeção, Licenciamento, Fiscalização e Segurança/Polícia e Criminalidade/ 01 – Ocorrências Policiais/Estatística Criminal, cx. 179, pç. 475, 1912). Assim terminaria, derrotada, a greve dos trabalhadores rurais de Évora.

O impacto desta greve teria repercussão pelo país inteiro. As classes operárias organizariam, em solidariedade, a primeira grande greve geral do país, com foco principal em Lisboa, embora extensiva a Setúbal, Montijo e Moita, durante os dias 29 e 30 de janeiro, cujas consequências teriam motivado o Governo, presidido por Augusto de Vasconcelos, a mandar reabrir os sindicatos de Évora (SOUSA 1974: 90). Para Villaverde Cabral, este momento da greve rural de Évora de 1912 que provocara a primeira greve geral do país marcaria “um corte definitivo na evolução do movimento operário português, com o declínio irreversível das forças reformistas e a ruptura completa com o Estado republicano” (CABRAL 1988: 246).

Com a greve finalizada e derrotada, o Governador Civil escreveria ao presidente e aos vogais do conselho de administração municipal do concelho de Évora, no dia 14 de fevereiro de 1912, agradecendo as manifestações de apreço. Nesta, Paulino de Andrade adotaria uma retórica de humildade para salientar o apoio generalizado que recebeu:

Orientado no sentido de corresponder à confiança do Governo que incumbiu a administração d’este districto tenho a consciência de ter dedicado no desempenho da minha missão todo o esforço e dedicação de que sou capaz; a mensagem de V. Ex.<sup>as</sup> e doutras auctoridades do districto e até de fora d’este, que tenho recebido e que registo com indelével gratidão, asseguram-me que alguma coisa de útil consegui realizar no momento critico que há pouco atravessamos, e sufficiente recompensa da minha dedicação pela causa publica (ADEVR/AC/GCEVR / Secção E/Correspondência, série Copiadores/2<sup>a</sup> Repartição, cx. 8-A, Registo de correspondência expedida, livro nº14).

Ainda assim, os conflitos entre trabalhadores rurais e autoridades não terminaram completamente, uma vez que, de forma a evitar que o descontentamento ou a revolta reacendesse novo movimento, foi sentida a necessidade de utilizar a repressão para também perpetuar a relação de poderes existente. Por conseguinte, as detenções após o conflito final no Largo Severim de Faria multiplicaram-se, alargando-se a diferentes classes. No próprio dia 24, além de trabalhadores rurais, seriam detidos Benjamim Vasques de Mesquita, professor de liceu (posto em liberdade, sem acusação formada, três dias depois) e António Moura, corticeiro. No dia seguinte, 25, a Polícia Civil prenderia um sapateiro, Joaquim Cascalho, por “fazer censuras ao serviço da guarda republicana e à polícia, dizendo que a polícia que são uns grandes espias e alcoviteiros” (ADEVR/AC/GCEVR, Secção H/Inspeção, Licenciamento, Fiscalização e Segurança/Polícia e Criminalidade/ 01 – Ocorrências Policiais/Estatística Criminal, cx. 179, pç. 475, 1912).

O poder judicial foi outra parte importante da política repressiva levada a cabo no pós-greve, conforme podemos verificar nos processos judiciais do TCEVR. Num universo de 15 processos encontrados e consultados, relativos a conflitos laborais que envolveram trabalhadores rurais entre 1910 e 1914, 10 relacionam-se diretamente com a greve de janeiro de 1912 (conferir Tabela 1). A visão global que o conteúdo destes dez processos nos dá, permite salientar alguns traços característicos de como a sociedade rural eborense lidou com a repressão à greve.

A maioria das testemunhas de acusação eram forças policiais ou militares, participantes nas apreensões dos arguidos, que não diferiam nos seus testemunhos, contribuindo para a afirmação de uma perspetiva oficial da autoridade face ao crime em julgamento, isto é, ao incentivo à greve. Porém, também testemunharam em favor das acusações contra os trabalhadores rurais comerciantes, funcionários ou farmacêuticos, ou seja, pessoas integrantes de uma classe média urbana cuja relação com o trabalho rural era nula e que se sentiam prejudicados pela instabilidade provocada por uma situação social de greve. Todavia, nos casos em que a acusação era movida por queixa de lavradores, relativamente a conflitos originados pelo impedimento de outros trabalhadores furarem a greve, manifestavam-se contra os acusados outros trabalhadores rurais, empregados dos lavradores em causa, que não aderiram imediatamente à greve e acabavam por defender as posições dos patrões. Assim sendo, podemos presumir a rutura social que a experiência desta greve terá provocado, quer em indivíduos de classes diferentes, quer em indivíduos da mesma classe.

Não obstante, nos casos em que foram indicadas testemunhas de defesa (em cinco dos dez), seriam os trabalhadores rurais a única classe a manifes-

tar-se a favor dos grevistas da mesma classe. Ainda assim, não temos nenhum testemunho concreto registado, já que em todos os processos se escreve “ao costume disseram nada” (ADEVR/JUD/TCEVR: mç.338 (2715, 2714, 2684, 2683); mç.341 (2827); mç.342 (2936); mç.344 (3017); mç.379 (4225); mç.380 (4252); mç.381 (4257)), o que sugere um controlo social suficientemente eficaz do poder judicial para persuadir os trabalhadores rurais a não apresentarem argumentos a favor da ação sindical desenvolvida.

Finalmente, no que concerne às penas aplicadas, nos processos a que nos chegou essa informação, os réus foram considerados culpados. Contudo, a maioria dos processos encontra-se sem o Auto de Condenação presente, pelo que se desconhecem as penas aplicadas. Nos que se conhece, estas variam entre uma quinzena a um mês de prisão. Há que ter em conta que a maioria dos julgamentos decorreu entre março e abril, ou seja, estes réus, maioritariamente detidos em janeiro, já estavam detidos na prisão há cerca de 2 a 3 meses. Porém, nem todas as penas seriam cumpridas integralmente, porque a 4 de maio de 1912 o Ministério da Justiça emitiu uma amnistia para todos os implicados na greve.

Detidos	Data da detenção	Acusação	Julgamento
Francisco António Seraphim e Manoel Parreira, trabalhadores rurais de Évora.	22/01/1912	Gritos subversivos. Acusados, após detenção da GNR, por se insurgirem contra o encerramento da sede da ATR de Évora.	25/01/1912. Após julgamento os réus são recolhidos à prisão, não se encontra no processo o Auto de Condenação que explicita a pena aplicada.
Simão Augusto dos Santos, natural de Évora.	25/01/1912	Desobediência. Acusado, após detenção pelo Regimento de Cavalaria nº5, ter desrespeitado o comandante desta força quando lhe negou a entrada na sua casa, onde recolheu um grupo de grevistas.	27/01/1912. O réu foi ilibado.
António Pedro Pardal, trabalhador rural de Évora (fundador da ATR de São Manços)	26/01/1912	Desobediência e aliciação de greve. Acusado, após detenção pelo Regimento de Cavalaria nº5, por impedir trabalhadores de furar greve e liderar outros grevistas a caminho de Évora.	28/03/1912. Condenado a 30 dias de prisão.
Jacinto Manuel Cordeiro, trabalhador rural, natural de S. Miguel de Machede.	30/01/1912	Provocação pública ao crime. Acusado de, a 24/01/1912, no Largo Severim Faria ter incitado os grevistas a não retirarem “porque estava chegada a hora do saque”.	04/03/1912. Foi transitado para julgado com fiança de 500,000 reis, mas também neste processo se ignora o Auto de Condenação.
Joaquim José Candieira, presidente da ATR de Évora, Moisés de Rosário Azeda, pastor, e António Moura, corticeiro, naturais de Évora.	01/02/1912	Provocação pública ao crime. Candieira é acusado de promover distúrbios contra a autoridade, ser o principal incitador das greves no distrito e proferir ameaças. Azeda é acusado de obrigar os pastores a abandonar o gado. Moura é acusado de desrespeitar o Governador Civil ao apelar à sua demissão. É apreendida várias documentação da ATR de Évora na posse de Candieira.	18/04/1912. Moura não chega a ir a julgamento, é ilibado pelas testemunhas conforme Auto do Corpo de Delito Indireto. Candieira e Azeda, após julgamento, são recolhidos à prisão, mas não se encontra no processo o Auto de Condenação que explicita a pena aplicada.
António Nunes Castro, natural de Lisboa, e José da Silva Pare, natural de Póvoa de Midões, corticeiros; José Gairito Perdigão, Francisco Manuel Agostinho, José Joaquim Grilo e Manuel Joaquim, trabalhadores rurais, naturais de Viana do Alentejo.	03/02/1912	Provocação pública ao crime, injúrias à autoridade e gritos subversivos. Acusados, após detenção no âmbito da investigação à greve de trabalhadores rurais em Viana do Alentejo, por incitarem trabalhadores à greve e proferirem insultos contra o Governador Civil.	13/04/1912. Após julgamento os réus são recolhidos à prisão, não se encontra no processo o Auto de Condenação que explicita a pena aplicada.
Francisco Fragoso (ou Hespagnol), trabalhador rural de S. Miguel de Machede	14/02/1912	Desobediência e aliciação de greve. Acusado, após queixa de José Francisco Murteira, de obrigar os trabalhadores do irmão, Manuel Murteira, lavrador no Monte do Casão, a furar greve e abandonar o gado nas searas.	28/03/1912. Condenado a 1 mês de prisão.
António Ferrenhas e José Baltazar, trabalhadores rurais de S. Miguel de Machede	14/02/1912	Desobediência e aliciação de greve. Acusados após queixa de Jerónimo Canelas, ganhão no Monte do Paço da Quinta, por obrigarem os trabalhadores desse monte a furar greve e abandonar o gado nas searas.	15/04/1912. Condenados a 12 dias de prisão.
José Balthasar, António Balthasar, Carlos Queimado e José Moleiro, trabalhadores em S. Miguel de Machede	14/02/1912	Desobediência e aliciação de greve. Acusados, após queixa de Amaro dos Reis Calado, lavrador no Monte da Barrosinha, por obrigarem com violência os trabalhadores desse monte a furar greve.	08/04/1912. Condenados a 15 dias de multa e prisão.
Jacinto Maria Torquato e Benedito de Matos Guerreiro e Abílio Correia, corticeiros, naturais de Sines, sem residência certa.	20/02/1912	Desobediência e aliciação de greve. Acusados, após detenção da Polícia Civil, por terem realizado atividades de propaganda anarquista em várias localidades do distrito, incitando os trabalhadores à greve e proferindo ameaças contra o Governador Civil.	01/04/1912. Após julgamento os réus são recolhidos à prisão, não se encontra no processo o Auto de Condenação que explicita a pena aplicada.

**Tabela 1.** Levantamento dos processos judiciais do TCEVR relacionados com a Greve de Trabalhadores Rurais de Évora em janeiro de 1912.

**Fonte:** ADEVR/JUD/TCEVR

Face à elevada repressão que o poder republicano utilizara para derrotar a greve de Évora e a greve geral que lhe seguiu, o regime decidiu impor alguma acalmia social com esta amnistia. Seria também a partir deste preceito que o Governador Civil de Évora, no final da greve e já com os principais líderes presos, decidiu oferecer um jantar aos trabalhadores rurais, como revelam os documentos do GCEVR que consultámos. Esse jantar, realizado no dia 8 de fevereiro, decorreu na Casa Pia de Évora, culminando com os trabalhadores rurais a dar *vivas ao Exmo. Governador Civil* (ADEV/AC/GCEVR, Secção H/Inspeção, Licenciamento, Fiscalização e Segurança/Polícia e Criminalidade/01 – Ocorrências Policiais/Estatística Criminal, cx. 179, pç. 475, 1912). Numa lógica cacique, ao que nos parece, o Governador Civil decidiu aproveitar o desânimo e a frágil situação social provocada pela derrota da greve para elevar a moral e ganhar a confiança dos trabalhadores rurais que tinham aderido ao sindicalismo. Ainda assim, o clima social estava fraturado e ainda dois trabalhadores rurais foram apreendidos por críticas à polícia e ao Governador. As detenções, contudo, não se deram em pleno jantar, de forma a não provocar descontentamento geral, mas apenas três dias depois. Assim se percebe que, não obstante as preocupações em pacificar o clima social, a política repressiva continuaria e, por conseguinte, sucederia uma natural dinâmica de recuo sindical, cuja tentativa de reorganização por influência anarquista que iria decorrer desde o verão de 1912 e até às vésperas da Primeira Guerra Mundial (por via da formação da Federação Nacional de Trabalhadores Rurais e das tournées de propaganda (VENTURA 1977)), não conseguiria contrariar (CAIA 2023).

## Conclusão

Tendo em conta os argumentos apresentados, parece-nos evidente que a Revolução Republicana coincidiu com a intensa sindicalização de trabalhadores rurais porque herdou uma situação de desigualdade social e económica no Alentejo há muito tempo propícia à contestação, para a qual o incentivo ao associativismo favorecia a reunião de classe. Assim sendo, e tendo em conta os novos dados que a documentação relativa às ATR nos apresenta, fica aberta a possibilidade de investigar as influências republicanas – entre ação e retórica – já existentes no espaço alentejano antes de 1910. Tendo sido a primeira vez que este movimento sindical foi analisado a partir do cruzamento de fontes com documentação de teor judicial, verificamos a utilidade dos processos judiciais enquanto documentos complexos que muito conseguem revelar e acrescentar

sobre dinâmicas de conflito social e, mais concretamente, de sindicalismo quando reprimido.

Se o sindicalismo foi frutífero em Évora, na consciencialização e solidariedade de classe entre trabalhadores rurais, conforme verificámos, também se revelou manifestamente insuficiente para alterar a sua posição desigual no seio da sociedade rural, que vinha da Monarquia e atravessou a República sem transformações, o que poderá justificar o recuo sindical nos anos seguintes, apesar da situação social não se alterar.

Foi neste sentido que o nosso artigo se desenvolveu: o estudo do impacto de um determinado processo – adesão ao sindicalismo durante a Revolução Republicana – na estrutura da luta de classes dos trabalhadores rurais. Em conformidade, concluímos que os trabalhadores rurais aderiram enérgica e convictamente à organização sindical, mas não conseguiram resistir à repressão que enfrentaram, determinada pelas estruturas de poder, cuja atitude perante a greve não mudou, apesar da mudança de regime.

## **Fontes e Bibliografia**

### **Fontes manuscritas**

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Tribunal da Comarca de Évora, ano 1911: mç. 313 (pç. 1455; 1431; 1423); mç. 333 (2525); mç. 335 (2576).

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Tribunal da Comarca de Évora, ano 1912: mç. 337 (2646); mç. 338 (2715; 2714; 2684; 2683); mç. 339 (2770); mç. 341 (2827); mç. 342 (2908; 2936); mç. 344 (3017); mç. 379 (4225); mç. 380 (4252); mç. 381 (4257).

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção E/Correspondência, série Copiadores/1ª Repartição, cx. 23, Livro n.º 17.

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção E/Correspondência, série Copiadores/2ª Repartição, cx. 8-A, Registo de correspondência expedida, livro n.º 14, 1911/11/07 – 1912/03/06.

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção E/Correspondência, série Indicadores/2ª Repartição, cx. 13, Livro de entradas n.º 14, 1910/12/24 – 1912/05/04.

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção E/Correspondência, série Copiadores /3ª Repartição, cx 14-A, Livro n.º 14.

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Sem cota /Correspondência recebida das Câmaras Municipais, cx. 49, 1912.

Arquivo Distrital de Évora, Fundo do Governo Civil de Évora, Secção H/Inspeção, Licenciamento, Fiscalização e Segurança/Polícia e Criminalidade/01 – Ocorrências Policiais/Estatística Criminal, cx. 179, pç. 475, 1912.

Arquivo Histórico na Área Económico-Social (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social), Fundo Associações de Classe, Disponível em <http://arquesoc.gep.msess.gov.pt/projecto1/c/00/0/index.htm> (consultado em 13/03/2020).

## Fontes impressas

Arquivo Histórico-Parlamentar, *Diário da Câmara dos Deputados*, I Legislatura, 1910-1915.

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Notícias de Évora*, 1910-1912.

Biblioteca Nacional Digital da BNP, *O Carbonário*, nºs 1-124, 1910-1913.

Hemeroteca Digital de Lisboa, *A Capital*, nºs 1-871, 1910-1912.

## Bibliografia

BAIÔA, Manuel (2022). “A afirmação do Partido Republicano Português no Alentejo no ocaso da Monarquia”. *Revista Portuguesa de História*, LIII, 97-116.

CABRAL, Manuel Villaverde (1988). *Portugal na alvorada do séc. XX: forças sociais, poder político e crescimento económico de 1890-1914*. Lisboa: Editorial Presença.

CAIA, João Gabriel (2023). “Trabalhadores Rurais de Évora e Anarquismo na Revolução Republicana: tentativa de reorganização sindical e propaganda entre as greves e a guerra”. *Revista de História das Ideias*, 41, 255-271.

CARDENOSO, Jesús-Ángel Redondo (2018). “Weapons of the Weak in Portugal during the Early 20th Century: The Example of the Central Alentejo”. *E-Journal of Portuguese History*, 16, 24-41.

CARDENOSO, Jesús-Ángel Redondo (2021). *República, Pan y Trabajo: movilización política, protestas sociales y resistencias cotidianas en el Alentejo: el distrito de Évora entre 1908 y 1918*. Évora: Publicações do Cidehus.

CATROGA, Fernando (2010). *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910*. Alfragide: Casa das Letras.

CEREZALES, Diego Palacios (2011). *Portugal à coronhada: protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta-da-China.

- FONSECA, Hélder Adegar (1996). *O Alentejo no século XIX: economia e atitudes económicas*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- FREIRE, João (1992). *Anarquistas e Operários. Ideologia, Ofício e Práticas Sociais: O Anarquismo e o Operariado Em Portugal, 1900-1940*. Porto: Edições Afrontamento.
- FREIRE, João (2004). “O Movimento Operário e o Problema Rural na I República”, in I. Fonseca; D. Freire; P. Godinho (orgs.), *Mundo Rural: Transformação e Resistência na Península Ibérica (Século XX)*. Lisboa: Edições Colibri, 89-106.
- GUIMARÃES, Paulo Eduardo (2001). *Indústria e Conflito No Meio Rural: Os Mineiros Alentejanos (1858-1938)*. Lisboa: Edições Colibri.
- MARTINS, Conceição Andrade (1997). “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”. *Análise Social*, XXII, 142, 483-535.
- MATIAS, Elias (1985). *O Alentejo em Luta: testemunho sobre os trabalhadores rurais durante a 1a República*. Lisboa: Editora Sementeira.
- PEREIRA, Ana Paula de Brito (1983). “As Greves Rurais de 1911-12: uma leitura através da Imprensa”. *Análise Social*, XIX, 77-78-79, 477-511.
- PEREIRA, José Pacheco (1980). “As Lutas Sociais dos Trabalhadores Alentejanos: do Banditismo à Greve”. *Análise Social*, XVI, 61-62, 135-56.
- PEREIRA, José Pacheco (1982). *Conflitos Sociais nos Campos do Sul de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- RAPOSO, Eduardo M. (2001). “A Greve Geral de Évora de 1912: Ponto Cimeiro dos Conflitos Sociais no Alentejo nos Alvores da República”. *A Cidade de Évora*. II Série, 5, 213-230.
- ROLLO, Maria Fernanda (2011). “Paradigmas frustrados: perseguição e fuga da modernidade e do progresso”, in M. F. Rollo e F. Rosas (eds.), *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 229-244.
- SAMARA, Maria Alice (2011). “A questão social: à espera da “Nova Aurora””, in M. F. Rollo e F. Rosas (eds.), *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, 149-168.
- SCOTT, James C. (1985). *Weapons of the Weak: everyday forms of peasant resistance*. Connecticut: Yale University Press.
- SILVEIRA, Luís Espinha da (1991). “Venda de bens nacionais, estrutura da propriedade e estrutura social na região de Évora na primeira metade do século XIX”. *Análise Social*, XXVI, 112-113, 585-612.
- SOUSA, Manuel Joaquim de (1974). *O Sindicalismo em Portugal*. Porto: Afrontamento.
- TENGARRINHA, José (1981). “As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920”. *Análise Social*, XVII, 67-68, 573-601.

- TENGARRINHA, José (1992). *Movimentos Populares Agrários Em Portugal: 1751-1825*. Dissertação de Doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Lisboa.
- THOMPSON, E. P. (2008). *A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII*. Lisboa: Antígona.
- VENTURA, António (1976). *Subsídios para a História do Movimento Sindical Rural no Alto Alentejo (1910-1914)*. Lisboa: Seara Nova.
- VENTURA, António (1977). *O Sindicalismo no Alentejo: a “tourné” de propaganda de 1912*. Lisboa: Seara Nova.
- VIEIRA, Alexandre (1974). *Para a História do Sindicalismo em Portugal*. Lisboa: Seara Nova.

# Ideologia e Posicionamento Político do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso

## *Ideology and Political Posicionament of the Movimento Federalista Português – Partido do Progresso*

**RAFAEL OLIVEIRA DIAS**

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

rdias\_98@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5903-5019>

Texto recebido em / Text submitted on: 19/12/2023

Texto aprovado em / Text approved on: 19/04/2024



**Resumo.** O MFP-PP destacou-se como um dos principais atores partidários da direita política durante a sua existência, correspondente ao período de transição democrática subsequente ao 25 de abril de 1974 até ao afastamento do Presidente da República, António de Spínola, com os acontecimentos de 28 de setembro de 1974. O principal fator de diferenciação deste movimento partidário face à miríade de partidos políticos à época foi, sobretudo, a sua densidade ideológica, corolário de um arquétipo doutrinário paulatinamente consolidado em virtude das origens políticas do MFP-PP nos últimos anos do Estado Novo. Este artigo caracteriza ideologicamente o MFP-PP, explanando os seus pilares doutrinários e dissecando os seus vetores estruturantes de ação política, por forma a categorizar assertivamente o MFP-Partido do Progresso dentro do espectro político-ideológico estrutural e epocal.

**Palavras-chave.** MFP-PP, Nacionalismo, Federalismo, Justicialismo, Spínolismo.

**Abstract.** The MFP-PP was one of the most noteworthy party actors of the right wing political spectrum during his existence, corresponding to the democratic transitional period subsequent to 25 April 1974 revolution until the events occurred on 28 de Setembro de 1974 that resulted in the sacking of general António de Spínola of the republic presidency. The key factor that led to the differentiation of this political movement above the myriad of political parties at the time was, mainly, his ideological density, consequence of a doctrinal archetype gradually consolidated due to the political origins of the MFP-PP in the last years of the Estado Novo. This article characterizes ideologically the mfp-pp, explaining his doctrinal cornerstones and dissect his structural vectors of political action, in order to assertively categorize the MFP-Partido do Progresso within the structural and epochal political-ideological spectrum.

**Keywords.** MFP-PP, Federalism, Nationalism, Justicialism, Spínolism.

## Introdução

Este artigo abordará as ideias e pilares doutrinários do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso (MFP-PP), apoiando-se a análise nas

posições oficiais tomadas pelo partido, descrevendo-as – sobretudo através do órgão oficial do partido, *Tribuna Popular*, mas também dos principais jornais, como são o caso do *Expresso* ou do *Diário de Lisboa* –, e de igual modo no pensamento político produzido por alguns dos seus principais dirigentes, como Fernando Pacheco de Amorim, José Miguel Júdice e José Valle de Figueiredo. Através desta análise, procurar-se-á também posicionar o MFP-PP nas várias polémicas políticas surgidas na época: das mais estruturais – como a questão ultramarina, socioeconómica e do próprio sistema político a ser construído – até às mais conjunturais – como os casos sucedâneos de violação de liberdades de imprensa e demais liberdades políticas<sup>1</sup>. Todos estes tópicos são determinantes para que seja possível uma categorização assertiva do MFP-Partido do Progresso dentro do espectro político-ideológico estrutural e epocal, principal objetivo deste artigo.

O Movimento Federalista Português – Partido do Progresso emergiu como um movimento político proeminente na sequência da revolução de 25 de Abril de 1974, imprimindo uma dinâmica sociopolítica centrípeta em seu redor, conquistou uma posição distinta no espectro político de direita, que lhe granjeou o estatuto conferido pelo *Expresso* enquanto “fulcro da organização da direita unida” (*Expresso*, 6 de julho de 1974). Com uma forte estrutura organizacional, mormente no centro e norte do país, – reconhecida pela imprensa<sup>2</sup>, e assinalada por adversários político-partidários (AMARAL 1995: 171, 244) – apenas o Partido Comunista Português (PCP), o Partido Popular Democrático (PPD) e o Partido Socialista (PS) gozavam de uma estrutura organizada semelhante. Os comunistas por terem sido o único movimento político dotado de aparelho partidário organizado à data da revolução, fruto de décadas de existência e oposição clandestina ao Estado Novo. O Partido Socialista ao qual subjaz, para além dos apoios financeiros e da rede de contactos privilegiados no mundo ocidental granjeados pelo seu líder, Mário Soares, o legado histórico da oposição republicana ao salazarismo. Por último, o PPD, que para além da experiência política de grande parte dos fundadores advindos da Ala Liberal, e da base embrionária da SEDES, tinha o respaldo dado pela estrutura spinolista (RODRIGUES 2010), com o Presidente da República, António de Spínola, à cabeça.

Uma característica definidora do MFP-PP era o seu arquétipo ideológico

---

<sup>1</sup> O presente artigo é baseado na tese de mestrado apresentada pelo autor em 2022 (DIAS 2022), focalizando-se no posicionamento político e ideológico do MFP-PP, excluindo as relações políticas, partidárias e institucionais, do partido, bem como as suas movimentações, onde se aborda em maior detalhe as polémicas conjunturais, como o processo de formação das comissões administrativas autárquicas, alvo das maiores denúncias por parte do partido.

<sup>2</sup> “3 meses depois a estratégia política da direita”, *Expresso*, 7 de setembro de 1974: 2.

bem consolidado, enraizado no pensamento político da direita continental e imbuído de uma distinta perspetiva gaullista. Tratava-se, principalmente, de um movimento democrático de orientação bonapartista, com uma vocação nacionalista no quadro geo-político e de assinável índole justicialista no seu projeto socio-económico. Essa coerência ideológica não só criou um espaço político único para o MFP-PP dentro da direita, como também contribuiu para a sua forte identidade diante do domínio da esquerda durante aquele período. O conceito da direita política é, de resto, central para a análise aqui vertida (PINTO 2018).

Sendo certo que a presente análise se prende com o MFP-PP e, por corolário, com os meses que contemplaram a sua breve existência, de abril de 1974 até setembro de 1974, a sua base política e enquadramento ideológico foram construídos durante os últimos anos do regime do Estado Novo, permitindo ao MFP-PP uma transição consistente e imediata para a nova paisagem política. Desde logo, destaca-se a dinâmica nacionalista grupuscular encabeçada por José Valle de Figueiredo no início da década de 60, catalisado pela crise académica de 1962 (MARCHI 2008) e o pensamento vetusto do académico que viria a ser líder do MFP-PP, Fernando Pacheco de Amorim. Não obstante é fundamental assinalar este arquétipo ideológico paulatinamente consolidado desde o final da década de 60, mormente após a fundação da cooperativa livreira Cidadela em 1969, que se estabeleceu como plataforma organizadora e continuada do nacionalismo-revolucionário (MARCHI 2016). Assim, para um adequado entendimento do método comparativo frequentemente utilizado neste texto, devem compreender-se os principais eixos ideológicos do núcleo intelectual do nacionalismo revolucionário conimbricense pela referida forma sobeja com que influiu sobre a ideologia e o posicionamento político do MFP-PP. Para além do revolucionarismo imanente que tinha na rejeição ao regime de Marcello Caetano a sua consubstanciação prática, entendendo-o como um regime de oligarquia capitalista, expressão de um situacionismo colonialista, subjacente a um imobilismo político perante o impasse nas decisões estratégicas nacionais (CRUZ & RAMOS 2012), decorriam outros dois eixos.

Um nacionalismo africanista de vocação integradora e anti-colonialista divergente do pensamento de Valle de Figueiredo que, assumindo a necessidade de evolução dentro da unidade nacional em moldes anti-colonialistas, partia ainda da conceção imperial de Portugal, Portugal como cabeça de um império. O nacionalismo deste grupo intelectual trazia uma cosmovisão terceiro-mundista do ultramar e, por extensão, do conjunto nacional, que constituía um avanço ideológico e doutrinário ímpar no pensamento político português, pese embora as influências de Pacheco de Amorim, dentro desta mundividência.

Portugal seria um país cada vez mais de terceiro-mundo, fazendo, não obstante, a ponte com o primeiro, abandonando a dicotomia Leste/Oeste determinada pela geopolítica decorrente da Guerra Fria, focando-se na dicotomia Norte/Sul, sendo o mais pobre dos países de primeiro mundo e o mais rico dos países de terceiro-mundo.

Este processo consubstanciar-se-ia na designação de Luanda como capital do conjunto nacional em detrimento de Lisboa, passando a denominação de Portugal a ser exclusiva de todo o território nacional, adotando a metrópole a designação de Lusitânia (MARCHI 2014: 342). Por seu turno, o anti-colonialismo imanente, valeria também para a rejeição do MFP-PP face ao que viriam a denominar como “entreguismo” que caracterizaria a política de descolonização do MFA, pois tal via era sinónimo de uma cedência ao imperialismo soviético. Por outro lado, dado o carácter revolucionário desta rutura conceptual, a rejeição era igualmente absoluta face a qualquer solução rodesiana, que ia ressoando nos meios políticos, e sobretudo ligada a Jorge Jardim (CRUZ & RAMOS 2012: 439).

Como derradeiro eixo político destaca-se o justicialismo político-social, devedor de uma matriz anti-capitalista e revolucionária, na medida em que o problema do Estado Novo não seria apenas político, mas também social e económico. Isto é, haveria que ter lugar a reorganização da sociedade e da economia para a concretização de uma realidade de justiça social, que no entender dos nacionalistas-revolucionários da Cidadela só seria possível através da superação do capitalismo – motivada sobretudo pela organização económica estrutural do ultramar que entendiam caracterizar-se como situação de exploração colonial por uma oligarquia capitalista metropolitana. Pelo que, sem profundas alterações do sistema económico, a revolução nacional pretendida para o sistema e organização políticos do todo pluricontinental não seria possível, na medida em que a manutenção do capitalismo levaria a um inevitável processo neo-colonialista.

Por outro lado, em ordem a concretizar esse projeto socioeconómico, teriam também de ser ultrapassadas as teses do socialismo e, por maioria de razão, do comunismo – cuja dialética da luta de classes entendiam ser ultrapassável, a crítica à proposta marxista passava por apontar que esta incorria num sistema inevitavelmente ineficiente e simultaneamente incapaz de superar essa luta de classes, sedeado num estado assaz burocrático, cuja tendência seria a de um capitalismo monopolista de estado (CRUZ & RAMOS 2012: 440).

## 1. Posicionamento político-ideológico do MFP-PP

Como ponto de partida para a caracterização ideológica do partido, destaca-se o corte epistemológico com o código de valores políticos do tradicionalismo católico, sobre os quais Salazar edificou o Estado Novo, sobretudo no respeitante ao projeto de sociedade assente no conservadorismo axiológico e no ruralismo. Ainda que o anti-comunismo tivesse gerado alguma proximidade à Igreja Católica e a generalidade dos dirigentes fosse católicos, o grande eixo mobilizador do partido, o Ultramar, geraria, sobretudo na geração da Cidadela, um afastamento para com a instituição, dadas as posições tomadas por algumas individualidades da estrutura eclesiástica no sentido da independência das províncias ultramarinas<sup>3</sup>. De resto, é ideologicamente perceptível essa não identificação no pensamento económico do partido, cuja terceira via propugnada não tinha qualquer influência doutrinária católica ou democrata-cristã. Pese embora um determinado espiritualismo se fizesse notar no nacionalismo de alguns dirigentes, como Fernando Pacheco de Amorim e José Valle de Figueiredo, não havia, efetivamente, uma influência demarcada do pensamento católico no ideário do partido – este artigo explorará ambas as nuances<sup>4</sup>.

Através do seu secretário-geral, o MFP-PP assinalaria também o seu passado oposicionista. Nas suas memórias políticas, Pacheco de Amorim evocaria o passado de resistência e a sua prisão política – ainda que possuindo uma visão moderada do Estado Novo no seu domínio económico, dado o crescimento da economia levado a cabo pelo regime nos anos precedentes ao seu fim, bem como pela reserva de divisas e de ouro disponíveis, devendo a partir desse denominador positivo partir-se para a correção de injustiças e melhoria continuada da economia nacional (AMORIM 1976: nº 1, 32 e 39). Não havia, portanto, qualquer influência da circunstância revolucionária nesta dissociação do partido para com o regime deposto, devendo também lembrar-se a crítica do nacionalismo-evolucionário

---

<sup>3</sup> “3 meses depois a estratégia política da direita”, *Expresso*, 7 de setembro de 1974: 2; artigo noticioso destaca a utilização da via religiosa como meio de propaganda anti-comunista, mas em declarações prestadas pelo dirigente, pese embora admitisse a proximidade dos valores do MFP-PP com a religião cristã, afirmava não ser intenção do partido explorar politicamente o catolicismo (Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim 2022). No entanto, não é possível concretizar quais as personalidades da Igreja Católica, sendo esta uma impressão genérica de alguns episódios que iam tendo lugar, como foi o caso da vigília na Capela do Rato. Neste aspeto, é ainda elucidativa a forma acintosa com que a Igreja Católica foi enumerada pela *Tribuna Popular* no rol de entidades como a ONU, a Internacional Socialista e os partidos comunistas que alegadamente definiram o futuro ultramarino; “Nem Rei Nem Lei”, *Tribuna Popular*, nº 0, 24 de julho de 1974: 1.

<sup>4</sup> Riccardo Marchi, pelo contrário, entende o anti-marxismo do MFP-PP não apenas como fator de aproximação à Igreja Católica, mas também como corolário de uma pretensa matriz cristã do partido (MARCHI 2020: 47). Para além de este texto remeter para conclusões distintas quanto à influência cristã no pensamento do partido, este artigo tratará das bases ideológicas do anti-marxismo do partido.

ao Estado Novo enquanto regime colonialista, com uma questão socioeconómica eticamente reprovável. Assim, não existia qualquer linhagem política que fosse hereditariamente chegada ou portadora dos valores do Estado Novo.

Este distanciamento ideológico entre o MFP-PP e o Estado Novo é também importante para refutar a catalogação de extremista de direita atribuída ao partido por alguns autores<sup>5</sup>. Partindo do conceito de extremismo enquanto rejeição do modelo político e dos valores e objetivos propostos pelo regime, o partido não só não propalava qualquer alteração radical destes pressupostos programáticos, como, pelo contrário, defendia integralmente o programa do MFA e reivindicava a sua total execução, apoiando aquela que era, juridicamente, a principal figura política do país, o chefe de estado, António de Spínola<sup>6</sup>. Para além disso, não se verifica também aquilo que a sociologia política considera convencionalmente como extremismo de direita, emanação direta de uma classe sujeita a uma repentina perda de condição política e consequente drástica redução de influência, pautando-se o comportamento político deste tipo de movimento pela reconquista das suas prerrogativas político-sociais (BOBBIO 2000: 458).

O MFP-PP reconhecia o privilégio social de determinadas classes no regime deposto e considerava razoável a mudança da administração do estado, alertando, de resto para a possível criação de novos “vícios” naquilo que definia de forma vernacular como “caça ao tacho”<sup>7</sup>. Numa nota mais contemporânea, também não é possível considerar o MFP-PP como partido populista, na medida em que não mitificava o povo, tampouco lhe atribuía qualquer entronização lírica ou explorava uma narrativa maniqueísta entre povo e elite (BOBBIO 2000: 980).

No concernente ao sentido democrático do MFP-PP, destaca-se a última grande discussão em que o partido tomava parte antes da sua extinção, a da definição da lei eleitoral para o sistema político e, particularmente, a da lei eleitoral para a eleição da Assembleia Constituinte. Distinção que o próprio partido fez entre as duas, tendo orientações díspares em cada uma delas. Relativamente à primeira, ou seja, na definição da lei para os atos eleitorais ordinários após a aprovação da constituição, não apresentava uma linha clara. Contudo, tanto naquilo que se encontrava vertido no órgão oficial do partido, como por aquilo que foi dito pelo seu fundador José Miguel Júdice, havia um traço preferencial por um executivo forte, fazendo depender a sua opinião da fonte do poder de onde emana o governo. Isto é, se a fonte do poder emanasse da assembleia, havia uma preferência pelos sistemas de maioria simples ou pela atribuição

<sup>5</sup> São, por exemplo, os casos de Cervelló (1994) e Ruivo (2015).

<sup>6</sup> “Em defesa do Programa, comunicado do secretariado nacional do MFP-PP”, *Tribuna Popular*, nº 1, 7 de agosto de 1974: 1.

<sup>7</sup> “Caça ao Tacho”, *Tribuna Popular*, nº 2, 14 agosto de 1974: 3.

de um bónus ao partido mais votado – tal como na Grécia –, entendendo o partido que “um parlamento necessita de manter uma certa estabilidade ao governo (...) a fim de lhe permitir o executar o seu programa de acção”, daí que admitissem sistemas de representação eleitoral que consagravam fenómenos de sobre-representação em favor dos partidos mais votados<sup>8</sup>.

Por outro lado, caso o executivo emanasse de um poder presidencial eleito por sufrágio universal, onde o impacto da assembleia para a estabilidade governativa era menor, então a representação proporcional era a preferida. No que concerne à lei definidora da assembleia constituinte, desejava-se uma maior representatividade da diversidade política no país, na medida em que a feitura da constituição surgia como “expressão máxima e fundamental da soberania”, devendo ser a “imagem fiel do povo soberano e representar, do modo mais perfeito possível, o seu complexo pluralismo de ideias”. Por estas razões, a opinião do Partido do Progresso incidia aqui numa votação de representação proporcional por vários círculos. Estabelecia também o voto aos 18 anos como aceitável e era inequivocamente favorável ao direito de voto aos analfabetos, pois “tirar-lhes a igualdade política era negar-lhes a igualdade social”. Mostrava-se ainda favorável ao direito de os portugueses que haviam servido ou apoiado o antigo regime poderem ter o direito de serem representados, considerando, contudo, imoral que estes pudessem representar o povo português numa assembleia (GOMÉZ FORTES 2010: 125)<sup>9</sup>.

A este respeito, deve ainda assinalar-se a denúncia do partido à censura de que alguma imprensa era alvo – consubstanciando-se na suspensão e atuação de jornais – bem como dos abusos levados a cabo nos processos de saneamento que decorriam em todos os sectores da sociedade (REIS, REZOLA, & SANTOS, vol. VII 2016: 275). No entender do partido, estes processos decorriam de forma desagradada, desde associações culturais e recreativas a empresas privadas, em forma de perseguição política, ferindo a liberdade individual e originando prisões arbitrárias, sendo “geradores naturais de novas corrupções”. Para o MFP-PP este processo punha em causa a democratização do país, entendendo-o como “apossamento partidário”, e pedindo, por isso, legitimidade eleitoral para cargos de confiança política<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> “Lei Eleitoral”, *Tribuna Popular*, nº 5, 3 de setembro de 1974: 2; Entrevista a José Miguel Júdece 2019.

<sup>9</sup> Na sua obra, Braulio Gómez constata que, de facto, houve uma intenção do poder revolucionário para limitar a presença de “forças conservadoras” na Assembleia Constituinte, utilizando para esse efeito, desde logo, o mecanismo de ilegalização de partidos, do qual, como é sabido, o MFP-PP foi alvo, mas também através da definição de incapacidades e inelegibilidades eleitorais para determinados cidadãos – como eram os casos do direito de voto dos analfabetos e personalidades ligadas ao regime deposto em que aqui o partido toma posição.

<sup>10</sup> “Assalto ao Poder”, *Tribuna Popular*, nº 0, 24 de julho de 1974: 4; “Caça às Bruxas”, *Tribuna Popular*, nº 1, 7 de agosto: 6.

O MFP-PP pode, portanto, ser definido como um partido de direita democrática de índole gaullista (BOBBIO 2000: 539). Caracterizava-se pelo seu nacionalismo renovado de vocação ultramarinista, defendendo a democracia plebiscitária para definir o futuro desses territórios, e pelo seu carácter justicialista, derivado da terceira via socioeconómica que propugna aliado ao princípio soberanista da independência nacional – de resto, foi Edgar Faure quem se constituiu como referência de pensamento nas matérias de associação entre capital e trabalho. Desta influência gaullista foi também tributário um determinado bonapartismo plasmado, neste caso concreto, no apoio à liderança carismática do general Spínola, que procurava consolidar o poder presidencial sobre os outros órgãos de soberania. José Miguel Júdice não colocava de parte uma hipotética adesão a um grande movimento civil spinolista – algo que José Luís Andrade não considerava consensual dentro do partido, pese embora reconheça esse móbil spinolista no líder do MFP-PP, Fernando Pacheco de Amorim e noutros dirigentes, como José Valle de Figueiredo (Entrevista a José Miguel Júdice 2019; Entrevista a José Luís Andrade 2022).

O próprio projeto de poder do general Spínola era também fortemente influenciado pelo legado presidencial do general Charles de Gaulle. Na substância discursiva, com a ameaça da extrema-esquerda à democracia no seu périplo pelo país desde maio, e na ação política (RODRIGUES 2010: 315) – desde a tentativa de aprovação de um projeto constitucional de pendor presidencialista por via de um referendo popular, tal como De Gaulle em 1958, à malograda manifestação da “Maioria Silenciosa”, inspirada na reação do general francês ao anarquismo do Maio de 1968 com uma demonstração popular de apoio nos Campos Elísios. Ainda dentro da esfera sociopolítica do gaullismo, é perceptível no testemunho político de Fernando Pacheco de Amorim um ceticismo – tradicional na direita portuguesa – perante o ideal parlamentarista, com uma preferência pelas comunidades naturais em detrimento do indivíduo, que aqui se vertia numa ideia de organicismo municipalista. Valorizava o papel das autarquias locais e ainda das juntas de freguesia, “verdadeira célula da vida política local, pois que é nela que se congregam as famílias, a primeira sociedade política” (AMORIM 1976: nº 3, 50). A importância estratégica do municipalismo para o MFP-PP foi reiterada na já mencionada denúncia contínua do partido ao processo de ocupação dos órgãos autárquicos por parte do PCP e corroborada por José Valle de Figueiredo (Entrevista a José Valle de Figueiredo 2022).

## 2. O Nacionalismo do MFP-PP

A conceção de nacionalismo é aqui interpretada não como uma primária exacerbação do sentimento patriótico, mas como uma subordinação de todo o valor político ao interesse nacional definido pela razão de estado, a ideia de que a liberdade do indivíduo está ligada ao estado-nação e, portanto, à sua soberania (BOBBIO 2000: 800). Esta ideia nacionalista que parte da nação como unidade de destino universal do povo tem, pois, uma dimensão espiritual importante, para a qual foi decisivo o contributo ideológico de José Valle de Figueiredo, com o seu voluntarismo revolucionário originário da sua militância cultural, importante para a definição anti-comunista do partido, dado o carácter “anti-nacional” do PCP<sup>11</sup>. A dimensão político-espiritual do nacionalismo do partido, de desenvolvimento do sentimento nacional através da ideia de que todos os indivíduos integrados no estado português pertenciam à mesma nação, correspondia à importância atribuída à mencionada razão de estado, cuja nação justificava a sua prática política interna e a definição da sua política externa e defesa das suas fronteiras. Assim, constata-se ainda outro corolário desta orientação patriótica, típico da generalidade das organizações da direita política. A importância da garantia da ordem e autoridade, e decorrente combate à criminalidade, que não deixavam de ser referidas nos números da *Tribuna Popular*. Propunha “dotar a P.S.P. e a G.N.R. dos quadros indispensáveis às suas complexas atribuições”, e propugnando ainda o “ajuste das suas remunerações e subsídios às exigências da profissão e garantir um esquema de segurança social global” por forma a proceder à dignificação daquelas organizações<sup>12</sup>.

A defesa da autoridade e da ordem não é, no entanto, suficiente para poder catalogar o MFP-PP como movimento autoritário, mesmo que conjugada com a sua tendência para favorecer o fortalecimento do poder executivo dado o seu bonapartismo em torno de Spínola. Isto porque, caracterizando-se o pensamento autoritário pela valorização da ordem como valor supremo tendente a uma organização social rígida, tal cosmovisão opunha-se ao revolucionarismo do partido, entusiasta da mobilização popular e da penetração social na vida política (BOBBIO 2000: 94). O exemplo mais ilustrativo, para além da propalada integração socioeconómica herdada do nacionalismo revolucionário, era a defesa acérrima da soberania popular pela via referendária na definição

<sup>11</sup> Entrevista a José Valle de Figueiredo 2022; Valle de Figueiredo realça também o esforço de construção de um pensamento nacionalista de inspiração estritamente portuguesa, livre de influências doutrinárias externas ao país, pese embora admita aspetos convergentes com outros movimentos, como a Falange espanhola, mormente no organicismo municipalista. Voltar-se-á a esta conceptualização anti-comunista mais à frente na explanação da cosmovisão socioeconómica do partido, dado a sua importância para o anti-marxismo do partido.

<sup>12</sup> “Dignificar a P.S.P e a G.N.R.”, *Tribuna Popular*, nº 6, 11 de setembro de 1974: 3.

do futuro dos territórios ultramarinos e do envolvimento das populações autóctones no processo político<sup>13</sup>.

A principal faceta do nacionalismo do MFP-PP era, naturalmente, e pelas razões já mencionadas nos capítulos anteriores, a assunção de um Portugal pluricontinental, sendo a continuidade ultramarina do estado-nação português o seu principal eixo gravitacional. Havia, pois, uma continuidade político-ideológica das posições nacionalistas-revolucionárias, recuperando um projeto terceiro-mundista de inspiração integracionista, ainda que partindo das conceções e do modelo federalista do general Spínola, dada a impossibilidade política contextual de defesa assumida do integracionismo ultramarino. Era uma defesa do federalismo com uma roupagem integracionista, não havendo, portanto, uma incoerência doutrinária, senão um recuo discursivo estratégico que é transversal às direitas no contexto revolucionário. De resto, como Jaime Nogueira Pinto assinala, as teses spinolistas tinham elementos doutrinários díspares entre si, desde princípios integracionistas a autonomistas (PINTO 2014: 331 e 531; Entrevista a Jaime Nogueira Pinto 2020). Destacam-se a ideia integracionista de uma moeda única para todo o espaço da portugalidade, e a ideia nacionalista da imprescindibilidade do ultramar como esteio da independência nacional. Ambas mereciam a concordância do partido e eram basilares no projeto terceiro mundista do MFP-PP (Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim 2022). O binómio nacionalismo-questão social em que radicava a proposta ultramarinista dos nacionalistas-revolucionários da Cidadela seria recuperado e, com isso, a supramencionada inspiração terceiro-mundista, advogando o MFP-PP uma “solução nasseriana ou peronista” para o futuro da então revolução portuguesa de 25 de Abril de 1974<sup>14</sup>.

Nos dias subsequentes à fundação do MFP, o movimento tomou uma posição substancial logo a 13 de maio: propugnou a constituição de uma associação cívica para unidade e reconciliação de todos os portugueses com o intuito de promover a auto-determinação de Portugal através de uma federação integrada com base ampla para dinamização dos portugueses numa tarefa comum. Esta federação devia caracterizar-se pela igualdade de participação política e económica de todos os cidadãos, livre circulação de pessoas, bens e capitais, bem como pela dinamização da cultura portuguesa na sua vocação universalista. Quanto à organização político-administrativa do estado federal, previa a transferência de órgãos de soberania federais para a parcela mais adequada e propunha ao mesmo tempo a integração de representantes de todos os

---

<sup>13</sup> “Programa do Movimento Federalista Português”, *Jornal do Comércio*, 14 de maio de 1974: 3; “Negociar para Ceder”, *Tribuna Popular*, nº 1, 7 de agosto de 1974: 1.

<sup>14</sup> “O Significado de Uma Escolha”, *Tribuna Popular*, nº 0, 24 de julho de 1974, 1.

territórios e vastas etnias constituintes da nação. A importância doutrinária do organicismo, reiterada por Valle de Figueiredo, conforme supramencionado, era também patenteada naquilo que o MFP-PP denominava como dimensão vertical do federalismo, entendendo a organização da sociedade portuguesa “numa base amplamente descentralizadora e auto-gestionária”<sup>15</sup>.

O princípio nacionalista da independência nacional e soberania dos povos estava latente na consideração do MFP relativamente à federação de estados como oposição a uma situação política neocolonial, sendo que, no entender do movimento, dada a geopolítica, as províncias ficariam à mercê dos grandes interesses imperialistas internacionais. Assim, a emancipação das massas portuguesas sob a cosmovisão do MFP-PP compreendia-se, não num sentido de classe, mas como projeto político, económico e espiritual da nação como um todo. Por conseguinte, advogavam uma política externa de emancipação nacional sediada na equidistância entre União Soviética, China e Estados Unidos, invocando para esse desiderato a imprescindibilidade “da dimensão geográfica, humana e dos recursos disponíveis” de uma nação pluricontinental feita de 25 milhões de portugueses distribuídos por dois milhões de quilómetros quadrados<sup>16</sup>.

No discurso proferido no comício do partido no Porto, 24 de julho de 1974, Miguel Seabra remeteu novamente as posições do MFP-PP para o projeto terceiro-mundista do nacionalismo-revolucionário da Cidadela: entendendo o lugar político de Portugal – à luz da situação geopolítica e do princípio da independência nacional, bem como da sua vocação histórica e identificação política – “na vanguarda dos Povos do Terceiro Mundo, na luta contra os imperialismos americanos e soviético”<sup>17</sup>. Era a recuperação da ideia da Cidadela de Portugal sob a divisão Norte/Sul em detrimento da divisão Leste/Oeste, entre o primeiro e o terceiro mundo, mais próximo deste último.

A associação entre o neocolonialismo e o “entreguismo” das esquerdas face ao ultramar era outra das posições transversais ao partido (AMORIM 1976: n.º 1, 15)<sup>18</sup>. No seu testemunho político, Fernando Pacheco de Amorim atacava os partidos PPD e CDS, associando-os indiretamente às posições da tecnocracia marcelista e da oposição liberal, personificada na SEDES e na famigerada Ala Liberal: “A nova classe política estava ansiosa por se libertar de um problema

<sup>15</sup> “Por um Portugal Melhor”, *Tribuna Popular*, n.º 0, 24 de julho de 1974: 3-5.

<sup>16</sup> “Movimento Federalista Português alerta para a necessidade de uma política externa independente”, *Jornal do Comércio*, 21 de junho de 1974: 24. Ver também: Marchi (2020: 61).

<sup>17</sup> “Comício do Movimento Federalista Português-Partido do Progresso no Porto”, *Tribuna Popular*, n.º 1, 7 de agosto de 1974: 2.

<sup>18</sup> Corrente política que defendia a independência imediata das províncias ultramarinas a entrega subsequente do poder aos movimentos guerrilheiros marxistas-leninistas dos territórios ultramarinos.

que ao longo de anos proclamaram alto e bom som ser a principal causa de subdesenvolvimento português”. A concepção terceiro-mundista distintiva do MFP-PP fez-se notar aqui também. O líder do partido denunciou, através do seu anti-comunismo, a política de descolonização das esquerdas e por outro lado a posição acerca do ultramar dos partidos à direita do PCP (PS, PPD, CDS): “Eles afirmavam-se anti-colonialistas, mas eram apenas, e afinal, uns agentes do colonialismo russo, outros, do neo-colonialismo euro-americano” (AMORIM 1976: nº 1, 27; nº 2, 8).

Na verdade, relativamente à questão ultramarina, podem distinguir-se, dentro da atividade partidária, três correntes distintas: a do PCP e extrema-esquerda, de entrega imediata dos territórios direta e exclusivamente aos movimentos guerrilheiros – favorecendo o MPLA em Angola –; a do PS, PPD e CDS, baseada na aceitação imediata da auto-determinação, por via de um processo democrático, ainda que divergindo nos prazos temporais, com o PS a defender um processo tão rápido quanto possível contrariamente ao processo paulatino reconhecido por PPD e CDS; e a corrente do MFP-PP, dos seus parceiros da Frente Democrática Unida (FDU), e de outros movimentos à direita, como o PDC, partidários do federalismo ultramarino, por via de uma consulta referendária às populações autóctones.

Na defesa do projeto federalista, o MFP-PP não se coibia de criticar as figuras governamentais. Destacava-se a polemização em torno do governador da Guiné, Carlos Fabião, denunciando de forma contundente as suas declarações em defesa de uma entrega imediata do poder político ao PAIGC, seguindo a narrativa desenvolvida pela esquerda ao apelidar de oportunistas todos os atores políticos dos territórios ultramarinos não pertencentes a movimentos guerrilheiros. O MFP-PP apontava para a consulta democrática das populações como único meio legítimo de aferir as suas vontades, aludindo novamente à consulta referendária daquelas populações como único processo político adequado para a definição do futuro daqueles territórios. Para além disso, o partido entendia que o PAIGC nunca tinha alcançado o domínio político-militar da Guiné derivado da oposição dos guinéus, demonstrando confiança na preferência política da população por uma “ampla autonomia política e administrativa” rejeitando a “instauração de uma ditadura do PAIGC, de obediência marxista e estrangeira”.

Em carta aberta ao brigadeiro Carlos Fabião, o partido, procurando desconstruir a ideia lançada de oportunismo político, relembra também os cerca de “17000 portugueses africanos da Guiné que durante anos lutaram e morreram ao lado dos expedicionários europeus em defesa da sua terra e que, na hora da debandada, se mantém fiéis ao seu ideário”, bem como “os chefes

africanos que confiadamente apoiaram, no Congresso dos Povos da Guiné, a política progressiva do general Spínola”<sup>19</sup>.

Após o discurso de 27 de julho do Presidente da República, o MFP-PP teve, através da Tribuna Popular, uma reação claramente negativa, dada a aposta política no Presidente da República para garantir a dimensão pluri-continental de Portugal. O MFP-PP caracterizava como perigoso o reconhecimento incondicional do direito à independência, entendendo o partido que tal posição legislativa era antagónica aos princípios programáticos do MFA. O partido escudava-se na defesa da legalidade, utilizando uma argumentação jurídico-política e, curiosamente, preferia visar o órgão coletivo da Junta de Salvação Nacional, não criticando diretamente o Presidente da República. Na mesma senda, criticava o posicionamento e as declarações de Veiga Simão na ONU, que afirmava a decisão do Conselho de Estado ter eliminado qualquer restringimento constitucional à concessão de independência de Angola e Moçambique, acusando-o de contribuir para a errada interpretação jurídica de auto-determinação como sinónimo de independência. Posteriormente, denunciava a visita do secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, enquanto manifestação diplomática de concordância internacional com a entrega incondicional dos territórios ultramarinos aos movimentos armados marxistas, bem como das parcelas onde nunca houve guerra, responsabilizando o organismo pela instalação de regimes totalitários naqueles territórios<sup>20</sup>.

Pese embora, o discurso de 27 de julho do Presidente da República, o partido continuava a fazer apologia ao referendo como método justo e democrático para se decidir o futuro daqueles países. Para isso, reiterava o já mencionado argumento da independência económica nacional e do imperialismo internacionalista do capitalismo americano e da União Soviética. Através de uma análise geopolítica que referenciava Moçambique como ponto estratégico para o controlo da rota do Cabo e a dominância do Oceano Índico, o MFP-PP aludia às origens internacionais da FRELIMO, prova do imperialismo que visava combater. A este argumento analítico, aliava ainda outro, referente à falta de poder político da FRELIMO, que resultava na incapacidade para assegurar a segurança do país, reclamando uma solução equilibrada de homens brancos e negros para se livrarem de “quaisquer colonizações chinesas”, numa alusão

---

<sup>19</sup> “Carta Aberta ao Brigadeiro Fabião”, *Tribuna Popular*, nº 1, 7 de agosto de 1974: 5.

<sup>20</sup> “Em defesa do Programa, comunicado do secretariado nacional do MFP-PP”, *Tribuna Popular*, nº 1, 7 de agosto de 1974: 1; “Veiga Simão na ONU”, *Tribuna Popular*, nº 1, 7 de agosto de 1974: 3, estas declarações demonstram a já antiga desconfiança que os nacionalistas-revolucionários tinham relativamente a Veiga Simão desde a sua passagem pelo Ministério de Educação Nacional; “Depois da Entrega”, *Tribuna Popular*, nº 2, 14 de agosto de 1974: 2.

a Samora Machel e aos seus apoios internacionais<sup>21</sup>.

Ainda relativamente a Moçambique, antes do discurso presidencial de 27 de julho, o MFP-PP procedeu a uma análise sociológica daquele país, alertando para o problema das diversas etnicidades e heterogeneidades. A título de exemplo, mobilizou a situação política da Guiné, com a tomada de poder pelo PAIGC, como demonstração daquilo que poderia redundar num ódio fratricida, referenciando subliminarmente as virtudes da luso-tropicalidade, na medida em que “só a língua, alguns costumes e a administração unificada dão uma estrutura unitária”<sup>22</sup>.

No que concerne à Guiné, além do argumento étnico, com um semelhante raciocínio geopolítico, apontava-se a incapacidade para a independência económica e a falta de interesse estratégico que colocariam o país na dependência da Guiné-Conakry. No caso angolano, o partido destacava a impossibilidade de se replicar o modelo de descolonização de entrega do poder político ao movimento guerrilheiro marxista, dada a situação de impasse gerada pela existência de três movimentos independentistas consolidados, casos da FNLA, do MPLA, privilegiado por toda a esquerda portuguesa, para além da UNITA, cuja simpatia para com o movimento e seu líder nutrida pelo MFP-PP era perceptível. O partido catalogava a UNITA como movimento em ascensão, sóbrio por considerar angolanos todos quantos habitavam o país – afastando-o dos etnicismos –, independente face a imperialismos internacionais, tanto americano como soviético, e aberto à proposta referendária para a resolução da situação política. Assim se justificava a ambição pela realização de referendos em todo o espaço lusófono, interpretando-a em todos momentos como fiel depositária da legalidade consoante o plasmado no programa político do MFA e da Junta de Salvação Nacional. O MFP-PP invocava ainda um interessante argumento de racismo branco pelo facto de apenas haver memória histórica do sacrifício dos brancos, ignorando-se as populações negras destes territórios, que não concordando com estes grupos separatistas se viam obrigadas a aceitar o seu jugo anti-democrático<sup>23</sup>. Este argumento era, ainda, uma demonstração da sintonia política constante com o general Spínola que, precisamente no discurso de 27 de julho, declarava inaceitável a aceitação de ditaduras no processo de descolonização portuguesa.

Para além da questão ultramarina, o nacionalismo do MFP-PP posicionava-se ainda no campo da política externa continental, isto é, no debate iniciado

---

<sup>21</sup> “Negociar para Ceder”, *Tribuna Popular*, nº 1, 7 de agosto de 1974: 1; “A Política Ultramarina em análise, quem são as vítimas dos processos anti-democráticos?”, *Tribuna Popular*, nº 3, 21 de agosto de 1974: 4.

<sup>22</sup> “Por um Portugal Melhor”, *Tribuna Popular*, nº 0, 24 de julho de 1974: 5.

<sup>23</sup> *Ibidem*; “Descolonizar Angola”, *Tribuna Popular*, nº 8, 26 de setembro de 1974: 4; “Política Ultramarina em análise, quem são as vítimas dos processos anti-democráticos?”, *Tribuna Popular*, nº 3, 21 de agosto de 1974: 4.

ainda nos tempos do marcelismo sobre a aproximação ao ocidente e eventual adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE), revisitando-se parte da doutrina nacionalista de Valle de Figueiredo de rejeição à integração no projeto europeu<sup>24</sup>. Nesta matéria, o anti-capitalismo, para além de eixo estrutural da cosmovisão socioeconómica do partido, era a pedra de toque ideológica do discurso soberanista de orientação terceiro-mundista face à CEE e consequente rejeição da adesão de Portugal à referida organização internacional.

Tida a CEE como ponta-de-lança do imperialismo ocidental, Fernando Pacheco de Amorim denunciava o dolo político de Portugal enquanto futura unidade subjugada ao “filantropismo ocidental” e económica e financeiramente retido como “cloaca da Europa”. Caminho que Pacheco de Amorim entende ter sido iniciado pela administração de Marcello Caetano, admitindo que a continuação do mesmo se faria, no contexto pós-revolucionário, à custa de ainda maior dependência filantrópica internacional – “Portugal não poderá pertencer ao clube dos ricos, senão como servidor atento e obrigado, sem qualquer espécie de autonomia e voz activa” (AMORIM 1976: n.º 3, 31). Assim, propugna-se a escolha por um caminho português, de independência nacional, neutralidade ativa à margem dos dois imperialismos, capitalista e soviético, e alinhado com o terceiro mundo, “nem orgulhosamente sós, nem orgulhosamente acompanhados, mas antes orgulhosamente conscientes de que devem ser os responsáveis do seu destino” (AMORIM 1976: n.º 3, 32). Deste testemunho político é, portanto, possível discernir-se o anti-capitalismo, não como forma de organização económica, mas sobretudo como influenciador político-ideológico, constatando-se novamente a influência do fenómeno socioeconómico no nacionalismo do escol do MFP-PP, mas também da soberania económica na independência nacional propalada pelo partido (BOBBIO 2000: 141).

Esta posição política contrastava com o otimismo europeísta de CDS e PPD, algo que Pacheco de Amorim assinalava, designando-os por “partidos europeus”, cuja satisfação “pequeno-burguesa” seria a adesão ao “mundo dos civilizados” ainda que como membros meramente tolerados (AMARAL 1995: 194; AMORIM 1976: n.º3, 18)<sup>25</sup>. A rejeição à integração europeia e o seu ultramarinismo, conferiam ao MFP-PP uma vocação atlântica, que se consubstanciava na aposta do partido numa “ambiciosa” exploração do mar enquanto recurso e património natural e valorização da economia marítima (AMARAL

<sup>24</sup> Esta conceção eurocética está presente em FIGUEIREDO 1961.

<sup>25</sup> Freitas do Amaral assinala precisamente a unanimidade entre os fundadores do CDS perante a aceitação da auto-determinação do ultramar, inclusive a possibilidade de total independência, não havendo, portanto, qualquer concordância com o federalismo spinolista. Por outro lado, assinala a concordância com a ideia europeísta, e a pouca resistência face às teses de federalismo europeu por si propostas, apenas alvo de rejeição quando da liderança de Manuel Monteiro no Partido, já na década de 90.

1995: 47). Esta valorização política do mar consubstanciava-se numa outra convicção política, hoje mais atual que nunca, a da consciência ambiental e preocupação fundamental com a preservação da natureza. Novamente através de uma conceptualização anti-capitalista, entendia-se a delapidação do património e recursos naturais como consequência lógica do materialismo imanente do capitalismo selvagem e amoral, cujo lucro era único fim e objetivo, sem qualquer obstáculo valorativo. Também na *Tribuna Popular* era mencionada a valorização do meio-ambiente, defendendo um genérico equilíbrio entre o homem e a natureza<sup>26</sup>.

### 3. Terceira-via socioeconómica do MFP-PP

A opção socioeconómica do MFP-PP pode situar-se, genericamente, no campo da direita nacionalista democrática, conceptualizando um estado forte através da ideia de que o poder político tem sempre de ser mais forte do que os poderes económicos e sindicais (AMARAL 2014: 460). É a esta ideia de predominância do poder político sobre o poder económico que Fernando Pacheco de Amorim fazia corresponder um primado da soberania nacional, que estava, por sua vez, subjacente à irredutibilidade do princípio da independência económica e financeira para ser efetivo, “destruído o estado português financeira e economicamente a sua liberdade política fica comprometida”. Assim, o modelo económico do MFP-PP assentava, sobretudo, na valorização do aparelho produtivo do espaço nacional e da sua decorrente capacidade produtiva, propondo uma reorganização da economia nacional em termos que se afastassem tanto do pragmatismo capitalista como das “perigosas utopias socialistas” (AMORIM 1976: nº 3, 43 e 44).

Mais do que o nacionalismo terceiro-mundista, seria sobretudo a terceira via característica da Cidadela, que, objetivamente, maior impacto ideológico teria nas conceções políticas do MFP-PP. Surgindo com uma carga ideológica desagradada face aos anos da Cidadela, persistia a ideia de reforma do conceito de empresa, transformando-a numa “estrutura jurídica participada” a nível do poder de decisão<sup>27</sup>. A montante estava a ideia de estado forte, reservando-se

<sup>26</sup> “O Meio-Ambiente”, *Tribuna Popular*, nº 8, 26 de setembro de 1974: 6.

<sup>27</sup> Entrevista a José Miguel Júdice 2021. Sendo José Miguel Júdice e Miguel Seabra os principais proponentes da terceira via dentro do grupo da Cidadela, o facto de José Miguel Júdice ter ficado responsável pelas questões de organização socioeconómica dentro do partido e de Miguel Seabra ter desempenhado o papel de diretor da *Tribuna Popular* são de assinalável importância para que o modelo socioeconómico de terceira via lograsse a concordância e preponderância a ponto de ser um eixo ideológico estrutural do partido. Ver “O Xadrez Político”, *Tribuna Popular*, nº 2, 14 de agosto de 1974: 6.

um papel económico particularmente ativo na economia, que para além das competências da ordem e da justiça, devia fazer uma efetiva arbitragem entre as classes sociais, assegurando uma justa ascensão destes menos favorecidos. Além da noção de estado árbitro, o MFP-PP percecionava o Estado como responsável pela definição e prossecução de uma política económica de cunho social que significasse uma intervenção corretiva deste como agente do interesse público<sup>28</sup>. Assim, o MFP-PP propugnava uma continuidade de um planeamento económico nacional, semelhante à figura do plano económico e social francês correspondente ao modelo socioeconómico gaullista, defendendo um desenvolvimento harmónico e integrado de todos os sectores da economia nacional e melhor aproveitamento dos recursos humanos, técnicos e naturais<sup>29</sup>.

O partido trazia a lógica vertical federativa, já mencionada, para o seu projeto socioeconómico, aludindo a uma regionalização, devendo participar nela os diversos sectores e estratos económicos, e órgãos representativos do mundo do trabalho, como os sindicatos – que propugnava como estruturas de administração livre, defendendo o seu pluralismo. A respeito do trabalho e sindicalismo, destacava-se ainda a menção à redução da jornada laboral por parte do MFP-PP, naquilo que identificava como linhas principais do seu pensamento socioeconómico. Outra das heranças do nacionalismo-revolucionário era a ideia de reforma agrária, já com outra moderação, vertia-se a noção da dimensão economicamente viável da propriedade individual ou associativa, acompanhadas de um reapetrechamento tecnológico. Havia uma clara noção de primado do estado-nação sobre os demais domínios tal como enunciado no parágrafo anterior, bem como da associação desse princípio nacionalista com a ideia de independência económica. Com a influência, embora esbatida, do fervor anti-capitalista do nacionalismo revolucionário, o partido aludia ao “controlo político do poder económico que evite a subversão da máquina do Estado em sentido não coincidente com o interesse geral”. Neste aspeto, o MFP-PP focou-se em particular nas grandes empresas multinacionais presentes no país, sendo “indispensável a garantia de que elas se enquadram efetivamente nos interesses da economia nacional e do povo português”, embora reconhecendo a necessidade do seu contributo para o desenvolvimento socioeconómico<sup>30</sup>.

A este primado político do estado sobre a economia, correspondia uma aproximação conceptual da ortodoxia keynesiana. Ocorreu neste modelo socioeconómico a proposta de uma política de rendimentos consonante com uma noção de aumento de rendimento nacional, estando presentes as ideias estrutu-

<sup>28</sup> “Para uma Economia de Dimensão Humana”, *Tribuna Popular*, nº 3, 21 de agosto de 1974: 5.

<sup>29</sup> “Para uma Economia de Dimensão Humana (Continuação)”, *Tribuna Popular*, nº 5, 3 de setembro de 1974: 5.

<sup>30</sup> *Ibidem*.

rais de estabilização de consumo e de socialização da procura. Para além destas noções, era tangível a adesão à ideia do ciclo económico virtuoso, propondo o pleno-emprego como fim último, através do “aproveitamento integral das capacidades produtivas da nação”, móbil paralelo ao referido aumento do rendimento nacional, reconhecendo um papel estrutural ao investimento público, incentivo keynesiano fundamental de estímulo à economia<sup>31</sup>. Assim, o partido entendia o estado como um participante direto da formação de capital produtivo da nação, através do investimento em infraestruturas, intervenção nos sectores estratégicos da economia e de investimento na inovação e desenvolvimento. Porventura ciente da base social de apoio que queria capitalizar eleitoralmente, o MFP-PP, apesar da notória influência da terceira via falangista da Cidadela, apresentava concepções intervencionistas temperadas comparativamente àquilo que era o projeto socioeconómico dos nacionalistas-revolucionários, não só não fazendo acompanhar essas concepções de nacionalização de sectores, como reafirmando o seu carácter facultativo e não preferencial. Desta feita, o partido afirmaria a iniciativa individual como fator insubstituível da dinamização da vida económica: “Defendemos o princípio da propriedade privada e da iniciativa individual como valores da liberdade e instrumentos de realização do homem”<sup>32</sup>.

Conforme supramencionado, o pensamento de Edgar Faure, a jusante do gaullismo como modelo genérico, foi umas das principais referências do pensamento socioeconómico do MFP-PP, sobretudo nas matérias de associação entre capital e trabalho, pelo que cumpre aqui, após se ter explorado o modelo socioeconómico proposto pelo MFP-PP, dissecar o contributo doutrinário de Faure, por forma a perceber a sua influência nas posições do partido.

Edgar Faure também relevava a questão social da economia de forma prioritária, entroncando nas preocupações sociais demonstradas pelo partido. Um dos conceitos basilares do “novo contrato social” proposto por Edgar Faure, a democratização da economia, consubstanciava-se na harmonização do crescimento económico e domínio das suas disparidades, afirmando a necessidade de uma deontologia económica para as grandes organizações estatais ou privadas, denotando-se a ideia do primado político sobre a economia, tal como professada pelo MFP-PP. Outro conceito-chave explorado por Faure era o da independência nacional, que concebia não como restritiva, arcaica ou patrioteira, mas antes como noção moderna, expansiva, humanista e reconciliadora no quadro socioeconómico, indo ao encontro da ideia mobilizadora do partido de integração socioeconómica das classes mais desfavorecidas na vida da nação (FAURE 1974: 51 e 61).

<sup>31</sup> “Para uma Economia de Dimensão Humana” – *Tribuna Popular*, nº 3, 21 de agosto de 1974: 5.

<sup>32</sup> *Ibidem*.

Partindo da mundividência da terceira via, Faure introduzia-lhe um contributo político de justiça fiscal, “o que separa o liberalismo, bom criador, mas mau repartidor, do socialismo, mau criador, mas bom repartidor, é apenas uma película muito fina”, propugnando, assim, a introdução de melhorias sociais através da distribuição de rendimentos e do acesso à economia de crescimento para as classes impedidas de o fazer pelo “jogo da economia de mercado” (FAURE 1974: 55-57). É, pois, uma ideia que redundava na socialização da procura, também propalada pelo MFP-PP, sendo que dentro deste quadro conceptual, propunha ainda a melhoria geral do nível de vida como fator de reativação da expansão económica, que coincidia com o princípio keynesiano do aumento do rendimento nacional, defendido pelo partido (FAURE 1974: 105). Através destes princípios, Faure introduzia a figura gaullista já mencionada da planificação social e económica, onde todo o modelo se devia sediar, defendendo como passo derradeiro a consubstanciação do planeamento económico em planeamento social. A priorização da comunidade sobre o indivíduo fazia-se também notar na valorização do trabalho, rejeitando um rendimento social garantido aos jovens averbando os argumentos de “incentivo à preguiça” (FAURE 1974: 60). Segundo Júdice, o principal contributo de Faure, no novo contexto democrático, prendia-se com o modelo de gestão da empresa, que sendo privada, deveria contar com a participação do trabalhador na sua gestão, participando também nos seus lucros. Para esse desiderato, a proposta de Faure consistia na distribuição de ações como uma solução de participação mutualista da empresa, superando o maniqueísmo capital-trabalho ao associar os agentes que contribuem para a vida da empresa (FAURE 1974: 77; Entrevista a José Miguel Júdice 2021).

A terceira via socioeconómica do MFP-PP revestia-se também de importância doutrinária enquanto base do anti-comunismo do partido, conducente a uma arreigada rejeição dos princípios políticos do marxismo – bem como do capitalismo –, afirmando o primado da filosofia política sobre o reducionismo economicista desta mundividência materialista, cujo âmagos eram as relações de produção económica. Era desta forma que Fernando Pacheco de Amorim definia o ponto de partida ideológico da terceira via socioeconómica, visando a superação do capitalismo e do comunismo. O secretário-geral do MFP-PP assinalava, precisamente, os estreitos pontos de contacto ao nível de doutrina e de ação entre estes dois modelos socioeconómicos, a “concepção materialista do mundo e da vida” do capitalismo, que deu origem ao “comunismo actual, seu irmão gémeo”. Por um lado, denunciava os excessos do capitalismo selvagem “que se desenvolveu por si só através de condições desumanas” e, por outro lado, criticava o economicismo marxista, com a “sobreposição do

seu fundamento materialista aos valores do espírito”, pondo a humanidade ao serviço da economia e não o inverso, gerando um estado e uma sociedade cujas desigualdades e injustiças eram ainda mais flagrantes do que naquele. Em ambos, “a liberdade deixa de fazer sentido na medida em que nos dois paradigmas o Homem é reduzido a um produto da economia” (AMORIM 1975: 180-184). Há, portanto, uma rejeição do materialismo marxista, para além do capitalismo, através do primado do espírito, isto é, das ideias e valores sobre quaisquer relações económicas – “sabemos que para eles a história é um produto de mecanismos económicos; a religião o ópio do povo e a nação um mito ao serviço de imperialismos económicos”<sup>33</sup>.

Desta dimensão político-espiritual da terceira via socioeconómica do partido, advinham outros dois princípios doutrinários fundamentais na caracterização do anti-marxismo do MFP-PP. A negação do linearismo histórico e evolutivo sem que houvesse uma decorrência reta para um fim da história, ou que o próprio dever histórico e a racionalidade daí decorrente fossem sinónimos inatos de progresso, rejeitando o absolutismo da razão humana sobre o empirismo das tradições. Esta definição doutrinária está bem patente no testemunho político de Pacheco de Amorim: “não há, pois, só estômago no homem, mas sobretudo ânsia de perfeição, isto é, são os motivos de ordem moral ou espiritual, e não a ciência e a técnica quem comanda as angústias dos homens nos caminhos da História” (AMORIM 1976: nº 3, 5). De resto, o fundamento hegeliano da terceira via do MFP-PP na procura de uma síntese que aproveitasse os contributos da tese capitalista e da antítese socialista, era um corolário da crença na busca constante pelo progresso. A afirmação do direito à diferença, rejeitando o igualitarismo marxista, é também definidora do anti-marxismo do partido. Nas palavras do líder do MFP-PP, “a ditadura do proletariado nega, teórica e praticamente, qualquer direito à dignidade e à liberdade da pessoa humana, pois apenas reconhece, em cada indivíduo, o que nele há de coletivo, e o que nele há de coletável como produto da economia”, sendo que na “sociedade comunista, sem classes, nem a pessoa nem indivíduo tem lugar” (AMORIM 1975: 189).

Para além das diferenças político-ideológicas assinaladas ao longo do texto relativamente ao CDS e também ao PPD, é necessário também aventar a dissensão ideológica clara do MFP-PP com o Partido Liberal (PL), devido ao facto de ambos os partidos integrarem uma coligação partidária conjunta, a FDU, devendo assinalar-se, em contrapartida, uma substancial proximidade ideológica com o Partido Popular Monárquico (PPM), partido do qual dissidiam

---

<sup>33</sup> “O Assalto ao Poder, O Desafio”, *Tribuna Popular*, nº 0, 24 de julho de 1974: 4.

os fundadores do PL. A divergência ideológica era assumida, claramente, tanto por José Miguel Júdice, como por José Valle de Figueiredo, que apontava a FDU como uma coligação negativa, isto é, baseada, sobretudo, no anti-comunismo e até em alguma rejeição ao próprio MFA.

Ao contrário do MFP-PP, o PL tinha como assunção primordial a defesa do valor liberal do indivíduo, bem como do direito inexpugnável à propriedade privada, partindo, portanto, de uma base doutrinária sobretudo anglo-saxónica de pensamento político das direitas. Havia, também, no PL uma afirmação do princípio tecnocrata governativo do liberalismo, propugnando um governo eminentemente técnico, neutral, no clássico apelo anti-ideológico desta doutrina (PRATA, FERREIRA & LOPES 1974: 112). Era, pois, evidente a diferenciação político-económica com o MFP-PP, havendo apenas consenso, conforme já mencionado, na questão ultramarina, defendendo a corrente do federalismo spinolista por via referendária.

Pelo contrário, é assinalável a proximidade programática do MFP-PP com o PPM, para isso não terá sido despendida a colaboração mantida entre o grupo da Cidadela e a Convergência Monárquica de Barrilero Ruas, levando a uma adesão significativa da militância monárquica no MFP-PP. São, sobretudo, enfáticas as similitudes doutrinárias no campo socioeconómico – utilização do planeamento económico enquanto instrumento norteador da economia nacional, com o Estado como detentor das empresas que constituam sectores estratégicos nacionais, priorizando o sector primário e a dinamização do sector secundário e indústria transformadora. Tal como o MFP-PP, em matéria de regime de propriedade e modelo de gestão, o PPM reconhecia a importância do direito à propriedade privada, idealizada como instituição social, devendo o seu acesso ser alargado a toda a comunidade nacional, mas, portanto, limitada ao interesse nacional, apoiando as experiências de co-gestão, ao defender o aumento da parcela das retribuições do trabalho no rendimento nacional. Na questão ultramarina, sendo certo que o PPM não assumia a defesa do federalismo, também recusava assumir os movimentos guerrilheiros como únicos representantes das populações autóctones, advogando uma consulta democrática para a definição do futuro de cada um daqueles territórios (PRATA, FERREIRA e LOPES: 93).

## Conclusão

O Movimento Federalista Português – Partido do Progresso deixou, sem dúvida, uma marca indelével na política portuguesa. A sua organização bem estruturada, ideologicamente distinta e presença ativa no exterior foram fatores

que tornaram o partido numa força a ser reconhecida. Embora tenha enfrentado reveses na realização dos seus objetivos principais, as contribuições e o legado do MFP-PP no cenário político permanecem significativos.

De facto, o desmantelamento sucessivo de todas as organizações políticas à direita do CDS, mas sobretudo do MFP-PP – na medida em que era o partido à direita do espectro político pós-revolucionário melhor estruturado e organizado, bem como com maior densidade ideológica –, trouxe consequências para a democracia portuguesa plasmadas no seu sistema político. Desde logo, forçando os partidos do centro, CDS, e até mesmo centro-esquerda, PPD, a assumirem o ónus da representação da direita política, gerando dois fenómenos concomitantes entre eles. O primeiro, consequência imediata do vazio deixado à direita no espectro político, foi o entrismo dos militantes órfãos de morada ideológica nestes partidos, originando o problema supramencionado, ao deslocar ambos para a sua direita, gerando uma tensão entre as bases militantes e as cúpulas partidárias, em que, genericamente, as direções de PPD e CDS estiveram quase sempre à esquerda dos seus eleitores. Por conseguinte, deu-se um problema de falta de representatividade política, dado o acantonamento das diversas direitas em duas famílias políticas que, efetivamente, não surgiram para as representar. Houve, portanto, deslocação permanente do centro gravitacional da política portuguesa para a sua esquerda, não por vicissitudes eleitorais, mas antes por um vazio político-ideológico que desequilibrou o sistema político português *a priori*.

A militância ativa de uma parte considerável de ex-dirigentes e militantes do MFP-PP é, pois, prova empírica da atualidade de grande parte dos vetores ideológicos do partido que, por via dos fenómenos sociopolíticos supracitados, acabaram por ser incluídos na agenda destes partidos, principalmente do CDS. Mormente a ideia municipalista, de descentralização de competências em detrimento do regionalismo, defendendo a unidade nacional, bem como a ideia de defesa da lavoura, sendo que a questão socioeconómica do MFP-PP apresenta similitudes com a corrente democrata-cristã do CDS, não obstante choque com as teses mais liberais, havendo, nessa matéria, maior afinidade com o PPD. Na transição de CDS para CDS-Partido Popular, o partido viria também a adotar durante algum tempo o euroceticismo do MFP-PP, ancorado na ideia de independência nacional e económica, através do reforço da produção nacional, tomando também parte na questão ultramarina, adaptada ao contexto, defendendo maior estreitamento de laços com os países lusófonos. Essa, de resto, foi a fase com maiores similitudes entre o ideário do CDS, então Partido Popular, e o extinto MFP-PP. Não obstante, não houve nunca o preenchimento estabilizado no sistema político português da direita nacionalista

democrática, de defesa do primado político sobre a economia, com um modelo socioeconómico de tendência gaullista, e de defesa da soberania nacional.

## Fontes

### Jornais

*Diário de Lisboa* (25 de abril de 1974 – 1 de outubro de 1974).

*Expresso* (1974).

*Tribuna Popular* (1974).

### Testemunhos e Memórias

AMARAL, Diogo Freitas do (1995). *O Antigo Regime e a Revolução: Memórias Políticas (1941-1975)*. Venda Nova: Bertrand Editora.

AMORIM, Fernando Pacheco de (1975). *Portugal Traído*. Madrid: Edição do Autor.

AMORIM, Fernando Pacheco de (1976). *Manifesto Contra a Traição*. Braga: Edição do Autor.

PINTO, Jaime Nogueira (2014). *Portugal – Os Anos do Fim*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

### Outros Documentos

FAURE, Edgar (1974). *Contrato Social*. Lisboa: Editorial Futura.

FIGUEIREDO, José Valle de (1961). “Europa: Sentido e Acção”. *Tempo Presente*, 27, julho.

PRATA, Rafael; FERREIRA, Carlos Santos; LOPES, Vítor Melícias (1974). *Portugal Novo: Movimentos e Partidos Políticos*. Lisboa: O Emigrante.

### Fontes Orais

Entrevista a Diogo Pacheco de Amorim, fundador da Cidadela, Militante do MFP-PP, dirigente político do MDLP e sobrinho de Fernando Pacheco de Amorim, Lisboa, maio de 2022.

Entrevista a Jaime Nogueira Pinto, Fundador da Frente de Resistência Angolana, Lisboa, 3 de julho de 2020.

Entrevista a José Luís Andrade, dirigente MFP-PP, Lisboa, maio de 2022.

Entrevista a José Miguel Júdice, fundador do MFP-PP, Lisboa, dezembro de 2019 e outubro de 2021.

Entrevista a José Valle de Figueiredo, fundador do MFP-PP, Porto, maio de 2022.

## Bibliografia

- AMARAL, Diogo Freitas do (2014). *Uma Introdução à Política*. Lisboa: Bertrand Editora.
- BOBBIO, Norberto (coord.) (2000). *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- CERVELLÓ, Joseph (1994). *Cronologia das Organizações de Direita (1973-1976)*. Tarragona: Universidad Rovira y Virgili.
- CRUZ, Manuel Braga e RAMOS, Rui (2012). *Marcelo Caetano, Tempos de Transição*. Porto: Porto Editora.
- GOMÉZ FORTES, Braulio (2010). *O Controlo Político dos Processos Constituintes: Os Casos da Espanha e de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MARCHI, Riccardo (2008). “A Direita Radical na Universidade de Coimbra (1945-1974)”. *Análise Social*, XLIII, 551-576
- MARCHI, Riccardo (coord.) (2014). *Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*. Lisboa: Texto Editora.
- MARCHI, Riccardo (2016). *Império, Nação, Revolução: As Direitas Radicais Portuguesas no Fim do Estado Novo (1959-1974)*. Lisboa: Texto Editores.
- MARCHI, Riccardo (2020). *À Direita da Revolução: Resistência e Contra-Revolução no PREC (1974- 1975)*. Lisboa: Objectiva.
- PINTO, Jaime Nogueira (2018). *A direita e as Direitas*. Lisboa: Bertrand Editora.
- REIS, António Santos; REZOLA, Maria Inácia; SANTOS, Paula Borges (coord.) (2016). *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*. Lisboa: Figueirinhas.
- RODRIGUES, Luís Nuno (2010). *Spínola*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- RUIVO, Francisco Bairrão (2015). *Spínola e a Revolução: Do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975*. Lisboa: Bertrand.



**ENTREVISTA**  
**INTERVIEW**



## “For a global history of the ends of empires” Interview with Professor Martin Thomas

### MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO

Universidade de Coimbra, CHSC, FLUC  
mbjeronimo@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-8829-4909>

### JOSÉ PEDRO MONTEIRO

Universidade do Minho, CECS  
ze.pedro.monteiro@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0001-6999-9439>



Professor of History at the University of Exeter (UK), Martin Thomas is one of the most important historians of his generation, a leading and widely recognized figure in historical studies of decolonization. His research is based on a comparative and global analytical framework, with a fruitful and informed dialogue with the social sciences. He has published regularly and with remarkable quality on many topics associated with the study of impe-



rial and colonial formations, their functioning, the contestation they generated, and their disintegration. These include aspects such as the economic, military or police dimensions, security policies and the various forms of colonial violence recorded in the history of empires, as well as the varied forms of economic extraction that characterized European colonialism. Here are some examples of his outstanding works in the historiographical field: in 2007, he published *Empires of Intelligence. Security Services and Colonial Disorder after 1914* (University of California Press); in 2012, he published *Violence and Colonial Order: Police, Workers, and Protest in the European Colonial Empires, 1918-40* (Cambridge University Press); in 2017, he organized, with Gareth Curless, *Decolonization and Conflict: Colonial Comparisons and Legacies* (Bloomsbury Academic) and,

in 2019, with Andrew Thompson, *The Oxford Handbook of the Ends of Empire* (Oxford University Press). More recently, in 2023, he organized, with Gareth Curless, *The Oxford Handbook of Late Colonial Insurgencies and Counter-Insurgencies* (Oxford University Press). He is also the author of a series of articles of recognized importance (for more, see: [https://arch-history.exeter.ac.uk/history/profile/index.php?web\\_id=thomas](https://arch-history.exeter.ac.uk/history/profile/index.php?web_id=thomas)).

On 22 November 2023, the University of Coimbra and the Centre for the History of Society and Culture hosted Professor Martin Thomas for a well-attended presentation of his latest work, *The End of Empires and a World Remade: A Global History of Decolonization* (Princeton University Press, 2024). As part of the international seminar *Histories of the Present. The Formation of the Contemporary World*, Professor Martin Thomas' paper sought to underline the importance of interrogating the dynamics of decolonization in a multidimensional way, resisting various methodological and analytical closures and also forms of exceptionalism, national or otherwise, which continue to mark some of the narratives about this historical process. In this interview, we tried to engage further with some of the main arguments that Professor Martin Thomas has developed over the years, with a special focus on his latest reference work, which will certainly mark this field of study in a consistent and lasting way.

**Miguel Bandeira Jerónimo and José Pedro Monteiro – *You have just published The End of Empires and a World Remade: A Global History of Decolonization (Princeton University Press, 2024). Can you point to the most important conclusions of your enquiry?***

**Martin Thomas** – I have drawn on *The End of Empires and a World Remade* to answer your questions. The book distils ideas about the nature of decolonization that I've been thinking about for a very long time.

Five stand out. First is what decolonization means, whether analytically as a concept, practically as an objective, or culturally as a phenomenon embedded in everything from global politics to everyday experiences of discrimination and exclusion. The second question follows from the first. However we think of decolonization, it's clearly global in reach and impact. That means, it seems to me, that we can only learn so much by studying individual communities and groups, individual territories or even individual empires, no matter how much their experiences represent the wider global phenomenon of decolonization. Understanding that process requires us, at some stage, to bring micro-histories together with the macro approaches more familiar in social science and in international political economy and comparative politics especially. I'm not

suggesting any return to world systems theory, but I do think interrogating decolonization means working across territories, empires and continents as much as within them.

This raises the third question, which is whether decolonization is better approached as something integrative or disintegrative. The end of empires (the term, rather than the book) implies multiple ruptures – perhaps most obviously, in the authority structures of colonial governments, in patterns of imperial governance, in mechanisms of colonial exploitation and extraction. But decolonization also cemented new relationships: between individuals and groups resisting colonial edicts, between ideological affiliates and sympathizers locally and overseas, between those previously marginalized, incarcerated, or otherwise denied a voice within empire. Many of these connections were transnational. All were in some way or other rights questions. Hence, the welcome turn in global history towards the exploration of networks and nodes connecting those seeking an end to empire. Hence, too, the intensity of debates about the meaning and the relevance of human rights formulations and international laws as instruments of decolonization.

The fourth question that animates *The End of Empires and a World Remade* is what I describe in the book as ‘the violence question’. It’s easy to suggest that all decolonization was contested, and that violence was thereby embedded in the decolonization process. But can we go further. Was decolonization violence somehow distinctive, whether in its incidence, in its forms, and in its logic? I think so, and the book tries to explain why.

The fifth and final question behind *The End of Empires and a World Remade* concerns the interplay between decolonization and globalization. This connection has often been remarked upon, but analysts of globalization have tended to say more about it. One consequence is that decolonization has more generally been made to fit a story of inexorable globalization rather than the other way round. I don’t think things are quite so straightforward. Decolonization was accelerated by globalization. And in many ways the end of empires facilitated globalization’s multiple forms of economic, cultural and political linkage. But decolonization also made late twentieth century forms of globalization just as the imperial expansions of the long nineteenth century determined the wave of globalization that attended them.

***MBJ/JPM – Decolonization played out in very different circumstances and in rather distinct chronologies. What are the advantages but also the risks of focusing on a single colonial or imperial case as analytical vantage point? Why do we need a global history of decolonization?***

**MT** – To answer these questions, it's worth breaking down what empires were, what colonialism describes, and what imperialism means. Why? Because working through these definitions makes the case for a global history of decolonization.

Empires, until relatively recently, were everywhere. A minimalist definition of what they were is the foreign enforcement of sovereign political control over another society in a delimited territorial space. But that's not enough. Describing the varieties and degrees of imperial influence, and the lived experience of empire, demands more than such coldly geopolitical terms. Eurocentric or Westphalian notions of sovereign independence, tied to statehood and international legal recognition, were difficult to translate to colonial spaces where relational politics, religious loyalties, and kinship obligations suggest more layered, pluralistic attachments to multiple sources of authority. Economic influence, sometimes exercised without 'formal' political dominion could be crucial. Most important, the 'political control' over territorial space fails to capture the fragilities of colonial governance, its unevenness across vast geographical areas whose territorial limits were often porous. Movements of people, goods, money, ideas, and beliefs were impossible to confine within a single colonial polity. This is where global approaches come into the picture. The tensions between movement and restriction, between cosmopolitanism and compliance, between private spheres of life beyond colonialism, and lives constrained by it, would lend decolonization local variegations that nationalist political schema rarely captured.

Another benefit of a more global approach to decolonization is that for most of those affected by it, opposing empire was more visceral than ideological. The constraint of rights and opportunities was part of something bigger, the restriction of freedoms – to move, to associate, to own certain things, to practice one's culture. These limitations were, and are, what makes colonialism possible. More a pervasive social condition than an exact political relationship, the colonialism of empire describes, not just the maintenance of unequal political relations between a controlling imperial power and a dependent society, but the socio-economic hierarchies, the cultural discriminations, and racial inequalities such relations entail. Crucially, the idea of colonialism as a social condition suggests something with generic applicability, something as much globally comparable as locally distinctive.

This brings us to imperialism, understood as the ideas and practices of empire, lingers on. So do numerous silences and occlusions surrounding it, a consequence of what historian Itay Lotem has described in a British governmental context as a systematic 'deprioritizing of empire'. (Itay Lotem, *The Memory of Colonialism in Britain and France: the Sins of Silence* (Cham, Switzerland:

Palgrave-Macmillan, 2021), 191-22.) Empires may no longer dominate global politics, but multiple colonial legacies endure. Some are so invidious that they cry out for our attention: acute inequalities of global wealth, uneven access to the resources essential to human security, and the persistence of societal racisms. In other ways, searching out colonialism's imprint seems easier. Less than half a century ago, foreign colonial rulers were still geographically widespread. The job is to work out how much changed when they left or were compelled to go. Elsewhere, empire's impact is more oblique but remains imminent even so. From the use of land and the extraction of resources to borders and administrative structures, the language and patterns of global commerce, and the social and cultural identifications that people make, our contemporary world is inflected with recent imperial history.

This is where decolonization comes in as a global phenomenon. It stands alongside the twentieth century's world wars, the Cold War, and the longer arc of globalization as one of the four great determinants of geopolitical change in living memory.

**MBJ/JPM – *One of the most significant historical articulations that shaped the second part of the twentieth-century were the intersections between decolonization and globalization, aspect that you explore further in your volume. Can you highlight the most consequential?***

**MT** – Globalization was a driver of decolonization because its components – cultural, economic, and demographic – could not be confined within a territorialized space, whether that was a nation-state, a colonized region, or an entire empire. Put another way, globalization's impacts on cultural transmission, population movement, economic processes, and environmental change operated beyond the norms and procedures of the international system (STRUCK et al. 2011: 574-578). Empires, individual governments, and multilateral agreements might affect globalization. But they could not control it.

By extension, taking globalization seriously is at odds with single nation, single colony, or single empire approaches to the study of decolonization. This conclusion sits with the transnational turn in imperial history, which prioritizes the agency of individuals, their patterns of connection, and the resulting social, cultural, and economic networks operating beneath, between, and beyond nation-states or colonial territories. As historians Richard Drayton and David Motadel reminded us in a pivotal essay, national histories may still be explored within this global story but the point is that such national – and colonial – histories never unfolded in a vacuum (DRAYTON et al. 2018: 1-21; GONÇALVES 2018: 166-167).

As I mentioned earlier, decolonization worked as much across nations, empires, and boundaries as within them. It proceeded by forging new global connections that reordered relations between First World, Second World, and Third World. Colonialism's devastating impact on the 'Fourth' World of indigenous peoples and first nation communities was replicated in their sublimation within a broader 'Third World' designation. Decolonization, indeed, is why this three worlds construction came to be used in the first place. Usually portrayed as disintegrative, decolonization was anything but. Instead, decolonization is intrinsically connected to globalization, whether that is conceived as a process of increasing global connectivity or as competing ideological visions of how the world might be reconfigured through economic, cultural, and political exchange. The conditions and possibilities of globalization – or rival globalizations – assured the supporters of decolonization greater access to essential resources, to wider networks of influence, and to global audiences. But globalization could also hinder. Its neoliberal variant has reinforced economic inequalities and facilitated imperial forms of influence, making decolonization harder to complete. The *End of Empires* tries to explain why the deck was so heavily stacked against newly independent nations.

The strange thing is that the contestations over the end of European colonial empires and the concomitant integration of global markets are not always set alongside each other, despite the evidence that colonialism's decline presented unprecedented opportunities for market access, transmigration, and new forms of cultural connection. At one level, that omission is explained by a presumption that globalization carried all else before it. Sometimes described as 'globality', conceptualizing the world as a single political arena reflects changes in forms of connectivity, which thickened during the nineteenth century, challenging the sovereignty of nations.

The resulting Catch 22 for supporters of decolonization is this: the decolonized state is expected to meet external standards of governance and economic practice, but doing so circumscribes its independence. Plural and non-western routes to modernity authentic to local culture become harder to pursue. The original aims of self-declared liberal imperialists who justified empire as an educative process of acculturation to western norms live on in globalization's patterns of exchange.

Globalization, in this reading, is built on empire's sediments. Globalization promotes interaction, but its economic effects marginalize those living in poorer countries too 'backward' to enjoy its liberating possibilities. Dwelling on the ecological impacts of a globalization that was, for decades, oriented toward satisfying the needs of imperial powers underlines the point. From the eighteenth to the twentieth century, the expansion of empires globalized the

impact of Europe and North America's industrial capitalism. Spurred by their own industrialization, imperial powers in both continents became what environmental historian Corey Ross describes as 'resource omnivores', extracting natural resources to feed a global commodities market, often with the active participation of local elites who enhanced their own power and wealth by joining the 'franchise venture' of imperial capitalism (ROSS 2017).

None of these dynamics stopped at particular frontiers. Nor have they since. Our world's most existential problems – of climate change and its limitation, of conflict and peace preservation, of human security and chronic poverty – are global, not national. Efforts to tackle economic inequalities and development challenges, environmental destruction and resource scarcity, 'new wars' and other strategic threats have driven governments, NGOs, and supranational agencies to develop partnership arrangements. These changes have become so widespread that they amount to what political scientist Mark Duffield characterizes as 'global governance' (DUFFIELD 2014). Distinctions between governmental and non-governmental activities, national interests and transnational working practices have become harder to make.

**MBJ/JPM – *Connected to the previous question, in a previous contribution you and Andrew Thompson argued that not only the “new imperialism” of the nineteenth century was a transimperial phenomenon but also that decolonization itself was a globalizing process, entailing the transnational circulation of idioms and modalities of resistance, but also shaping the international order. Could you tell us a little bit more about decolonization as a “worldmaking” process?***

**MT -** The idea of worldmaking, so brilliantly described by Adom Getachew, operates on different scales. At one level, and as Getachew makes so clear, governments and peoples across the global South tried to change the way that global politics and trade was done. At another level, decolonization was a worldmaking process because it triggered qualitative changes in governance and repressive violence, in ideas about collective and individual rights, in economies and trade patterns, in print culture and urban cosmopolitanism, in transnational consolidation of oppositional networks. The processes, as Andrew Thompson and I suggested, are better understood as 'globalizing': global in impact and reach, but not just a part of some unstoppable globalization steamroller.

**MBJ/JPM – *While the concept has different meanings in different places, corresponding to distinct chronologies, “late colonialism” is now commonly used by a wide range of scholars. It is crucial to understand how “global de-***

***colonization” unfolded. What were the main changes that characterized this historical process (and period) in its political, economic, cultural, and social dimensions?***

MT – I think the idea of a distinct ‘late colonialism’ is both helpful and unhelpful at the same time. It’s helpful because the nature of empire and the ways that decolonization struggles unfolded were affected by an inescapable fact: from the mid-twentieth century colonial governance was increasingly likely to end. Late colonialism is unhelpful because colonialism remained a living reality for millions for decades longer. Legacies of discrimination in nominally decolonized societies were still being revealed, comprehended, and combated even as the twentieth century ended. Well into the 1960s and 1970s, colonial governors and white settler regimes clung to power. Their supporters denied that decolonization was inexorable. Many found inventive self-justifications, either to hold onto power and privilege or to cry foul when they were challenged with violence. As you have both demonstrated so clearly in your work, there are also parallels to be drawn among theorists and practitioners of development. Informed by older ideas of rural poverty reduction, late colonial development nonetheless professed to be something else: a scientific objectivity responsive to community need.

Moving from ‘late colonial’ development to the persistence of empire as a political form, even viewed conventionally in terms of territories living under colonial flags, for hundreds of millions of people across large areas of the global south imperial rule persisted, or even intensified, at the supposed ‘highpoint’ of empire collapse in the early 1960s. This very late colonialism had distinct regional configurations. To take one example, strategically located emirates spanning the Persian and Oman Gulfs, plus Kuwait to the north and Yemen to the south, saw British ‘protection’ turn to intervention, regime overthrow, and counterinsurgency when local leaders or social movements chose independence or revolution over neocolonialism and imperial clientage<sup>1</sup>. There are echoes of old-style imperialism in British interventions I’ve just described, but their regional configuration and their political concealment, it seems to me, could each be described as distinctly ‘late colonial’.

***MBJ/JPM – The “global decolonization” momentum was marked by what we can call global ideational transformations. How do you think that the late colonial period was affected by changes in the normative order, especially in what relates to democracy, self-determination, human rights and development?***

---

<sup>1</sup> For an exemplary case, plus analysis of the dynamics of such neocolonial coups, see: TAKRITI 2013, 2017. For the Yemeni case: ORKABY 2017: 161-168.

**MT** – These are very big questions. To bring them together, I would suggest this: going back to the issues of decolonization violence mentioned earlier, more than anything else, civilian victimization brought decolonization's hidden wars under global scrutiny. Deploying evidence of rights abuses lent moral authority to anticolonial claims of legitimacy. Building foreign networks of support was vital for armed oppositionists as well (SALEHYAN 2009: 32-40, 62-64). Sympathetic foreign governments defended these violent non-state actors in international forums. They offered sanctuary, weapons, and material aid. Whether operating inside colonial territory or from 'sanctuary bases' and through 'governments in exile' located within other friendly states, insurgent movements used transnational connections to embed alternate governance structures (CHECKEL 2013: 3-20). And recognition by friendly governments validated the guerrilla diplomacy of insurgent movements fighting imperialist rule (COGGINS 2015: 98-118).

Decolonization required more than evicting colonial rulers; it meant governing in their place. So the impulse among anticolonial movements to act as a presumptive state was commensurately strong. The geopolitical theaters and ideational spaces in which these contests to win over states and publics took place expanded markedly after World War II. Increasing global connectivity, new media and consequent growth in the opportunity to spread one's message, whether in person, in print, or over the airwaves, helped make such guerrilla diplomacy not just an international phenomenon but a transnational one as well. Breaking the grip of established state actors over the instruments of formal diplomacy by asserting the rights and claims of colonized peoples became an essential part of global decolonization.

Decolonization as a global cause peaked somewhere between 1959 and 1974. The long 1960s that opened with the Cuban revolution of 1959, that continued with successive African decolonizations, and which sustained its radical intensity through the Third Worldism of the 1966 Tricontinental and transnational opposition to South African, Biafran, Palestinian, and Vietnamese suffering, ended with the post-oil shock failure of the New International Economic Order in 1974 (KALTER 2016; MUNRO 2017; KONIECZNA and SKINNER 2019; CHAMBERLIN 2012).

What set these years apart was an ideational change. Leading political actors in the decolonization story recognized that political independence was not enough. Meaningful self-determination for new nations, decolonizing communities, and individuals also demanded economic sovereignty and the capacity to sustain human security through enhanced economic and social rights. Among Adom Getachew's many insights in her landmark 2019 study,

*Worldmaking After Empire*, is her recognition that well-known political contests and military struggles between imperial powers and their anticolonial opponents over state-making were not the culmination of decolonization, but a step toward it (GETACHEW 2019: 13-20, 24-30). Numerous newly-independent countries of the global south found their sovereignty compromised by an international economic order, enshrined at Bretton Woods and hardened by Cold War rivalries, which condemned Third World states to subservience to the rich world's economic demands.

**MBJ/JPM – *The final stage of European colonialism was also deeply molded by violence, in its multiple expressions, from armed insurgencies, such as in Algeria or Angola, to efforts to enhance, and indeed “modernize”, control and order in colonial societies. How do you think violence, in general, shaped the late colonial moment and, later on, decolonization?***

**MT** – At the risk of dodging these questions, I guess I'd answer them by raising others. Viewed globally, it appears obvious that decolonization was a violent business. That proposition looks self-evident whether the focus is on the macro-level, the many wars of decolonization that have shaped and disfigured the past century or so, or on the micro-level, the workaday violence of exclusions, compulsions, and indignities that made discriminatory imperial rule tangible. Some of that violence was inter-personal and physical. Some of it was psychological, derived from the refusal by some in charge to recognize the shared humanity of those they subordinated. Sometimes described as epistemic violence, this silencing of marginalized people and the effacement of their culture that went with it epitomized the banality of colonial racism (DOTSON 2011: 236-238, 242-245).

As the everyday presence of discrimination suggests, colonial violence was also structural<sup>2</sup>. It was evident in colonial practices that left environments despoiled, communities evicted, moral economies disrupted.

Even if we accept that empires were violent places, does that take us very far? Plenty of non-imperial spaces and different political systems could be just as violent, often more so. Some inflicted violence systematically, whether to remove opponents, to coerce compliance, or to hasten the social transformations that their governing ideologies demanded. This, of course, takes us into the realm of ontology, of trying to establish what, if anything, set colonial violence apart and gave it meaning. The challenge for us is how we might configure violence as a dynamic of decolonization: was it the motor or simply one among many

---

<sup>2</sup> For discussion of approaches: SCHEPER-HUGHES and BOURGOIS 2004: I; BOURGOIS 2009: 17-40; LAZREG 2008; ZE'EV et al. 2010; HEATH 2021; FRAZER and HUTCHINGS 2020: 229-247.

types of fuel? Did violence propel change or merely alter its rate of advance, either slowing things down, usually through repressive crackdowns, or speeding things up, as, for example, through the adverse local and global reactions such clampdowns provoked? I'm sure it was the motor but plenty of others are sure it was only the fuel.

**MBJ/JPM – *In a related question: was there something historically specific about the late colonial violence? If so, what? And why?***

**MT** – More fascinating questions, which demand careful thinking. After all, it is a tautology to assert that high levels of empire violence and their replication between territories confirm the proposition that 'colonial violence' is a species apart. Examples of violence systematically pursued by nations without colonies and, more particularly, within regimes either wedded to purist ideologies or making transitions to democracy give the lie to such reductionist thinking. The unprecedented scale of civilian maltreatment in World War II, its racialized character and gender imbalances, were a dreadful prelude to decolonization's violence. So, too, the 'violent peacetimes' in the immediate aftermath of the two World Wars, plus the layered violence of civil wars, ranging from the micro-level intimidation and killings within and between communities to the macro-level narratives of conflict between regime forces and their opponents, are now widely recognized as similar to decolonization conflicts that set neighbors against each other (EDELE and GERWARTH 2015: 3-14; EDELE and SLAVESKI 2016: 1020-1035; STATIEV 2014: 1525-1525)<sup>3</sup>. Although systematized by late colonial authority, decolonization violence was increasingly enacted without precise instruction or concomitant constraint, producing performative cycles of retribution that only embedded colonial violence more deeply still.

The structural violence intrinsic to colonialism is also critical – whether we view that structural violence as a social condition, as institutionalized discrimination, or as a system of exploitation and rights denial. These categorizations also raise something else. Must we identify late colonial violence as something distinct in order to understand decolonization? Discussions among just war theorists, political scientists, and international lawyers about the ethics of inflicting harm to advance political objectives dwell on questions of intentionality, proportionality, and the status of human targets as combatants or civilians (ZEHFUSS 2012: 423-440; KINSELLA 2017: 205-231; DOWNES 2007: 420-444; BELLAMY 2004: 829-850). Comparable discussions about intra-state conflicts and 'irregular wars' in which the legal status of guerrillas

---

<sup>3</sup> On violent peacetime: GATRELL 2011: 5.

and paramilitaries is blurry, often touch on colonial experiences, but rarely engage the most basic question of all (VALENTINO et al. 2004: 375-407; ÜNGÖR 2020: 43-47). What happens when victims of violence are classified, not just along axes of combatant and non-combatant, but along those of ethnic difference as well?

Did imperial authorities coerce and kill in distinctive, even unique ways? What, if anything distinguished the violence actors who opposed them as 'colonial' insurgents? These are epistemological questions. But we need to consider them in order to identify the most decisive aspects of violent decolonization, those that accelerated the end of foreign rule. And this issue is as much social as it is political because its key component relates not to combatant strategies but to daily lives disrupted for the unarmed local inhabitants facing decolonization's violence. And finally my answer: I think the specific qualities of late-colonial violence lie in its civilianization. To put it differently, the unifying factor is the unarmed colonial subject: the civilian as victim and agent of decolonization.

This brings me, in turn, to the elements of political economy that I find essential to explaining anything about decolonization. What singles out late-colonial societies are essentially aspects of their political economy: high levels of male labor migration, gendered agricultural labor in which women fieldworkers played a central role, and the numerical predominance of women within family groups and household industries beyond the gaze of international scrutiny. From these socio-economic conditions certain patterns of colonial violence followed. Women, for instance, faced abuse from paramilitaries recruited to police rural communities or resettlement camps where the defense mechanisms of kin networks and gendered living spaces were absent (BRUCE-LOCKHART and RIBESZ 2023). Patterns of decolonization violence also inhered in colonial authority structures. Low-level intermediaries, mandarins, caïds, and mayors, tribal chiefs and village headmen provided the foundations of local government, tax collection, and legal punishment, on which colonial authority was constructed. Many became targets of late-colonial violence as a result.

**MBJ/JPM – *In the lecture you gave here in Coimbra, you argued that decolonization is both a finished and unfinished process. Can you explain why? What is still to be done?***

**MT –** The easy part first: we all know that formal declarations of independence, or so-called 'flag independence', cannot be equated with authentic decolonization. Admittedly, formal declarations of independence were supposed to mark something definitive, a societal transition from one political condition, colonial dependency, to another, sovereign independence. Liberation from

discriminatory foreign rule was meant to enable authentic freedom, both individual and collective. But decolonization was not a single event, once accomplished, forever done. Processes of ending empire and breaking with colonialism were messier, more attenuated, and less final than independence ceremonies suggested. To give some transregional examples, the departure of a colonial power, as for example, from the Pacific Island territories of Fiji, Papua New Guinea, and Vanuatu, did not mean indigenous cultures were restructured or foreign exploitation of environmental resources and strategic assets ended. In these Pacific territories, authentic decolonization, achieved through the construction of nations sensitive to indigenous requirements and responsive to local need, occurred 'from the inside out' after formal independence more than before it (MAR 2015: 224).

And now the harder part: what is still to be done? Lots. The 1980s saw local fury at the human and environmental costs of French nuclear testing turn to violence in New Caledonia, where indigenous Kanak claims of colonial discrimination and French neglect crystallized into protests, clashes, and clampdowns. New Caledonia's experience of conflict, and the centrality of indigenous rights to it, was powerful reminder of other still unresolved decolonizations in Pacific and Indian Ocean territories where the slow violence of colonial-era environmental spoliation has melded with existential threats of climate change (TRÉPIED 2017: 68-76; JOLLY 2018: 23-40).

The fall of the Berlin Wall in 1989 heralded a different decolonization of sorts, as well as an eclipse of the Second World-Third World connections so crucial to anticolonialists in earlier decades. The demise of the Soviet Empire and its preceding humiliation in Afghanistan put an end to Eastern bloc immersion in decolonization conflicts (MARK 2019: 36-37). But the breakup of the USSR only increased Moscow's readiness to back favored proxies militarily or to crush dissident republics – and, most recently, a sovereign neighbor state - seeking to escape Russia's strategic orbit. An end to Cold War bipolarity changed the ideological complexion of inter-state competition for influence and commercial gain across the global south but did not lessen its vigor. If 1989 signified an end to a particular form of geopolitical confrontation in Europe, in much of the global south the transition to a post-Cold War 1990s was marked by an intensification of violence and civil war. Within less than a decade, Africa's Great Lakes region would witness not only the Rwandan genocide of 1994 but the outbreak of Africa's largest conflict since 1945: conflict in the Democratic Republic of Congo internationalized into the 'Great African War' by the involvement of numerous neighbour states.

At its hardest edge, foreign involvement in wars and civil conflicts during

the 1990s and beyond has, if anything, become more complex and diffuse. Civil conflicts in West Africa spawned ongoing arguments about ‘greed versus grievance’ dynamics and the distinctiveness or otherwise of postcolonial ‘new wars’<sup>4</sup>. For all these unfinished decolonizations, controversies over empire have changed focus again over the past twenty years or so. The apparent relentlessness of globalization at the dawn of the twenty-first century, for some, framed understandings of American and western coalition involvement in foreign wars as a new imperialism, even a return to empire. More recently still, it is decolonization itself that has garnered most attention. As both concept and objective it remains a rallying cry, but one less to do with ending foreign occupation and claiming sovereignty than with confronting racism and social exclusion in all their manifestations.

**MBJ/JPM – *Connected with the previous question, to what extent the more recent debates, which emerged in the wake of “Rhodes Must Fall” and “Black Lives Matter”, for instance, can be seen as global and globalizing in nature? And how national/imperial specificities can impact upon the way these debates unfold?***

**MT** – These are critical questions. They’re vitally important in focusing attention on the persistence of racism, discriminatory treatment and extreme inequality. They are also analytically fundamental to anyone interested in decolonization, broadly understood as histories of empire collapse. That’s because in the public sphere, decolonization is now widely understood as something else: the crying need for an overhaul of public culture, from place names and statues, to museum-holdings and media, academic curricula and political language. Within countries implicated in empire, slavery, and their legacies of racial discrimination, public calls to decolonize are bound up with the contemporary condition of those societies<sup>5</sup>.

Demands for decolonization in this context turn on attitudinal change toward histories that societies, as refracted through their public institutions, their laws and police practices, their museums, monuments, and heritage sectors, find difficult to confront. In shining a spotlight on police brutality and the cultural blindness of some public institutions to structural racism, Black Lives Matter and Rhodes Must Fall have galvanized anti-racist opposition to what they decry as colonialist behavior (HOWE 2021: 294-310). Those striving

---

<sup>4</sup> As foundational work in a now vast literature: KALDOR 2012; COLLIER and HOFFLER 2004: 563-595; BERDAL and MALONE 2000; ALLEN 1999: 367-384.

<sup>5</sup> For discussion of these causal connections as perceived by anti-racist theorists W.E.B. Du Bois and Alan Locke, see HENDERSON 2017: 493.

for ‘decoloniality’ emphasize the enduring tendency to construct social and societal differences – of ethnicity, of gender, of language and power - according to colonialist standards of modernity (MIGNOLO and WALSH 2018). The primary focus is not on what postcolonial scholarship situates as ‘historical colonialism’ but on hegemonic forms of colonialist thinking that inhibit the achievement of genuine postcolonial freedom (SANTOS 2014: 24-27; ND-LOVU-GATSHENI 2020: 17-40).

My point is that these issues are not somehow divorced from older understanding of decolonization as a branch of imperial history. The challenge, it seems to me, is to make that imperial history speak to those rightly animated by contemporary issues of racism, rights abuses, discrimination and inequality.

**MBJ/JPM – *As an expert of global decolonization and possessing such a vast knowledge of imperial demise in comparative terms, how do you assess Portuguese late colonial momentum and decolonization? Was Portuguese decolonization a unique phenomenon if compared with other trajectories?***

**MT** – The short answer is that I’m not persuaded by ideas of uniqueness. They seem similar to older ideas of national exceptionalism applied, not just to the Portuguese case, but to numerous other ‘national’ treatments of decolonization. So what might be said instead?

Salazar’s regime fought three lengthy African colonial wars simultaneously – in Angola from 1961, in Portuguese Guinea (Guiné-Bissau) from 1963, and in Mozambique from 1964. As with Fourth Republic France and the Algerian conflict, Portugal’s colonial wars brought the metropolitan regime to collapse after a revolt by its colonial army. So I don’t see anything unique in the violence of Portuguese decolonization or its culminations.

If there is something distinctive, as opposed to qualitatively unique, I think it lies in four concerns. Each of them drove changes in Portuguese counter-insurgency strategies in their Southern African conflicts. First was the matter of cross-border infiltration and sanctuary bases. Second was the marriage between social policy and psychological warfare that so often characterized late-colonial counter-insurgency. Third were the foreign connections and claims to statehood of the insurgent movements fighting Portuguese rule. And last was the decisive importance of forced population removal to the outcome of some of decolonization’s longest Third World wars.

## Bibliography

- ALLEN, C. (1999). "Warfare, Endemic Violence and State Collapse". *Review of African Political Economy*, 81, 367-84.
- BELLAMY, Alex J. (2004). "Supreme Emergencies and the Protection of Non-Combatants in War". *International Affairs*, 80, 5, 829-850.
- BERDAL, M. Berdal; MALONE, D. (eds.) (2000). *Greed and Grievance: Economic Agendas in Civil Wars*. Boulder, CO: Lynne Rienner.
- BOURGOIS, Philippe (2009). "Recognizing Invisible Violence: a Thirty Year Ethnographic Perspective", in Barbara Rylko-Bauer; Linda Whiteford; e Paul Farmer (eds.), *Global Health in Times of Violence*. Santa Fe, NM: SAR Books, 17-40.
- BRUCE-LOCKHART, Katherine; RIBESZ, Bethany (2023). "Discourses of Development and Practices of Punishment: Britain's Gendered Counter-Insurgency Strategy in Colonial Kenya", in Martin Thomas e Gareth Curless (eds.), *The Oxford Handbook of Late-Colonial Insurgencies and Counter-Insurgencies*. Oxford: Oxford University Press.
- CHAMBERLIN, Paul Thomas (2012). *The Global Offensive: The United States, the Palestine Liberation Organization, and the Making of the Post-Cold War Order*. Oxford: Oxford University Press.
- CHECKEL, Jeffrey T. (ed.) (2013). *Transnational Dynamics of Civil War*. Cambridge: Cambridge University Press, 3-20.
- COGGINS, Bridget L. (2015). "'Rebel Diplomacy: Theorizing Violent Non-State Actors' Use of Talk", in Ana Arjona; Nelson Kasfir e Zachariah Mampilly (eds.), *Rebel Governance in Civil War*. Cambridge: Cambridge University Press, 98-118.
- COLLIER, Collier; HOEFFLER, Anke (2004). "Greed and Grievance in Civil War". *Oxford Economic Papers*, 56, 563-95.
- DOTSON, Kristie (2011). "Tracking Epistemic Violence, Tracking Practices of Silencing". *Hypatia*, 26, 2, 236-8, 242-5.
- DOWNES, Alexander B. (2007). "Draining the Sea by Filling the Graves: Investigating the Effectiveness of Indiscriminate Violence as a Counterinsurgency Strategy". *Civil Wars*, 9, 4, 420-44.
- DRAYTON, Richard and MOTADEL, David (2018). "Discussion: the futures of global history". *Journal of Global History*, 13, 1-21.
- DUFFIELD, Mark (2014). *Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security*. London: Zed Books, 2nd.
- EDELE, Mark Edele; GERWARTH, Robert (2015). "'The Limits of Demobilization' Global Perspectives on the Aftermath of the Great War". *Journal*

- of *Contemporary History*, 50, 1, 3-14.
- EDELE, Mark; SLAVESKI, Filip (2016). "Violence from Below: Explaining Crimes against Civilians Across Soviet Space, 1943-1947". *Europe-Asia Studies*, 68, 6, 1020-35.
- FRAZER, Elizabeth; HUTCHINGS, Kimberley (2020). "The Politics Violence Frontier". *Journal of Political Ideologies*, 25, 3, 229-47.
- GATRELL, Peter (2011). "Trajectories of Population Displacement in the Aftermath of Two World Wars", in Jessica Reinisch and Elizabeth White (eds.), *The Disentanglement of Populations: Migration, Expulsion and Displacement in Postwar Europe, 1944-49*. Basingstoke: Palgrave-Macmillan.
- GETACHEW, Adom (2019). *Worldmaking after Empire: The Rise and Fall of Self-Determination*. Princeton: Princeton University Press.
- GONÇALVES, Márcia (2018). "Of Peasants and Settlers: ideals of Portuguese-ness, imperial nationalism and European settlement in Africa, c. 1930-c.1945". *European Review of History*, 25, 1, 166-7.
- HEATH, Deana (2021). *Colonial Terror: Torture and State Violence in Colonial India*. Oxford: Oxford University Press.
- HENDERSON, Errol A. (2017). "The Revolution will not be Theorised: Du Bois, Locke, and the Howard School's Challenge to White Supremacist IR Theory". *Millennium: Journal of International Studies*, 45, 3, 492-510.
- HOWE, Stephen (2021). "Falling Rhodes, Building Bridges, Finding Paths: Decoloniality from Cape Town to Oxford and Back", in Christian D. Pedersen e Stuart Ward (eds.), *The Break-up of Greater Britain*. Manchester: Manchester University Press, 294-310.
- JOLLY, Margaret (2018). "Horizons and Rifts in Conversations about Climate Change in Oceania", in Warwick Anderson; Miranda Johnson; e Barbara Brookes (eds.), *Pacific Futures: Past and Present*. Honolulu: University of Hawaii Press, 23-40.
- KALDOR, Mary (2012). *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era 3rd edition*. London: Polity.
- KALTER, Christophe (2016). *The Discovery of the Third World: Decolonisation and the Rise of the New Left in France c. 1950-1976*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KINSELLA, Helen M. (2017). "Superfluous Injury and Unnecessary Suffering: National Liberation and the Laws of War". *Political Power and Social Theory*, 32, 205-31.
- KONIECZNA, Anna; SKINNER, Rob (eds.) (2019). *A Global History of Anti-Apartheid: 'Forward to Freedom' in South Africa*. Cham, Switzerland: Palgrave-Macmillan.

- LAZREG, Marnia (2008). *Torture and the Twilight of Empire: From Algiers to Baghdad*. Princeton: Princeton University Press.
- LOTEM, Itay (2021). *The Memory of Colonialism in Britain and France: The Sins of Silence*. Cham, Switzerland: Palgrave-Macmillan.
- MAR, Tracey Banivanua (2015). *Decolonisation and the Pacific*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine E. (2018). *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis*. Durham: Duke University Press.
- MUNRO, John (2017). *The Anticolonial Front: the African-American Freedom Struggle and Global Decolonization, 1945-1960*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. (2020). *Decolonization, Development and Knowledge in Africa: Turning over a New Leaf*. London: Routledge.
- ORKABY, Asher (2017). *Beyond the Arab Cold War: The International History of the Yemen Civil War, 1962-68*. New York: Oxford University Press.
- ROSS, Corey (2017). *Ecology and Power in the Age of Empire: Europe and the Transformation of the Tropical World*. Oxford: Oxford University Press.
- SALEHYAN, Idean (2009). *Rebels Without Borders: Transnational Insurgencies in World Politics*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2014). *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. London: Routledge.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy; BOURGOIS, Philippe (eds.) (2004). *Violence in War and Peace: an Anthology*. Oxford: Blackwell.
- STATIEV, Alexander (2014). "Soviet Partisan Violence against Soviet Civilians: Targeting their Own". *Europe-Asia Studies*, 66, 9, 1525-55.
- STRUCK, Bernhard; FERRIS, Kate; REVEL, Jacques (2011). "Introduction: Space and Scale in Transnational History". *International History Review*, 33, 4, 574-578.
- TAKRITI, Abdel Razzaq (2013). *Monsoon Revolution: Republicans, Sultans, and Empires in Oman, 1965-1976*. Oxford: Oxford University Press.
- TAKRITI Abdel Razzaq (2017). *Colonial Coups and the War on Popular Sovereignty*. 880-903.
- TRÉPIED, Benoît (2017). "Decolonization without Independence? Breaking with the Colonial in New Caledonia (1946-1975)", in Ed Naylor (ed.), *France's Modernising Mission: Citizenship, Welfare and the Ends of Empire*. Basingstoke: Palgrave-Macmillan, 68-76.
- ÜNGÖR, Uğur Ümit (2020). *Paramilitarism: Mass Violence in the Shadow of the State*. Oxford: Oxford University Press.
- VALENTINO, Benjamin; HUTH, Paul; BALCH-LINDSAY Dylan (2004).

- “Draining the Sea”: Mass Killing and Guerrilla Warfare”. *International Organisation*, 58, 2, 375-407.
- ZE’EV, Efrat Ben; GINIO; Ruth, WINTER, Jay (eds) (2010). *Shadows of War: A Social History of Silence in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ZEHFUSS, Maja (2012). “Killing Civilians: Thinking the Practice of War”. *British Journal of Politics and International Relations*, 14, 3, 423-40.

# Para uma história global do fim dos impérios

## Entrevista com Professor Martin Thomas

### MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO

Universidade de Coimbra, CHSC, FLUC

mbjeronimo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8829-4909>

### JOSÉ PEDRO MONTEIRO

Universidade do Minho, CECS

ze.pedro.monteiro@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6999-9439>



Professor Catedrático de História na Universidade de Exeter (Reino Unido), Martin Thomas é um dos mais importantes historiadores da sua geração, figura de destaque e amplamente reconhecida nos estudos históricos da descolonização. A sua investigação alicerça-se num quadro analítico comparativo e global, em diálogo frutuoso e informado com as ciências sociais. Tem publicado com regularidade e notória qualidade sobre muitos tópicos associados aos estudos das formações imperiais e coloniais, ao seu funcionamento, à contestação que geraram e à sua desintegração. Entre estes contam-se aspetos como as dimensões económicas, militares ou policiais, as políticas de segurança e as várias modalidades de violência colonial registadas na história dos impérios, bem como as formas variadas de extração económica que caracterizaram o colonialismo europeu. Eis alguns exemplos de obras marcantes no campo historiográfico da sua autoria: em 2007, publicou *Empires of Intelligence. Security Services and Colonial Disorder after 1914* (University of California Press); em 2012, publicou *Violence and Colonial Order: Police, Workers, and Protest in the European Colonial Empires, 1918-40* (Cambridge University Press); em 2017, organizou, com Gareth Curless, *Decolonization and Conflict: Colonial Comparisons and Legacies* (Bloomsbury Academic) e, em 2019, com Andrew Thompson, *The Oxford Handbook of the Ends of Empire* (Oxford University Press). Mais recentemente, em 2023, organizou, com Gareth Curless, *The Oxford Handbook of Late Colonial Insurgencies and Counter-Insurgencies* (Oxford University Press). É ainda autor de uma série de artigos de reconhecida importância (para mais, veja-se: [https://arch-history.exeter.ac.uk/history/profile/index.php?web\\_id=thomas](https://arch-history.exeter.ac.uk/history/profile/index.php?web_id=thomas)).

No dia 22 de novembro de 2023, a Universidade de Coimbra e o Centro de

História da Sociedade e da Cultura acolheram o Professor Martin Thomas para uma concorrida sessão de apresentação da sua última obra, *The End of Empires and a World Remade: A Global History of Decolonization* (Princeton University Press, 2024). Inserida no seminário internacional *Histórias do Presente. A formação do mundo contemporâneo*, a comunicação do Professor Martin Thomas procurou sublinhar a importância de interrogar as dinâmicas da descolonização de um modo multidimensional, resistindo a vários fechamentos metodológicos e analíticos e, ainda, a formas de *excepcionalismo*, nacional ou não, que continuam a marcar algumas das narrativas sobre este processo histórico. Nesta entrevista procurámos desenvolver alguns dos principais argumentos elaborados pelo Professor Martin Thomas ao longo dos anos, com especial incidência na sua última obra de referência, que certamente marcará este campo de estudos de forma consequente e duradoura.

**Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro – *Acabou de publicar The End of Empires and a World Remade: A Global History of Decolonization* (Princeton University Press, 2024). Quais as conclusões mais importantes que decorrem desta investigação?**

**Martin Thomas** – O livro desenvolve um conjunto de ideias acerca da natureza da descolonização sobre o qual venho refletindo há muito tempo. Há cinco que gostaria de destacar. A primeira é sobre o que significa a descolonização, tanto analiticamente, como enquanto conceito. Também de um ponto de vista prático, enquanto objetivo. Ou ainda culturalmente, na medida em que se tratou de um fenómeno que se relacionou e afetou outras dinâmicas e processos, desde a política global até às vivências quotidianas da discriminação e exclusão. A segunda questão decorre da primeira. Independentemente do modo como pensemos a descolonização, esta é claramente um fenómeno global, no seu alcance e impacto. Isto significa, parece-me, que só podemos apreender o seu significado estudando comunidades e grupos, territórios ou mesmo impérios específicos, por muito que as suas experiências possam ser representativas do fenómeno global mais vasto da descolonização. A compreensão desse processo exige que, a dada altura, combinemos as micro-histórias com abordagens macro mais comuns nas ciências sociais e, em especial, na Economia Política Internacional (IPE) e na Política Comparada. Não estou a sugerir um regresso à teoria dos sistemas-mundo, mas penso que interrogar a descolonização significa trabalhar tanto entre territórios, impérios e continentes como dentro deles.

Isto levanta a terceira questão, que é a de saber se a descolonização é mais bem compreendida enquanto processo integrador ou desintegrador. O fim

dos impérios implicou rupturas múltiplas: talvez, de modo mais óbvio, nas estruturas de autoridade dos governos coloniais, nos padrões de governação imperial, nos mecanismos de exploração e extração colonial. Mas a descolonização também estabeleceu e cimentou novas relações: entre indivíduos e grupos que resistiam a políticas coloniais particulares, entre militantes unidos numa ideologia e os seus simpatizantes, localmente e no estrangeiro, entre aqueles que anteriormente eram marginalizados, encarcerados ou a quem era negada voz dentro do império. Muitas destas ligações eram transnacionais. As questões fundamentais eram, de uma forma ou de outra, questões relacionadas com direitos. Em resposta a este facto, dá-se a bem-vinda viragem da história global, orientada para o escrutínio de redes e de nós de conexão que ligavam os que procuravam pôr fim ao império. Daqui resulta, também, a intensidade, hoje, dos debates sobre o significado e a relevância das formulações sobre direitos humanos e do direito internacional como instrumentos de descolonização.

A quarta questão que me guia no *The End of Empires and a World Remade* é o que descrevo no livro como “a questão da violência”. É fácil sugerir que toda a descolonização foi contestada e que a violência foi assim um elemento integral no processo de descolonização. Mas podemos ir mais longe. Será que a violência da descolonização foi, de alguma forma, distinta de outras formas de violência, quer na sua incidência, quer nas suas formas, quer na sua lógica? Penso que sim, e o livro tenta explicar porquê.

A quinta e última questão subjacente a *The End of Empires and a World Remade* diz respeito à interação entre descolonização e globalização. Esta ligação tem sido frequentemente notada. Mas têm sido os estudiosos da globalização aqueles que mais têm falado sobre esta relação. Uma das consequências deste facto é que a história da descolonização tem sido, de um modo geral, adaptada a uma história (inexorável) da globalização, e não ao contrário. Não me parece que as coisas sejam assim tão lineares. A descolonização foi acelerada pela globalização. E, em muitos aspetos, o fim dos impérios facilitou as múltiplas formas de ligação económica, cultural e política que caracterizam a globalização. Mas a descolonização também moldou as formas de globalização de final do século XX, tal como as expansões imperiais do longo século XIX determinaram a vaga de globalização que as acompanhou.

***MBJ/JPM - A descolonização desenrolou-se em circunstâncias muito diferentes e em cronologias bastante distintas. Quais são as vantagens, mas também os riscos, de nos centrarmos num único caso colonial ou imperial enquanto foco analítico? Porque é que precisamos de uma história global da descolonização?***

**MT** – Para responder a estas questões, vale a pena analisar o que eram os impérios, o que entendemos por colonialismo e o que significa o imperialismo. Porquê? Porque a análise destas definições cauciona a necessidade de uma história global da descolonização.

Até há relativamente pouco tempo, os impérios estavam em todo o lado. Uma definição minimalista do que eram poderia ser a seguinte: a imposição estrangeira de controlo político soberano sobre outra sociedade, num espaço territorial delimitado. Mas isso não é suficiente. Descrever a variedade e os diferentes graus de influência imperial e a experiência vivida do império exige mais do que simples conceitos geopolíticos. As noções eurocêntricas ou *vestefalianas* de independência soberana, associadas às propriedades de um Estado (*statehood*) e ao reconhecimento jurídico internacional, eram difíceis de transpor para espaços coloniais, onde o jogo político, as lealdades religiosas e as obrigações de parentesco revelavam ligações a múltiplas fontes de autoridade, mais estratificadas e pluralistas ao mesmo tempo. A influência económica, por vezes exercida na ausência de um domínio político “formal”, podia ser crucial. Mais importante ainda, ao atermo-nos ao “controlo político” sobre um espaço territorial delimitado, não conseguimos ver as fragilidades da governação colonial, a sua irregularidade em vastas áreas geográficas, cujas fronteiras eram frequentemente porosas. Os movimentos de pessoas, bens, capitais, ideias e crenças não eram passíveis de ser confinados a uma única sociedade colonial. É aqui que as abordagens globais entram em cena. As tensões entre movimento e restrição, entre cosmopolitismo e conformidade, entre esferas da vida privada que iam além do colonialismo e vidas privadas constrangidas por este, emprestaram à descolonização, como um todo, variações locais que a visão política esquemática do nacionalismo raramente conseguia captar.

Outra vantagem de uma abordagem mais global da descolonização radica no facto de que, para a maioria das pessoas afetadas por este processo, a oposição ao império era mais visceral do que ideológica. A limitação dos direitos e das oportunidades fazia parte de algo mais vasto, a restrição das liberdades – de se deslocar, de se associar, de possuir bens, de praticar a sua cultura. Estas limitações foram, e são, o que torna possível o colonialismo. Mais uma condição social generalizada e difusa do que uma relação política exata, o colonialismo associado ao império descreve não só a manutenção de relações políticas desiguais entre uma potência imperial controladora e uma sociedade dependente, mas também as hierarquias socioeconómicas, a discriminação cultural e as desigualdades raciais que aquelas implicam. Crucialmente, a ideia de colonialismo como condição social sugere que se trata de algo com uma aplicabilidade genérica, ao mesmo tempo globalmente comparável e localmente distintivo.

Isto traz-nos ao conceito de imperialismo, que, se entendido como as ideias e práticas do império, não desapareceu totalmente. O mesmo acontece com os numerosos silêncios e oclusões que o rodeiam, consequência daquilo que o historiador Itay Lotem descreveu, no contexto do aparelho governamental britânico, como uma sistemática “secundarização (*deprioritizing*) do império” (LOTEM 2021: 191-227). Os impérios podem já não dominar a política global, mas múltiplos legados coloniais perduram. Alguns são tão iníquos que reclamam a nossa atenção: desigualdades agudas na distribuição da riqueza global, acesso desigual aos recursos essenciais à segurança humana e a persistência de formas várias de racismo nas sociedades contemporâneas. Noutros aspetos, procurar a marca deixada pelo colonialismo parece mais fácil. Há menos de meio século havia governantes coloniais estrangeiros em vários pontos do mundo. Todavia, a tarefa consiste em determinar o que mudou quando eles partiram ou foram obrigados a partir. Noutros locais, o impacto do império é mais oblíquo, mas continua a fazer-se sentir. Dos modelos de utilização da terra e da extração de recursos até às fronteiras e às estruturas administrativas, à língua e aos padrões do comércio global e às identificações sociais e culturais que as pessoas estabelecem, o nosso mundo contemporâneo está marcado pela história imperial mais recente.

É aqui que entra a ideia da descolonização como fenómeno global. A par das guerras mundiais do século XX, da Guerra Fria e do arco mais longo da globalização, é um dos quatro grandes fatores-chave da mudança geopolítica de que ainda há memória.

**MBJ/JPM – *Uma das articulações históricas mais significativas que moldaram a segunda parte do século XX traduziu-se nas intersecções entre a descolonização e a globalização, aspeto que explora mais aprofundadamente no seu livro. Pode destacar as mais consequentes?***

**MT** – A globalização foi um catalisador da descolonização porque os seus componentes – culturais, económicos e demográficos – não podiam ser confinados a um território singular, quer se tratasse de um Estado-nação, de uma região colonizada ou de um império inteiro. Por outras palavras, o impacto da globalização na transmissão cultural, nos movimentos populacionais, nos processos económicos e nas alterações ambientais operavam além dos limites estabelecidos pelas normas e procedimentos do sistema internacional (STRUCK et al. 2011: 574-578). Os impérios, os estados nacionais ou os acordos multilaterais podiam afetar a globalização. Mas não a podiam controlar.

Por extensão, se se levar a globalização a sério é difícil justificar a opção de estudar a descolonização centrando-se numa única nação, numa única colónia

ou num único império. Esta convicção acompanha a chamada “viragem transnacional” da história imperial, que dá prioridade à ação dos indivíduos, aos seus padrões de interação e às redes sociais, culturais e económicas daí resultantes, que operam abaixo, entre e além dos Estados-nação ou dos territórios coloniais. Como nos recordaram os historiadores Richard Drayton e David Motadel, num ensaio fundamental, as histórias nacionais podem ainda ser estudadas no âmbito desta história global, mas a questão é que essas histórias nacionais – e coloniais – nunca se desenrolaram no vácuo (DRAYTON et al. 2018: 1-21; GONÇALVES 2018: 166-167).

Como referi anteriormente, a descolonização desenvolveu-se tanto através de nações, impérios e fronteiras como no seu interior. Prosseguiu através da criação de novas ligações globais que reordenaram as relações entre o Primeiro, o Segundo e o Terceiro Mundo. O impacto devastador do colonialismo no “Quarto Mundo” dos povos indígenas e das comunidades das “primeiras nações” foi replicado através do processo de amálgama destes grupos humanos na designação genérica de “Terceiro Mundo”. A descolonização é, de facto, a razão pela qual esta construção dos três mundos começou a ser utilizada. Normalmente retratada como desintegradora, a descolonização foi tudo menos isso. Pelo contrário, a descolonização está intrinsecamente ligada à globalização, quer esta seja concebida como um processo de crescente conectividade global, quer seja vista como a contenda entre visões ideológicas concorrentes acerca da melhor forma de reconfigurar o mundo por via do intercâmbio económico, cultural e político. As condições e possibilidades da globalização – ou de globalizações rivais – garantiram aos que lutavam pela descolonização um maior acesso a recursos essenciais, a redes de influência mais alargadas e a audiências globais. Mas a globalização também podia ser um obstáculo. A sua variante neoliberal reforçou as desigualdades económicas e propiciou formas de influência imperial, tornando mais difícil a concretização integral da descolonização. *The End of Empires and a World Remade* tenta explicar porque é que o jogo com as nações recém-independentes foi tão viciado (*heavily stacked against*).

O estranho é que a contestação que marcou o fim dos impérios coloniais europeus e a concomitante integração dos mercados globais nem sempre sejam colocadas lado a lado, apesar das provas existentes de que o declínio do colonialismo abriu oportunidades sem precedentes de acesso a mercados, de transmigração e de estabelecimento de novas formas de ligação cultural. A um certo nível, essa omissão explica-se pela presunção de que a globalização arrastou tudo à sua frente. Por vezes descrita como “globalidade”, a conceptualização do mundo como uma arena política única reflete as mudanças nas formas de conectividade, que se acentuaram durante o século XIX, pondo em causa a

soberania das nações. O *Catch 22* com que se defrontaram os que advogavam a descolonização é o seguinte: espera-se que o Estado descolonizado cumpra padrões de governação e de prática económica definidos externamente mas ao fazê-lo condiciona a sua independência. As vias plurais e não ocidentais para a modernidade, coerentes com as culturas locais, tornam-se mais difíceis de seguir. Os objetivos originais dos auto-nomeados imperialistas liberais, que justificavam o império como um processo educativo de aculturação às normas ocidentais, sobrevivem nos padrões de intercâmbio da globalização.

A globalização, nesta leitura, é construída sobre os sedimentos do império. A globalização promove a interação, mas os seus efeitos económicos marginalizam os que vivem nos países mais pobres, demasiado “atrasados” para usufruírem das suas possibilidades libertadoras. Se pensarmos nos impactos ecológicos de uma globalização que, durante décadas, foi orientada para a satisfação das necessidades das potências imperiais, este argumento ganha força. Do século XVIII ao século XX, a expansão dos impérios globalizou o impacto do capitalismo industrial da Europa e da América do Norte. Estimuladas pela sua própria industrialização, as potências imperiais de ambos os continentes tornaram-se no que o historiador ambiental Corey Ross descreveu como “omnívoros de recursos”, extraindo recursos naturais para alimentar um mercado global de mercadorias, muitas vezes contando com a participação ativa de elites locais que reforçaram o seu próprio poder e riqueza ao aderirem à “dinâmica de franchising” (“franchise venture”) do capitalismo imperial (ROSS 2017).

Nenhuma destas dinâmicas se deteve em fronteiras definidas. Nem tal tem vindo a suceder desde então. Os problemas mais existenciais do nosso mundo – as alterações climáticas e a sua limitação, os conflitos e a preservação da paz, a segurança humana e a pobreza crónica – são globais, não nacionais. Os esforços para enfrentar as desigualdades económicas e os desafios do desenvolvimento, a destruição ambiental e a escassez de recursos, as “novas guerras” e outras ameaças estratégicas levaram os governos, as ONG e as agências supranacionais a desenvolver acordos de parceria. Este tipo de mecanismo tornou-se tão generalizado que deu origem ao que o cientista político Mark Duffield caracterizou como “governança global”. As distinções entre atividades governamentais e não governamentais, interesses nacionais e formas de trabalho transnacionais tornaram-se mais difíceis de estabelecer (DUFFIELD 2014).

***MBJ/JPM – Relacionado com a pergunta anterior: numa contribuição anterior, o Martin e Andrew Thompson argumentaram que não só o “novo imperialismo” do século XIX era um fenómeno transimperial, como também a própria descolonização teria sido um processo globalizante, que implicava a***

***circulação transnacional de linguagens e modalidades de resistência, moldando a ordem internacional de permeio. Poderia falar-nos um pouco mais sobre a descolonização como um processo de “criação de mundo” (worldmaking)?***

**MT** – A ideia de “criação de mundo”, tão brilhantemente descrita por Adom Getachew, funciona a diferentes escalas. A um nível, e como Getachew deixa bem claro, os governos e os povos de todo o Sul global tentaram mudar a forma como a política e o comércio globais eram organizados. A outro nível, a descolonização foi um processo de “criação de mundos” porque desencadeou mudanças qualitativas na governação e na violência repressiva, nas ideias sobre direitos coletivos e individuais, nas economias e nos padrões de comércio, na cultura impressa e em expressões diversas de cosmopolitismo urbano, na consolidação transnacional de redes de oposição. Estes processos, como Andrew Thompson e eu sugerimos, são mais bem entendidos como “globalizantes”: globais em termos de impacto e alcance, mas não apenas uma parte de um imparável rolo compressor da globalização.

***MBJ/JPM – Embora o conceito tenha significados diferentes em diferentes lugares, correspondendo a cronologias distintas, a expressão “colonialismo tardio” é comumente utilizada por um vasto leque de académicos, hoje em dia. É fundamental para compreender como se desenrolou a “descolonização global”. Quais foram as principais mudanças que caracterizaram este processo (e período) histórico nas suas dimensões política, económica, cultural e social?***

**MT** – Penso que a ideia de “colonialismo tardio” é útil e inútil ao mesmo tempo. É útil porque a natureza do império e as formas a partir das quais as lutas pela descolonização se desenrolaram foram afetadas por um facto incontornável: à medida que corria a segunda metade do século XX, tornava-se cada vez mais provável o fim da governação colonial. A ideia de colonialismo tardio não ajuda porque o colonialismo continuou a ser uma realidade viva para milhões de pessoas durante muitas décadas depois das independências. Os legados da discriminação em sociedades formalmente descolonizadas ainda estavam a ser revelados, compreendidos e combatidos já o século XX estava a terminar. Durante as décadas de 1960 e 1970, governos coloniais e regimes de minorias brancas mantinham-se no poder. Os seus apoiantes negavam que a descolonização fosse inexorável. Muitos encontraram auto-justificações criativas, quer para se agarrarem ao poder e aos privilégios, quer para lançar denúncias quando eram desafiados com violência. Como vocês demonstraram tão claramente no vosso trabalho, há também paralelos a estabelecer entre os teóricos e os profissionais do desenvolvimento. Moldado por ideias mais

antigas de redução da pobreza rural, o desenvolvimento colonial tardio jurava, no entanto, ser outra coisa: uma objetividade científica que respondia às necessidades da comunidade.

Passando do desenvolvimento “colonial tardio” para a persistência do império como forma de organização política, mesmo se o entendermos convencionalmente na imagem de territórios que vivem sob bandeiras imperiais, para centenas de milhões de pessoas em vastas áreas do Sul global o domínio imperial persistiu, ou até se intensificou, no suposto vórtice do colapso imperial, no início da década de 1960. Este colonialismo *muito tardio* teve configurações regionais distintas. Por exemplo, emirados estrategicamente localizados nos golfos Pérsico e de Omã, no Kuwait a norte e no Iémen a sul, viram a “proteção” britânica transformar-se em intervenção, derrube de regimes e contra-insurreição, quando os líderes locais ou os movimentos sociais escolheram a independência ou a revolução em detrimento do neocolonialismo e de formas de clientelismo imperial, como vários livros demonstram<sup>6</sup>. Há ecos de imperialismo à moda antiga nas intervenções britânicas que acabo de descrever, mas a sua configuração regional e a sua ocultação política, parece-me, poderiam ser descritas como nitidamente “coloniais tardias”.

**MBJ/JPM – O momento da “descolonização global” foi marcado por aquilo a que podemos chamar transformações ideacionais globais. Em sua opinião, como é que o período colonial tardio foi afetado por mudanças na ordem normativa, especialmente no que diz respeito à democracia, à auto-determinação, aos direitos humanos e ao desenvolvimento?**

**MT** – Estas são questões muito amplas. Para as juntar, gostaria de sugerir que regressemos às questões da violência da descolonização, já mencionadas. Mais do que qualquer outro aspeto, a violência exercida contra civis colocou as guerras ocultas da descolonização sob escrutínio global. A apresentação de provas de abusos de direitos conferiu autoridade moral às reivindicações de legitimidade anticolonial. A criação de redes de apoio estrangeiras também foi vital para os opositoristas armados (SALEHYAN 2009: 32-40, 62-64). Governos estrangeiros solidários com a causa defenderam estes atores não-estatais violentos em fóruns internacionais. Ofereciam-lhes refúgio, armas e ajuda material. Quer operassem dentro do território colonial, quer a partir de “santuários” e através de “governos no exílio” estabelecidos noutros Estados amigáveis, os movimentos insurretos utilizavam ligações transnacionais para criar estruturas de governação alternativas (CHECKEL 2013: 3-20). E

<sup>6</sup> Para se compreender um caso exemplar mas também para conhecer melhor as dinâmicas dos golpes de estado neo-coloniais, veja-se TAKRITI 2013, 2017. Para o caso do Iemen, veja-se ORKABY 2017: 161-168.

o reconhecimento por parte dos governos amigos legitimou a diplomacia de guerrilha dos movimentos insurretos que lutavam contra o domínio imperialista (COGGINS 2015: 98-118).

A descolonização exigia mais do que a expulsão dos governantes coloniais: implicava governar no seu lugar. Por isso, o impulso dos movimentos anticoloniais para atuar como um Estado presuntivo era relativamente forte. Os teatros geopolíticos e os espaços ideacionais em que se desenrolaram estas disputas para conquistar Estados estrangeiros e as suas opiniões públicas expandiram-se significativamente após a Segunda Guerra Mundial. A crescente conectividade global, os novos meios de comunicação social e, como tal, novas e mais amplas oportunidades de difundir a sua mensagem, quer pessoalmente, quer em papel ou através das ondas de rádio, ajudaram a tornar a diplomacia de guerrilha não só um fenómeno internacional, mas também transnacional. Quebrar o domínio dos atores estatais reconhecidos sobre os instrumentos da diplomacia formal, afirmando os direitos e as reivindicações dos povos colonizados, tornou-se uma dimensão essencial da descolonização global.

A descolonização enquanto causa global atingiu o seu apogeu algures entre 1959 e 1974. A longa década de 1960 foi inaugurada pela revolução cubana de 1959, prosseguiu com sucessivas descolonizações em África, alimentando a intensidade radical através do “terceiro-mundismo” da Tricontinental, criada em 1966, e da oposição transnacional ao sofrimento humano na África do Sul, no Biafra, Palestina e Vietname, e culminou no pós-choque petrolífero e no insucesso da Nova Ordem Económica Internacional, em 1974 (KALTER 2016; MUNRO 2017; KONIECZNA e SKINNER 2019; CHAMBERLIN 2012).

Neste intervalo, uma mudança ideacional tinha tido lugar. Os atores principais da trama da descolonização reconheceram que a independência política não era suficiente. Para a auto-determinação das novas nações, das comunidades descolonizadas e até dos indivíduos adquirir um significado real e consequente, era necessária a soberania económica e a capacidade de garantir segurança humana fundada em direitos económicos e sociais. Entre os vários contributos fundamentais que Adom Getachew nos ofereceu na sua obra seminal de 2019, *Worldmaking After Empire*, conta-se o reconhecimento de que as disputas, bem conhecidas, entre os poderes imperiais e os seus opositores anti-coloniais sobre a formação e configuração de novos estados não representavam o culminar da descolonização, apenas um passo nesse sentido (GETACHEW 2019: 13-20, 24-30). Diversos países recém-independentes rapidamente descobriram que a sua soberania era estrangida por uma ordem económica internacional, criada em Bretton Woods mas agudizada pelas rivalidades da Guerra-Fria, que

condenava os estados do Terceiro Mundo à subserviência perante as exigências económicas dos países ricos.

**MBJ/JPM – *A última fase do colonialismo europeu foi também marcada pela violência, expressa de formas diversas, das insurreições armadas, como na Argélia ou em Angola, às tentativas para tornar mais eficientes, ou até “modernizar”, formas de controlo humano e produção de ordem nas sociedades coloniais. De que forma a violência moldou o período tardo-colonial e, depois, a descolonização?***

MT – Correndo o risco de me esquivar a alguma das perguntas, respondo levantando outras questões. Compreendida de forma global, parece óbvio que a descolonização foi um processo violento. Isto parece auto-evidente quer se olhe a partir de uma perspetiva macro, com as várias guerras da descolonização que marcaram e desfiguraram o último século, sensivelmente, ou se optarmos por uma abordagem micro, com o seu quotidiano de violência, exclusões, coerção, e iniquidades que tornaram a natureza discriminatória do regime imperial tangível. Alguma dessa violência estribava-se em relações inter-pessoais e era física. Outra era psicológica, resultado da recusa daqueles com poder de reconhecer a humanidade comum dos que lhes estavam subordinados. Às vezes descrito como violência epistémica, o silenciamento de populações marginalizadas e o apagamento associado da sua cultura representam, de certa forma, a banalidade do racismo colonial (DOTSON 2011: 236-238, 242-245). Como as manifestações quotidianas de racismo sugeriam, a violência colonial também era estrutural<sup>7</sup>. Esta dimensão era notória, de resto, nas práticas coloniais que deixavam o meio ambiente exaurido, que expulsavam as populações locais ou faziam solapar a economia moral existente.

Mas mesmo que aceitemos que os impérios eram lugares violentos o que é que isso nos traz? Muitos espaços não-imperiais e sistemas políticos diferentes foram tão violentos como os impérios, não poucas vezes mais violentos ainda. Alguns exerceram a violência sistematicamente, fosse para afastar opositores, para forçar a obediência, ou para acelerar as transformações sociais que as ideologias dominantes anunciavam. Isto, claro, traz-nos para o campo da ontologia, para a tentativa de tentar estabelecer o que, se é que alguma coisa, fez da violência colonial uma categoria à parte, e atribuir-lhe um significado. O desafio, para nós, é como pensar a violência como uma dinâmica específica da descolonização: foi o catalisador ou apenas um entre vários tipos de

---

<sup>7</sup> Para um debate sobre diferentes abordagens a esta questão: SCHEPER-HUGHES e BOURGOIS 2004: 1; BOURGOIS 2009: 17-40; LAZREG 2008; ZE'EV et al. 2010; HEATH 2021; FRAZER e HUTCHINGS 2020: 229-247.

combustível? A violência causou a mudança ou condicionou apenas o ritmo dessa mudança, ora atrasando, nomeadamente através da repressão violenta, ora acelerando, por via das reações que esse tipo de repressão espoletava, tanto localmente como num plano global? Eu estou convencido de que foi o motor, mas muitos outros pensam ter sido apenas um dos combustíveis.

**MBJ/JPM – Ainda sobre este tópico, houve algo de historicamente específico e único na violência do colonialismo tardio? Se sim, o quê? E porquê?**

**MT** – Mais uma questão pertinente, que obriga a uma reflexão cuidadosa. Afinal, não deixa de ser uma tautologia afirmar que os níveis elevados de violência imperial e o seu emprego em vários territórios provam que a “violência colonial” é um fenómeno à parte. Exemplos de violência praticada por nações sem colónias e, particularmente, em regimes ou impregnados de uma ideologia purificadora ou em transição para a democracia apontam para o reducionismo da afirmação anterior. A escala sem precedentes de violência sobre civis na Segunda Guerra Mundial, o seu carácter racializado e os seus desequilíbrios em termos de género, representaram um prelúdio aterrador para a violência da descolonização. Da mesma forma, os “tempos de paz violentos” no rescaldo imediato das duas guerras mundiais, ou a violência multinível das guerras civis, estendendo-se da intimidação e dos assassinatos dentro e entre comunidades, a um nível micro, às narrativas do conflito entre forças leais a determinados regimes e os seus opositores, a um nível macro, são hoje amplamente tidas por similares à descolonização na medida em que colocaram frente a frente pessoas que tinham sido até então vizinhas (EDELE e GERWARTH 2015: 3-14; EDELE e SLAVESKI 2016: 1020-1035; STATIEV 2014: 1525-1525)<sup>8</sup>. Ainda que tivesse sido pensada de forma sistemática pelas autoridades coloniais tardias, a violência da descolonização tornou-se cada vez mais, à medida que o tempo passava, um fenómeno desencadeado sem instruções precisas ou os constrangimentos que normalmente lhe estão associados, dando origem a ciclos performativos de retribuição que apenas incrustaram a violência colonial a um nível ainda mais profundo.

A violência estrutural intrínseca ao colonialismo é também um aspeto fundamental, entendamos essa violência como uma condição social, discriminação institucionalizada ou como um sistema de exploração e privação de direitos. Estas categorizações, aliás, levantam outras questões. Precisamos de considerar a violência colonial como algo marcadamente distintivo para compreendermos a descolonização? Os debates entre teóricos da guerra, cientistas políticos e

---

<sup>8</sup> Sobre a violência em períodos de paz: GATRELL 2011: 5.

especialistas de direito internacional sobre as considerações éticas que subjazem à decisão de infligir dano para a prossecução de objetivos políticos assenta em ponderações sobre a intencionalidade, a proporcionalidade e o estatuto de alvos humanos como combatentes ou civis (ZEHFUSS 2012: 423-440; KINSELLA 2017: 205-231; DOWNES 2007: 420-444; BELLAMY 2004: 829-850). Debates próximos sobre conflitos internos aos estados e “guerras irregulares”, em que o estatuto legal das guerrilhas e dos grupos paramilitares não é claro, frequentemente interagem com as experiências coloniais, mas raramente na questão mais básica: o que acontece quando as vítimas de violência são classificadas não apenas de acordo com a distinção combatente/não-combatente mas também ao longo de linhas de diferença étnica? (VALENTINO et al. 2004: 375-407; ÜNGÖR 2020: 43-47).

As autoridades imperiais coagiram e mataram de forma distintiva, até de forma única? O que distinguia a violência empregada pelos atores que se lhes opunham enquanto insurgentes coloniais? Estas são questões epistemológicas. Mas precisamos de as ter em conta de forma a identificar os aspetos mais decisivos da descolonização violenta, aqueles que aceleraram o fim do domínio estrangeiro. E este é um assunto tanto político quanto social porque o seu elemento-chave está relacionado não com as estratégias de combate mas com as vidas quotidianas dos habitantes locais, desarmados, que foram abaladas pela descolonização violenta. E, finalmente, a minha resposta: penso que a característica especial da violência tardo-colonial foi a crescente componente civil destes conflitos (*civilianization*). Posto de outra forma: o fator unificador destes processos é o súbdito colonial desarmado, o civil enquanto vítima e sujeito da descolonização.

Isto traz-nos, por outro lado, aos elementos da economia política, que creio serem essenciais para explicar o que quer que seja relacionado com a descolonização. O que torna distintas as sociedades coloniais tardias são essencialmente aspetos da sua economia política: elevados níveis de migração laboral masculina, trabalho agrícola marcado pela divisão de género e em que as mulheres desempenham um papel central, e a predominância numérica das mulheres nos grupos familiares e nas economias domésticas, tudo aspetos que estavam vedados ao escrutínio internacional. As mulheres, por exemplo, sofriam abusos de paramilitares recrutados para policiar as comunidades rurais ou campos de realojamento (*resettlement camps*), onde estão ausentes os mecanismos de defesa que derivam das redes familiares ou de espaços organizados em função do género (BRUCE-LOCKHART e RIBESZ 2023). Os padrões que se verificaram nas descolonizações violentas também acabaram por afetar as estruturas de autoridade colonial. Intermediários ao nível mais

baixo, mandarins, caïd, presidentes de câmara, chefes tribais ou chefes de aldeia representavam as fundações do poder local, da coleta de impostos, e da punição legal, sobre as quais assentava o poder colonial. Como tal, muitos deles tornaram-se alvos da violência tardo-colonial.

**MBJ/JPM – Na palestra que deu aqui em Coimbra sustentou que a descolonização é um processo acabado e inacabado ao mesmo tempo. Pode nos explicar porquê? O que falta fazer?**

**MT** – A parte mais fácil primeiro. Todos sabemos que as declarações formais de independência ou, como se diz, “a independência da bandeira” (*flag Independence*), não é bem a mesma coisa que uma descolonização autêntica. Admitamos, esperava-se que as declarações formais de independência marcassem um gesto definitivo, uma transição societal de uma determinada condição política, a dependência colonial, para uma outra, a independência soberana. A libertação do jugo discriminatório estrangeiro, esperava-se, repito, traduzir-se-ia na liberdade autêntica, tanto individual como coletiva. Mas a descolonização não foi um mero ou único acontecimento, que, alcançado, permaneceria inalterado para sempre. Os processos que levaram ao fim dos impérios e ao corte com o colonialismo foram mais complicados, mais atenuados e menos finalizados do que se poderia supor olhando para as várias cerimónias de celebração da independência. Para dar um exemplo trans-regional, a partida dos poderes coloniais das ilhas do Pacífico de Fiji, Papua Nova-Guiné ou Vanuatu, não se traduziu na reestruturação das culturas nativas nem significou que a exploração dos recursos naturais ou das vantagens estratégicas por poderes estrangeiros cessou. Nestes territórios no Pacífico, a verdadeira descolonização, implicando a construção de nações sensíveis às reivindicações e anseios das populações nativas aconteceu de fora para dentro, sobretudo depois da independência, e não antes (MAR 2015: 224).

Agora a parte mais difícil: o que está por fazer? Muito. A década de 1980 testemunhou a fúria local dirigida contra os custos humanos e ambientais dos testes nucleares franceses, que transformar-se-ia em violência, na Nova Caledónia, com as reivindicações dos povos indígenas Kanak contra a discriminação colonial e a indiferença francesa a darem origem a ciclos de protestos, confrontos e repressão. A experiência de conflito na Nova Caledónia, e a importância da questão dos direitos indígenas nesse mesmo conflito, é uma lembrança poderosa de outras descolonizações por concretizar no Oceano Pacífico e no Oceano Índico, onde a violência lenta da degradação ambiental associada à era colonial se alia às ameaças existenciais das alterações climáticas (TRÉPIED 2017: 68-76; JOLLY 2018: 23-40).

A queda do muro de Berlim, em 1989, deu corpo a uma espécie de descolonização, e eclipsou as ligações entre o Segundo e o Terceiro mundos que tinham sido tão importantes para vários atores anti-coloniais nas décadas anteriores. A desintegração do império soviético e a sua prévia humilhação no Afeganistão marcou o fim da participação do bloco de leste nos conflitos da descolonização (MARK 2019: 36-37). Mas o fim da URSS apenas contribuiu para aumentar a prontidão de Moscovo para apoiar militarmente os seus aliados (*proxies*) ou para esmagar as repúblicas dissidentes que procuravam libertar-se da órbita estratégica de Moscovo – e, mais recentemente, um estado soberano vizinho. O fim da dinâmica bipolar da Guerra Fria transformou a configuração ideológica da competição entre estados para adquirir influência ou ganhos comerciais no Sul Global mas não diminuiu o vigor dessa disputa. Se 1989 representou o fim de uma forma particular de confrontação geopolítica na Europa, em grande parte do Sul Global a transição para a década pós-guerra-fria de 1990 foi marcada pelo recrudescimento da violência e das guerras civis. Em menos de uma década, a região africana dos Grandes Lagos foi palco não apenas do genocídio no Ruanda, mas também da erupção do maior conflito em África desde 1945: o conflito na República Democrática do Congo internacionalizou-se com o envolvimento de vários estados vizinhos na “grande guerra africana”.

Nos seus pontos mais sensíveis, o envolvimento estrangeiro em guerras e conflitos civis durante a década de 1990 tornou-se mais complexo e difuso. Os conflitos civis na África Ocidental expandiram discussões já existentes que colocam frente a frente “cobiça” e “ressentimento”, e as dinâmicas daí resultantes, e questionam se as “novas guerras” pós-coloniais possuem, elas próprias, um carácter distintivo<sup>9</sup>. Como resultado de todas estas descolonizações incompletas, as controvérsias sobre os impérios mudaram de foco, mais uma vez, nos últimos 20 anos, aproximadamente. A aparente inexorabilidade da descolonização e o dealbar do século XXI levaram alguns a olhar para o envolvimento dos norte-americanos e seus aliados ocidentais em guerras no exterior como manifestação de um novo imperialismo, ou até mesmo um regresso ao império. Mais recentemente, tem sido a própria descolonização a merecer renovada atenção. Enquanto conceito e objetivo, continua a representar uma palavra de ordem, mas menos direcionada para acabar com a ocupação estrangeira e reivindicar soberania do que para enfrentar o racismo e a exclusão social em todas as suas manifestações.

### **MBJ/JPM – Ainda relacionado com a questão anterior, de que modo**

<sup>9</sup> Veja-se o trabalho precursor no que é hoje uma vasta literatura: KALDOR 2012; COLLIER e HOFFLER 2004: 563-595; BERDAL e MALONE 2000; ALLEN 1999: 367-384.

***os debates mais recentes, surgidos na esteira de movimentos como “Rhodes Must Fall” e “Black Lives Matter”, por exemplo, podem ser entendidos como globais, e globalizantes, na sua natureza? E até que ponto as especificidades nacionais/imperiais podem enformar o desenrolar destes debates?***

**MT** – Estas são questões importantes. São particularmente importantes por chamarem a atenção para a persistência do racismo, do tratamento discriminatório e as desigualdades extremas. São também, de um ponto de vista analítico, fundamentais para qualquer pessoa interessada em compreender a descolonização, entendida, em termos mais amplos, como a história do colapso dos impérios. E isto porque na esfera pública o termo descolonização é hoje entendido como outra coisa: a reivindicação da necessidade de transformar a cultura pública, das placas de ruas às estátuas, a exposições em museus e aos *media*, os *curricula* académicos e o discurso político. Nos países que estiveram implicados no império, na escravatura, com os seus legados da discriminação racial, os apelos públicos para descolonizar estão intrinsecamente ligados à condição contemporânea dessas sociedades<sup>10</sup>.

As reivindicações de descolonização nestes contextos procuram provocar mudanças nas atitudes face à história que estas sociedades têm dificuldades em confrontar – e essa dinâmica é refratada através das instituições públicas, da legislação, das práticas policiais, dos museus, ou do património. Ao dirigir o foco para a violência policial ou a indiferença cultural de algumas instituições face ao racismo estrutural, movimentos como o *Black Lives Matter* e *Rhodes Must Fall* galvanizaram a oposição antirracista ao que definem como comportamento colonialista (HOWE 2021: 294-310). Aqueles que pugnam pela “decolonialidade” sublinham a persistente tendência para construir a diferença social e *societal* – com base na etnicidade, no género, na linguagem e no poder – de acordo com os parâmetros colonialistas de definição da modernidade (MIGNOLO e WALSH 2018). O principal foco não reside no que a literatura pós-colonial caracteriza como “colonialismo histórico”, mas em modalidades hegemónicas de pensamento colonialista que impedem a fruição de uma verdadeira liberdade pós-colonial (SANTOS 2014: 24-27; NDLOVU-GATSHENI 2020: 17-40).

O meu ponto, aqui, é que estes tipos de dinâmicas não estão dissociados de conceções mais antigas da descolonização enquanto ramo da história imperial. O desafio, parece-me, é fazer a história imperial dialogar, e ecoar, naqueles que, corretamente, estão mobilizados em torno das questões do racismo, violação de direitos, discriminação e desigualdade contemporâneas.

---

<sup>10</sup> Para uma discussão sobre como estas conexões causais foram vistas por teóricos do anti-racismo, veja-se HENDERSON 2017: 493.

**MBJ/JPM – Como um perito na história da descolonização global e com um tão vasto conhecimento dos processos de desintegração imperial numa perspectiva comparada, como avalia o momento tardo-colonial no império português e a subsequente descolonização? Foi a descolonização portuguesa um caso excepcional quando posta em contraste com outras trajetórias históricas similares?**

**MT** – A resposta curta é que não me costumo deixar ser convencido por ideias de excepcionalidade. Ressoam com ideias mais antigas de excepcionalidade nacional aplicadas não apenas a Portugal mas a muitos outros “modos nacionais” de lidar com a descolonização. O que posso dizer, então?

O regime de Salazar lutou em três longas guerras coloniais em África, simultaneamente – em Angola a partir de 1961, na Guiné portuguesa (Guiné Bissau) desde 1963, e em Moçambique a partir de 1964. Tal como a quarta república francesa em relação ao conflito argelino, as guerras coloniais levaram o regime metropolitano ao colapso depois de uma revolta das suas forças armadas. Como tal, não encontro nada de único e singular na violência da descolonização portuguesa ou no seu rescaldo.

Se há algo distintivo – por oposição a excepcional –, creio que se inscreve em quatro eixos. Cada um deles gerou mudanças nas estratégias de contra-insurreição portuguesas na África Austral. A primeira tem que ver com as infiltrações através das fronteiras coloniais e a existência de santuários em territórios vizinhos. A segunda foi a associação entre política social e guerra psicológica, que é característica das insurreições tardo-coloniais. A terceira prendeu-se com as ligações internacionais e as reivindicações de controlo do território e existência de infraestruturas estatais por parte dos movimentos que combatiam o domínio português. E, finalmente, a extrema importância da realocação forçada das populações para o desfecho de algumas das mais longas guerras no Terceiro Mundo.

## **Bibliografia**

ALLEN, C. (1999). “Warfare, Endemic Violence and State Collapse”. *Review of African Political Economy*, 81, 367-84.

BELLAMY, Alex J. (2004). “Supreme Emergencies and the Protection of Non-Combatants in War”. *International Affairs*, 80, 5, 829-850.

BERDAL, M. Berdal; MALONE, D. (eds.) (2000). *Greed and Grievance: Economic Agendas in Civil Wars*. Boulder, CO: Lynne Rienner.

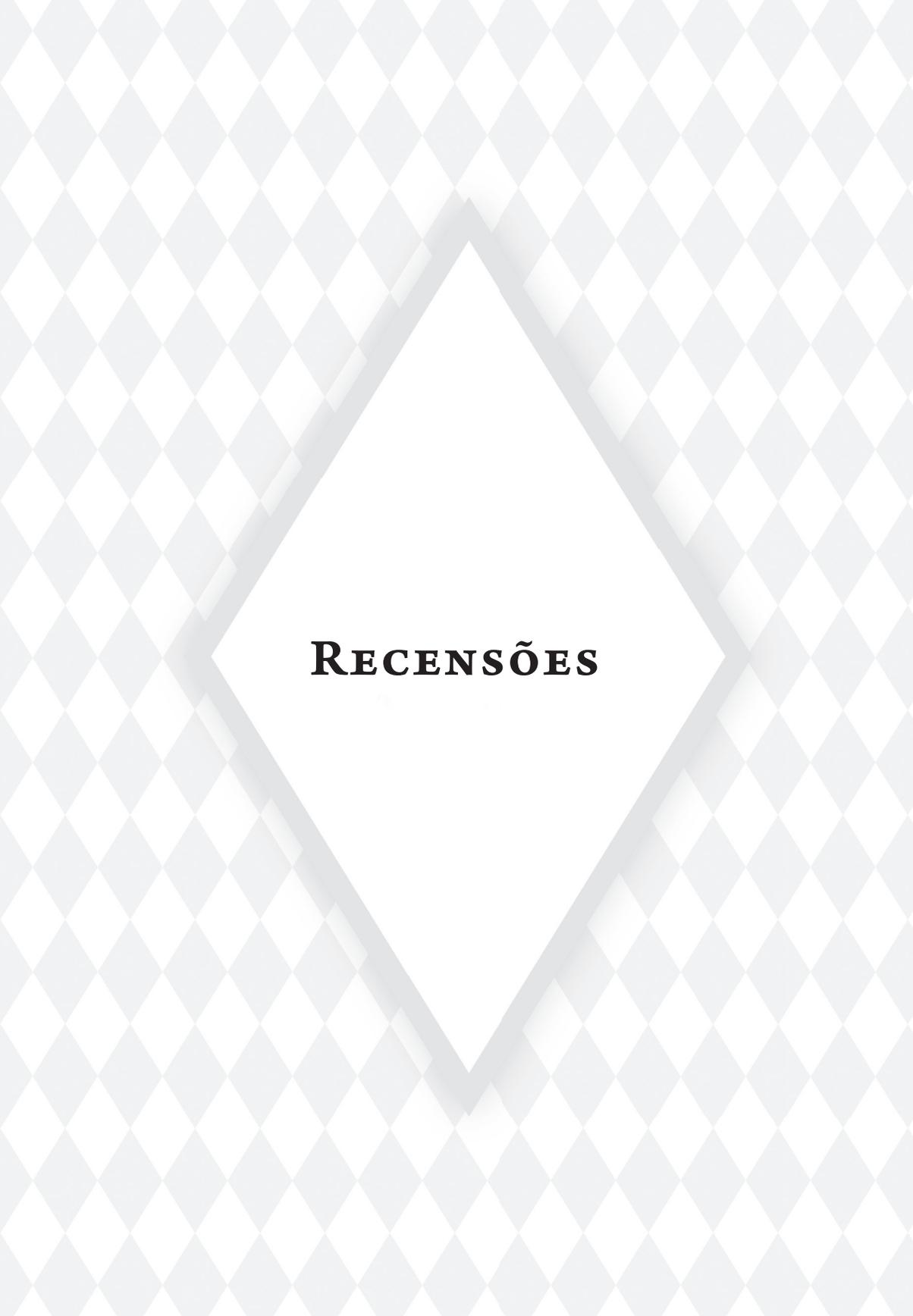
BOURGOIS, Philippe (2009). “Recognizing Invisible Violence: a Thirty Year

- Ethnographic Perspective”, in Barbara Rylko-Bauer; Linda Whiteford; e Paul Farmer (eds.), *Global Health in Times of Violence*. Santa Fe, NM: SAR Books, 17-40.
- BRUCE-LOCKHART, Katherine; RIBESZ, Bethany (2023). “Discourses of Development and Practices of Punishment: Britain’s Gendered Counter-Insurgency Strategy in Colonial Kenya”, in Martin Thomas e Gareth Curless (eds.), *The Oxford Handbook of Late-Colonial Insurgencies and Counter-Insurgencies*. Oxford: Oxford University Press.
- CHAMBERLIN, Paul Thomas (2012). *The Global Offensive: The United States, the Palestine Liberation Organization, and the Making of the Post-Cold War Order*. Oxford: Oxford University Press.
- CHECKEL, Jeffrey T. (ed.) (2013). *Transnational Dynamics of Civil War*. Cambridge: Cambridge University Press, 3-20.
- COGGINS, Bridget L. (2015). “ ‘Rebel Diplomacy: Theorizing Violent Non-State Actors’ Use of Talk”, in Ana Arjona; Nelson Kasfir e Zachariah Mampilly (eds.), *Rebel Governance in Civil War*. Cambridge: Cambridge University Press, 98-118.
- COLLIER, Collier; HOEFFLER, Anke (2004). “Greed and Grievance in Civil War”. *Oxford Economic Papers*, 56, 563-95.
- DOTSON, Kristie (2011). “Tracking Epistemic Violence, Tracking Practices of Silencing”. *Hypatia*, 26, 2, 236-8, 242-5.
- DOWNES, Alexander B. (2007). “Draining the Sea by Filling the Graves: Investigating the Effectiveness of Indiscriminate Violence as a Counterinsurgency Strategy”. *Civil Wars*, 9, 4, 420-44.
- DRAYTON, Richard and MOTADEL, David (2018). “Discussion: the futures of global history”. *Journal of Global History*, 13, 1-21.
- DUFFIELD, Mark (2014). *Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security*. London: Zed Books, 2nd.
- EDELE, Mark Edele; GERWARTH, Robert (2015). “ ‘The Limits of Demobilization’ Global Perspectives on the Aftermath of the Great War”. *Journal of Contemporary History*, 50, 1, 3-14.
- EDELE, Mark; SLAVESKI, Filip (2016). “Violence from Below: Explaining Crimes against Civilians Across Soviet Space, 1943-1947”. *Europe-Asia Studies*, 68, 6, 1020-35.
- FRAZER, Elizabeth; HUTCHINGS, Kimberley (2020). “The Politics Violence Frontier”. *Journal of Political Ideologies*, 25, 3, 229-47.
- GATRELL, Peter (2011). “Trajectories of Population Displacement in the Aftermath of Two World Wars”, in Jessica Reinisch and Elizabeth White (eds.), *The Disentanglement of Populations: Migration, Expulsion and Dis-*

- placement in Postwar Europe, 1944-49. Basingstoke: Palgrave-Macmillan.
- GETACHEW, Adom (2019). *Worldmaking after Empire: The Rise and Fall of Self-Determination*. Princeton: Princeton University Press.
- GONÇALVES, Márcia (2018). "Of Peasants and Settlers: ideals of Portuguese-ness, imperial nationalism and European settlement in Africa, c. 1930-c.1945". *European Review of History*, 25, 1, 166-7.
- HEATH, Deana (2021). *Colonial Terror: Torture and State Violence in Colonial India*. Oxford: Oxford University Press.
- HENDERSON, Errol A. (2017). "The Revolution will not be Theorised: Du Bois, Locke, and the Howard School's Challenge to White Supremacist IR Theory". *Millennium: Journal of International Studies*, 45, 3, 492-510.
- HOWE, Stephen (2021). "Falling Rhodes, Building Bridges, Finding Paths: Decoloniality from Cape Town to Oxford and Back", in Christian D. Pedersen e Stuart Ward (eds.), *The Break-up of Greater Britain*. Manchester: Manchester University Press, 294-310.
- JOLLY, Margaret (2018). "Horizons and Rifts in Conversations about Climate Change in Oceania", in Warwick Anderson; Miranda Johnson; e Barbara Brookes (eds.), *Pacific Futures: Past and Present*. Honolulu: University of Hawaii Press, 23-40.
- KALDOR, Mary (2012). *New and Old Wars: Organized Violence in a Global Era 3rd edition*. London: Polity.
- KALTER, Christophe (2016). *The Discovery of the Third World: Decolonisation and the Rise of the New Left in France c. 1950-1976*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KINSELLA, Helen M. (2017). "Superfluous Injury and Unnecessary Suffering: National Liberation and the Laws of War". *Political Power and Social Theory*, 32, 205-31.
- KONIECZNA, Anna; SKINNER, Rob (eds.) (2019). *A Global History of Anti-Apartheid: 'Forward to Freedom' in South Africa*. Cham, Switzerland: Palgrave-Macmillan.
- LAZREG, Marnia (2008). *Torture and the Twilight of Empire: From Algiers to Baghdad*. Princeton: Princeton University Press.
- LOTEM, Itay (2021). *The Memory of Colonialism in Britain and France: The Sins of Silence*. Cham, Switzerland: Palgrave-Macmillan.
- MAR, Tracey Banivanua (2015). *Decolonisation and the Pacific*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine E. (2018). *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis*. Durham: Duke University Press.
- MUNRO, John (2017). *The Anticolonial Front: the African-American Freedom*

- Struggle and Global Decolonization, 1945-1960*. Cambridge: Cambridge University Press.
- NDLOVU-GATSHENI, Sabelo J. (2020). *Decolonization, Development and Knowledge in Africa: Turning over a New Leaf*. London: Routledge.
- ORKABY, Asher (2017). *Beyond the Arab Cold War: The International History of the Yemen Civil War, 1962-68*. New York: Oxford University Press.
- ROSS, Corey (2017). *Ecology and Power in the Age of Empire: Europe and the Transformation of the Tropical World*. Oxford: Oxford University Press.
- SALEHYAN, Idean (2009). *Rebels Without Borders: Transnational Insurgencies in World Politics*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2014). *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide*. London: Routledge.
- SCHEPER-HUGHES, Nancy; BOURGOIS, Philippe (eds.) (2004). *Violence in War and Peace: an Anthology*. Oxford: Blackwell.
- STATIEV, Alexander (2014). "Soviet Partisan Violence against Soviet Civilians: Targeting their Own". *Europe-Asia Studies*, 66, 9, 1525-55.
- STRUCK, Bernhard; FERRIS, Kate; REVEL, Jacques (2011). "Introduction: Space and Scale in Transnational History". *International History Review*, 33, 4, 574-578.
- TAKRITI, Abdel Razzaq (2013). *Monsoon Revolution: Republicans, Sultans, and Empires in Oman, 1965-1976*. Oxford: Oxford University Press.
- TAKRITI Abdel Razzaq (2017). *Colonial Coups and the War on Popular Sovereignty*. 880-903.
- TRÉPIED, Benoît (2017). "Decolonization without Independence? Breaking with the Colonial in New Caledonia (1946-1975)", in Ed Naylor (ed.), *France's Modernising Mission: Citizenship, Welfare and the Ends of Empire*. Basingstoke: Palgrave-Macmillan, 68-76.
- ÜNGÖR, Uğur Ümit (2020). *Paramilitarism: Mass Violence in the Shadow of the State*. Oxford: Oxford University Press.
- VALENTINO, Benjamin; HUTH, Paul; BALCH-LINDSAY Dylan (2004). "Draining the Sea": Mass Killing and Guerrilla Warfare". *International Organisation*, 58, 2, 375-407.
- ZE'EV, Efrat Ben; GINIO, Ruth; WINTER, Jay (eds) (2010). *Shadows of War: A Social History of Silence in the Twentieth Century*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ZEHFUSS, Maja (2012). "Killing Civilians: Thinking the Practice of War". *British Journal of Politics and International Relations*, 14, 3, 423-40.





# **RECENSÕES**



**MEJÍA, Pilar; DANWERTH, Otto; ALBANI, Benedetta (eds.) (2020). *Normatividades e instituições eclesíásticas em el Nuevo Reino de Granada, siglos XVI–XIX (Global Perspectives on Legal History 13)*. Frankfurt am Main: Max Planck Institute for European Legal History, 278 pp., ISBN: 978-3-944773-24-7.**

A obra *Normatividades e instituições eclesíásticas em el Nuevo Reino de Granada* insere-se num projeto do Instituto Max Planck para a História do Direito Europeu que visa a promoção e divulgação de pesquisas sobre a justiça eclesíástica em territórios coloniais. A partir da reunião de investigadores em seminários e encontros deste Instituto, foram organizados três volumes que contemplam diferentes perspectivas e tipos de normatividade eclesíástica nos espaços da Nova Espanha (volume 1), do Peru (volume 2) e de Nova Granada (volume 3). Mais do que identificar e analisar problemas de investigação, esta iniciativa visa sobretudo observar o estado de investigação e mobilizar jovens investigadores para a reflexão e levantamento de questões sobre a temática proposta.

O terceiro volume dessa coleção, editado por Pilar Mejía, Otto Danwerth e Benedetta Albani, apresenta uma grande diversidade de artigos. Apresenta problemas, fontes e metodologias distintas, que colocam em foco a instituição eclesíástica no Reino de Nova Granada. Embora a concentração geográfica, o recorte temporal deste volume é amplo. Os capítulos estão organizados de forma cronológica, compreendendo o período colonial até o início do período republicano, isto é, do século XVI ao XIX.

Na apresentação, Mejía e Danwerth sublinham a relevância, para a pesquisa historiográfica, dos projetos e seminários promovidos pelo Instituto Mark Planck. Um dos seus méritos é possibilitar a comparação de diferentes perspectivas sobre as normatividades e instituições eclesíásticas e considerar tanto os aspetos gerais, quanto as particularidades locais. Demonstra-se que a América Espanhola e, sobretudo, o território neogranadino, são um espaço oportuno para análise de múltiplos temas, com diversos tipos de abordagens por causa das suas diversidades – sociais, culturais, linguísticas e territoriais.

No primeiro artigo, *La distancia entre el centro y la periferia en la implementación de políticas lingüísticas en el Nuevo Reino de Granada, 1574-1625*, Juan Fernando Cobo Betancourt aproveita-se de estudos de caso sobre políticas linguísticas na evangelização dos indígenas neogranadinos para refletir sobre a distância entre as perspectivas do governo central e as realidades da situação colonial. A implementação de uma língua franca indígena mostrou-se falha na

evangelização a cargo de missionários e do clero secular, durante o arcebispado de Luis Zapata de Cárdenas. Por não compreender a complexidade do panorama linguístico, a legislação deixava espaço para estratégias personalizadas de evangelização por parte das autoridades eclesíásticas locais. A existência dessas práticas particulares, constata o autor, foi, de forma gradual, reconhecida e regulamentada por novas políticas do centro do poder.

A evangelização dos indígenas também foi tema de fundo do artigo de Andrés Castro Roldán. Em *Evangelización de índios y secularización del clero: una mirada a las políticas jesuitas en el Nuevo Reino de Granada (1605-1650)*, estuda as relações entre poderes – central e local, político e religioso – para um debate sobre a Companhia de Jesus e a sua conduta na observância das reformas do Concílio de Trento. O autor percebe uma posição contraditória entre os jesuítas, confrontados em aplicar uma normatividade que limitava seus privilégios. Tendo em conta estudos de trajetórias, como a do padre Martín de Funes, Roldán evidenciou divisões internas da Companhia sobre seguir diferentes práticas em relação à organização missionária e do padroado régio.

Fundamentado nas informações de legitimidade e limpeza de sangue dos candidatos ao *Real Colegio Mayor* e *Seminario de San Bartolomé de Santafé*, o terceiro artigo, da autoria de Juana María Marín Leoz, tem o título “*Virtud, letras y conocida sangre; siendo hijo de muy buenos padres*”. *Informaciones de los colegiales de San Bartolomé, 1689-1808*. Leoz realiza uma extensiva análise, quantitativa e qualitativa, com o objetivo de identificar características (ou perfis) dos candidatos ao clero e comparar as suas transformações ao longo das décadas. Considera-se, nessa investigação, a relevância social das candidaturas. A frequência no Colégio ou Seminário era uma forma de legitimar o poder das elites locais e da instituição, sobretudo num período de mudanças na sua tutela devido à expulsão da Companhia de Jesus da América Espanhola. O mérito de Juana María acaba por ser o de perceber mudanças significativas nas informações obtidas e relacioná-las com as diferentes estratégias que se desenrolaram em cada momento da história colonial.

O artigo *El régimen disciplinario en el Convento San José de Cartagena de Indias, 1750-1832*, assinado por Fabián Leonardo Benavides Silva e Andrés Mauricio Escobar Herrera, incide sobre um momento de reforma e introdução do clero regular nas práticas regalistas a partir da *Real Instrucción* de 1769. Os autores utilizam visitas pastorais, realizadas em 1777 e em 1788, para identificar o estado da disciplina monástica e analisar as reformas executadas. A escolha do convento de Cartagena das Índias, cidade comercial e com grande circulação de pessoas, coloca em questão um conjunto de faltas do corpo clerical e as circunstâncias de promoção e fracasso de regramentos internos.

A reação do clero dominicano às práticas do regalismo da casa de Bourbon também foi o tema do artigo de William Elvis Plata, “*Dios está muy alto y el Rey vive muy lejos*”. O de cómo los dominicos neogranadinos afrontaron las Reformas Borbónicas (1750-1800). Nele procura verificar a hipótese que a reforma borbónica concentrou-se no grupo que considerava mais organizado e resistente, o clero regular. Cerceamentos em relação ao doutrinação e conversão de comunidades locais, regramentos e fiscalizações realizadas durante visitas pastorais foram estratégias parcialmente sucedidas. Os dominicanos, nota o autor, conseguiam contornar medidas que eram consideravelmente opostas às suas práticas. Apesar disso, a secularização da educação, uma das principais políticas defendidas pela casa de Bourbon, afligiou um eixo central da atuação do clero regular e foi bem sucedida na desmoralização da comunidade dominicana do Reino de Nova Granada.

Julían Andrei Velasco Pedraza examinou essa mesma conjuntura reformista, embora sobre a ótica das receitas e despesas das paróquias neogranadinas. No seu artigo, intitulado *Administra la fe: administración parroquial y régimen de obvenciones en el Nuevo Reino de Granada (villas de San Gil y Socorro, 1780)*, o autor observou em detalhe as relações de contas paroquiais, constatando serem um espaço de reclamações e reivindicações por parte do clero local. A relevância deste artigo está em levantar questões e hipóteses sobre diferentes realidades paroquiais, utilizando uma fonte por vezes conduzida apenas por um viés económico.

Partindo para o contexto oitocentista, Andrés Botero Bernal propõe-se a analisar as fórmulas de juramento em processos judiciais, sobretudo como elas se transformaram ao longo do século, revelando as marcas de um contexto de secularização. Um dos argumentos principais deste estudo é o de que o juramento processual, desempenhava uma função cultural na sociedade neogranadina. O valor simbólico das provas testemunhais e os juramentos veiculados ao sagrado mudava com a criação de mecanismos laicos de controle e sanção sobre a mentira, como o perjúrio, e a valorização das provas processuais. Este movimento, o autor constata, representa o lento afastamento da influência religiosa sobre o poder judicial.

O volume prossegue com o artigo *Estado-Iglesia em Colombia en el siglo XIX. Propuestas de revisión*, da autoria de José David Cortés Guerrero. Aí se conta da difícil missão de revisar a historiografia sobre a Igreja colombiana no século XIX e provocar investigadores com novas questões e metodologias sobre o tema. Crítico de uma História da Igreja tradicional, positivista, escolhe quatro principais processos históricos para serem revisitados em investigações mais complexas: o padroado assumido pela República, em 1824; o reconhecimento,

por parte da Santa Sé, da independência da Colômbia, em 1835; a separação do Estado e da Igreja, ocorrida em 1853; e a *Concordata* realizada com a Santa Sé, em 1887.

As diferentes posturas políticas criadas sobre a relação entre o Estado e a religião foi objeto de atenção do *último artigo desta obra*. Sob o título *La cuestión religiosa en los lenguajes políticos durante la crisis de la sociedad colonial venezolana (1810-1830)*, Guillermo Tell Aveledo Coll, pretende entender as conexões entre a linguagem política e as transformações institucionais. O artigo segue cinco narrativas políticas sobre o problema do Estado-Igreja e identifica o uso desses discursos na legislação venezuelana, demonstrando como o discurso político influenciou sobre diversas questões religiosas, como o padroado e a liberdade de culto, no contexto da constituição da Venezuela.

Em síntese, este livro *é um bom contributo para a história eclesiástica*, por apresentar novas e originais problemáticas. Exibe, lado a lado, estudos sobre distintos aspetos da Igreja Católica, contemplando investigações sobre o clero secular e regular. Essa diversidade de temas, metodologias e fontes é surpreendente em obras sobre instituições eclesiásticas, mas necessária para promover visões mais globais sobre as regiões estudadas. É uma obra original, envolve investigadores criativos, levanta questões pertinentes e abre múltiplos caminhos de investigação. O volume *Normatividades e instituciones eclesiásticas en el Nuevo Reino de Granada, siglos XVI-XIX* e, de uma forma geral, as iniciativas do Instituto Max Planck, têm sido de extrema importância no incentivo, dentro e fora do mundo hispânico, de novos movimentos e pesquisas sobre a história eclesiástica nos espaços coloniais.

RAFAELA ZANOTTO CASAGRANDE

Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Universidade de Coimbra, CHSC

rafaelazcasagrande@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0669-3333>



**FRIEDRICH, Markus (2022).** *The Jesuits: a history*. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 854 pp., ISBN: 9780691180120.

Sintetizar a história de uma qualquer organização com séculos de existência não é tarefa insignificante. E facilmente a complexidade de semelhante projeto exponencia-se quando se compreende que o desenvolver é, simultaneamente, percorrer as principais conjunturas que marcaram o mundo moderno e contemporâneo.

Markus Friedrich reconheceu a arduidade da sua empreitada historiográfica, porém tal não impediu que a concretizasse. Pelo contrário, ela deverá ter servido de estímulo para a competente leitura que o historiador alemão e atualmente professor de História na Universidade de Hamburgo elaborou acerca de uma instituição eclesiástica – a Companhia de Jesus – que nasceu da vocação religiosa de um nobre basco ferido em combate para, rapidamente, abarcar o globo, difundindo o seu modelo de espiritualidade cristã. De tal modo que, ainda hoje, acalenta o peito daquele que assume as rédeas da Igreja Católica enquanto sucessor de São Pedro.

Embora a obra objeto desta recensão tenha sido publicada em 2022, em inglês, pela Princeton University Press, ela corresponde, na verdade, à tradução do texto original, escrito em alemão, intitulado *Die Jesuiten. Aufstieg, Niedergang, Neubeginn*, de 2016. Não é a primeira vez que uma editora universitária norte-americana traduz um trabalho de Friedrich. Em 2018, a Michigan University Press editou *The Birth of the Archive: A History of Knowledge*, dada ao prelo cinco anos antes. Curiosamente, o tradutor deste estudo sobre a evolução e a utilização dos arquivos, John Noël Dillon, volta a assumir essa função e a fazer dupla com Friedrich em *The Jesuits: a history*.

Dividida em cinco capítulos, intervalados por um prólogo e um epílogo, aos quais se acrescentam mais de cento e quarenta páginas de notas e referências bibliográficas, esta história da Companhia de Jesus segue a tripartição temática que se extrai do título original do volume: ascensão, declínio e recomeço. Ainda que não de maneira proporcional, ela servirá de referência para guiar o leitor pelos meandros da vida interna da congregação e suas movimentações nos variados contextos sociais, políticos e religiosos envolventes, que Friedrich se compromete a deslindar.

O enredo principia em Pamplona, no ano de 1521. O nobre Iñigo López de Oñaz y Loyola, em recobro após ter sofrido ferimentos durante a defesa da cidade contra uma investida militar gaulesa, conheceu uma transformação espiritual que o conduziria a algumas das mais relevantes universidades euro-

peias de então e à criação de um grupo de discípulos que, por bula papal de 1540, se constituiria na Companhia de Jesus.

A consolidação desta recém-criada organização não ocorreria sem os seus desafios. Friedrich demonstra-o, abordando os esforços de regulamentação interna e a sua dispersão geográfica (princiada nesse “terreno bastante fértil para os jesuítas” que foi o reino português até ao século XVIII – pp. 24-25), bem como as perspectivas académicas e hierárquicas que aguardavam os novos ingressantes. Dinâmicas estas que deveriam ser reflexo de uma identidade espiritual jesuítica, de contornos salientes no tocante ao cuidado das almas, ao zelo apostólico ou à incessante procura por uma máxima utilidade na atuação dos seus membros. “Ad maiorem Dei gloriam” era, aliás, a sua divisa.

Aqui, o leitor beneficia da sobriedade explanativa do historiador alemão, que não permite o resvalamento da sua análise para uma excessiva singularização dos procedimentos inacianos, mas, antes, enquadra os particularismos destes últimos em contextos e tendências religiosas mais latas. Além disso, a exploração das resistências no seio da estrutura interna da Companhia, em matérias de obediência, castidade e tratamento equitativo entre os seus elementos, por exemplo, favorece uma compreensão mais adequada das naturais relações de poder que uma almejada unidade institucional ocultaria.

A narrativa prossegue para o seu segundo capítulo com a indagação dos multiformes relacionamentos entre os representantes da Companhia de Jesus e os do clero secular, do papado, do restante clero regular e de instituições eclesiásticas como o Tribunal do Santo Ofício e a Sagrada Congregação para a Propagação da Fé (*Propaganda Fide*). Através dela, o autor revela, assertivamente, como a cooperação e o antagonismo não corresponderam a modelos de atuação isolados, tendo, ao invés, por inúmeras vezes coexistido.

Alcança-se, em seguida, a comunidade laica. Particularmente atento aos modelos devocionais, Friedrich examina os contactos entre as manifestações de espiritualidade popular e jesuítica, desde a crença em possessões demoníacas até ao desenvolvimento de cultos particulares, como aos anjos da guarda ou à Imaculada Conceição. Ele incide, também, sobre os fundamentos teológicos da piedade inaciana e demonstra a sua materialização ao perscrutar a ação interventiva da Companhia, pautada, entre outras, por preocupações assistenciais. Detendo-se neste ponto, o historiador consegue ilustrar a panóplia de iniciativas de cariz social levadas a cabo pelos jesuítas entre os mais marginalizados, como as prostitutas, os pobres, os soldados e os presos.

De facto, o amparo dos cristãos nunca foi esquecido, inclusivamente em comunidades protestantes. Na sua dimensão espiritual, ele foi além do protagonismo dos religiosos nos instantes da doutrinação ou da celebração dos

sacramentos para se enraizar em manifestações auto-organizadas, como as confrarias de leigos, não obstante revestidas da espiritualidade inaciana. As confrarias marianas, por terem sido, em concomitância, estimuladas pela Companhia de Jesus e adaptadas ao seu modelo de devoção, são exemplificativas de um traço definidor desta ordem religiosa, isto é, a capacidade de se fazer valer de estruturas de ação e de pensamento preexistentes com o intuito de serem ulteriormente adaptadas aos seus padrões identitários. Um ponto que Markus Friedrich não cessa de reforçar à medida que avança na obra.

O terceiro capítulo é, por seu turno, dedicado à vida temporal da *Societas Iesu*. Sinteticamente, muitas vezes a prejuízo de necessários aprofundamentos temáticos, o investigador aflora como, partindo de metas espirituais definidas, os seus membros demonstraram flexibilidade no momento de agir, acomodando-se a circunstâncias locais e, em alguns casos, contrariando o superiorato. Assim foi nos âmbitos da gestão da vida financeira e da obtenção de influências junto dos poderes governativos, tanto na Europa como no exterior.

Adicionalmente, Friedrich incide sobre o papel da Companhia de Jesus no domínio da educação, substanciado na criação de um modelo pedagógico, a *Ratio Studiorum*, a ser aplicado nas suas instituições escolares, com repercussões no processo formativo de indivíduos provenientes de múltiplos estratos sociais durante centúrias. Permanecendo um pouco mais na esfera académica, o historiador aquilata o lugar da investigação no viver jesuítico, mormente a sua complexa articulação com a atividade pastoral, a qual não poderia ser secundarizada pelos congregantes. Uma consequência desses inquisitivos alores foi o estabelecimento de redes de contacto, nas quais não se movimentavam somente livros, objetos ou pessoas, mas verdadeiramente difundia-se conhecimento. Este, naturalmente, esteve sujeito às mutações do tempo e o confronto (nem sempre hostil) com as teses iluministas é pertinentemente trazido para discussão para o evidenciar.

Friedrich decide terminar este momento da obra avaliando as incursões da Companhia pelo domínio artístico, em especial pela literatura, música, arquitetura e pintura. Se as produções jesuíticas deveriam espelhar os ideais da instituição, elas não ficaram imunes a influências externas, seja por motivos culturais (como o contacto com sociedades não europeias), seja por motivos práticos (incluindo a imprescindível conformação aos gostos ostentatórios de alguns dos seus mecenas).

O penúltimo capítulo de *The Jesuits: a history* é dedicado à ação dos jesuítas nas suas áreas de influência extraeuropeias. Enquadrado pelo modelo administrativo geral das províncias e vertebrado por impulsos expansionistas, o êxodo inaciano pelo planeta é, ainda hoje, fonte não esgotada para exames de teor

religioso, cultural, político, económico e social sobre uma área geográfica que se estende desde o Canadá até ao Japão. Com efeito, todos os níveis da experiência humana parecem corporizar-se nos variegados diálogos estabelecidos entre os religiosos, as sociedades coloniais e as populações nativas, o mesmo sucedendo noutras expressões do proselitismo católico mundial (designadamente, na sua faceta franciscana ou dominicana).

Neste entrelaçar com o estudo dos fenómenos inerentes às expansões ultramarinas europeias do período moderno, Friedrich não se exime de explorar os pontos de contacto entre a Companhia de Jesus e a atividade escravocrata, sobretudo a desenvolvida entre os espaços africano e americano – em detrimento, por exemplo, da sua vertente asiática. Por conseguinte, dá a conhecer o racional jesuíta que permitiu a oposição dos religiosos aos abusos do sistema, ainda que frequentemente por razões como a procura da reprodução dos indivíduos escravizados e a redução do perigo de fugas. Porventura mais significativa é a referência à posse de cativos por parte de jesuítas e aos maus-tratos infligidos por alguns deles sobre os primeiros. Estes assuntos, conquanto conhecidos pela historiografia, merecem ser sublinhados numa história que procura sintetizar, de forma objetiva, os quase cinco séculos de existência da Companhia de Jesus.

De resto, o levantamento de diferentes modelos de organização e desenvolvimento das missões feito pelo professor germânico coloca em destaque a morosidade do seu processo construtivo e como este esteve assente em acúmulos conciliadores da experiência missionária no interior da Europa e das adaptações que as realidades locais exigiam. Assim se explica a contemporaneidade de sistemas de evangelização distintos como as reduções paraguaias e o proselitismo na China, bem como o conjunto de críticas deixado por observadores coetâneos perante a elasticidade que a mensagem cristã parecia assumir na missão jesuíta, culminando nas famigeradas querelas dos ritos.

Markus Friedrich termina o quarto capítulo com uma reflexão sobre as contribuições da Companhia de Jesus para a reificação do moderno fenómeno da globalização. Em virtude da sua ampla implantação, esta congregação religiosa conseguiu projetar um espaço propício para intercâmbios diversificados, não raras vezes ilícitos, como o atestam as movimentações de bens materiais que o investigador evoca para sustentar que os inácianos “estiveram profundamente implicados no roubo de propriedade cultural” (p. 569). Por outro lado, a possibilidade do contacto direto e pessoal com distantes realidades possibilitou o surgimento de vidas verdadeiramente globais entre as fileiras jesuíticas, não sem a sua dose de risco (pelas travessias marítimas) e consternação (pelos desafios de lidar, emocionalmente, com as longas distâncias).

Eis, pois, que se atraca no último capítulo. A excogitação do autor sofre aqui

uma compressão, talvez demasiado forçada, ao tentar englobar as conjunturas de hostilidade, supressão e ressurgimento da Companhia de Jesus, sobretudo entre os séculos XVIII e XIX. Mais concretamente, Friedrich traça a evolução do agudizar do antagonismo contra os jesuítas, esteado, por exemplo, em preocupações perante a influência que a Companhia conseguira granjear em vários setores da governação e da sociedade e no que Friedrich descreve como tendo sido uma certa passividade e inflexibilidade inaciana em afrontar estas tendências.

Derradeiramente, esses eventos levariam às expulsões da ordem religiosa nas metrópoles europeias e à sua extinção, por breve papal, em 1773, levando a que uma miríade de religiosos e, como bem aponta o narrador, a esfera católica se visse na obrigação de se reposicionar num mundo sem a Companhia de Jesus. Quase sem ela, na verdade. Isto porque a czarina Catarina II não promulgou o breve papal, permitindo que a instituição sobrevivesse através do seu ramo russo e, a partir daí, ganhasse forças para a reaparição em larga escala no ano de 1814.

O epílogo do livro serve de espaço para o registo das mutações sofridas pela Companhia de Jesus na sua jornada até ao século XXI. Questões como o crescimento da congregação nos E.U.A., a reformulação da sua expressão internacional num contexto já sem os sistemas de padroado e o seu posicionamento perante tendências históricas desafiantes, como as conceções “modernistas” da segunda metade do século XIX, a emergência dos autoritarismos do século XX e o apelo às reformas após o Concílio Vaticano II, compõem as últimas páginas deste volume. Por Friedrich, no decurso desta última reflexão, não deixar de individualizar a atuação de alguns jesuítas quando apropriado, compreende-se que a conclua com uma menção a Jorge Mario Bergoglio, ao complexo relacionamento com a estrutura da organização que integra e ao exemplo que a sua consagração como Papa Francisco deixou de uma Companhia de Jesus relevante se hoje engalanada pelas vestes da modernidade.

Porém, um trabalho como o que Markus Friedrich desenvolveu não surge sem as suas limitações. Em primeiro lugar, pela sua própria natureza sintética, pouco disponível para tratamentos abrangentes de toda a informação recolhida. Dois exemplos desta realidade bastarão. No prólogo da obra, depois de indicar a predisposição “esmagadoramente positiva” (p. 10) do Colégio Cardinalício para o estabelecimento da Companhia de Jesus, o autor retrata-o como resistente à sua efetivação pelo Papa Paulo III, sem, contudo, fornecer indícios para esta mudança de atitude aparentemente contraditória. Por sua vez, no quarto capítulo, ao ponderar as estratégias “acomodatícias” de alguns jesuítas pelo mundo, Friedrich assevera que as adaptações às condições locais no âmbito da evangelização eram atributo partilhado com outras ordens religiosas, embora nunca as nomeie, nem descreva a sua manifestação (p. 556).

Nestas duas situações, o leitor não é provido de referências bibliográficas para clarificação teórica, o que, diga-se, é incomum nos instantes em que Friedrich decide ser superficial nas suas considerações.

Em segundo lugar, por esta tipologia de pesquisa ser potencialmente geradora de abordagens desequilibradas. O facto de o investigador alemão ter dedicado apenas um capítulo ao processo de supressão e ressurgimento da Companhia e o epílogo à sua vida contemporânea destoa, claramente, dos cinco outros momentos da obra dedicados à criação e consolidação da mesma até ao século XVIII, evidenciando uma gestão desigual de tempos e espaços de análise.

Ainda assim, o esforço de revisão e de atualização da listagem bibliográfica nesta edição de 2022 é salutar. E mesmo que, para um leitor mais experimentado nos estudos iniciais e familiarizado com a história da Companhia, o trabalho de Friedrich não traga, na sua generalidade, informação completamente desconhecida, o professor alemão soube recuperar particularismos de vidas individuais e detalhes conjunturais para enriquecer o volume. Ademais, aqueles mais entranhados na experiência jesuítica na Península Ibérica e seus domínios transatlânticos adquirem relevante material de cotejamento histórico através do exame dos espaços germânicos e norte-europeus que Friedrich, por exemplo, elabora. Um labor comparativo que é avantajado pelo considerável acervo bibliográfico compulsado pelo autor para a realização desta investigação.

Concluindo, este livro consegue, facilmente, ser indispensável para diferentes leitores desejosos de entender a evolução desta ordem religiosa, que melhor se define como instituição global, de assinalável preeminência na realidade histórica moderna e com presença interventiva na contemporaneidade. Consegue, além disso, servir de importante complemento de outras sínteses da história da Companhia de Jesus, ora mais lacónicas, como *The Jesuits: A History from Ignatius to the Present*, de John W. O'Malley (2014), ora mais prolixas, nomeadamente *The Oxford Handbook of the Jesuits*, editada por Ines G. Županov (2019) e na qual Markus Friedrich participou.

GUILHERME MIGUEL MENDES DE SOUSA

Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Faculdade de Letras

guisousa160@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9408-1427>



**SANTOS, Matilde Mendonça dos (2022).** *Zelar pela Fé: Inquisição e episcopado na diocese de Cabo Verde (1646-1821)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, 278 pp., ISBN: 978-972-8361-91-4.

*Zelar pela Fé: Inquisição e episcopado na diocese de Cabo Verde (1646-1821)*, da autoria de Matilde Mendonça dos Santos, insere-se no âmbito dos estudos inquisitoriais constituindo um contributo inovador para a historiografia portuguesa sobre a atividade do Tribunal do Santo Ofício e do episcopado na diocese de Cabo Verde.

Este livro é composto por três partes e constituído por seis capítulos. Tem como objetivo estudar a atuação do Santo Ofício em conjunto com outras autoridades, na diocese de Cabo Verde e na Costa da Guiné, desde a sua chegada ao arquipélago, na década de 40 do século XVI, até ao momento da sua extinção, em 1822.

O argumento central deste livro, que tem uma elevada densidade informativa, parece-me ser o de que o apoio de diversos poderes, tanto eclesiásticos como seculares, constituiu um instrumento indispensável e decisivo não só para a afirmação do poder inquisitorial, mas também para a definição e funcionamento da ordem social, em Cabo Verde.

A obra parte de um primeiro capítulo dedicado ao panorama de desordem motivado por razões de ordem económica, política, religiosa e social da diocese de Cabo Verde, originado pela Guerra da Restauração, designadamente entre 1646 e 1672. Foi neste contexto que as várias instituições de poder, tanto eclesiástico como civil tiveram que operar e reajustar o seu modo de atuação, face às adversidades presentes no arquipélago.

O segundo capítulo do livro responde à seguinte questão: quais foram as estratégias desenvolvidas para projetar o cristianismo? Em resposta, a autora analisa, primeiramente, as políticas de vigilância sobre as populações, tanto de natureza punitiva, como de natureza pedagógica (missão e evangelização), adotadas pelas instituições de poder. Numa segunda abordagem, centra-se na preocupação da Inquisição em controlar o comportamento dos cristãos-novos, sendo este o principal motivo da sua instalação em Cabo Verde e na Costa da Guiné. Como explicita, a perseguição aos cristãos-novos não foi o único problema a combater. Paralelamente, a Inquisição canalizou as suas atenções para os crimes de bruxaria ou feitiçaria, superstição e bigamia, praticados pelas populações nativas.

A ação dos bispos na defesa da fé é o tema central do terceiro capítulo.

Como se demonstra ao longo do livro, o apoio do episcopado foi fundamental para a consolidação do poder inquisitorial em Cabo Verde. Tendo por base as medidas levadas a cabo por determinados bispos, a autora dá a conhecer em que medida é que os esforços exercidos pelos prelados foram indispensáveis para a revitalização da atividade inquisitorial. Neste sentido, Matilde Mendonça procedeu a uma análise minuciosa da atividade de três prelados: D. Frei Fabião dos Reis (1672-1674), D. Frei António de S. Dionísio (1675-1684) e D. Frei Vitorino Portuense (1687-1705). Estas figuras de relevo procuraram colmatar as dificuldades impostas à evangelização das populações. A autora sublinha a escassez de estruturas religiosas e de clérigos, e o comportamento inadequado não só dos fiéis, mas também dos clérigos, como alguns dos principais problemas a solucionar. A análise da carreira dos bispos mencionados é de extrema importância, pois, tal como se explica:

a ideia que tem vindo a ser seguida é de que as relações entre o episcopado e a Inquisição foram, regra geral, de cooperação, sintonia e complementaridade, apesar de pontuais dificuldades, à semelhança do que se passava no reino. Graças a essa colaboração o poder do Santo Ofício foi-se alargando e enraizando por toda a diocese. Na base de apoio do episcopado estava o facto de este reconhecer e respeitar a superioridade do Tribunal da Fé no plano da ortodoxia católica e erradicação dos desvios da fé.

A mesma linha de investigação foi seguida no quarto capítulo, intitulado *Zelar pelo funcionamento da Inquisição*. Aqui, a autora explica de que modo é que os bispos que governaram a diocese de Cabo Verde entre 1708 e 1746, nomeadamente D. Frei Franciscano de Santo Agostinho, D. Frei José de Santa Maria de Jesus, D. Frei João de Faro e D. Frei João de Moreira, atuaram relativamente ao comportamento religioso das populações e à defesa da ortodoxia cristã, questões que preocuparam as autoridades eclesiásticas desde os primórdios da sua chegada ao arquipélago.

O quinto capítulo, que inicia a terceira parte do livro, foca-se na ação de quatro bispos. Sem descartar a atividade dos restantes, Matilde Mendonça destaca o contributo de D. Frei Pedro Jacinto Valente, o primeiro bispo a residir fora da sede episcopal. Um dos principais marcos da sua atividade foi a criação de capítulos de visita, em forma de decretos sinodais que, no fundo, passaram a regulamentar o funcionamento do bispado. Matilde Mendonça realça que “No que se refere ao campo de atuação do Santo Ofício, onde emergiram mudanças substanciais, detetou-se uma viragem na prática habitual que alterou o rumo dos acontecimentos, na sequência do estabelecimento definitivo do

bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente na ilha de Santo Antão...”, o que detona a influência da atividade do prelado, uma vez que “... quer a atividade episcopal quer a atividade inquisitorial passou a ser feita com maior regularidade na parte Norte do arquipélago”. Um outro aspeto interessante diz respeito às alterações no desempenho da Inquisição, sobretudo no que toca à intervenção das autoridades seculares, que se tornaram um dos principais aliados da sua ação, a par com os prelados, a partir da segunda metade do século XVII e XVIII.

O sexto e último capítulo examina o período de declínio da atividade inquisitorial no espaço arquipelágico de Cabo Verde. Com recurso ao processo de António Xavier Aranha, acusado de bigamia em 1819, começa-se por analisar como é que o Santo Ofício conseguiu exercer a sua atividade até ao surgimento dos primeiros sinais da sua decadência. De seguida, expõe-se a ineficácia do Tribunal da Fé no período que se seguiu ao desfecho do processo instaurado contra António Xavier de Sousa Vieira, em 1819. Até 1821 não surgiu nenhum outro processo, nem mesmo denúncias. Como alega a autora “a Inquisição, na prática, desaparecera”.

Em suma, o objetivo perseguido pela obra em apreço, de analisar a atividade da Inquisição em conjunto com a dos bispos, no governo da diocese de Cabo Verde, é claramente cumprido. Trata-se, a meu ver, de um estudo de referência e de um contributo indispensável para futuras investigações não só sobre a história da Inquisição, mas também sobre o seu papel dinamizador nos domínios ultramarinos.

Este é um livro incontornável para quem, a partir do conhecimento do funcionamento do Tribunal, queira entender a sua presença na diocese de Cabo Verde. O seu argumento propõe uma tese contraintuitiva: a de que se verificou um enlace entre o episcopado e a Inquisição, respigada de um dos mais conhecidos livros da autoria de José Pedro Paiva, orientador da dissertação que deu origem a esta publicação. É esta perspetiva que a autora reforça e coloca à disposição do leitor, por meio de uma narrativa bem estruturada e articulada, rigorosamente documentada e investigada, e teoricamente bem apresentada.

MARIANA PEREIRA

Universidade de Coimbra, CHSC

marianapereira.2407@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1636-8566>





**SANTOS, Matilde Mendonça dos (2022).** *Zelar pela Fé: Inquisição e Episcopado na Diocese de Cabo Verde (1646-1821)*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa (UCP-CEHR), 280 pp., ISBN: 978-972-8361-91-4.

A relação entre o episcopado e a Inquisição em Portugal foi singular, na medida em que se verificou uma maior colaboração entre estas instituições no reino lusitano do que em outras partes da Europa onde o Santo Ofício atuou, nomeadamente Espanha e Itália. Esta relação, contudo, teve facetas singulares nos diversos territórios que integravam o império português, e o arquipélago de Cabo Verde carecia de estudo aprofundado.

Diante deste cenário, o livro *Zelar pela Fé: Inquisição e Episcopado na Diocese de Cabo Verde (1646-1821)*, fruto da investigação efetuada para a tese de doutoramento de Matilde Mendonça dos Santos na Universidade de Coimbra, é uma adição relevante para a historiografia sobre esta tácita cooperação entre o Tribunal da Santa Fé e o episcopado português, fornecendo, também, uma rica análise da atuação dos bispos que ocuparam aquela mitra ao longo do período abordado. O livro afere que a atividade inquisitorial no arquipélago e na costa da Guiné (que estava sob jurisdição da Sé cabo-verdiana) deveu muito ao auxílio prestado pelos antístites, sendo este facto ainda mais evidente nos momentos em que, por qualquer razão, esta aliança não se concretizava. Não obstante, a tese de Santos consegue sustentar que, em tais situações, a Inquisição se revelou bastante capaz de se reajustar aos novos desafios, recrutando a ajuda de outros poderes locais, seculares ou eclesiásticos, ou escolhendo agentes próprios para atuarem diretamente nas ilhas.

Ademais, é necessário mencionar que a autora também demonstrou esta capacidade de adaptação perante as dificuldades impostas pela investigação. Forçada a trabalhar sem o importantíssimo espólio documental do arquivo diocesano de Cabo Verde, perdido nas intempéries da história, Santos recorreu, porém não exclusivamente, aos fundos inquisitoriais do Tribunal de Lisboa, na Torre do Tombo, bem como a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino. Com o cruzamento destas fontes, empregando uma metodologia diacrónica e comparativa, a historiadora logrou extrair valiosos indícios da natureza da conduta dos bispos cabo-verdianos, o seu papel na evangelização e manutenção da fé católica nos territórios englobados pela diocese, e a relação cultivada com o Santo Ofício.

A escolha dos três recortes temporais que estruturam a obra foi pertinente, refletindo a abordagem diacrónica da investigação e captando com sucesso as

mudanças nas dinâmicas e conjunturas do espaço em estudo. Estes recortes, por sua vez, foram divididos em dois capítulos cada, sem, contudo, perderem a concatenação necessária para uma narrativa coesa. Desta forma, o leitor encontra uma clara explanação dos pontos principais da autora, acompanhados dos devidos exemplos que sustentam o argumento, como é o caso do destaque dado à atuação de Frei Paulo de Lordelo, frade franciscano e frequente colaborador da Inquisição, para ilustrar os estreitos laços que se formaram entre os religiosos do Convento de São Francisco e o Tribunal durante a longa sede vacante, quando a ausência do bispo privou o Santo Ofício de um importante aliado nas ilhas e o obrigou a engendrar novas estratégias para permanecer atuante.

Aliás, este período de interregno episcopal, advindo da turbulenta conjuntura da Restauração, é o intervalo abordado na primeira parte desta obra, destacando-se por ter uma divisão mais temática dos subcapítulos, contrastando com as demais, guiadas temporalmente pelo mandato dos preladados. É nos dois capítulos iniciais que se assentam as bases do contexto económico, social, político e religioso da diocese de Cabo Verde, cruciais para a discussão das estratégias e alianças do episcopado com a Inquisição, visando o disciplinamento social e evangelização das populações. Igualmente, são dadas a conhecer as dificuldades inerentes à natureza do espaço, tanto pelo facto de ser uma região do império em manifesto declínio económico e social, quanto pelo avultado custo que as deslocações pelo território acarretavam. Posto isto, estes obstáculos travavam a realização das visitas pastorais, principal instrumento episcopal para a disseminação e fiscalização da fé católica, impedindo, de igual modo, a formação de um corpo de letrados capacitado para ocupar cargos não só diocesanos, como inquisitoriais. Os poucos recursos financeiros e humanos da diocese serão uma questão ubíqua no decorrer do período abordado, afigurando-se como uma das hipóteses levantadas por Santos para justificar uma presença bastante tímida de agentes habilitados da Inquisição em Cabo Verde (totalizando 8 entre 1646 e 1821, em contraste com o reino, ou até o Brasil, onde foram nomeados 3.114 familiares).

Sobre este último ponto, a historiadora conjectura, também, que este número tão modesto de familiares, comissários e qualificadores em solos cabo-verdiano e guineense seja reflexo de uma política do Santo Ofício de se ancorar nos poderes locais, seculares e eclesiásticos, com destaque para o episcopado, para a efetivação de suas diligências. Esta lógica foi somente interrompida quando se verificou uma mudança na dinâmica de auxílio, como durante os ciclos de sede vacante, compelindo a Inquisição a recorrer à nomeação de agentes próprios, não desconsiderando que o processo de habilitação privava a esmagadora maioria

da população cabo-verdiana de ocupar estes cargos. Portanto, seria errónea a interpretação da escassa presença de atores inquisitoriais como ausência da Inquisição em Cabo Verde, ou negligência da instituição desta parte do império. Esta obra evidencia que, através das diversas estratégias empregues pelo Santo Ofício para manter a sua autoridade no arquipélago, o seu objetivo de disciplinar a população cabo-verdiana em matérias da fé esteve no horizonte dos inquisidores, inclusive nos tempos de declínio do Tribunal.

O esforço inquisitorial nos territórios insulares e da costa da Guiné compreende-se, também, pela complexidade da situação destas populações em matéria das práticas religiosas. A historiadora, analisando minuciosamente os poucos processos efetuados contra residentes da diocese cabo-verdiana, denúncias e correspondência entre diferentes poderes locais, fornece um vislumbre de um cenário religioso diversificado e, numa visão de “zelar pela fé”, bastante desregrado. Deste modo, a espiritualidade dos diferentes povos da região guineense, ou dos trazidos como escravizados, combinava-se com ritos cristãos, resultando em centenas de denúncias de feitiçaria e bruxaria, muitas delas reencaminhadas pelos antístites para o Tribunal lisboeta. Pese o facto de que apenas uma pequena fração destas acusações gerou processos, e a maioria destes por delitos de feitiçaria, é de se notar que, no contexto do arquipélago e da costa da Guiné, a Inquisição viu, com o passar do tempo, o seu foco a desviar-se do seu principal inimigo, os cristãos-novos, para estas práticas religiosas designadas “idolatrias”. Acerca deste tópico, contudo, a autora poderia ter aprofundado um pouco mais sobre a natureza destas espiritualidades africanas, uma vez que o leitor se inteira da sua presença através das práticas desviantes, mas não da sua substância.

No que respeita à relação entre os bispos de Cabo Verde e o Santo Ofício propriamente dita, a proposição da colaboração tácita entre estas duas entidades, desenvolvida pelo historiador e orientador da tese que originou a obra aqui apreciada, José Pedro Paiva, foi demonstrada. Santos, através de um olhar atento aos indícios deixados pela documentação, descobriu medidas e atitudes por parte dos prelados que, inequivocamente, salvaguardavam as prerrogativas e autoridade da Inquisição na diocese. De entre estas medidas, que incluíam a remessa de denúncias para o tribunal de Lisboa, prisões, fiscalização de livros proibidos e outras diligências, a historiadora encontrou indícios da extraordinária realização de um auto-da-fé em Cabo Verde (rara ocorrência fora de sedes de tribunais) em plena suspensão do Santo Ofício. Embora, com o passar do tempo e com o declínio da instituição inquisitorial, esta relação arrefecesse, nunca assumiu contornos de contestação e rutura com a Inquisição.

Face ao exposto, depreende-se que Matilde Mendonça dos Santos inovou

na abordagem do episcopado e sua ligação com o Santo Ofício em Cabo Verde, angariando evidências concretas de que neste recanto do império português, à semelhança dos outros territórios sob o domínio de Portugal, inquisidores e bispos foram firmes aliados na tarefa de “zelar pela fé”, embora sujeitos às condições económicas, políticas e sociais da diocese. Não obstante, a autora demonstrou destramente a forma como ambas as instituições navegaram as dificuldades que surgiam, e a constatação destas adaptações e reajustes abre as portas para novas e promissoras investigações, como, por exemplo, de que outra maneira a história cabo-verdiana foi marcada pelos religiosos franciscanos, dado o seu papel na manutenção da autoridade inquisitorial no arquipélago. Sem sombra de dúvida, esta obra demonstrou ser um importantíssimo acréscimo à bibliografia da história de Cabo Verde, não apenas no campo religioso.

V. ALEJANDRO MORALES

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

va.borgesmorales@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5464-2688>



**SOUZA, Laura de Mello e (2022).** *O jardim das hespérides: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII*. S. Paulo: Companhia das Letras, 172 pp., ISBN: 978-65-5921-367-2.

Uma das temáticas que têm ocupado espaço nas discussões historiográficas das últimas décadas é a relação estabelecida entre as sociedades e o meio natural. A chamada “História Ambiental” é um campo que já se consolidou nas universidades, academias e grupos de estudos do mundo inteiro e que cada vez mais apresenta trabalhos com questões instigantes e abordagens metodológicas inovadoras. Esse é o caso do livro “O jardim das Hespérides: Minas e as visões do mundo natural no século XVIII” escrito por Laura de Mello e Souza. A historiadora é professora aposentada do departamento de História da USP e da cátedra de História do Brasil na Sorbonne. Nos seus principais trabalhos é possível notar a versatilidade da autora que transita por diferentes temáticas ao passar por objetos referentes à História Cultural, como em “O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial” (1986), até por discussões mais voltadas para dinâmicas políticas, como em “O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII” (2006). Contudo, é recorrente em outros estudos o espaço específico da capitania de Minas Gerais, como em “Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII” (1983) e “Norma e conflito: aspectos da história de Minas no século XVIII” (1999). Estes e outros trabalhos transformaram Mello e Souza numa especialista sobre a história colonial da região. Já no texto examinado nesta presente revisão, a autora utiliza o seu rico repertório para explorar o relacionamento homem-natureza mineira, inserindo-se, portanto, nas novidades da academia, mas sem perder a perspectiva social, tão cara nas suas análises.

Como anunciado na introdução, o foco principal da obra são as diferentes visões construídas sobre o espaço natural da capitania desde o princípio da ocupação daquele território, ainda no século XVII, até às primeiras décadas do século XIX, anteriores à independência brasileira. Com um propósito mais ensaístico do que acadêmico, a autora não se preocupa tanto em apresentar uma tese propriamente dita ou realizar um profundo debate historiográfico com uma bibliografia complementar. Preocupa-se em expor, sobretudo através de fontes primárias e, conseqüentemente, da linguagem da época, uma complexa esfera mental que se estruturou no processo de colonização e devassamento da natureza de Minas Gerais. No estudo, Mello e Souza classifica essa esfera mental histórica em quatro dimensões, que possuem uma certa correspon-

dência cronológica: mítica, trágica, prática e afetiva. Era por meio delas que se expressavam os desejos e os temores da sociedade colonial mineira em relação à topografia, hidrografia, flora e fauna que a cercavam. Essa categorização da mentalidade guiou a divisão da obra, sendo cada capítulo dedicado a uma delas.

No primeiro capítulo, Mello e Souza argumenta sobre o estabelecimento de uma “configuração mítico-geográfica” sobre as Minas. Segundo a autora, essa configuração teria raízes no século XVI, quando o centro do continente sul-americano era objeto de fascinação e protagonista de lendas fantásticas. A mitologia construída sobre a região geralmente contava sobre uma terra próspera e rica, sobretudo, em gemas preciosas, o que motivou aventureiros que procuravam enriquecimento e prestígio a enfrentarem os perigos do território desconhecido. Por sua vez, a saga desses entrantes e também os relatos coletados dos povos originários, com os quais se estabeleceu contacto, contribuíram para as narrativas que formaram o imaginário fantástico sobre a capitania. Essas lendas, porém, não se desfaziam após a colonização sendo, na verdade, constantemente resgatadas e aplicadas para outras regiões ainda não ocupadas, como foi o caso dos sertões da capitania que incorporaram e coloriram tardiamente as narrativas míticas. A autora, portanto, conclui que a conceção edénica não só se fez presente durante todo o período analisado, como também foi fundamental para dar ao espaço mineiro uma certa identidade e coesão interna.

Contíguo à imaginação fantástica, Mello e Souza descreve no capítulo seguinte a dimensão trágica, que expressava os temores dos colonos face àquela natureza que se revelava durante a ocupação. Ao mesmo tempo que a imensidão das pastagens e a descoberta dos metais preciosos motivaram uma imaginação otimista e providencialista, o relevo montanhoso, o clima chuvoso e frio, os rios caudalosos, a vegetação densa e a feras hostis paralisavam os aventureiros e atemorizavam as populações. Assim, como demonstrado no texto, o meio natural manifestava-se na documentação da época como agente do barbarismo e da selvageria que deveria ser domado e submetido à civilização. Os colonos que assumiam essa empreitada enfrentavam fome, doenças, quilombolas e “índios bravos” e se fossem bem sucedidos em avançar a fronteira do Império Português e da Igreja católica, poderiam utilizar a hostilidade natural como moeda de troca por benesses. Assim, era através da visão trágica que o embate entre homem e natureza ganhava forma e o devassamento e transformação do espaço era narrativamente justificado.

Laura de Mello e Souza argumenta ainda que apesar da persistência do mito e do medo sobre o ambiente da capitania, essas visões foram por vezes eclipsadas pelos objetivos económicos e utilitários, o que leva à dimensão

prática, tema do terceiro capítulo. A exploração sistemática dos recursos pretendida pela monarquia lusa exigia conhecimento, dominação, representação e transformação do espaço mineiro. Dessa forma, mapas, criação de caminhos e pontes, descrições científicas e até mesmo o simples ato de nomear elementos da paisagem faziam parte do processo de domesticação do entorno natural. Assim, o que antes era imaginado e temido ganhava a partir da visão utilitária um tom inteligível e, com isso, a possibilidade de ser domado. Uma vez que o aproveitamento daquela rica natureza ocorria nos moldes não sustentáveis da economia moderna, a autora concluiu que a dimensão prática deu métodos e condições para um pronunciado aspeto da colonização: a destruição ambiental.

Contudo, o devastamento desenfreado do espaço, não passou despercebido por alguns contemporâneos que lamentaram os impactos da mineração e a diminuição da fauna, designadamente através da caça. De certo modo, tal reação teria partido de uma afetividade estabelecida com a natureza da capitania, dimensão que Mello e Souza explora no capítulo seguinte. Segundo ela, essa faceta mental é mais perceptível num complexo sistema cultural constituído já em meados do século XVIII. Cenário e complemento do quotidiano desses sujeitos, a natureza acabava por ser incorporada na identidade regional que lá se construía. Nesse sentido, era aludida constantemente nas diferentes expressões artísticas e, ainda que eventualmente aparecesse tragicamente como hostil, a sua singularidade e estima eram ressaltadas. A autora destaca ainda que a identificação afetiva pelo mundo natural não significava necessariamente a rutura com a lógica colonial de pertença ao Império Português. Contudo, no caso extremo dos inconfidentes, a afetividade foi usada na denúncia contra a usurpação reinol, tendo em conta que, mesmo com uma terra tão próspera, a sociedade mineira estava empobrecida, o que constituía um paradoxo para os revoltosos. Em suma, foi na dimensão afetiva que o sentimento de pertença da sociedade mineira e o espaço da capitania foi mais pronunciado.

A última parte do livro é um epílogo que retorna brevemente às reflexões anteriores e conclui evidenciando o entrelaçamento das quatro dimensões expostas. Segundo a autora, mesmo que se possa identificar uma certa correspondência cronológica de cada conceção, existem elementos mentais de diferentes conceções que perduram e acabam por interagir entre si, como é o caso dos aspetos mitológicos presentes até em escritos científicos do início de Oitocentos. A escolha de organização do texto feita pela autora revela-se, portanto, muito útil para se atingir o objetivo anunciado na introdução. A atenção dedicada às categorias em cada capítulo não perde de vista o facto de que elas fazem parte de uma mesma esfera mental construída com o processo de ocupação e exploração do território.

Apesar da didática utilizada pela autora na estruturação do texto e no desenvolvimento da argumentação, é evidente que o trabalho exige do leitor alguns conhecimentos prévios. Sobretudo no que diz respeito a alguns processos históricos característicos da história da capitania de Minas Gerais como por exemplo as entradas dos bandeirantes, aludidas em diversos capítulos. Aqueles leitores que não sabem dos propósitos das bandeiras, os seus objetivos e quais os sujeitos envolvidos nesses empreendimentos, podem ter dificuldade em apreender as dinâmicas descritas no livro. Outro caso são as referências feitas à Inconfidência Mineira, acontecimento político que marcou a história da capitania. O conhecimento sobre o evento é importante não só pelo facto de receber certo destaque no desenvolvimento do quarto capítulo, mas também porque vários dos sujeitos que a historiadora usa como meio de acesso a essa mentalidade mineira sobre o meio ambiente foram inconfidentes, como é o caso dos poetas Tomás António Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Inácio José de Alvarenga Peixoto.

Como dito anteriormente, a autora dá mais voz às fontes primárias na sustentação dos seus argumentos, procurando através da linguagem da época reconstruir o ambiente mental histórico. Para isso ela utiliza uma tipologia documental extremamente diversificada. As obras literárias de poetas arcadistas possuem certo protagonismo no estudo, haja vista que aparecem diversas vezes em todos os capítulos. Todavia, Mello e Souza apresenta também na sua interpretação relatos de viajantes, estudos científicos, ofícios de administradores, devassas, inventários *post-mortem*, entre outros. Esses vestígios auxiliam a desvendar diversos comportamentos daquela sociedade em relação ao mundo natural, seja no âmbito discursivo e ideológico até em termos da cultura material. Além disso, demonstrando uma admirável capacidade de interpretação de iconografia, a autora também utilizou mapas e desenhos que revelam parte da visão de mundo desses sujeitos históricos.

Contudo, apesar do maior foco na documentação se justificar e ter sido bem sucedido relativamente aos objetivos da autora, existem momentos em que seria interessante a elaboração de debates mais profundos com outros estudos. Exemplo disso é quando a autora utiliza no terceiro capítulo o termo “processo civilizador”, na sua argumentação sobre a importância de se dar nome aos elementos do espaço natural durante a ocupação do território. Apesar de ser um uso muito fortuito da ideia de Norbert Elias, seria mais elucidativo se no corpo do texto, ou até mesmo numa nota de rodapé fosse explicado mais detalhadamente o seu significado. Assim, até mesmo leitores não familiarizados com o conceito compreenderiam a passagem e a autora deixaria mais claro as bases teóricas da sua argumentação.

Outro dos momentos em que o protagonismo dos vestígios históricos apresenta limitações é quando Mello e Souza cita os sujeitos históricos subalternos que, por estarem afastados dos espaços de poder, não deixaram muitos registros de sua visão de mundo. Ao falar sobre o processo de entrada pelos sertões, por exemplo, a autora explica que a familiaridade dos indígenas e quilombolas com o território foi essencial para a criação de roteiros, mapas e itinerários dos colonizadores. Contudo, não fica tão claro na explanação como acontecia essa dinâmica de troca de saberes e quais eram os conhecimentos específicos desses povos. Para solucionar essa questão, seria interessante recorrer a uma bibliografia complementar que tem como objetivo o estudo desses personagens, aos quais é difícil ter acesso por meio apenas da documentação utilizada.

Em síntese, embora o trabalho de Laura de Mello e Souza apresente alguns detalhes que poderiam ser melhorados, de forma alguma a sua argumentação geral ficou prejudicada. Através de uma escolha metodológica muito interessante de categorizar dimensões da visão de mundo de uma época, a autora mobiliza talentosamente uma miríade de fontes e transmite ao leitor como a sociedade colonial se relacionava com a natureza de Minas Gerais. A partir dessa abordagem que pensa sobre o mundo natural, mas também leva em conta os sujeitos históricos, os seus lugares de origem, os seus pensamentos e ações, a obra faz uma História Social do Meio Ambiente que tem contributos muito importantes para a historiografia do período colonial. Em tempos de crises climáticas e desastres ambientais, o estudo de Mello e Souza demonstra ser extremamente necessário e leva-nos a refletir sobre como nos relacionamos com a natureza e quais as raízes históricas desse relacionamento.

VICTOR JOSÉ DO NASCIMENTO CUSTÓDIO

Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas

victor.custodio@estudante.ufjf.br

<https://orcid.org/0000-0001-9421-4146>





**ADI, Hakim (2022).** *African and Caribbean People in Britain: A History*. London: Allen Lane, 688 pp., ISBN: 978-0-241-58382-1.

*African and Caribbean People in Britain: A History* is the newest volume by the well-known historian Hakim Adi, author of several books and the first person of African heritage to have held a full professorship of history in the United Kingdom. Founder of a unique research master's degree (MRes) in the History of Africa and the African Diaspora, Adi recently received considerable media coverage in the United Kingdom owing to the University of Chichester's decision to curtail its humanities provision, leading to the closure of some of the institution's history degree programmes<sup>1</sup>.

At 688 pages, the book is divided into a Preface and 11 chapters, together with bibliographical references, acknowledgements, and an index. In the work's Preface, Adi summarises existing scholarship on the topic and underlines his decision to opt for the designation of "African and Caribbean People". Structured in chronological order, the book's focus is squarely on the timeframe ranging from the early modern era up until the present day, and thus the two opening chapters are both relatively compact. Chapter 1 gives an overview spanning from Roman times through the *Domesday Abbreviato* and the Black Death into the end of the mediaeval era. Chapter 2 centres principally on the developments during the Tudor and Stuart dynasties of the 16th and 17th centuries. During this complex era, Adi elucidates how people of African origin came to be present in England and Scotland, some of whom were forcibly trafficked via Spain and Portugal and others who came to the British Isles by different means. Among others, Adi profiles Africans who worked at the English royal court, such as the trumpeter John Blanke, the situation of Africans in Scotland, as well as ordinary African students and workers, situating them within broader questions relating to the status and names used to describe Africans living in Britain at that time.

The book's third chapter is more expansive than the previous two and focuses on the development of the triangular trade and its repercussions in Britain. Noting that "the slave system therefore cannot be separated from every aspect of Britain's economy and society in the eighteenth century" (p. 32), Adi develops points raised in the previous chapter about the status of Africans in the British Isles from the late 1600s onwards. As such, he outlines several legal cases regarding slavery and freedom, provides profiles of Africans in England and Scotland and their social gatherings, as well as the beginnings of a community of African people. This is complemented by profiles of specific personages – for example, the celebrated

<sup>1</sup> For more information, please see e.g. <<https://www.theguardian.com/education/2023/jul/23/outrage-over-chichester-university-plan-to-cut-african-history-course-and-its-professor>>.

cases of the authors Phillis Wheatly and Ignatius Sancho, before moving on a presentation and analysis of contemporary moves towards the abolition of the slave trade, noting the contribution of those Africans and their supporters residing in Britain who sought for the trade to be abolished (for example, the “Sons of Africa” movement and the London Corresponding Society).

Chapter 4 develops these discussions of abolitionist movements, focusing on the impact of the 1807 Abolition Act, which abolished the slave trade but “made no immediate impact on the institution of slavery in the colonies, or even in Britain” (p. 102) as well as uprisings in Barbados and Jamaica. This historical analysis is supplemented by overviews of people of African and Caribbean origin active in the British Isles. These range from general summaries (for example, of convicts, military men, and boxers) to more detailed portraits (for example, of the famous doctress Mary Seacole).

Building on themes first introduced in the third chapter, Chapter 5 revolves around the intersection of African and Caribbean people in Britain with growing general awareness of social movements in nineteenth-century British society, with Adi stating that “The many struggles facing Africans and the working class in Britain, a consequence of their common oppression, led to a strong tradition linking the demand for abolition, and for the rights of Africans, with radical politics and the struggle for the rights of all working people” (p. 145). These important societal developments are framed by contemporaneous studies of other domains, such as the theatre, clergy, and university education, where people of African and Caribbean origin were also active.

Amid the backdrop of growing racial tension which would erupt in race riots in several British cities in 1919, Chapter 6 centres primarily on the creation of relevant political and student-based associations, such as the African Association, as well as the inaugural Pan-African Conference of 1900 which was attended by luminaries such as the politician John Archer and the composer Samuel Coleridge-Taylor. With the outbreak of World War I, the military-related activities and contribution of African and Caribbean people in Britain to the war efforts are highlighted, ranging from officers and prisoners-of-war to munitions workers and conscientious objectors.

Chapter 7 continues the political focus by examining and profiling the development of activist and political organisations during the years between the wars, and discusses issues relating to increasing racism, the colour bar, and moves towards pan-Africanism during this period. These aspects gain further relevancy and scrutiny in the context of World War II, where in Chapter 8 Adi outlines the notable contributions made by people of African and Caribbean heritage in the Royal Air Force, the Merchant Navy, as well as on the Home Front, contrasting these with the many cases of racism encountered during that period.

The changing composition of postwar Britain is the central point of Chap-

ter 9, which is highlighted in the popular mindset by the arrival of the Empire Windrush in 1948. With a growing number of African and Caribbean people coming to live in the country after World War II, Adi discusses these social and demographic changes through the prism of various factors. The reality at that time included everyday discrimination and outbreaks of racial tension and violence, but also included the creation of the famed Notting Hill Carnival, as well as community-based publications, associations, and activism. This is developed further in Chapter 10, which profiles several of the activist movements and organisations that emerged from the late 1960s onwards, such as Black Power, the Black Panthers, and others. This analysis is framed by a discussion of broader political aspects, such as domestic moves to promote African liberation (including stopping apartheid in South Africa), as well as cultural aspects such as the popularity of reggae music. The final chapter (Chapter 11) moves into the twenty-first century. It notes the creation of a 'Black British' identity in modern society, highlights the ramifications of the Windrush scandal, before going right up to date with accounts of the Black Lives Matter movement in 2020.

As the United Kingdom, like several other European countries, grapples with its role with a colonial power and the enduring impact of colonialisation on other nations across the world, this is a valuable book for many reasons. With regard to African and Caribbean people in the British Isles, the volume enhances awareness of the complex intersection between institutions and individuals in the colonial and post-colonial sphere. Through detailed general and specific profiles from across the historical spectrum, it provides new and different perspectives, thereby allowing for informed discussions and debates on weighty topics. In addition, the book's chronological structure means that readers can access different sections to view relevant information on a topic of specific interest (e.g., nineteenth century African and Caribbean musicians, or "Black Edwardians"), whilst also having the necessary context to understand these aspects within the wider historical and sociocultural dynamics. In short, as illustrated by its shortlisting for the prestigious 2023 Wolfson History Prize, Hakim Adi's *African and Caribbean People in Britain: A History* is an important addition to the scholarly literature which will remain a seminal reference work for many years to come.

ANTONY HOYTE-WEST

Independent scholar

[antony.hoyte.west@gmail.com](mailto:antony.hoyte.west@gmail.com)

[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0003-4410-6520](https://orcid.org/0000-0003-4410-6520)





**RODRIGUES, Aldair; MAIA, Moacir (orgs.) (2023). *Sacerdotisas voduns e Rainhas do Rosário: mulheres africanas e Inquisição em Minas Gerais (século XVIII)*. São Paulo: Chão Editora, 192 pp., ISBN: 978-65-80341-12-2.**

No curso das duas últimas décadas, os estudos no campo da História da África e da Cultura Afro-brasileira passaram por uma notável expansão, evidenciando que a forte presença africana no processo de formação histórica do Brasil não se limitou apenas à existência de um amontoado de escravos<sup>1</sup>. Por outro lado, é indiscutível que a escravidão, enquanto uma das nossas experiências mais longevas e indeléveis, constituiu um elemento decisivo na configuração social e nas relações de poder que estruturaram a realidade brasileira, historicamente atravessada por contradições socioeconômicas, hierarquias, desigualdades e intolerâncias. Produto desse duplo olhar, atento ao nosso passado escravista e também africano, *Sacerdotisas voduns e Rainhas do Rosário*, obra organizada por Aldair Rodrigues e Moacir Maia, procura reconstruir fragmentos de trajetórias de vidas e experiências culturais e religiosas de mulheres africanas, provenientes da Costa da Mina, que viveram na capitania de Minas Gerais durante o século XVIII. Através da utilização de um precioso conjunto documental, formado por denúncias feitas ao Tribunal da Inquisição de Lisboa contra sacerdotisas africanas praticantes da religião vodum, os autores mostram como o processo da diáspora africana esteve intimamente atrelado a um cenário de perseguição, violência e racismo religioso.

O livro está dividido em duas partes. Na primeira, temos a reprodução de cinco autos de denúncias descobertos nos códices do Tribunal da Inquisição, sob guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa. É importante destacar que, além do desafio da localização dessas fontes, dispersas num emaranhado de manuscritos do Santo Ofício, os autores tiveram ainda de transcrevê-las, lidando com papéis carcomidos pela deletéria ação do tempo e com uma escrita nem sempre fácil de ser paleografada. Esses documentos, remetidos para a capital do Reino pelos agentes inquisitoriais que atuaram em Minas Gerais, procuram dar conta do envolvimento principalmente de mulheres de origem africana, libertas e escravas, nas práticas de rituais e cultos religiosos que remontavam à sua terra natal, sendo interpretadas, por isso,

<sup>1</sup> O aumento dessa produção historiográfica situa-se no contexto da promulgação das leis n.º 10.639/2003 e n.º 11.645/2008, responsáveis por instituir a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena nos currículos escolares brasileiros. Evidentemente que tal legislação é produto das demandas e das lutas históricas de diversos setores e movimentos sociais brasileiros. Para uma apreciação mais detalhada sobre isso, cf. *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais* (2010). Ministério da Educação do Brasil (ed.). Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

como desviantes e contrárias à ortodoxia do catolicismo, a religião oficial do Império português. Um escrutínio atento e crítico dessa documentação – ou, se preferirmos, uma leitura a contrapelo, como chamam a atenção Rodrigues e Maia – implica considerar as circunstâncias da sua produção, marcada por uma perspectiva eurocêntrica que demonizava as práticas religiosas africanas e situava as denunciadas e seus asseclas numa posição de fragilidade frente ao aparelho repressivo colonial português.

Entre os casos apresentados, está o de Ângela Maria Gomes, preta forra, de nação Courá, moradora na freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem de Itabira, Comarca de Vila Rica, acusada em 1760. Segundo o depoimento das testemunhas, a africana era uma feiticeira afamada, responsável por promover na sua casa calundus horrendos, donde se podia escutar algazarras que emanavam sons de roncões de porcos, cacarejos de galinhas, relinchos de cavalos e trombetas infernais. Além de organizar o ajuntamento de muitos negros nesses rituais, Ângela tinha, segundo os depoentes, fama pública de realizar malefícios a diversas pessoas, tendo sido vista a desencovar um defunto no adro da matriz, dançando nas noites de lua cheia em volta de uma árvore da gameleira e enterrando uma panela com os seus trabalhos. Apesar do seu envolvimento nessas práticas, a mesma denunciada aparece num documento da Irmandade do Rosário dos Pretos de Itabira, datado de 1772, também transcrito no livro pelos organizadores, como Rainha do Rosário, posto que ocupara nos anos 1751/1752. A atuação em cargo diretivo nessa confraria católica, conforme demonstra o manuscrito, revela o estreito envolvimento de Ângela Gomes como incentivadora e patrocinadora dos festejos em devoção a Nossa Senhora do Rosário.

As questões centrais relativas à análise desse e dos outros casos emergem na segunda parte do livro, integrada pelo seu belo e instigante posfácio. Segundo Aldair Rodrigues e Moacir Maia, a vigilância repressiva promovida pela Inquisição às religiões africanas e às crenças consideradas dissidentes esteve presente em todos os níveis daquela sociedade, do mais local, representado pela atuação dos familiares do Santo Ofício e das visitas e tribunais episcopais, até o outro lado do Atlântico, onde estava sediada a jurisdição inquisitorial, responsável por punir as heresias. Embora os documentos apresentados constituam apenas denúncias contra mulheres praticantes de religiões africanas, que não chegaram a ser processadas nem tampouco sentenciadas, não podemos perder de vista o alcance da violência a que foram submetidas, tendo sofrido perseguições, prisões e a destruição de seus locais de culto. Tais espaços, por exemplo, muitas vezes invadidos e completamente desmantelados pela ação das figuras dos capitães do mato, refletiam uma potencial ameaça ao controle social dos escravos e libertos, pois além de afrontarem a doutrina católica, eram territórios de autonomia para os negros, onde poderiam tecer e solidifi-

car vínculos de solidariedade, falar as suas línguas de origem e venerar os seus deuses.

O grande deslocamento demográfico promovido pelo tráfico atlântico de escravos trouxe às terras de Minas Gerais, pelo menos até a primeira metade do século XVIII, um expressivo contingente de povos provenientes de áreas voduns da África Ocidental, como dos reinos de Uidá, Aladá e do Daomé. Aqui aportando na condição de cativos, esses indivíduos procuraram reconstruir suas vidas, ressignificar os seus vínculos sociais e recriar a sua bagagem cultural e religiosa dentro do que lhes foi possível. Vemos, no caso das mulheres, o seu destacado papel nas atividades mercantis de pequena monta, como as vendas de tabuleiro e as bancas volantes, e a sua ativa participação na organização e liderança dos cultos africanos, comprovando uma patente ligação com as experiências passadas vivenciadas em África. Especificamente no campo religioso, os voduns, cuja definição poderia referir-se tanto à religião, quanto às divindades e forças invisíveis, tinham a importante função de promover a comunicação entre os mundos visível e invisível, garantindo proteção e assistência espiritual àqueles que os cultuavam. Estavam geralmente associados a elementos da natureza, como o vodum da serpente (Dangbé), representado nalguns artefatos apreendidos e descritos numa das denúncias transcritas no livro, e o vodum da árvore da gameleira (Loko), em volta da qual Ângela Gomes realizava alguns dos seus rituais.

Por mais que dos registros das denúncias inquisitoriais sobressaia um olhar preconceituoso e estereotipado sobre as práticas religiosas africanas, nas entrelinhas desses documentos é possível identificar, conforme muito bem demonstram os autores, uma riqueza de informações relativas ao universo simbólico e material que conformava a cosmovisão e as experiências espirituais dos povos oriundos da Costa da Mina que viveram nas freguesias e arraiais das Gerais. O ponto alto do livro, a nosso ver, reside em demonstrar que as religiões africanas que se desenvolveram no contexto colonial não estavam isoladas nem se opunham às devoções e crenças católicas. As sacerdotisas voduns, muito antes pelo contrário, estabeleceram um estreito trânsito e uma coerente interação entre os elementos da espiritualidade africana e da fé católica. Naturalmente, não se tratava de um sincretismo simplificador e reducionista, uma vez que essas personagens procuraram construir as suas experiências religiosas nesses dois mundos de acordo com os seus próprios termos, vivenciando-as de uma forma plena e que lhes fizesse inteiro sentido. Tal foi o caso da forra Ângela Gomes, sacerdotisa vodum e Rainha do Rosário, e o das integrantes da casa de Acotundá, em Paracatu – denúncia transcrita e analisada pelos autores –, que disseram terem introduzido o seu deus, trazido da Terra de Courá, após terem pedido a benção e a autorização de Nossa Senhora do Rosário.

Num cenário marcado por constantes interações culturais e étnicas como

o produzido pelo movimento afrodiaspórico, vemos que a religião dos voduns se caracterizou por uma dinâmica fluida, cuja lógica admitia e até favorecia a incorporação de novos elementos. Aliás, esse processo tinha a finalidade de reforçar o contacto com o sobrenatural, garantindo maior proteção e a abertura dos caminhos no âmbito da existência telúrica. A adoção de uma perspectiva africana na leitura dos documentos permitiu a Aldair Rodrigues e Moacir Maia alegarem que “a ideologia ou a ortodoxia ou a defesa de uma fé pura não era um valor” (p. 127) para a grande maioria dos povos africanos. Desse modo, “orar, cantar, dançar e dar de comer ao vodum ou honrar Nossa Senhora do Rosário não era visto como contraditório, e sim como parte do universo religioso dinâmico, aberto e agregador de sua terra natal” (p. 136).

Essa visão e sensibilidade, como vimos, estava completamente ausente da mentalidade dos colonizadores e do poder inquisitorial. Tal como parece estar ausente de diversos segmentos da nossa atual sociedade, que lamentavelmente insistem na perseguição e na violência contra as religiões de matriz africana<sup>2</sup>. Estamos convictos, portanto, que enquanto livros como aquele que apreciamos com este texto continuarem a ser produzidos, pretendendo entender e explicar a complexidade do nosso passado escravista e africano, o ofício do historiador não será exercido em vão.

BRUNO MARTINS DE CASTRO

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História,

brunomartinsdecastro@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0005-7211-751X>



---

<sup>2</sup> Referimo-nos aqui especificamente ao caso, amplamente veiculado na mídia impressa, televisiva e *on-line* brasileiras, de Mãe Maria Bernadete Pacífico, ialorixá e líder quilombola, brutalmente assassinada em 17 de agosto de 2023, no quilombo Pitanga dos Palmares, em Simões Filho, região metropolitana de Salvador.

**ROSENTHAL, Olimpia E. (2023). *Race, Sex, and Segregation in Colonial Latin America*. Nova Iorque, Londres: Routledge, 203 pp., ISBN 9780367702410.**

A obra *Race, Sex, and Segregation in Colonial Latin America*, da autoria de Olimpia E. Rosenthal, foi publicada no passado ano de 2023 pela Routledge e constitui um contributo para a História da segregação, da racialização e da sexualidade nos territórios da América Central e do Sul dominados pelas monarquias ibéricas.

A autora, Olimpia E. Rosenthal, é Professora Assistente de Português e Espanhol na Universidade do Indiana. As suas principais áreas de investigação residem no estudo do colonialismo na América Latina, sobretudo nos âmbitos literários e culturais. A obra que se recenseia reside nestes mesmos tópicos que, entrançados com a análise historiográfica, permitem conhecer melhor as políticas de segregação na América Latina num esforço interdisciplinar louvável.

Na sua génese, a obra procura contribuir para o melhor conhecimento da estruturação, desenvolvimento e cimentação de práticas e ideologias ligadas à racialização de grupos étnicos e à segregação dos mesmos na América do Sul nos séculos XVI e XVII. A autora procura explicitar a forma como a segregação foi desenvolvida, idealizada e codificada nas sociedades coloniais que atualmente correspondem ao México, Peru e Brasil, evidenciando as estratégias de politização da vida, desenvolvidas pelos projetos coloniais das Coroas Espanhola e Portuguesa.

A obra é introduzida com uma reflexão relativa aos conceitos de *raça* e *racialização*, compreendendo-se esta como um processo gerador de diferença estreitamente conectado com a sexualidade estabelecida, no contexto colonial, entre autóctones, escravizados africanos e colonos europeus ou de ascendência europeia. A autora conecta os seus estudos com os de Michel Foucault e a biopolítica, procurando conhecer a forma como a biologia e a política se entrelaçavam no período moderno em temáticas de segregação e racialização. O objetivo basilar da obra, como apontado pela autora, é o de traçar a emergência e o desenvolvimento destas *biopolíticas*. Desta forma, utilizando os conceitos *racialização*, *segregação* e *sexualidade*, a autora estabelece um ponto de análise para o seu estudo, desenvolvendo a conexão entre o controlo populacional e a consolidação do poder colonial, bem como a forma como as capacidades reprodutivas femininas eram utilizadas por estes poderes.

No primeiro capítulo da obra, intitulado “Vasco de Quiroga’s Utopian

Communities. The Contradictory Foundations of Segregation”, a autora analisa a obra de Vasco de Quiroga que, inspirado em Thomas More, procurou idealizar e, depois, criar comunidades utópicas em que as pessoas indígenas viveriam apartadas dos colonos. A obra de Quiroga, materializada nas comunidades fundadas em 1532 e 1533 (Santa Fe de los Altos e Santa Fe de la Laguna, respectivamente) constituiu um dos primeiros passos no sentido da segregação étnica efetiva, surgindo não só como uma estratégia política e econômica, mas também como uma forma de intensificar o proselitismo e o controle comportamental indígena. Quiroga destacou-se pela politização clara da existência das comunidades e povos autóctones do atual México, procurando, como expõe a autora, codificar os meios de exploração das comunidades indígenas. A obra de Vasco de Quiroga é um importante compêndio literário que permite conhecer melhor as formas de racialização presentes no pensamento europeu e colonizador, distinguindo as pessoas indígenas entre mais e menos dignas de proteção. Na terceira parte do capítulo, Olimpia E. Rosenthal releva o papel de Vasco de Quiroga como pioneiro no estabelecimento e articulação do sistema de duas repúblicas que se erguia na América Espanhola, evidenciando a importância do seu pensamento e a conexão deste com as preocupações demográficas características da época.

Por sua vez, no segundo capítulo, intitulado “The Codification of Segregation in a Context of Mestizaje”, a autora foca a sua atenção no pensamento relativo à segregação e à pessoa indígena, bem como a presença deste na legislação, no contexto urbano do Peru e do México coloniais. Na análise que desenvolve, expõe as diferenças de projetos de urbanização pensados e efetivados para estes espaços que visavam a europeização das populações e dos povoados, no que constituiu a consolidação do sistema de duas repúblicas idealizado pela Coroa Espanhola. Neste segmento, a autora aponta a importância de conectar o desenvolvimento dos novos e diversificados conceitos de racialização com a progressiva chegada de pessoas africanas escravizadas à América do Sul, bem como a introdução de pessoas asiáticas neste meio, e a forma como estas pessoas eram distribuídas numa sociedade que, até então, se via dividida em dois grandes grupos: os colonos e os autóctones.

É neste capítulo que a autora desenvolve a análise relativa ao controle da sexualidade e à utilização das capacidades reprodutoras femininas feitas pela Coroa Espanhola e presentes na legislação. Evidencia, de forma articulada e clara, como a lei regulava o matrimônio e as relações sexuais, quer reprodutivas, quer não, entre os vários e diversificados grupos racializados durante os séculos XVI e XVII. Conecta as suas conclusões às do já referido Michel Foucault, demonstrando como a *biopolítica* era utilizada para benefício da potência

européia nos sentidos económico e político. O estudo da sexualidade e do seu controlo legal, particularmente desenvolvido neste capítulo, é de grande relevância para o intuito da obra na sua generalidade, o de demonstrar a forma como dinâmicas e procedimentos coloniais relativos ao controlo dos corpos impactaram a emergência de categorias étnico-sociais distintas no contexto colonial.

No terceiro capítulo desta obra, e o último dedicado ao domínio espanhol, intitulado “Felipe Guaman Poma de Ayala’s Endorsement of Segregation. A Plea for Racially-Qualified Life”, a autora apresenta o pensamento patente nos escritos de Felipe Guaman Poma de Ayala, sobretudo a obra *El primer nuevo corónica y buen gobierno*, publicada em 1615. Nesta obra, é patente o desenvolvimento da ideia de segregação e paulatina criação de novos e distintos grupos racializados, bem como o pendor negativo com que a presença de pessoas de ancestralidade mista é descrita, sendo, inclusive, equiparados a animais não domesticados. A compreensão do pensamento de Guaman Poma é elementar para compreender o desenvolvimento dos processos de racialização na América do Sul, mormente num contexto de miscigenação. Apesar de o tema do controlo e conceções relativas à sexualidade ser patente em toda a obra, é neste capítulo que mais se desenvolve o tópico no contexto da colonização espanhola, sobretudo devido ao pensamento de Guaman Poma sobre a temática. A autora expõe de forma dinâmica e explícita a ideologia do cronista que, apesar de compreender a miscigenação como um elemento inerente à existência colonial, a via como profundamente prejudicial, procurando incessantemente o aumento da regulação da capacidade reprodutiva de mulheres, quer indígenas, quer colonas.

Por último, no capítulo intitulado “Aldeamento and the Politicization of Racially Qualified Life in Nobrega’s Writing from Brazil”, a autora analisa a introdução da política dos aldeamentos indígenas no Brasil Colonial, conectando-a com as *reducción* e *congregación* espanholas, por via da obra do padre Manuel da Nóbrega. Enquanto os restantes capítulos se dedicaram à presença espanhola na América do Sul, o último recai sobre a presença portuguesa e a forma como a política de aldeamento moldou os processos de racialização no Brasil, sobretudo identificados na obra de Nóbrega por via das menções à cor da pele de diversos grupos. É neste capítulo, também, que a autora trata mais aprofundadamente o controlo das mulheres e da capacidade reprodutiva dos seus corpos, expostos na obra de Nóbrega, que pede incessantemente ao monarca português que envie para o Brasil mulheres brancas, mostrando-se pouco preocupado com o desenvolvimento de outras descrições além da cor da sua pele. Relacionando a sua análise com os estudos de Gayle Rubin,

Olimpia E. Rosenthal demonstra a forma como os homens eram traficados por representarem força de trabalho, mas as mulheres, além de serem traficadas pela mesma condição que os anteriores, eram-no pela capacidade reprodutora dos seus corpos, numa análise interessantíssima da literatura.

As conclusões da obra são apresentadas de forma reflexiva, não apenas relativamente ao que se apresentou ao longo das suas páginas, mas também sobre o próprio estudo e a área em que se insere. O conhecimento e o aprofundar do mesmo sobre o colonialismo e os seus impactos é um elemento de sobremaneira importante não só para a compreensão da sociedade de antanho, mas também da atual. É, no fundo, esta a reflexão que a autora desenvolve no final do livro, reiterando a importância de estudar a história das noções e formas de racialização, contribuindo este estudo para um questionamento do racismo e da discriminação como um processo transhistórico.

*Race, Sex and Segregation in Colonial Latin America* é uma obra compacta e de leitura inteligível que permite o conhecimento de quatro fontes distintas em autoria, cronologia e geografia, que, apesar de diferentes, demonstram confluência na ideologia e na ação da Coroa Espanhola e da Coroa Portuguesa. É importante relevar, ainda, o esforço interdisciplinar da autora que, ao longo da obra, inclui na sua exposição pontos de vista e elementos de análise de outras áreas do conhecimento, como a literatura e a linguística, permitindo uma visão mais complexa e completa do tema em apreço, que acrescentam à riqueza desta curta obra.

É, como porventura se terá feito explícito anteriormente, um contributo de valor para o conhecimento relativo aos processos de racialização e de segregação nas sociedades coloniais sul-americanas, mas também para a melhor compreensão da forma como as mulheres, tratadas como incubadoras de uma nação que se queria densamente povoada e geograficamente múltipla, eram vistas e pensadas e a maneira como a capacidade reprodutiva do seu corpo era instrumentalizada e controlada pelas figuras de poder do seu tempo.

LEONOR SALGUINHO FERREIRA

Universidade de Coimbra, CHSC

maria.leonor143@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8857-1072>



**SÁ, Isabel dos Guimarães; RODRIGUES, Lisbeth (ed.) (2023). *The Confraternities of Misericórdia and the Portuguese Diasporas in the Early Modern Period*. Leiden; Boston: Brill, 310 pp., ISBN: 978-90-04-54767-4.**

A presente obra consiste no 42.º volume da coleção “European Expansion and Indigenous Response”, da editora Brill, cujos objetivos são, de acordo com o prefácio do respetivo editor, George Bryan Souza, compreender o processo de expansão europeia, troca e conectividade num contexto global na Época Moderna e promover um fórum para trabalhos académicos de ampla abordagem disciplinar, internacional e incluindo sempre que possível perspetivas não europeias. Considerando o crescente interesse internacional na história da expansão europeia e a necessidade de maior escrutínio e debate, o editor apresenta a obra como proporcionando “a rich and detailed comparative overview of the ubiquitous Portuguese solidarity, the Santa Casa da Misericórdia” e destaca o seu valor para comparações futuras com estudos de outras realidades.

A obra propriamente dita abre com uma introdução das coordenadoras, Isabel dos Guimarães Sá, Professora Catedrática da Universidade do Minho, e Lisbeth Rodrigues, Professora Auxiliar Convidada da Universidade Nova de Lisboa, que abordam brevemente os tópicos da relação entre caridade e império (optaram pelo termo “diáspora” porque surgiram misericórdias em locais que não estiveram sob a autoridade da Coroa portuguesa, testemunhando o chamado império informal ou espontâneo); da fundação das misericórdias (criação no final do século XV e rápida expansão para os territórios ultramarinos, num total de 417 até 1834, 90 das quais no império, sobretudo nas zonas costeiras); da arena política em que estas atuaram (relação com as elites municipais já há muito destacada na historiografia, significativo papel financeiro e económico e autonomia em relação à Igreja católica); da sua ligação com a escravatura e o racismo (critérios flexíveis quanto à limpeza de sangue, dada a necessidade de adaptação aos contextos sociais locais, não obstante a cooperação das misericórdias com o sistema colonial português em geral); e da sua ação caritativa (sustentada pelos legados *post mortem* e com uma importante componente ritual de exibição pública). As coordenadoras procedem de seguida a uma apresentação sumária dos 12 capítulos constitutivos do volume, que inclui ainda um glossário final. Os capítulos estão organizados em duas partes, a primeira dedicada ao enquadramento institucional das misericórdias e a segunda aos recetores da caridade, e partem todos de uma abordagem comparativa entre o reino e o império.

No primeiro capítulo, Inês Amorim traça a evolução organizacional das

misericórdias, no sentido da burocratização e exigindo a participação de um número crescente de irmãos e trabalhadores assalariados; caracteriza a pertença a estas irmandades (critérios de admissão e obrigações, situações de expulsão), que se elitizaram, mas também se adaptaram aos contextos urbanos locais, tanto em Portugal como no império; e, entre outros aspetos, destaca a crescente intervenção da Coroa na sua administração, associada a problemas financeiros e de gestão, sobretudo a partir do século XVIII.

No capítulo seguinte, José Pedro Paiva defende que, não obstante as misericórdias terem tido um papel central na assistência em Portugal e no império durante a Época Moderna, não estavam isoladas, havendo outros protagonistas, entre os quais os bispos. Em geral, as relações entre as misericórdias e os bispos foram harmoniosas e até colaborativas, mas houve casos de tensão, centrados nas questões em que se fazia sentir a jurisdição episcopal sobre as Santas Casas, ligadas às igrejas e aos rituais religiosos. O autor fornece vários exemplos de caridade episcopal, que caracteriza como complementar da praticada pelas misericórdias, dependendo do envolvimento pessoal do bispo e da sua capacidade para obter recursos, seletiva, ritualista e funcionando como instrumento do poder episcopal.

Segue-se o capítulo da autoria de Lisbeth Rodrigues, uma das coordenadoras da obra, que aqui examina a estrutura financeira das misericórdias metropolitanas e ultramarinas na época em estudo, analisando as suas fontes de rendimento (doações régias, caridade privada e juros de empréstimos), a gestão dos seus recursos e os seus investimentos. Destaca-se a atividade creditícia, a particulares (financiamento do comércio marítimo no Oriente, por exemplo) e à Coroa (compra e herança de padrões de juro), no primeiro caso com prejuízo financeiro (elites devedoras). Conclui-se que, para além de dispensadoras de caridade, as misericórdias devem ser consideradas importantes atores económicos nas comunidades locais onde se implantaram.

O papel financeiro das misericórdias na transferência de heranças através do império é abordado no quarto capítulo, por Sara Pinto. A autora demonstra como, no cumprimento desse privilégio concedido pelo rei para o Estado da Índia em 1590 (reunir heranças de portugueses falecidos além-mar, procurar herdeiros, transferir capital das Misericórdias de Goa e Cochim para a de Lisboa), as Santas Casas constituíram uma significativa rede pré-bancária no espaço imperial, usada também por negociantes e pela Coroa, para depósitos, transações e pagamentos, serviço fundamental num contexto sem bancos e com necessidade de circulação de capital à escala global.

Os capítulos cinco e seis versam sobre casos concretos de misericórdias ultramarinas, o de Manila e o das misericórdias japonesas. Joan O. Mesquida

traça a história da Santa Casa de Manila desde a sua fundação até à sua extinção (1594-1867), demonstrando ter estado sempre intimamente ligada com a evolução de Manila sob o domínio espanhol. Na origem da instituição estiveram dois franciscanos que seguiram o modelo das misericórdias portuguesas, sendo identificados vários traços comuns à história geral das santas casas (predomínio das elites locais; importância da atividade creditícia; proteção régia). Já no caso das misericórdias japonesas, apresentado por Rômulo Ehalt, terá havido uma maior distância em relação àquele modelo; o seu estabelecimento, a partir de meados do século XVI, esteve ligado à aplicação de formas históricas de caridade budista por missionários jesuítas. O autor valoriza o papel social que desempenharam, sendo que a Misericórdia de Nagasaki (1583-1619), a mais importante, sobreviveu, embora poucos anos, à destruição dos templos cristãos e à expulsão dos missionários do Japão.

O último capítulo da primeira parte da obra, da autoria de Joana Balsa Pinho, incide sobre a cultura visual das misericórdias e o papel identitário da arquitetura e da arte associadas a estas instituições. Destaca-se a ampla difusão, em Portugal e no império, de uma nova tipologia arquitetónica, correspondente ao conjunto das chamadas Casas da Misericórdia (igreja, casa do despacho e hospital), classificada como arquitetura assistencial (e não religiosa). Os novos edifícios localizavam-se no centro das vilas ou cidades, como forma de afirmação social e política. A autora debruça-se também sobre as peças artísticas de maior simbologia para as santas casas, sobretudo a bandeira, e os contextos e significados da iconografia recorrente.

A segunda parte da obra em análise incide, como se disse acima, na ação caritativa das misericórdias e nos seus destinatários, com capítulos que focam o socorro hospitalar, a concessão de dotes de casamento a órfãs, a administração de recolhimentos destinados a órfãs, o enterro dos mortos e o cuidado da alma e a assistência aos expostos. No primeiro, Andreia Durães traça o quadro geral dos hospitais sob administração das misericórdias, com especial atenção ao espaço ultramarino, focando-se nos casos de Goa, Macau e Salvador da Baía. Analisando aspetos como a lotação hospitalar, o socorro aos doentes militares, a eficácia dos tratamentos médicos, o pessoal de serviço e as despesas associadas, a autora conclui que os hospitais coloniais legitimavam as práticas imperiais, tanto no seu apoio à Coroa no tratamento de soldados, como na discriminação religiosa (hospitais de Goa e Macau reservados a cristãos); a não discriminação racial no Hospital de Salvador da Baía dever-se-ia à importância da escravatura para a colónia.

Sobre a concessão de dotes para casamento a raparigas órfãs, que, não sendo uma das catorze obras de misericórdia nem um dos objetivos iniciais das misericórdias, lhes foi imposta por benfeitores, Maria Antónia Lopes

explora a importância social desta prática, as suas motivações e os critérios e procedimentos usados para selecionar as beneficiárias em certas misericórdias, caracterizando ao mesmo tempo a proveniência social daquelas e os resultados práticos das doações. Destacamos o facto de esclarecer que, sob o ponto de vista legal, os dotes concedidos pelas misericórdias não são verdadeiros dotes, o que é inédito; bem como os contrastes verificados no perfil social das dotadas em diferentes espaços do império e de Portugal (por exemplo, ausência de discriminação racial e social em Salvador da Baía e restrição a membros da elite luso-chinesa em Macau).

A concessão de dotes era um dos mecanismos caritativos usados pelas misericórdias para proteger a honra e a virtude feminina, conceitos analisados por Luciana Gandelman, em ligação com o género e com o comportamento sexual. Também o eram os recolhimentos para órfãs, onde estas permaneciam até ao casamento. A autora reporta-se a casos de recolhimentos administrados por misericórdias em Portugal e no império (Brasil e Ásia), onde responderiam também aos interesses da Coroa e da colonização, promovendo casamentos entre homens portugueses e mulheres portuguesas ou luso-descendentes, brancas e cristãs velhas, para aumentar a população luso-católica e reproduzir as elites locais nas cidades coloniais.

No capítulo sobre a “economia da salvação”, Isabel dos Guimarães Sá procura explicar a centralidade da morte e da memória dos mortos nas misericórdias, mostrando, por um lado, a importância de uma boa gestão das doações, feitas maioritariamente *post mortem* e muitas envolvendo transferências transoceânicas de bens e capitais, pois eram elas que sustentavam o sistema caritativo; e, por outro, o peso simbólico das obras de misericórdia de enterrar os mortos e rezar pelas suas almas, com reflexo nos ritos funerários. Por sua vez, pelo seu maior ou menor aparato, estes espelhavam as clivagens sociais e os mecanismos de discriminação existentes em Portugal e nas colónias, distinguindo irmãos de não irmãos, as elites portuguesas do resto da população, escravos de homens livres, e respeitando as divisões raciais dentro das comunidades.

Por fim, no capítulo dedicado à assistência aos expostos prestada pelas misericórdias no império entre os séculos XVI e XVIII, Renato Franco analisa as tentativas para excluir desse socorro as populações miscigenadas em várias áreas do império. Foca-se nas especificidades coloniais deste tipo de assistência, considerando ter a miscigenação permitido discursos discricionários para restringir o acesso: em meados do século XVIII, a misericórdia de Goa só socorria expostos brancos; as de Salvador da Baía e Rio de Janeiro evitaram formalmente a discriminação de crianças, mas isso não impediu expostos mestiços de serem escravizados ou vendidos como tais.

A obra termina com um epílogo, da autoria das coordenadoras, que começam por destacar a longevidade das misericórdias, sobreviventes até à atualidade, a qual se explica, antes de mais, por nunca terem ameaçado a desigualdade social e económica e contribuírem para a coesão social (as elites auxiliam os pobres locais). Sá e Rodrigues reforçam que a grande diferença do modelo português de organização da caridade em relação a outros é a escala alcançada, devida à expansão oceânica e à fixação de portugueses em vários territórios do globo. Embora não esteja confirmada a ideia de que as misericórdias detiveram o monopólio da caridade em Portugal e no seu império (os bispos, cujo papel ao nível da caridade e do poder local deve ser reavaliado, continuaram a praticá-la), constituíram a mais alargada rede de instituições de caridade naqueles espaços. Por fim, aludindo à distância do perfil das misericórdias japonesas em relação ao modelo português, talvez a única exceção, as coordenadoras concluem ter ficado demonstrada a manutenção das características portuguesas nos espaços onde existiram misericórdias e manifestam o desejo de que este volume chame a atenção para a sua natureza ubíqua e o seu papel uniformizador em Portugal, no seu império e mais além.

Consideramos que este desiderato é cumprido, consistindo a obra numa síntese de vários aspetos da história das misericórdias que têm vindo a ser estudados nas últimas décadas, feita por alguns dos principais especialistas na área, com novidades interessantes no que respeita aos espaços do império, e com a grande vantagem de ser publicada numa prestigiada editora internacional, que dá visibilidade a um tema de âmbito global e ao trabalho dos que sobre ele têm investigado.

ANA ISABEL COELHO PIRES DA SILVA

Universidade de Coimbra, Faculdade de letras

ana.silva@fl.uc.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5179-8740>



**Caderno Temático:** Construindo e Cruzando Fronteiras nos Impérios Ibéricos, séculos XVII-XVIII

The dynamics of a shared periphery. Southeast Asia and the institutional relations between the Inquisitions of Mexico and Goa in the 17<sup>th</sup> century.

MIGUEL RODRIGUES LOURENÇO

Definir las fronteras de la América meridional en el periodo colonial tardío: cartografía, informantes indígenas y conocimiento geográfico

BENITA HERREROS CLERET DE LANGAVANT

A Gold Ounce for Every Throat Cut: The Development of Hispano-Portuguese Peace in the Contested Banda Oriental, 1750-1801

R. GRANT KLEISER

Baqueanos y lenguaraces en las fronteras tardocoloniales de la Pampa y la Patagonia.

ANDRÉS SEVERO ANTÓN RIVAS

Comércio, contrabando e demarcação de fronteiras na Amazónia ibérica (c.1780-c.1790).

CARLOS AUGUSTO BASTOS

## Artigos

Entre imagem e veículo simbólico: revisitação aos álbuns fotográficos da ferrovia portuguesa de finais de Oitocentos e inícios de Novecentos

HUGO SILVEIRA PEREIRA

Trabalhadores Rurais e Sindicalismo: análise da luta de classes no primeiro movimento sindicalista rural em Évora (1910-1912)

JOÃO GABRIEL CAIA

Ideologia e Posicionamento Político do Movimento Federalista Português – Partido do Progresso

RAFAEL OLIVEIRA DIAS

## Entrevista

Interview with Professor Martin Thomas (University of Exeter)

MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO E JOSÉ PEDRO MONTEIRO



CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE  
E DA CULTURA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

UIDB/00311/2020



Governo da República  
Portuguesa

